



# CVRIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA

Relatório Anual  
2011





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA

# RELATÓRIO ANUAL 2011

Síntese das atividades do Tribunal de Justiça,  
do Tribunal Geral e do Tribunal da Função Pública da União Europeia

Luxemburgo, 2012

[www.curia.europa.eu](http://www.curia.europa.eu)

Tribunal de Justiça  
L-2925 Luxemburgo  
Tel. (352) 43 03-1

Tribunal Geral  
L-2925 Luxemburgo  
Tel. (352) 43 03-1

Tribunal da Função Pública  
L-2925 Luxemburgo  
Tel. (352) 43 03-1

O Tribunal de Justiça na Internet: <http://www.curia.europa.eu>

Fecho da redação: 1 de janeiro de 2012

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte. As fotografias só podem ser reproduzidas no contexto da presente publicação. Para qualquer outra utilização, deve ser pedida autorização ao Serviço das Publicações da União Europeia.

Encontram-se disponíveis numerosas outras informações sobre a União Europeia na rede Internet, via servidor Europa (<http://europa.eu>).

Uma ficha catalográfica figura no fim desta publicação.

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2012

ISBN 978-92-829-1164-8

doi:10.2862/82427

© União Europeia, 2012

*Printed in Luxembourg*

IMPRESSO EM PAPEL BRANQUEADO SEM CLORO ELEMENTAR (ECF)



## Índice

### Página

|   |   |
|---|---|
| Prefácio do presidente do Tribunal de Justiça,<br>Vassilios Skouris ..... | 5 |
|---|---|

## Capítulo I

### *O Tribunal de Justiça*

|  |    |
|--|----|
| A — Evolução e atividade do Tribunal de Justiça em 2011 .....    | 9  |
| B — Jurisprudência do Tribunal de Justiça em 2011 .....          | 13 |
| C — Composição do Tribunal de Justiça .....                      | 69 |
| 1. Membros do Tribunal de Justiça .....                          | 71 |
| 2. Alterações na composição do Tribunal de Justiça em 2011 ..... | 87 |
| 3. Ordens protocolares .....                                     | 89 |
| 4. Antigos membros do Tribunal de Justiça .....                  | 91 |
| D — Estatísticas judiciais do Tribunal de Justiça .....          | 95 |

## Capítulo II

### *O Tribunal Geral*

|   |     |
|---|-----|
| A — Atividade do Tribunal Geral em 2011 .....               | 127 |
| B — Composição do Tribunal Geral .....                      | 175 |
| 1. Membros do Tribunal Geral .....                          | 177 |
| 2. Alterações na composição do Tribunal Geral em 2011 ..... | 187 |
| 3. Ordens protocolares .....                                | 189 |
| 4. Antigos membros do Tribunal Geral .....                  | 191 |
| C — Estatísticas judiciais do Tribunal Geral .....          | 193 |

### Capítulo III

#### *O Tribunal da Função Pública*

|  |     |
|--|-----|
| A — Atividade do Tribunal da Função Pública em 2011 .....                  | 217 |
| B — Composição do Tribunal da Função Pública .....                         | 229 |
| 1. Membros do Tribunal da Função Pública .....                             | 231 |
| 2. Alterações na composição do<br>Tribunal da Função Pública em 2011 ..... | 237 |
| 3. Ordens protocolares .....   | 239 |
| 4. Antigos membros do Tribunal da Função Pública .....                     | 241 |
| C — Estatísticas judiciais do Tribunal da Função Pública .....             | 243 |

### Capítulo IV

#### *Encontros e visitas*

|   |     |
|---|-----|
| A — Visitas oficiais e eventos no Tribunal de Justiça,<br>no Tribunal Geral e no Tribunal da Função Pública em 2011 ..... | 257 |
| B — Visitas de estudo em 2011 .....   | 261 |
| C — Audiências solenes em 2011 .....  | 265 |
| D — Visitas ou participação em manifestações oficiais em 2011 .....   | 267 |

|                                   |            |
|-----------------------------------|------------|
| <i>Organograma resumido .....</i> | <i>271</i> |
|-----------------------------------|------------|

## Prefácio

O ano de 2011 foi para as jurisdições da União Europeia um ano fundamentalmente marcado pela intensidade da atividade judicial. Com 1 569 processos entrados e 1 518 processos concluídos, o Tribunal de Justiça da União Europeia comprovou ter-se verificado um aumento notável do contencioso submetido às suas três jurisdições e por estas decidido. A instituição congratula-se com esta evolução, que demonstra a confiança dos órgãos jurisdicionais nacionais e dos cidadãos nas jurisdições da União. Todavia, este crescimento do volume do contencioso exige uma certa vigilância por parte do Tribunal de Justiça da União Europeia e das autoridades legislativas da União, de modo a não comprometer a eficácia do sistema jurisdicional desta última e a continuar a servir os cidadãos europeus da melhor forma possível.

Neste sentido, o Tribunal de Justiça propôs, no ano passado, uma série de alterações ao seu Estatuto e uma revisão completa do seu Regulamento de Processo com o objetivo, por um lado, de promover a sua eficácia e a sua produtividade, bem como a eficácia e a produtividade do Tribunal Geral e, por outro, de modernizar a tramitação dos processos.

Em 2011, foram também concluídos com sucesso três projetos informáticos importantes destinados, fundamentalmente, a aproximar o Tribunal de Justiça do cidadão. A criação do sistema e-Curia, que permite a apresentação e a notificação de atos processuais por via eletrónica, o lançamento de um novo motor de busca de jurisprudência mais eficiente e a colocação em linha do catálogo da biblioteca permitem tornar o Tribunal de Justiça mais acessível e mais transparente.

No ano transato, cessaram funções o presidente e dois membros do Tribunal da Função Pública, no quadro do seu processo de renovação parcial, bem como um membro do Tribunal de Justiça e um membro do Tribunal Geral.

O presente relatório apresenta uma síntese completa da evolução e da atividade da instituição em 2011. O leitor constatará que uma parte significativa do relatório é consagrada a uma exposição sucinta mas exaustiva da atividade judicial propriamente dita do Tribunal de Justiça, do Tribunal Geral e do Tribunal da Função Pública. Dados estatísticos próprios a cada jurisdição completam e ilustram a análise judicial.

Aproveito esta oportunidade para agradecer calorosamente aos colegas das três jurisdições e a todo o pessoal do Tribunal de Justiça pelo trabalho notável que realizaram ao longo deste ano excecionalmente exigente.



V. Skouris  
Presidente do Tribunal de Justiça







# Capítulo I

## O Tribunal de Justiça



## A — Evolução e atividade do Tribunal de Justiça em 2011

*Pelo presidente Vassilios Skouris*

Esta primeira parte do Relatório Anual apresenta, de forma sintética, a atividade do Tribunal de Justiça da União Europeia em 2011. Em primeiro lugar, faz uma resenha da evolução da instituição ao longo deste ano, destacando as alterações institucionais que afetaram o Tribunal de Justiça, bem como os desenvolvimentos relativos à sua organização interna. Em segundo lugar, inclui uma análise das estatísticas relativas à evolução do volume de trabalho no Tribunal de Justiça e da duração média dos processos. Em terceiro lugar, apresenta, como todos os anos, os principais desenvolvimentos jurisprudenciais classificados por matérias.

**1.** Em 2011, o Tribunal de Justiça apresentou ao legislador da União um projeto de alterações do seu Estatuto e uma proposta de revisão e de atualização do seu Regulamento de Processo. As duas propostas têm principalmente por objetivo assegurar a melhoria da eficácia dos processos nas jurisdições da União.

As propostas de alteração do Estatuto têm por objeto, nomeadamente, instituir a função de vice-presidente do Tribunal de Justiça, aumentar para 15 o número de juízes que compõem a Grande Secção, suprimir a participação sistemática dos presidentes de secções de cinco juízos e eliminar o relatório para a audiência. Quanto às disposições do Estatuto relativas ao Tribunal Geral, o Tribunal de Justiça propõe que o número de juízes que compõem esta jurisdição seja aumentado para 39, de modo a fazer face ao aumento constante do seu contencioso.

A proposta de revisão do Regulamento de Processo, por seu turno, tem por objetivo adaptar tanto a sua estrutura como o seu conteúdo à evolução do contencioso, prosseguir os esforços iniciados há vários anos com vista a preservar a capacidade da jurisdição, confrontada com um contencioso crescente e cada vez mais complexo, decidir num prazo razoável os processos que lhe são submetidos e clarificar as regras processuais, melhorando a sua legibilidade.

O conjunto destas propostas constitui o fruto de um longo processo de reflexão, que se apoiou em consultas internas. Estão atualmente em discussão nas autoridades legislativas da União. O texto completo destas propostas pode ser consultado no sítio Internet do Tribunal de Justiça <sup>1</sup>.

Por outro lado, há que fazer igualmente referência às alterações introduzidas em 24 de maio de 2011 no Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça (JO L 162, p. 17). Estas alterações preveem, pela primeira vez, a possibilidade de o Tribunal de Justiça determinar, por decisão, as condições aplicáveis à notificação de um ato processual por via eletrónica. O Tribunal de Justiça fez uso desta possibilidade ao adoptar a decisão de 13 de Setembro de 2011, relativa à apresentação e à notificação de atos processuais através da aplicação e-Curia (JO L 289, p. 7). Esta aplicação, que contribuirá incontestavelmente para a modernização da tramitação dos processos nas jurisdições da União, foi lançada com sucesso em 21 de novembro de 2011.

É de salientar igualmente que os cidadãos da União podem doravante aceder a um novo motor de busca, que abrange, pela primeira vez, os dados relativos a toda a jurisprudência das jurisdições da União, desde a criação do Tribunal de Justiça em 1952. Este motor de busca pode ser objeto de consulta gratuita no sítio Internet do Tribunal de Justiça.

<sup>1</sup> [http://curia.europa.eu/jcms/jcms/Jo2\\_7031/](http://curia.europa.eu/jcms/jcms/Jo2_7031/).

Por fim, no mesmo espírito, o catálogo da biblioteca está agora acessível no sítio internet do Tribunal de Justiça <sup>2</sup>. É assim oferecida ao utilizador a possibilidade de efetuar em linha pesquisas bibliográficas sobre o direito da União, bem como sobre os restantes domínios do direito abrangidos pelo catálogo da biblioteca do Tribunal de Justiça, como o direito internacional, o direito comparado, o direito dos Estados-Membros da União Europeia e de certos países terceiros, bem como a teoria geral do direito. Hoje em dia, este catálogo é um dos mais ricos do mundo em matéria de direito da União. Engloba atualmente cerca de 340 000 referências bibliográficas, das quais mais de 80 000 são relativas ao direito da União, e aumenta a um ritmo de mais de 20 000 referências por ano.

**2.** As estatísticas judiciais do Tribunal de Justiça relativas a 2011 revelam, em termos globais, uma eficácia e uma produtividade sustentadas de cada uma das jurisdições do Tribunal de Justiça. São também marcadas por um aumento significativo do número de processos entrados.

Assim, o Tribunal de Justiça resolveu 550 processos em 2011 (valor líquido, tendo em conta os processos apensos), o que representa um aumento em relação ao ano anterior (522 processos resolvidos em 2010). De entre estes processos, 370 foram objeto de acórdão e 180 deram lugar a um despacho.

Em 2011, foram submetidos ao Tribunal de Justiça 688 processos novos (independentemente dos processos que foram apensos devido à conexão existente entre eles), o que representa um aumento significativo em relação a 2010 (631 processos entrados) e, pelo segundo ano consecutivo, o número mais elevado na história do Tribunal de Justiça. O mesmo aconteceu com os pedidos de decisão prejudicial. O número de processos prejudiciais submetidos este ano é, pelo terceiro ano consecutivo, o mais elevado desde sempre e, em relação a 2009, constitui um aumento de praticamente 41% (423 processos em 2011 contra 302 processos em 2009). É de notar igualmente o grande aumento do número de recursos de decisões do Tribunal Geral (162 em 2011 contra 97 em 2010) e a diminuição do número de ações e recursos diretos pelo quinto ano consecutivo. As ações e recursos diretos apenas representam, hoje em dia, cerca de 12% dos processos entrados no Tribunal de Justiça, enquanto em 2007 representavam aproximadamente 38%.

No que respeita à duração dos processos, os dados estatísticos, em grandes linhas, são, à semelhança do ano transato, positivos. Quanto aos reenvios prejudiciais, a duração média de tratamento eleva-se a 16,4 meses, o que representa um aumento irrelevante em termos estatísticos em relação aos valores de 2010 (16 meses). As ações e recursos diretos e os recursos de decisões do Tribunal Geral tiveram uma duração média de tratamento, em 2011, de, respetivamente, 20,2 meses e 15,4 meses (contra 16,7 meses e 14,3 meses em 2010).

Além das reformas dos seus métodos de trabalho levadas a cabo nos últimos anos, a manutenção da eficácia do Tribunal de Justiça no tratamento dos processos resulta também da utilização acrescida dos diferentes instrumentos processuais de que dispõe para acelerar o tratamento de determinados processos (tramitação urgente dos processos prejudiciais, prioridade de julgamento, tramitação acelerada, processo simplificado e a possibilidade de decidir sem conclusões do advogado-geral).

A tramitação urgente foi requerida em cinco processos prejudiciais e a secção designada considerou que os requisitos exigidos pelo artigo 104.º-B do Regulamento de Processo estavam preenchidos em dois casos. Estes processos foram resolvidos num prazo médio de 2,5 meses.

<sup>2</sup> <http://bib-curia.eu/>.



A tramitação acelerada foi requerida em 13 processos, mas os requisitos exigidos pelo Regulamento de Processo apenas estavam preenchidos em dois casos. Em conformidade com uma prática estabelecida em 2004, os pedidos de tramitação acelerada são deferidos ou indeferidos por despacho fundamentado do presidente do Tribunal de Justiça. Por outro lado, foi concedido tratamento prioritário em sete processos.

Além disso, o Tribunal de Justiça fez um uso frequente do processo simplificado previsto no artigo 104.º, n.º 3, do Regulamento de Processo para responder a determinadas questões submetidas a título prejudicial. Com efeito, foram resolvidos por despacho um total de 30 processos com fundamento nesta disposição.

Por fim, o Tribunal de Justiça continua a explorar a possibilidade, prevista no artigo 20.º do seu Estatuto, de decidir sem conclusões do advogado-geral quando o processo não suscita questões de direito novas. Assim, é de referir que foram proferidos em 2011 cerca de 46% de acórdãos sem conclusões (contra 50% em 2010).

No que respeita à distribuição dos processos entre as diferentes formações de julgamento do Tribunal de Justiça, observe-se que, em 2011, a Grande Secção decidiu cerca de 11%, as secções compostas por cinco juízes 55% e as secções compostas por três juízes, aproximadamente, 33% dos processos concluídos por acórdão ou despacho de carácter judicial. Em relação ao ano transato, não se registam diferenças importantes na proporção dos processos tratados pelas diferentes formações de julgamento.

Para informações mais pormenorizadas sobre os dados estatísticos do ano judicial de 2011, o leitor poderá consultar a parte do relatório especificamente consagrada a estes dados estatísticos.



## B — Jurisprudência do Tribunal de Justiça em 2011

Esta parte do Relatório Anual apresenta uma resenha da jurisprudência em 2011.

### *Questões constitucionais ou institucionais*

O Tribunal de Justiça clarificou em vários processos as condições em que exerce as suas competências jurisdicionais. Serão em primeiro lugar realçados os acórdãos relativos às ações por incumprimento.

No seu acórdão *Comissão/Portugal* (acórdão de 24 de maio de 2011, processo C-52/08), o Tribunal de Justiça pronunciou-se sobre uma ação por incumprimento intentada pela Comissão contra a República Portuguesa, pelo facto de esta última não ter adotado as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para dar cumprimento à Diretiva 2005/36/CE relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais <sup>1</sup>.

No que respeita à admissibilidade do recurso, o Tribunal de Justiça observou que, apesar de a petição inicial da Comissão ter por objeto uma pretensa não transposição da Diretiva 2005/36, a notificação para cumprir e o parecer fundamentado enviados pela Comissão referiam-se à Diretiva 89/48, relativa a um sistema geral de reconhecimento dos diplomas de ensino superior que sancionam formações profissionais com uma duração mínima de três anos <sup>2</sup>.

Observou em seguida que, embora os pedidos contidos na petição inicial não possam, em princípio, ser ampliados para além dos incumprimentos alegados nas conclusões do parecer fundamentado e na notificação para cumprir, na verdade a Comissão pode tentar obter a declaração de um incumprimento das obrigações que têm origem na versão inicial de um ato da União, posteriormente alterado ou revogado, e que foram mantidas pelas disposições de um novo ato da União. Em contrapartida, o objeto do litígio não pode ser ampliado a obrigações resultantes de novas disposições que não tenham equivalência na versão inicial do ato em questão, sem incorrer na violação das formalidades essenciais da regularidade do processo destinado a declarar o incumprimento.

Em seguida, quanto ao mérito, declarou que, caso no decurso do processo legislativo ocorram circunstâncias específicas que originem uma situação de incerteza, como a ausência de tomada de posição clara por parte do legislador ou a não precisão do âmbito de aplicação de uma disposição de direito da União, não é possível constatar, no termo do prazo concedido no parecer fundamentado, que existia uma obrigação suficientemente clara de os Estados-Membros transporem uma diretiva. Por conseguinte, o Tribunal de Justiça julgou a ação da Comissão improcedente.

No processo *Comissão/Itália* (acórdão de 17 de novembro de 2011, C-496/09), a Comissão submeteu ao Tribunal de Justiça uma ação por incumprimento contra a República Italiana por inexecução de um acórdão anterior do Tribunal de Justiça <sup>3</sup> relativo à recuperação, junto dos beneficiários, dos auxílios de Estado julgados ilegais e incompatíveis com o mercado comum por decisão da Comissão.

<sup>1</sup> Diretiva 2005/36/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais (JO L 255, p. 22).

<sup>2</sup> Diretiva 89/48/CEE do Conselho, de 21 de dezembro de 1988, relativa a um sistema geral de reconhecimento dos diplomas de ensino superior que sancionam formações profissionais com uma duração mínima de três anos (JO 1989, L 19, p. 16).

<sup>3</sup> Acórdão de 1 de abril de 2004, processo C-99/02.

Esta última pedia igualmente o pagamento, pela República Italiana, de uma sanção pecuniária compulsória e de uma quantia fixa.

Em primeiro lugar, o Tribunal recordou, referindo-se ao acórdão anteriormente proferido contra a República Italiana neste processo, que, quando uma decisão da Comissão que exige a supressão de um auxílio de Estado incompatível com o mercado comum não tenha sido objeto de recurso direto, ou quando tenha sido negado provimento a esse recurso, o único fundamento de defesa suscetível de ser invocado por um Estado-Membro numa ação por incumprimento consiste na impossibilidade absoluta de executar corretamente a referida decisão. Nem o receio de dificuldades internas, mesmo insuperáveis, nem o facto de o Estado-Membro em causa sentir a necessidade de verificar a situação individual de cada empresa podem justificar, que este não respeite as obrigações que lhe incumbem por força do direito da União. Assim, o atraso do Estado-Membro em causa na execução da decisão da Comissão, no essencial imputável à extemporaneidade da intervenção deste para remediar as dificuldades de identificação e de recuperação dos montantes dos auxílios ilegais em causa, não pode constituir uma justificação válida. A este respeito, o Tribunal acrescentou que é desprovido de pertinência o facto de o Estado-Membro em causa ter informado a Comissão das dificuldades encontradas para a recuperação dos referidos auxílios e das soluções adotadas para as resolver.

Em seguida, a respeito da aplicação de sanções pecuniárias, declarou, no âmbito do processo previsto no artigo 228.º, n.º 2, CE, que lhe incumbe, em cada processo e em função das circunstâncias do caso concreto que lhe foi submetido, bem como do nível de persuasão e de dissuasão que lhe pareça necessário, adotar as sanções pecuniárias adequadas para assegurar a execução mais rápida possível do acórdão que anteriormente tenha declarado um incumprimento e prevenir a repetição de infrações análogas ao direito da União. Além disso, o Tribunal de Justiça acrescentou que o contexto jurídico e fático do incumprimento verificado pode constituir um indicador de que a prevenção efetiva da repetição futura de infrações análogas ao direito da União é de natureza a requerer a adoção de uma medida dissuasória. A respeito do montante da sanção pecuniária compulsória, o Tribunal de Justiça precisou que, no exercício do seu poder de apreciação na matéria, lhe compete fixar a sanção pecuniária compulsória, de modo a que esta seja, por um lado, adaptada às circunstâncias e, por outro, proporcionada tanto ao incumprimento verificado como à capacidade de pagamento do Estado-Membro em causa.

Por fim, recordou que, tendo em conta a finalidade do processo previsto no artigo 228.º, n.º 2, CE, está habilitado, no exercício do poder de apreciação que lhe é conferido no âmbito do referido artigo, a aplicar cumulativamente uma sanção pecuniária compulsória e uma quantia fixa.

Em seguida far-se-á referência a um processo relativo a um recurso de anulação, o processo *Comissão/Kronoply e Kronotex* (acórdão de 24 de maio de 2011, C-83/09 P).

Nesse processo, o Tribunal de Justiça era chamado a pronunciar-se sobre a admissibilidade de um recurso de anulação de uma decisão da Comissão de não levantar objeções à medida de auxílio de Estado concedida a uma sociedade por um Estado-Membro, interposto por terceiros. Segundo o Tribunal, a legalidade dessa decisão, adotada com fundamento no artigo 4.º, n.º 3, do Regulamento n.º 659/1999<sup>4</sup>, depende da questão de saber se existem dúvidas quanto à compatibilidade do auxílio com o mercado comum. Uma vez que tais dúvidas devem dar lugar à abertura de um procedimento formal de investigação no qual podem participar as partes interessadas visadas pelo artigo 1.º, alínea h), do Regulamento n.º 659/1999, deve considerar-se que toda a parte interessada na aceção

<sup>4</sup> Regulamento (CE) n.º 659/1999 do Conselho, de 22 de março de 1999, que estabelece as regras de execução do artigo 93.º do Tratado CE (JO L 83, p. 1).



desta última disposição é diretamente e individualmente afetada por tal decisão. Com efeito, os beneficiários das garantias processuais previstas no artigo 88.º, n.º 2, CE e no artigo 6.º, n.º 1, do Regulamento n.º 659/1999 não poderão vê-las respeitadas a menos que tenham a possibilidade de impugnar a decisão de não levantar objeções perante o juiz da União. Por conseguinte, o Tribunal de Justiça declarou que, no âmbito de um recurso de anulação, a qualidade particular de parte interessada na aceção do artigo 1.º, alínea h), do Regulamento n.º 659/1999, relacionada com o objeto específico do recurso, é suficiente para individualizar, de acordo com o artigo 230.º, parágrafo quarto, CE, o recorrente que impugna uma decisão de não levantar objeções.

Por outro lado, o Tribunal precisou que o artigo 1.º, alínea h), do Regulamento n.º 659/1999 não exclui que uma empresa que não seja concorrente direta da beneficiária do auxílio, mas necessite no seu processo de produção da mesma matéria-prima, seja qualificada de parte interessada, desde que alegue que os seus interesses podem ser afetados pela concessão do auxílio. Por fim, o Tribunal decidiu que o requisito de identificação do objeto do recurso, decorrente do artigo 44.º, n.º 1, alínea c), do Regulamento de Processo do Tribunal Geral, é cabalmente satisfeito a partir do momento em que o recorrente identifique a decisão cuja anulação requer. Importa pouco que o pedido indique que visa a anulação de uma decisão de não levantar objeções (expressão que figura no artigo 4.º, n.º 3, do Regulamento n.º 659/1999) ou de uma decisão de não abrir o procedimento formal de investigação, uma vez que a Comissão decide sobre os dois aspetos da questão através de uma única decisão.

Merecem por fim ser realçados dois processos relativos ao exercício da competência prejudicial do Tribunal de Justiça.

No processo *Miles e o.* (acórdão de 14 de junho de 2011, C-196/09), o Tribunal debruçou-se sobre o conceito de «órgão jurisdicional nacional», na aceção do artigo 267.º TFUE.

O Tribunal declarou que não tinha competência para responder a um pedido de decisão prejudicial que emanava da Instância de Recurso das Escolas Europeias. Para apreciar se o organismo de reenvio tem a natureza de «órgão jurisdicional» na aceção do artigo 267.º TFUE, questão que é unicamente do âmbito do direito da União, o Tribunal de Justiça tem em conta um conjunto de elementos, como a origem legal do organismo, a sua permanência, o carácter vinculativo da sua jurisdição, a natureza contraditória do processo, a aplicação, pelo organismo, das normas de direito, bem como a sua independência. Ora, embora a Instância de Recurso preencha a totalidade destes elementos e deva, por conseguinte, ser qualificada de órgão jurisdicional na aceção do artigo 267.º TFUE, não pertence, como prevê este artigo, a um dos Estados-Membros, mas às Escolas Europeias, que constituem, como enunciam o primeiro e o terceiro considerando da Convenção das Escolas Europeias, um sistema *sui generis*, que realiza, mediante um acordo internacional, uma forma de cooperação entre os Estados-Membros e entre estes e a União. Esta instância constitui assim um órgão de uma organização internacional que, apesar dos laços funcionais que a ligam à União, não deixa de ser formalmente distinta desta e dos seus Estados-Membros. Nestas condições, o simples facto de a Instância de Recurso ser obrigada a aplicar os princípios gerais do direito da União no caso de ser chamada a conhecer de um litígio não é suficiente para enquadrar a referida Instância de Recurso no conceito de órgão jurisdicional de um dos Estados-Membros e, portanto, no âmbito de aplicação do artigo 267.º TFUE.

O processo *Lesoochranárske zoskupenie* (acórdão de 8 de março de 2011, processo C-240/09) permitiu ao Tribunal de Justiça pronunciar-se sobre a sua competência quanto à interpretação de um acordo

internacional (a Convenção de Århus)<sup>5</sup> que foi celebrado pela Comunidade, por um lado, e pelos Estados-Membros, por outro, no exercício de uma competência partilhada.

Chamado a pronunciar-se ao abrigo das disposições do Tratado, nomeadamente do artigo 267.º CE, o Tribunal de Justiça declarou-se competente para definir a linha divisória entre as obrigações que a União assume e as que continuam exclusivamente a cargo dos Estados-Membros e para interpretar as disposições da referida Convenção. Consequentemente, há que determinar se, no domínio abrangido pelo artigo 9.º, n.º 3, da Convenção de Århus, a União exerceu as suas competências e adotou disposições relativas ao cumprimento das obrigações que daí decorrem. Na hipótese de assim não ser, as obrigações que decorrem do artigo 9.º, n.º 3, da Convenção de Århus continuariam a ser abrangidas pelo direito nacional dos Estados-Membros. Nesse caso, incumbiria aos órgãos jurisdicionais desses Estados determinar, com base no direito nacional, se os particulares se podem basear diretamente nas normas deste acordo internacional relativas a este domínio, ou ainda se esses órgãos jurisdicionais devem aplicá-las oficiosamente. O direito da União não exclui, neste caso, que a ordem jurídica de um Estado-Membro reconheça aos particulares o direito de invocarem diretamente esta norma ou imponha ao juiz a obrigação de a aplicar oficiosamente. Em contrapartida, se se verificar que a União exerceu as suas competências e adotou disposições no domínio abrangido pelo artigo 9.º, n.º 3, da Convenção de Århus, o direito da União seria aplicável e caberia ao Tribunal de Justiça determinar se a disposição do acordo internacional em causa tem efeito direto. Além disso, uma questão específica que ainda não foi objeto de legislação da União pode, contudo, ser abrangida pelo direito da União quando estiver regulada em acordos celebrados pela União e pelos seus Estados-Membros e disser respeito a um domínio amplamente abrangido por este.

O Tribunal de Justiça concluiu que é competente para interpretar as disposições do artigo 9.º, n.º 3, da Convenção de Århus e, em especial, para se pronunciar sobre a questão de saber se estas disposições têm ou não efeito direto. Quando uma disposição pode ser aplicada tanto a situações que são abrangidas pelo direito nacional como a situações que são abrangidas pelo direito da União, existe um certo interesse em que, para evitar divergências de interpretação futuras, a referida disposição seja interpretada de modo uniforme, sejam quais forem as condições em que esta se deva aplicar.

Estes processos relativos ao contencioso estão no entanto longe de esgotar o contributo da jurisprudência para o esclarecimento de questões de natureza constitucional ou institucional durante o ano de 2011.

No processo *Patriciello* (acórdão de 6 de setembro de 2011, processo C-163/10), o Tribunal de Justiça interpretou o artigo 8.º do Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades da União Europeia, anexo aos Tratados UE, FUE e CEEA, precisando o alcance da imunidade atribuída pelo direito da União aos deputados europeus pelas suas opiniões e votos expressos no exercício das suas funções.

O Tribunal de Justiça declarou que o artigo 8.º do Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades da União Europeia deve ser interpretado no sentido de que uma declaração emitida por um deputado europeu fora do Parlamento Europeu, que deu lugar a um processo penal no seu Estado-Membro de origem por crime de calúnia, só constitui uma opinião emitida no exercício das funções parlamentares abrangida pela imunidade prevista nessa disposição quando essa declaração corresponde a uma apreciação subjetiva que apresenta um nexo direto e evidente com o exercício

<sup>5</sup> Convenção sobre o acesso à informação, participação do público no processo de tomada de decisão e acesso à justiça em matéria de ambiente, aprovada em nome da Comunidade Europeia pela Decisão 2005/370/CE do Conselho, de 17 de fevereiro de 2005 (JO L 124, p. 1).

dessas funções. Cabe ao órgão jurisdicional de reenvio determinar se esses requisitos estão reunidos no processo principal.

No contexto da adesão de novos Estados-Membros à União Europeia, em 1 de maio de 2004, no processo *Vicoplus e o.* (acórdão de 10 de fevereiro de 2011, processos apensos C-307/09 a C-309/09), o Tribunal de Justiça debruçou-se sobre a interpretação dos artigos 56.º TFUE e 57.º TFUE, bem como do artigo 1.º, n.º 3, alínea c), da Diretiva 96/71 <sup>6</sup>, relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços.

Declarou assim que os artigos 56.º TFUE e 57.º TFUE não se opõem a que, durante o período transitório previsto no capítulo 2, n.º 2, do anexo XII do ato de adesão de 2003 <sup>7</sup>, um Estado-Membro subordine o destacamento, na aceção do artigo 1.º, n.º 3, alínea c), da diretiva já referida, de trabalhadores nacionais polacos no seu território à obtenção de uma autorização de trabalho. Com efeito, essa medida nacional deve ser considerada, ainda que constitua uma restrição à livre prestação de serviços, como uma medida que regulamenta o acesso de nacionais polacos ao mercado de trabalho deste mesmo Estado, na aceção do capítulo 2, n.º 2, do anexo XII do ato de adesão de 2003. Esta conclusão impõe-se igualmente à luz da finalidade deste número, que tem por objetivo, na sequência da adesão à União de novos Estados-Membros, evitar perturbações no mercado de trabalho dos antigos Estados-Membros, devidas a uma chegada massiva imediata de trabalhadores nacionais dos referidos novos Estados.

No domínio do direito de acesso do público aos documentos, no processo *Suécia/MyTravel e Comissão* (acórdão de 21 de julho de 2011, processo C-506/08 P), foi submetido ao Tribunal de Justiça um recurso de um acórdão <sup>8</sup> do Tribunal Geral que negou provimento ao recurso de duas decisões <sup>9</sup> da Comissão, interposto pela My Travel, que recusaram o acesso a certos documentos internos da instituição no âmbito de um processo de concentração já findo.

O Regulamento n.º 1049/2001 <sup>10</sup>, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão prevê, no artigo 4.º, exceções que derrogam o princípio do acesso o mais amplo possível do público aos documentos, e devem, por conseguinte, ser interpretadas e aplicadas de forma estrita. O Tribunal declarou que, quando uma instituição decide recusar o acesso a um documento cuja comunicação lhe foi solicitada, incumbe-lhe, em princípio, explicar as razões pelas quais o acesso a esse documento poderia prejudicar concreta e efetivamente o interesse protegido (a saber, nomeadamente, a proteção do processo de decisão da instituição e a proteção das consultas jurídicas) que esta instituição invoca.

O Tribunal de Justiça analisou todos os documentos em causa e considerou, nomeadamente, que o Tribunal Geral devia ter exigido à Comissão que indicasse as razões específicas pelas quais

<sup>6</sup> Diretiva 96/71/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 1996, relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços (JO 1997, L 18, p. 1).

<sup>7</sup> Ato relativo às condições de adesão da República Checa, da República da Estónia, da República de Chipre, da República da Letónia, da República da Lituânia, da República da Hungria, da República de Malta, da República da Polónia, da República da Eslovénia e da República Eslovaca e às adaptações dos tratados em que se funda a União Europeia (JO 2003, L 236, p.33).

<sup>8</sup> Acórdão do Tribunal Geral, de 9 de setembro de 2008, *My Travel/Comissão* (T-403/05).

<sup>9</sup> Decisão D(2005) 8461 da Comissão, de 5 de setembro de 2005, e Decisão D(2005) 9763 da Comissão, de 12 de outubro de 2005.

<sup>10</sup> Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão (JO L 145, p. 43).

considerava que a divulgação de certos documentos em causa teria prejudicado gravemente o processo decisório desta instituição, apesar de o procedimento a que estes documentos se referiam estar terminado.

Por conseguinte, concluiu que, nas suas decisões, a Comissão não aplicou corretamente a exceção que visa a proteção do seu processo decisório nem a exceção que visa a proteção das consultas jurídicas. Decidiu, por conseguinte, anular o acórdão do Tribunal Geral e as duas decisões da Comissão no que respeita a estes aspetos.

Dado que certos argumentos invocados pela Comissão para recusar a divulgação de outros documentos internos (nomeadamente os relativos às outras exceções relativas à proteção das atividades de inspeção, inquérito e auditoria) não foram examinados pelo Tribunal Geral, o Tribunal de Justiça considerou não estar em condições de decidir a respeito destes últimos e decidiu remeter o processo ao Tribunal Geral.

No que respeita à aplicação do direito da União na ordem jurídica dos Estados-Membros, dois acórdãos merecem uma atenção particular.

Nos processos *Ze Fu Fleischhandel e Vion Trading* (acórdão de 5 de maio de 2011, processos apensos C-201/10 e C-202/10), o Tribunal de Justiça considerou que o princípio da segurança jurídica não se opõe, em princípio, a que, no contexto da proteção dos interesses financeiros da União Europeia, definida pelo Regulamento n.º 2988/95<sup>11</sup>, e em aplicação do artigo 3.º, n.º 3, deste regulamento, as autoridades e os tribunais nacionais de um Estado-Membro aplicam, por analogia, no contencioso relativo ao reembolso de uma restituição à exportação indevidamente paga, um prazo de prescrição baseado numa disposição nacional de direito comum, desde que, porém, essa aplicação resultante de uma prática jurisprudencial fosse suficientemente previsível, o que cabe ao órgão jurisdicional de reenvio verificar. Contudo, segundo o Tribunal, o princípio da proporcionalidade opõe-se, no âmbito da utilização pelos Estados-Membros da faculdade que lhes é conferida pelo artigo 3.º, n.º 3, do Regulamento n.º 2988/95, à aplicação de um prazo de prescrição de 30 anos ao contencioso relativo ao reembolso de restituições indevidamente recebidas. Com efeito, à luz do objetivo de proteção dos interesses financeiros da União, para o qual o legislador da União entendeu que um prazo de prescrição de quatro anos, ou mesmo de três, era só por si suficiente para permitir às autoridades nacionais a atuação contra uma irregularidade lesiva desses interesses financeiros e que pode levar à adoção de uma medida como a recuperação de um benefício indevidamente recebido, afigura-se que dar a essas autoridades um prazo de trinta anos vai além do necessário a uma administração diligente. Por fim, o Tribunal considerou que, numa situação abrangida pelo âmbito de aplicação do referido regulamento, o princípio da segurança jurídica opõe-se a que um prazo de prescrição «mais longo», na aceção do artigo 3.º, n.º 3, desse regulamento, possa resultar de um prazo de prescrição de direito comum, reduzido por via jurisprudencial para a sua aplicação poder respeitar o princípio da proporcionalidade, uma vez que, de qualquer forma, o prazo de prescrição de quatro anos previsto no artigo 3.º, n.º 1, primeiro parágrafo, do referido regulamento, era de aplicar nessas circunstâncias.

No processo *Lady & Kid A* (acórdão de 6 de Setembro de 2011, processo C-398/09), o Tribunal de Justiça declarou que as regras do direito da União relativas à repetição do indevido só podem dar lugar a um enriquecimento sem causa na hipótese de os montantes indevidamente pagos por um sujeito passivo, por força de um imposto cobrado num Estado-Membro em violação do direito da União, terem sido repercutidos diretamente no comprador. O Tribunal deduziu daqui

<sup>11</sup> Regulamento (CE, Euratom) n.º 2988/95 do Conselho, de 18 de dezembro de 1995, relativo à protecção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias (JO L 312, p. 1).



que o direito da União se opõe a que um Estado-Membro recuse o reembolso de um imposto ilegal com o fundamento de que os montantes indevidamente pagos pelo sujeito passivo foram compensados por uma poupança resultante da supressão concomitante de outros encargos, uma vez que tal compensação não pode ser entendida, do ponto de vista do direito da União, como um enriquecimento sem causa em relação a esse imposto.

No que respeita ao contributo do Tribunal de Justiça para a definição dos efeitos dos acordos celebrados pela União com Estados terceiros, são de realçar os processos *Unal* (acórdão de 29 de setembro de 2011, processo C-187/10) e *Pehlivan* (acórdão de 16 de junho de 2011, processo C-484/07), nos quais se colocaram questões importantes relativas à interpretação de acordos internacionais, em particular o acordo de associação CEE-Turquia <sup>12</sup>.

Em matéria de acordos internacionais, há igualmente que realçar um acórdão do Tribunal de Justiça relativo à interpretação da convenção de Århus <sup>13</sup> (acórdão de 8 de março de 2011, *Lesoochranárské zoskupenie*, processo C-240/09).

No processo *Unal*, já referido, em primeiro lugar, o Tribunal considerou, antes de mais, que o artigo 6.º, n.º 1, primeiro travessão, da Decisão n.º 1/80 do Conselho de Associação CEE-Turquia (a seguir «Decisão n.º 1/80») deve ser interpretado no sentido de que se opõe a que as autoridades nacionais competentes revoguem a autorização de residência de um trabalhador turco com efeitos retroativos à data em que deixou de se verificar o requisito a que o direito nacional sujeitava a concessão da sua autorização de residência, se esse trabalhador não tiver incorrido em nenhum comportamento fraudulento e essa revogação tiver ocorrido depois do termo do período de um ano de emprego regular previsto no referido artigo 6.º, n.º 1, primeiro travessão da decisão em causa. Com efeito, o Tribunal considerou que, por um lado, esta disposição não pode ser interpretada de modo a permitir a um Estado-Membro modificar unilateralmente o alcance do sistema de integração progressiva dos cidadãos turcos no mercado de trabalho do Estado-Membro de acolhimento. Por outro lado, não admitir que esse trabalhador beneficiava no Estado-Membro de acolhimento de um emprego regular há mais de um ano seria contrário ao princípio geral do respeito dos direitos adquiridos segundo o qual, quando um nacional turco pode validamente invocar direitos ao abrigo de uma disposição da Decisão n.º 1/80, esses direitos já não dependem de as circunstâncias que lhes deram origem se manterem, uma vez que um requisito desta natureza não é imposto por essa decisão.

Em seguida, no processo *Pehlivan*, já referido, o Tribunal de Justiça concluiu que resulta do primado do direito da União e do efeito direto de uma disposição como o artigo 7.º, primeiro parágrafo, da Decisão n.º 1/80, que os Estados-Membros não podem modificar unilateralmente o alcance do sistema de integração progressiva dos nacionais turcos no Estado-Membro de acolhimento, pelo que esses Estados não dispõem da faculdade de adotar medidas suscetíveis de colocar entraves ao estatuto jurídico expressamente reconhecido a esses nacionais pelo direito de associação CEE-Turquia. Assim, um membro da família de um trabalhador turco que preencha as condições enunciadas no artigo 7.º, primeiro parágrafo, da Decisão n.º 1/80, só pode perder os direitos que lhe são reconhecidos por esta disposição em duas situações, concretamente, quando a presença do migrante turco no território do Estado-Membro de acolhimento constitua, em razão do seu comportamento pessoal, um perigo efetivo e grave para a ordem pública, a segurança ou a saúde públicas, na aceção do artigo 14.º, n.º 1,

<sup>12</sup> Decisão 64/732/CEE do Conselho, de 23 de dezembro de 1963, relativo à conclusão do acordo que cria uma associação entre a Comunidade Económica Europeia e a Turquia (JO 1964, 217, p. 3685; EE 13 F1 p. 18).

<sup>13</sup> Ver nota 5.

da mesma decisão, ou quando o interessado tenha abandonado o território desse Estado durante um período significativo e sem motivos legítimos.

Por fim, no processo *Lesoochranárske zoskupenie*, já referido, o Tribunal de Justiça declarou que o artigo 9, n.º 3<sup>14</sup>, da convenção sobre o acesso à informação, participação do público no processo de tomada de decisão e acesso à justiça em matéria de ambiente (Convenção de Århus) não tem efeito direto em direito da União. Cabe, contudo, ao órgão jurisdicional nacional interpretar, na medida do possível, o direito processual relativo às condições que devem estar preenchidas para intentar uma ação administrativa ou jurisdicional em conformidade tanto com os objetivos do artigo 9.º, n.º 3, desta Convenção, como com o objetivo de proteção jurisdicional efetiva dos direitos conferidos pelo direito da União, a fim de permitir a uma organização de defesa do ambiente impugnar num órgão jurisdicional uma decisão tomada no termo de um procedimento administrativo suscetível de ser contrário ao direito da União relativo ao ambiente. Na falta de regulamentação da União na matéria, cabe à ordem jurídica interna de cada Estado-Membro regular as modalidades processuais das ações judiciais destinadas a garantir a salvaguarda dos direitos conferidos aos litigantes pelo direito da União, tendo os Estados-Membros a responsabilidade de assegurar, em todas as circunstâncias, a proteção efetiva desses direitos. Nessa medida, as modalidades processuais das ações destinadas a garantir a salvaguarda dos direitos conferidos aos litigantes pelo direito da União não devem ser menos favoráveis do que as que respeitam a ações similares de direito interno (princípio da equivalência) e não devem tornar impossível na prática, ou excessivamente difícil, o exercício dos direitos conferidos pela ordem jurídica da União (princípio da efetividade).

A cidadania da União e os direitos que lhe estão associados estão longe de ter revelado todas as suas potencialidades.

No processo *Ruiz Zambrano* (acórdão de 8 de março de 2011, C-34/09), o Tribunal de Justiça pronunciou-se a respeito da delicada questão de saber se as disposições do Tratado sobre a cidadania da União conferem a um nacional de um Estado terceiro, que tem a seu cargo menores de tenra idade, cidadãos da União, um direito de permanência e de trabalho no Estado-Membro de que estes têm a nacionalidade, no qual residem e do qual nunca saíram desde que nasceram. O Tribunal considerou que o artigo 20.º TFUE se opõe a que um Estado-Membro, por um lado, recuse a um nacional de um Estado terceiro, que tem a seu cargo os seus filhos de tenra idade, cidadãos da União, a permanência no Estado-Membro da residência destes últimos, do qual têm nacionalidade, e, por outro, recuse ao dito nacional de um Estado terceiro uma autorização de trabalho, na medida em que essas decisões venham a privar os referidos filhos do gozo efetivo do essencial dos direitos associados ao estatuto de cidadão da União. Com efeito, o estatuto de cidadão da União tende a ser o estatuto fundamental dos nacionais dos Estados-Membros. Ora, essa recusa de permanência tem a consequência de os referidos filhos, cidadãos da União, se verem obrigados a deixar o território da União para acompanhar os seus progenitores. Do mesmo modo, se não lhe for atribuída uma autorização de trabalho, essa pessoa corre o risco de não dispor dos recursos necessários para se sustentar a si própria e para sustentar a sua família, o que teria igualmente a consequência de os seus filhos, cidadãos da União, se verem obrigados a deixar o território desta. Nestas condições, os referidos cidadãos da União ficarão, de facto, impossibilitados de exercer o essencial dos direitos conferidos pelo seu estatuto de cidadão da União.

<sup>14</sup> «Além disso, e sem prejuízo dos processos de recurso referidos nos n.os 1 e 2, cada parte assegurará que os membros do público que satisfaçam os critérios estabelecidos no direito interno tenham acesso aos processos administrativos ou judiciais destinados a impugnar os atos e as omissões de particulares e de autoridades públicas que infringem o disposto no respectivo direito interno do domínio do ambiente.»

O processo *McCarthy* (acórdão de 5 de maio de 2011, C-434/09) permitiu ao Tribunal de Justiça apreciar a questão de saber se as disposições relativas à cidadania da União são aplicáveis à situação de um cidadão da União que nunca fez uso do seu direito de livre circulação, que sempre residiu num Estado-Membro do qual possui a nacionalidade e que, além disso, possui a nacionalidade de outro Estado-Membro. Em primeiro lugar, o Tribunal considerou que o artigo 3.º, n.º 1, da Diretiva 2004/38 relativa à livre circulação e residência<sup>15</sup> não é aplicável a tal cidadão da União. Esta conclusão não pode ser influenciada pelo facto de o referido cidadão ter igualmente a nacionalidade de um Estado-Membro diferente daquele onde reside. Com efeito, o facto de um cidadão da União possuir a nacionalidade de mais de um Estado-Membro não significa que tenha feito uso do seu direito de livre circulação. Em segundo lugar, considerou que o artigo 21.º TFUE não é aplicável a um cidadão da União que nunca tenha feito uso do seu direito de livre circulação, que sempre tenha residido num Estado-Membro do qual tenha a nacionalidade e que tenha, além disso, a nacionalidade de outro Estado-Membro, desde que a situação desse cidadão não comporte a aplicação de medidas de um Estado-Membro que tenham por efeito privá-lo do gozo efetivo do essencial dos direitos conferidos pelo estatuto de cidadão da União ou dificultar o exercício do seu direito de circular e de residir livremente no território dos Estados-Membros. A circunstância de um nacional possuir, além da nacionalidade do Estado-Membro em que reside, a nacionalidade de outro Estado-Membro, não é, por si só, suficiente para se considerar que a situação da pessoa interessada está abrangida pelo artigo 21.º TFUE, na medida em que essa situação não apresenta nenhuma conexão com uma das situações contempladas pelo direito da União e que todos os elementos pertinentes dessa situação estão circunscritos ao interior de um único Estado-Membro.

No processo *Dereci e o.* (acórdão de 15 de novembro de 2011, C-256/11), foi suscitada a questão de saber se as disposições relativas à cidadania da União permitem a um nacional de um Estado terceiro residir no território de um Estado-Membro, quando esse nacional pretende residir com um membro da sua família, que é cidadão da União, residente neste Estado-Membro, do qual tem a nacionalidade, que nunca exerceu o seu direito de livre circulação e que não depende do referido nacional para a sua subsistência. O Tribunal de Justiça considerou que o direito da União, designadamente as suas disposições relativas à cidadania da União, não se opõe a que um Estado-Membro recuse a um nacional de um Estado terceiro a residência no seu território, quando esse nacional pretende residir com um membro da sua família, que é cidadão da União, residente neste Estado-Membro, do qual tem a nacionalidade e que nunca exerceu o seu direito de livre circulação, desde que tal recusa não comporte, para o cidadão da União em causa, a privação do gozo efetivo do essencial dos direitos conferidos pelo estatuto de cidadão da União, o que incumbe ao órgão jurisdicional nacional verificar. A este respeito, o critério relativo à privação do essencial dos direitos conferidos pelo estatuto de cidadão da União refere-se a situações caracterizadas pela circunstância de o cidadão da União ser obrigado, na prática, a abandonar não apenas o território do Estado-Membro de que é nacional, mas a totalidade do território da União. Em consequência, o simples facto de um nacional de um Estado-Membro poder pensar que é desejável, por razões de ordem económica ou a fim de manter a unidade familiar no território da União, que membros da sua família, que não têm a nacionalidade de um Estado-Membro, possam residir com ele no território da União, não basta, por si só, para considerar que o cidadão da União seria obrigado a abandonar o território da União se tal direito não fosse concedido.

<sup>15</sup> Diretiva 2004/38/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, relativa ao direito de livre circulação e residência dos cidadãos da União e dos membros das suas famílias no território dos Estados-Membros, que altera o Regulamento (CEE) n.º 1612/68 e que revoga as Diretivas 64/221/CEE, 68/360/CEE, 72/194/CEE, 73/148/CEE, 75/34/CEE, 75/35/CEE, 90/364/CEE, 90/365/CEE e 93/96/CEE (JO L 158, p. 77).

No processo *Aladzhov* (acórdão de 17 de novembro de 2011, C-434/10), o Tribunal de Justiça interpretou o artigo 27.º, n.ºs 1 e 2, da Diretiva 2004/38<sup>16</sup>. O Tribunal declarou, assim, que o direito da União não se opõe a uma disposição legislativa de um Estado-Membro que permite a uma autoridade administrativa proibir um cidadão desse Estado de sair do país devido ao não pagamento de uma dívida fiscal da sociedade da qual é um dos gerentes, na condição simultânea de a medida em causa ter o objetivo de fazer face, em certas circunstâncias excecionais que podem resultar, nomeadamente, da natureza ou do montante dessa dívida, a uma ameaça real, atual e suficientemente grave para um interesse fundamental da sociedade e de o objetivo assim prosseguido não servir unicamente fins económicos. Compete ao juiz nacional verificar se esta dupla condição está preenchida. Com efeito, por um lado, não se pode excluir, por princípio, que a não cobrança de créditos fiscais possa estar ligada a exigências de ordem pública. Por outro lado, tendo em conta que a cobrança de créditos públicos, em particular de impostos, visa assegurar o financiamento das intervenções do Estado-Membro em causa, em função das opções que são nomeadamente expressão da sua política geral em matéria económica e social, as medidas adotadas pelas autoridades públicas com vista a assegurar esta cobrança não podem ser consideradas, por princípio, como tendo sido exclusivamente adotadas para fins económicos, na aceção das disposições do artigo 27.º, n.º 1, da Diretiva 2004/38. Ainda segundo o Tribunal de Justiça, mesmo supondo que uma medida de proibição de saída do país tenha sido tomada de acordo com os requisitos previstos no artigo 27.º, n.º 1, da Diretiva 2004/38, os requisitos previstos no n.º 2 do mesmo artigo opõem-se a tal medida, se a mesma se basear unicamente na existência da dívida fiscal da sociedade da qual o recorrente é um dos sócios gerentes, e apenas devido a essa qualidade, com exclusão de qualquer apreciação específica do comportamento pessoal do interessado e sem referência alguma a qualquer ameaça que ele possa constituir para a ordem pública, e se a proibição de sair do país não for adequada para garantir a realização do objetivo que prossegue e for além do que é necessário para o atingir. Compete ao órgão jurisdicional de reenvio verificar se é esse o caso no processo que lhe foi submetido.

O processo *Runevič-Vardyn e Wardyn* (acórdão de 12 de maio de 2011, C-391/09) permitiu ao Tribunal de Justiça pronunciar-se sobre as regras de inscrição nos atos de registo civil de um Estado-Membro dos nomes próprios e dos apelidos dos cidadãos da União. Assim, o Tribunal de Justiça decidiu, antes de mais, que o artigo 21.º TFUE não se opõe a que as autoridades competentes de um Estado-Membro recusem, ao abrigo de uma legislação nacional que prevê que os apelidos e os nomes próprios de uma pessoa só possam ser transcritos nos atos de registo civil desse Estado numa forma que respeite as regras de grafia da língua oficial nacional, alterar as certidões de nascimento e de casamento de um dos nacionais, segundo as regras de grafia de outro Estado-Membro. O facto de o apelido e o nome próprio só poderem ser alterados e transcritos nos atos de registo civil do Estado-Membro de origem deste último em caracteres da língua deste último não pode constituir um tratamento menos favorável do que aquele de que beneficia antes de fazer uso dos direitos conferidos pelo Tratado em matéria de livre circulação das pessoas e, portanto, não é suscetível de dissuadir o cidadão da União de exercer os direitos de circulação reconhecidos pelo referido artigo 21.º TFUE. Em seguida, segundo o Tribunal, o artigo 21.º TFUE não se opõe a que, em aplicação da legislação nacional acima descrita, as autoridades competentes de um Estado-Membro recusem alterar o apelido comum de duas pessoas casadas, cidadãs da União, tal como o mesmo consta dos atos de registo civil emitidos pelo Estado-Membro de origem de um destes cidadãos, numa forma que respeita as regras de grafia deste último Estado, desde que essa recusa não provoque aos referidos cidadãos da União sérios inconvenientes de ordem administrativa, profissional e privada, o que compete ao órgão jurisdicional de reenvio determinar. Se tal for o caso, compete igualmente a esse órgão jurisdicional verificar se a recusa de alteração é necessária à proteção dos interesses que a legislação nacional visa garantir

<sup>16</sup> Ver nota 15.

e é proporcionada ao objetivo legitimamente prosseguido. Por fim, ainda segundo o Tribunal de Justiça, o artigo 21.º TFUE não se opõe a que, em aplicação dessa legislação nacional, estas mesmas autoridades recusem alterar a certidão de casamento de um cidadão da União, nacional de outro Estado-Membro, de modo a que os nomes próprios do referido cidadão sejam transcritos com sinais diacríticos nesta certidão tal como o foram nos atos de registo civil emitidos pelo seu Estado-Membro de origem, e numa forma que respeite as regras de grafia da língua oficial nacional deste último Estado.

Na sequência do acórdão *Lassal* <sup>17</sup>, o Tribunal de Justiça interpretou mais de uma vez o artigo 16.º da Diretiva 2004/38 <sup>18</sup> no processo *Dias* (acórdão de 21 de julho de 2011, C-325/09), proveniente do mesmo órgão jurisdicional de reenvio. Assim, o Tribunal de Justiça decidiu que o artigo 16.º, n.ºs 1 e 4, da Diretiva 2004/38 deve ser interpretado no sentido de que os períodos de residência cumpridos antes da data de transposição desta última diretiva, concretamente 30 de abril de 2006, apenas ao abrigo de um cartão de residência validamente emitido nos termos da Diretiva 68/360 <sup>19</sup>, sem que estejam reunidos os requisitos para beneficiar de qualquer direito de residência, não se podem considerar legalmente cumpridos para efeitos da aquisição do direito de residência permanente nos termos do artigo 16.º, n.º 1, da Diretiva 2004/38 e que os períodos de residência que não excedam dois anos consecutivos, cumpridos apenas ao abrigo de um cartão de residência validamente emitido nos termos da Diretiva 68/360, sem que estejam reunidos os requisitos para beneficiar de qualquer direito de residência, decorridos antes de 30 de Abril de 2006 e após uma residência legal contínua de cinco anos ocorrida antes dessa data, não são suscetíveis de afetar o direito de residência permanente nos termos do artigo 16.º, n.º 1 da Diretiva 2004/38. Com efeito, ainda que o artigo 16.º, n.º 4, da Diretiva 2004/38 só se refira às ausências do Estado-Membro de acolhimento, o vínculo de integração entre a pessoa em causa e esse Estado-Membro é igualmente posto em causa no caso de um cidadão que, tendo embora residido legalmente durante um período contínuo de cinco anos, decide em seguida permanecer nesse Estado-Membro sem dispor de um direito de residência. Assim sendo, a integração que preside à aquisição do direito de residência permanente previsto no artigo 16.º, n.º 1, da Diretiva 2004/38, baseia-se não apenas em fatores espaciais e temporais, mas também em fatores qualitativos, relativos ao grau de integração no Estado-Membro de acolhimento.

Por fim, no processo *Stewart* (acórdão de 21 de julho de 2011, C-503/09) que tem por objeto a natureza de uma prestação de incapacidade de curta duração para jovens deficientes, o Tribunal de Justiça proferiu uma decisão respeitante aos requisitos para a concessão da referida prestação, que consistiam não só na presença anterior do requerente no território do Estado-Membro no momento da apresentação do pedido, mas também, na sua presença anterior no território deste Estado. Segundo o Tribunal, o artigo 21.º, n.º 1, TFUE opõe-se a que um Estado-Membro sujeite a concessão de uma prestação de incapacidade de curta duração para jovens deficientes a um requisito de presença anterior do requerente no seu território, com exclusão de qualquer outro elemento que permita estabelecer a existência de uma ligação real entre o requerente e esse Estado-Membro, e a um requisito de presença no território do Estado-Membro competente no momento da apresentação do pedido.

<sup>17</sup> Acórdão de 7 de outubro de 2010, *Lassal*, C-162/09. Ver Relatório Anual 2010, p. 17.

<sup>18</sup> Ver nota 15.

<sup>19</sup> Diretiva 68/360/CEE do Conselho, de 15 de outubro de 1968, relativa à supressão das restrições à deslocação e permanência dos trabalhadores dos Estados-Membros e suas famílias na Comunidade (JO L 257, p. 13).



### *Livre circulação de mercadorias*

Ainda que a jurisprudência nesta matéria seja claramente menos abundante do que durante várias décadas, mantêm-se numerosos os processos entrados.

Assim, no processo *Francesco Guarnieri & Cie* (acórdão de 7 de abril de 2011, C-291/09), que dizia respeito a um litígio comercial entre uma sociedade monegasca e uma sociedade belga, o Tribunal de Justiça constatou, em primeiro lugar, que as mercadorias originárias do Mónaco beneficiam das regras do Tratado em matéria de livre circulação de mercadorias. No entanto, nos termos do artigo 3.º, n.º 2, alínea b), do Regulamento n.º 2913/92<sup>20</sup>, o território do Principado do Mónaco é considerado como fazendo parte do território aduaneiro da União. Dado que ao comércio entre o Mónaco e os Estados-Membros não pode, consequentemente, ser aplicado nenhum direito aduaneiro ou taxas de efeito equivalente, as mercadorias originárias do Mónaco e exportadas diretamente para um Estado-Membro devem ser tratadas como se fossem originárias dos referidos Estados. Em segundo lugar, o Tribunal de Justiça pronunciou-se a respeito da questão de saber se uma disposição de um Estado-Membro, que obriga qualquer cidadão estrangeiro, como os cidadãos monegascos, a constituir uma *cautio judicatum solvi* quando pretenda intentar uma ação contra um cidadão desse Estado-Membro, ao passo que tal exigência não é imposta aos nacionais deste último, constitui um entrave à liberdade de circulação de mercadorias com base no artigo 34.º TFUE. O Tribunal de Justiça respondeu a esta questão pela negativa. Segundo o Tribunal, é verdade que uma medida deste tipo leva a que os operadores económicos que pretendam intentar uma ação judicial sejam submetidos a um regime processual diferente consoante tenham ou não a nacionalidade do Estado-Membro em causa. Contudo, a circunstância de os cidadãos de outros Estados-Membros hesitarem em vender mercadorias a compradores estabelecidos no referido Estado-Membro, do qual possuam a nacionalidade, é demasiado aleatória e indireta para que uma tal medida nacional possa ser vista como suscetível de entravar o comércio intracomunitário, não podendo, assim, considerar-se demonstrado o nexo de causalidade entre a eventual alteração do comércio intracomunitário e a diferença de tratamento em causa.

Há que referir um segundo acórdão relativo à livre circulação de mercadorias. Trata-se do processo *Comissão/Áustria* (acórdão de 21 de dezembro de 2011, processo C-28/09) no qual estava em causa uma legislação nacional que proíbe a circulação a veículos pesados com um peso superior a 7,5 toneladas que transportem determinadas mercadorias, num troço rodoviário de primeira importância, que constitui uma das principais vias de comunicação terrestres entre determinados Estados-Membros. Segundo o Tribunal de Justiça, um Estado-Membro que preveja tal legislação, com o objetivo de garantir a qualidade do ar na zona em causa, em conformidade com o artigo 8.º, n.º 3, da Diretiva 96/62, relativa à avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente<sup>21</sup>, lido em combinação com a Diretiva 1999/30, relativa a valores-limite para o dióxido de enxofre, dióxido de azoto e óxidos de azoto, partículas em suspensão e chumbo no ar ambiente<sup>22</sup>, não cumpre as obrigações que lhe incumbem por força dos artigos 28.º CE e 29.º CE. Com efeito, constatou que, na medida em que obriga as empresas em causa a procurar soluções alternativas rentáveis para o transporte das mercadorias em causa, essa proibição deve ser considerada como medida de efeito

<sup>20</sup> Regulamento (CEE) n.º 2913/92 do Conselho, de 12 de outubro de 1992, que estabelece o Código Aduaneiro Comunitário (JO L 302, p. 1).

<sup>21</sup> Diretiva 96/62/CE do Conselho, de 27 de setembro de 1996, relativa à avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente (JO L 296, p. 55).

<sup>22</sup> Diretiva 1999/30/CE do Conselho, de 22 de abril de 1999, relativa a valores-limite para o dióxido de enxofre, dióxido de azoto e óxidos de azoto, partículas em suspensão e chumbo no ar ambiente (JO L 163 de 29.6.1999, p. 41).

equivalente a restrições quantitativas, incompatível com os artigos 28.º CE e 29.º CE, a menos que possa ser objetivamente justificada. Ora, para o Tribunal de Justiça, ainda que razões imperativas ligadas à proteção do ambiente, que em princípio também inclui a proteção da saúde, possam justificar medidas nacionais suscetíveis de entravar o comércio intracomunitário, desde que sejam adequadas a garantir a realização desse objetivo e não vão além do necessário para o atingir, a referida proibição não pode ser justificada a esse título, uma vez que não foi demonstrado que o objetivo prosseguido não podia ser atingido por outras medidas menos restritivas da liberdade de circulação, nomeadamente o alargamento da proibição de circular que abrange os pesados de certas classes aos pesados de outras classes ou a substituição do limite de velocidade variável por um limite de velocidade permanente de 100 km/h.

### *Livre circulação de pessoas, serviços e capitais*

Mais uma vez ao longo deste ano, o Tribunal de Justiça proferiu numerosos acórdãos em matéria de liberdade de estabelecimento, de livre prestação de serviços, de livre circulação de trabalhadores e de livre circulação de capitais. Por razões de clareza, os acórdãos selecionados serão agrupados em função da liberdade de que tratam e, sendo caso disso, em função do domínio de atividade em causa.

Em matéria de liberdade de estabelecimento, o Tribunal pronunciou-se em vários processos apensos a respeito do conceito de atividades ligadas ao exercício da autoridade pública e da exclusão das atividades notariais do âmbito de aplicação das disposições do artigo 49.º TFUE (anterior artigo 43.º CE). Tendo-lhe sido submetidas ações por incumprimento contra seis Estados-Membros, cuja legislação nacional limitava o acesso à profissão de notário aos cidadãos nacionais, o Tribunal declarou, nos seus acórdãos *Comissão/Bélgica* (acórdão de 24 de maio de 2011, processo C-47/08), *Comissão/França* (acórdão de 24 de maio de 2011, processo C-50/08), *Comissão/Luxemburgo* (acórdão de 24 de maio de 2011, processo C-51/08), *Comissão/Áustria* (acórdão de 24 de maio de 2011, processo C-53/08), *Comissão/Alemanha* (acórdão de 24 de maio de 2011, processo C-54/08), e *Comissão/Grécia* (acórdão de 24 de maio de 2011, processo C-61/08), que o artigo 45.º, primeiro parágrafo, CE constitui uma derrogação à regra fundamental da liberdade de estabelecimento, que deve ser objeto de uma interpretação que limite o seu alcance ao estritamente necessário para salvaguardar os interesses que esta disposição permite aos Estados-Membros proteger. Além disso, tal derrogação deve restringir-se apenas às atividades que, consideradas em si mesmas, apresentem uma ligação direta e específica com o exercício da autoridade pública. No que respeita às atividades confiadas aos notários, precisou em seguida que, para verificar se têm uma ligação direta e específica com o exercício da autoridade pública, há que tomar em consideração a natureza das atividades exercidas pelos mesmos. A este respeito, o Tribunal constatou que as diferentes atividades exercidas pelos notários nos Estados-Membros em causa não têm uma ligação direta e específica ao exercício da autoridade pública, na aceção do artigo 45.º, primeiro parágrafo, CE (atual artigo 51.º, primeiro parágrafo, TFUE), apesar dos importantes efeitos jurídicos conferidos aos seus atos, na medida em que a vontade das partes e a fiscalização e a decisão de um juiz se revestem de particular importância. O Tribunal realçou igualmente que, nos limites das respetivas competências territoriais, os notários exercem a sua profissão em condições de concorrência, o que não constitui uma característica do exercício da autoridade pública. Do mesmo modo, são direta e pessoalmente responsáveis, perante os seus clientes, pelos danos resultantes dos erros cometidos no exercício das suas atividades, ao contrário das autoridades públicas cuja responsabilidade pelos erros é assumida pelo Estado. Por conseguinte, concluiu que cada um dos Estados em causa não tinha cumprido as obrigações que lhe incumbiam por força do disposto no artigo 43.º CE (atual artigo 49.º TFUE), uma vez que as atividades confiadas aos notários na ordem jurídica de cada um desses Estados não estão ligadas ao exercício da autoridade pública na aceção do artigo 45.º, primeiro parágrafo, CE (atual artigo 51.º, primeiro parágrafo, TFUE).

Ainda em matéria de liberdade de estabelecimento, o Tribunal de Justiça precisou igualmente a sua jurisprudência em matéria de restrições impostas aquando da transferência da sede de uma sociedade para um Estado-Membro diferente do da sua constituição.

Assim, no processo *National Grid Indus* (acórdão de 29 de novembro de 2011, C-371/10), o Tribunal declarou que o artigo 49.º TFUE não se opõe a uma legislação de um Estado-Membro por força da qual o montante do imposto sobre as mais-valias latentes relativas a elementos do património de uma sociedade é fixado definitivamente (sem que sejam levadas em conta as menos-valias nem as mais-valias suscetíveis de serem realizadas posteriormente) no momento em que a sociedade, devido à transferência da sede da sua direção efetiva para outro Estado-Membro, deixa de auferir lucros tributáveis no primeiro Estado-Membro. Nesse aspeto, é indiferente que as mais-valias latentes tributadas digam respeito a lucros cambiais que não podem ser expressos no Estado-Membro de acolhimento, atendendo ao regime fiscal nele em vigor. Segundo o Tribunal de Justiça, essa legislação respeita o princípio da proporcionalidade, atendendo ao objetivo de sujeitar a imposto no Estado-Membro de origem as mais-valias surgidas no âmbito da competência fiscal desse Estado-Membro. Com efeito, é proporcionado que o Estado-Membro de origem, para salvaguardar o exercício da sua competência fiscal, determine o imposto devido sobre as mais-valias surgidas no seu território no momento em que deixa de existir o seu poder de tributação relativamente à sociedade em causa, no caso vertente, no momento da transferência da sede da direção efetiva desta para outro Estado-Membro. Em contrapartida, segundo o Tribunal de Justiça, o artigo 49.º TFUE opõe-se a uma legislação de um Estado-Membro que impõe a cobrança imediata do imposto sobre as mais-valias latentes relativas a elementos do património de uma sociedade que transfere a sede da sua direção efetiva para outro Estado-Membro, no próprio momento da referida transferência. Com efeito, considerou que uma legislação nacional que oferece à sociedade que transfere a sede da sua direção efetiva para outro Estado-Membro a opção entre, por um lado, o pagamento imediato do montante do imposto, que gera uma desvantagem em matéria de tesouraria para essa sociedade, mas a dispensa de ulteriores encargos administrativos, e, por outro, o pagamento diferido do montante do referido imposto, acrescido, se for caso disso, de juros segundo a legislação nacional aplicável, pagamento esse que é necessariamente acompanhado de um encargo administrativo para a sociedade em causa, associado ao seguimento dos ativos transferidos, constitui uma medida que, simultaneamente, é adequada a garantir a repartição equilibrada do poder tributário entre os Estados-Membros e é menos lesiva da liberdade de estabelecimento do que a cobrança imediata do referido imposto.

As regras do Tratado relativas à liberdade de estabelecimento e à livre prestação de serviços foram também interpretadas pelo Tribunal de Justiça no domínio da determinação do montante dos honorários dos advogados.

No processo *Comissão/Itália* (acórdão de 29 de março de 2011, C-565/08), a Comissão criticava a República Italiana por prever, em violação dos artigos 43.º CE e 49.º CE (atuais artigos 49.º TFUE e 56.º TFUE), disposições que impõem aos advogados o respeito de limites máximos para a determinação dos seus honorários. O Tribunal de Justiça rejeitou os argumentos da Comissão e concluiu que o Estado Italiano cumpriu as obrigações que lhe incumbem por força dos artigos 43.º CE (atual artigo 49.º TFUE) e 49.º CE (atual artigo 56.º TFUE), uma vez que a legislação em causa não estava concebida de forma a prejudicar o acesso, em condições de concorrência normais e eficazes, ao mercado dos serviços dos advogados. Segundo o Tribunal de Justiça, esta conclusão é aplicável a um regime que se caracteriza por uma flexibilidade que permite uma remuneração correta de todo o tipo de prestação fornecida pelos advogados, dado que é possível ultrapassar os honorários até ao dobro ou ao quádruplo, podendo mesmo ultrapassar-se esses limites, sendo do mesmo modo possível, em várias situações, que os advogados celebrem com o cliente um acordo especial de fixação dos honorários. O Tribunal precisou que a existência de uma restrição na aceção do Tratado



não se pode deduzir do mero facto de os advogados estabelecidos noutros Estados-Membros diferentes do Estado-Membro de acolhimento deverem, para o cálculo dos seus honorários relativos a prestações efetuadas no Estado-Membro de acolhimento, cumprir as regras aplicáveis nesse Estado-Membro, devendo antes fundar-se no facto de esse regime restringir o acesso dos advogados provenientes dos outros Estados-Membros ao mercado do Estado-Membro de acolhimento.

No que respeita à livre prestação de serviços, o Tribunal de Justiça proferiu vários acórdãos importantes em domínios muito diferentes, como, entre outros, os serviços de radiodifusão, os jogos de fortuna e azar, as atividades exercidas por peritos judiciais, a saúde pública e a comunicação comercial. Nesses acórdãos, o Tribunal de Justiça foi levado a aplicar o princípio da livre prestação de serviços como consagrado pelo Tratado, ou a interpretar uma diretiva destinada a aplicar o referido princípio num domínio particular.

No que respeita à jurisprudência relativa ao artigo 56.º TFUE, saliente-se, em primeiro lugar, o acórdão *Football Association Premier League e o.* (acórdão de 4 de outubro de 2011, processos apensos C-403/08 e C-429/08), que diz respeito ao direito exclusivo, atribuído a certos organismos de radiodifusão, numa base territorial, de difundir em direto jogos de futebol, e a atuação de certos exploradores de pubs que visava a contornar essa exclusividade mediante a utilização de cartões descodificadores estrangeiros. Segundo o Tribunal de Justiça, o artigo 56.º TFUE opõe-se a uma legislação que torna ilícita a importação, a venda e a utilização nesse Estado de dispositivos de descodificação estrangeiros que permitem o acesso a um serviço codificado de radiodifusão por satélite proveniente de outro Estado-Membro e que inclui objetos protegidos pela legislação desse primeiro Estado. Essa restrição não pode, em particular, ser justificada com o objetivo de proteger os direitos da propriedade intelectual. O Tribunal reconheceu que os eventos desportivos, enquanto tais, têm efetivamente um caráter único e, nesta medida, original, que pode transformá-los em objetos dignos de proteção comparável à proteção de obras. Contudo, na medida em que a salvaguarda dos direitos que constituem o objeto específico da propriedade intelectual em causa apenas garante uma remuneração adequada e não a remuneração mais elevada possível para a exploração comercial dos objetos protegidos, a referida salvaguarda é assegurada, uma vez que a receção de radiodifusão por satélite é condicionada pela detenção de um dispositivo de descodificação e que, por conseguinte, é possível determinar com um grau muito elevado de rigor o número de telespetadores que constituem a audiência efetiva e potencial da emissão em causa, ou seja, os telespetadores residentes e não residentes no Estado-Membro de emissão. Por outro lado, o suplemento pago pelos organismos de radiodifusão pela atribuição de um exclusivo territorial é suscetível de conduzir a diferenças artificiais de preços entre os mercados nacionais compartimentados. Ora, segundo o Tribunal de Justiça, tal compartimentação dos mercados e tal diferença artificial de preços são inconciliáveis com o objetivo essencial do Tratado que é a realização do mercado interno.

Em seguida, saliente-se o acórdão *Dickinger e Ömer* (acórdão de 15 de setembro de 2011, processo C-347/09), que confirma e precisa a jurisprudência do Tribunal de Justiça em matéria de monopólio de exploração de jogos de fortuna e azar. O Tribunal recordou assim que, ainda que um monopólio sobre os jogos de fortuna e azar constitua uma restrição à livre prestação de serviços, essa restrição pode, contudo, ser justificada por razões imperiosas de interesse geral como o objetivo de assegurar um nível particularmente elevado de proteção dos consumidores, o que incumbe ao órgão jurisdicional nacional verificar. No que respeita, em particular, à possibilidade de o titular do monopólio levar a cabo uma política de expansão, precisou que, para ser coerente com os objetivos de luta contra a criminalidade e de redução das ocasiões de jogo, uma legislação nacional que institua um monopólio em matéria de jogos de fortuna e azar deve, por um lado, assentar na constatação de que as atividades criminosas e fraudulentas ligadas ao jogo e a dependência do jogo constituem um problema no território do Estado-Membro interessado, que uma expansão das atividades

autorizadas e regulamentadas pode solucionar, e, por outro, permitir apenas a realização de publicidade moderada e estritamente limitada ao necessário para canalizar os consumidores para as redes de jogo controladas. Para que este objetivo de canalização para circuitos controlados possa ser atingido, os operadores autorizados devem constituir uma alternativa fiável, mas simultaneamente atraente, às atividades proibidas, o que pode, em si mesmo, implicar a oferta de uma extensa gama de jogos, uma publicidade de uma certa envergadura e o recurso a novas técnicas de distribuição. A este respeito, o Tribunal de Justiça indicou, contudo, que essa publicidade deve ser moderada e estritamente limitada ao necessário não podendo ter por fim encorajar a propensão natural dos consumidores para o jogo, estimulando-os a participar ativamente neste, nomeadamente banalizando o jogo ou dando deste uma imagem positiva ligada ao facto de as receitas recolhidas serem afetadas a atividades de interesse geral ou ainda aumentando o poder de atração do jogo por meio de mensagens publicitárias cativantes anunciando ganhos significativos.

No seu acórdão *Peñarroja Fa* (acórdão de 17 de março de 2011, processos apensos C-372/09 e C-373/09), o Tribunal de Justiça teve igualmente oportunidade de se debruçar sobre as condições de qualificação que podem ser impostas aos peritos judiciais que exercem as suas atividades no domínio da tradução. Em resposta a várias questões prejudiciais colocadas pela Cour de cassation francesa, constatou, em primeiro lugar, que as atividades dos peritos judiciais no domínio da tradução não constituem atividades ligadas ao exercício da autoridade pública, na aceção do artigo 45.º, primeiro parágrafo, CE (atual artigo 51.º, primeiro parágrafo, TFUE) uma vez que as traduções realizadas por esses peritos apenas têm um carácter auxiliar e deixam intactos tanto a apreciação da autoridade judicial como o livre exercício do poder jurisdicional. Decidiu em seguida que o artigo 49.º CE (atual artigo 56.º TFUE) se opõe a uma regulamentação nacional por força da qual a inscrição numa lista de peritos judiciais tradutores está sujeita a condições de qualificação sem que os interessados possam ter conhecimento dos fundamentos da decisão tomada a seu respeito e sem que essa decisão seja suscetível de recurso de natureza jurisdicional efetivo que permita verificar a respetiva legalidade, nomeadamente quanto ao respeito da exigência, resultante do direito da União, de que a sua qualificação adquirida e reconhecida noutros Estados-Membros tenha sido devidamente tida em conta. Do mesmo modo, segundo o Tribunal de Justiça, o artigo 49.º CE (atual artigo 56.º TFUE) opõe-se a uma exigência da qual resulta que ninguém pode figurar na lista nacional de peritos, na qualidade de tradutor, se não fizer prova da sua inscrição numa lista elaborada por uma Cour d'appel durante três anos consecutivos, quando se afigurar que essa exigência impede, no quadro do exame de um pedido de uma pessoa estabelecida noutro Estado-Membro e que não faz prova de tal inscrição, que a qualificação adquirida por essa pessoa e reconhecida nesse outro Estado-Membro seja devidamente tomada em consideração para efeitos de se determinar se e em que medida essa qualificação pode equivaler às competências normalmente esperadas de uma pessoa que tenha estado inscrita durante três anos consecutivos numa lista de peritos judiciais elaborada por uma Cour d'appel. A este respeito, o Tribunal de Justiça recordou que incumbe às autoridades nacionais assegurar que as qualificações adquiridas noutros Estados-Membros sejam reconhecidas pelo seu justo valor e devidamente tidas em consideração.

Por fim, há que realçar o acórdão *Comissão/Luxemburgo* (acórdão de 27 de janeiro de 2011, processo C-490/09), no qual estava em causa uma legislação luxemburguesa que exclui o reembolso das despesas com análises e exames laboratoriais efetuados noutros Estados-Membros. Neste acórdão, o Tribunal de Justiça decidiu que, ao não prever a tomada a cargo dessas despesas, na sua legislação nacional em matéria de segurança social, através de um reembolso das despesas efetuadas com essas análises e exames, e ao apenas prever um sistema de tomada a cargo direta pelas caixas de doença, o Estado Luxemburguês não cumpriu as obrigações que lhe incumbem por força do artigo 49.º CE (atual artigo 56.º TFUE). Com efeito, segundo o Tribunal de Justiça, na medida em que a aplicação dessa legislação equivale, na prática, a excluir a possibilidade de tomada a cargo das análises e exames laboratoriais efetuados pela quase totalidade, ou mesmo pela totalidade, dos

prestadores de serviços médicos estabelecidos noutros Estados-Membros, a referida legislação desencoraja, ou impede, que as pessoas filiadas na segurança social do referido Estado-Membro recorram a esses prestadores e constitui, quer para elas quer para os prestadores, um obstáculo à livre prestação de serviços.

De entre os processos relativos à interpretação de uma diretiva particular, assinala-se, antes de mais, o acórdão *Société fiduciaire nationale d'expertise comptable* (acórdão de 5 de abril de 2011, processo C-119/09), relativo à interpretação da Diretiva 2006/123<sup>23</sup>. Neste processo, o Conseil d'état francês interrogou-se a respeito da possibilidade de os Estados-Membros proibirem, de modo geral, que os membros de uma profissão regulamentada (como a profissão de perito contabilista) levem a cabo atos de angariação de clientela. Antes de mais, o Tribunal de Justiça declarou que o conceito de comunicação comercial, como definido no artigo 4.º, n.º 12, da Diretiva 2006/123, inclui não só a publicidade tradicional mas também outras formas de publicidade e de comunicações de informações destinadas a conseguir novos clientes e que, por conseguinte, a angariação de clientela se inclui no conceito de comunicação comercial. Em seguida, o Tribunal concluiu que uma proibição de qualquer atividade de angariação de clientela, seja qual for a sua forma, o seu conteúdo ou os meios empregues e que compreende a proibição de todos os meios de comunicação que permitam a execução dessa forma de comunicação comercial deve ser considerada como uma proibição total das comunicações comerciais, proibida pelo artigo 24.º, n.º 1, da Diretiva 2006/123. O Tribunal concluiu que, uma vez que proíbe totalmente qualquer forma de comunicação comercial, a legislação em causa é abrangida pelo âmbito de aplicação do artigo 24.º, n.º 1, da Diretiva 2006/123, é incompatível com esta diretiva e não pode justificar-se ao abrigo do seu artigo 24.º, n.º 2, mesmo não sendo discriminatória, tendo fundamento numa razão imperiosa de interesse geral e sendo proporcionada.

Em matéria de radiodifusão televisiva, saliente-se em seguida o acórdão *Mesopotamia Broadcast e Roj TV* (acórdão de 22 de setembro de 2011, processo C-244/10 e C-245/10). Neste acórdão, o Tribunal de Justiça declarou que o artigo 22.º-A da Diretiva 89/552<sup>24</sup>, conforme alterada pela Diretiva 97/36, que prevê que os Estados-Membros assegurarão que as emissões não contêm qualquer «incitamento ao ódio por razões de raça, sexo, religião ou nacionalidade» deve ser interpretado no sentido de os factos que estejam abrangidos por uma norma de direito nacional que proíbe uma violação do entendimento entre os povos, devem ser considerados incluídos no conceito acima referido. Segundo o Tribunal de Justiça, esse artigo não se opõe a que um Estado-Membro, em aplicação de uma legislação geral, como uma Lei das associações, aplique medidas a um organismo de radiodifusão televisiva estabelecido noutro Estado-Membro, pelo facto de as atividades e objetivos desse organismo infringirem a proibição de violação do entendimento entre os povos, desde que essas medidas não impeçam, o que deve ser verificado pelo juiz nacional, a retransmissão propriamente dita no território do Estado-Membro de receção das emissões de radiodifusão televisiva realizadas por esse organismo a partir do outro Estado-Membro.

Em matéria de livre circulação de trabalhadores, dois processos merecem ser realçados. Em primeiro lugar, importa referir o acórdão *Toki* (acórdão de 5 de abril de 2011, processo C-424/09),

<sup>23</sup> Diretiva 2006/123/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno (JO L 376, p. 36).

<sup>24</sup> Diretiva 89/552/CEE do Conselho, de 3 de outubro de 1989, relativa à coordenação de certas disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros relativas ao exercício de atividades de radiodifusão televisiva (JO L 298, p. 23), tal como alterada pela Diretiva 97/36/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de junho de 1997 (JO L 202, p. 60).

que tem por objeto a interpretação da Diretiva 89/48<sup>25</sup>. Neste processo, foi recusado a uma cidadão grega que tinha obtido o seu diploma no Reino Unido na área da engenharia ambiental, o acesso à profissão regulamentada de engenheiro na Grécia, pelo facto de não ser membro de pleno direito do Engineering Council, uma organização privada britânica expressamente referida pela Diretiva 89/48, não sendo, no entanto, a qualidade de membro desta organização obrigatória para exercer a profissão regulamentada de engenheiro no Reino Unido. O Tribunal precisou, antes de mais, que o mecanismo de reconhecimento previsto no artigo 3.º, primeiro parágrafo, alínea b), da Diretiva 89/48 é aplicável independentemente da questão de saber se o interessado é ou não membro de pleno direito da associação ou da organização em causa. Em seguida decidiu no sentido de que a experiência profissional invocada pelo autor de um pedido de autorização de exercício de uma profissão regulamentada no Estado-Membro de acolhimento deve observar os seguintes três requisitos: 1) a experiência invocada deve consistir num trabalho a tempo inteiro durante pelos menos dois anos no decurso dos dez anos precedentes; 2) esse trabalho deve ter consistido no exercício constante e regular de um conjunto de atividades profissionais que caracterizem a profissão em causa no Estado-Membro de origem, não sendo necessário que abranja todas essas atividades; e 3) a profissão, conforme é normalmente exercida no Estado-Membro de origem, deve ser equivalente, no que respeita às atividades que abrange, àquela para cujo exercício foi solicitada uma autorização no Estado-Membro de acolhimento.

Em segundo lugar, saliente-se o acórdão *Casteels* (acórdão de 10 de março de 2011, processo C-379/09), que diz respeito à salvaguarda dos direitos à pensão complementar de um trabalhador migrante. Neste acórdão, o Tribunal de Justiça declarou que o artigo 45.º TFUE deve ser interpretado no sentido de que, no âmbito da aplicação obrigatória de uma convenção coletiva de trabalho, se opõe a que, para determinar o período de aquisição de direitos definitivos a prestações de pensão complementar num Estado-Membro, não sejam considerados os anos de serviço cumpridos por um trabalhador para a mesma entidade patronal em sedes de exploração desta localizadas em diferentes Estados-Membros e ao abrigo de um mesmo contrato de trabalho global. Este artigo também se opõe a que se considere que um trabalhador deixou a sua entidade patronal, por sua própria iniciativa, quando é transferido de uma sede de exploração da sua entidade patronal, localizada num Estado-Membro, para uma sede de exploração dessa mesma entidade patronal, situada noutro Estado-Membro. O Tribunal de Justiça precisou igualmente que o artigo 48.º TFUE não tem um efeito direto suscetível de ser invocado por um particular contra uma entidade patronal do setor privado, no quadro de um litígio que os órgãos jurisdicionais nacionais são chamados a conhecer.

O princípio da livre circulação de capitais foi objeto de vários acórdãos em matéria fiscal. Entre este, assinala-se, em primeiro lugar, o acórdão *Comissão/Áustria* (acórdão de 16 de junho de 2011, processo C-10/10), no qual o Tribunal de Justiça declarou que um Estado-Membro que autorize a dedução fiscal dos donativos concedidos a instituições que desenvolvem atividades de investigação e de ensino exclusivamente quando as referidas instituições têm a sua sede no seu território não cumpre as obrigações que lhe incumbem por força do artigo 56.º CE (atual artigo 63.º TFUE) e do artigo 40.º do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu. Segundo o Tribunal, um critério de distinção entre os contribuintes que tem exclusivamente em conta o lugar de estabelecimento do beneficiário do donativo não pode, por definição, constituir um critério válido para a apreciar a comparabilidade objetiva das situações e, logo, para estabelecer uma diferença objetiva entre as mesmas. Além disso, sendo certo que a promoção da investigação e do desenvolvimento pode constituir uma razão imperiosa de interesse geral, uma legislação nacional que reserva o benefício de um crédito fiscal

<sup>25</sup> Diretiva do Conselho, de 21 de dezembro de 1988, relativa a um sistema geral de reconhecimento de diplomas de ensino superior que sancionam formações profissionais com uma duração mínima de três anos (JO 1989, L 19, p. 16), conforme alterada pela Diretiva 2001/19/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de maio de 2001 (JO L 206, p. 1).

às operações de investigação realizadas no Estado-Membro em causa é diretamente contrária ao objetivo da política da União no domínio da investigação e do desenvolvimento tecnológico. Com efeito, essa política visa, em conformidade com o artigo 163.º, n.º 2, CE, designadamente, a eliminação dos obstáculos fiscais à cooperação no domínio da investigação, não podendo, por conseguinte, ser implementada através da promoção da investigação e do desenvolvimento à escala nacional.

Em segundo lugar, cabe assinalar o acórdão Schröder (acórdão de 31 de março de 2011, processo C-450/09), no qual o Tribunal de Justiça declarou que artigo 63.º TFUE se opõe a uma legislação de um Estado-Membro que, ao mesmo tempo que permite a um contribuinte residente deduzir as rendas pagas a um ascendente que lhe transmitiu bens imóveis sitos no território desse Estado dos rendimentos locativos produzidos por esses bens, não concede essa dedução a um contribuinte não residente, desde que a obrigação de pagar essas rendas decorra da transmissão dos referidos bens. O Tribunal observou, a este respeito, que, na medida em que a obrigação do contribuinte não residente de pagar a renda ao seu ascendente decorre da transmissão que lhe foi feita dos imóveis sitos no Estado-Membro em causa, essa renda constitui uma despesa diretamente ligada à exploração desses bens, de modo que o referido contribuinte se encontra a este respeito numa situação comparável à de um contribuinte residente. Nestas condições, uma legislação nacional que, em matéria de imposto sobre o rendimento, recusa aos não residentes a dedução dessa despesa, concedendo-a aos residentes, é contrária ao artigo 63.º TFUE, se não houver justificação válida.

Por último, saliente-se o processo *Stewart* (acórdão de 21 de julho de 2011, C-503/09); que permitiu ao Tribunal de Justiça pronunciar-se, em matéria de segurança social dos trabalhadores migrantes, a respeito da natureza de uma prestação de incapacidade de curta duração para jovens deficientes e examinar o requisito de residência habitual no território do Estado-Membro, imposto para a concessão da referida prestação. Resulta do seu acórdão, por um lado, que uma prestação de incapacidade de curta duração para jovens deficientes constitui uma prestação de invalidez na aceção do artigo 4.º, n.º 1, alínea b), Regulamento (CEE) n.º 1408/71<sup>26</sup> se for pacífico que, à data da apresentação do pedido, o requerente sofria de uma deficiência permanente ou duradoura, estando essa prestação relacionada, em tal situação, diretamente com o risco de invalidez visado na referida disposição, e, por outro, que o artigo 10.º, n.º 1, primeiro parágrafo, do Regulamento n.º 1408/71, se opõe a que um Estado-Membro sujeite a concessão de uma prestação de incapacidade de curta duração para jovens deficientes, considerada como uma prestação de incapacidade, a um requisito de residência habitual do requerente no seu território.

### *Aproximação das legislações*

A jurisprudência em matéria de aproximação de legislações, mais uma vez abundante, revelou-se, à semelhança da atuação legislativa que a suscitou, multidirecional.

No domínio da proteção dos consumidores, no seu acórdão *Gebr. Weber et Putz* (acórdão de 16 de junho de 2011, processos apensos C-65/09 e C-87/09), o Tribunal de Justiça pronunciou-se a respeito da interpretação do artigo 3.º, n.ºs 2 e 3, da Diretiva 1999/44, relativa a certos aspetos da venda de bens de consumo e das garantias a elas relativas<sup>27</sup>, que prevê, em caso de não conformidade do bem

<sup>26</sup> Regulamento (CEE) n.º 1408/71 do Conselho, de 14 de junho de 1971, relativo à aplicação dos regimes de segurança social aos trabalhadores assalariados, aos trabalhadores não assalariados e aos membros da sua família que se deslocam no interior da Comunidade (JO L 149, p. 2; a seguir, Regulamento n.º 1408/71), alterado pela última vez pelo Regulamento (CE) n.º 631/2004 (JO L 100, p. 1).

<sup>27</sup> Diretiva 1999/44/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de maio de 1999, relativa a certos aspetos da venda de bens de consumo e das garantias a elas relativas (JO L 171, p. 12).



entregue, que o consumidor tem o direito exigir do vendedor a sua reparação ou substituição, sem encargos. Mais precisamente, o Tribunal devia responder à questão de saber, em primeiro lugar, se a substituição sem encargos abrange a remoção do bem defeituoso e a instalação de um bem de substituição e, em segundo lugar, se o vendedor pode recusar suportar despesas desproporcionadas de substituição, caso se trate da única forma de ressarcimento possível.

Na sua resposta à primeira questão, o Tribunal de Justiça recordou que a gratuitidade da reposição em conformidade do bem pelo vendedor é um elemento essencial da proteção assegurada ao consumidor pela referida diretiva. Assim baseando-se na finalidade desta mesma diretiva, que é a de garantir um nível elevado de defesa dos consumidores, o artigo 3.º, n.ºs 2 e 3, da Diretiva 1999/44 deve ser interpretado no sentido de que, quando um bem de consumo não conforme, que, antes de aparecer o defeito, foi instalado, de boa fé, pelo consumidor em conformidade com a sua natureza e o fim a que se destina, é colocado em estado conforme através da sua substituição, o vendedor está obrigado, ou a proceder ele próprio à remoção deste bem do local onde foi instalado e a aí instalar o bem de substituição, ou a suportar as despesas necessárias a essa remoção e à instalação do bem de substituição. Por outro lado, precisou que esta obrigação do vendedor existe independentemente da questão de saber se este se tinha comprometido, nos termos do contrato de venda, a instalar o bem de consumo comprado inicialmente.

No que diz respeito à segunda questão, o Tribunal de Justiça declarou que o artigo 3.º, n.º 3, da referida diretiva se opõe a que uma legislação nacional que confere ao vendedor o direito de recusar a substituição de um bem não conforme, único modo possível de ressarcimento, pelo facto de esta lhe impor, devido à obrigação de proceder à remoção deste bem do local onde foi instalado e de aí instalar o bem de substituição, custos desproporcionados em relação ao valor que o bem teria se fosse conforme e à importância da falta de conformidade. Todavia, admitiu igualmente que a disposição em causa, com o objetivo de assegurar um justo equilíbrio entre os interesses do consumidor e do vendedor, não se opõe a que o direito do consumidor ao reembolso das despesas de remoção do bem defeituoso e de instalação do bem de substituição seja, em tal caso, limitado à tomada a cargo, pelo vendedor, de um montante proporcionado fixado de acordo com os critérios definidos no acórdão.

Em matéria de responsabilidade decorrente dos produtos defeituosos, refira-se o processo *Dutruieux* (acórdão de 21 de dezembro de 2011, processo C-495/10), no qual o Tribunal de Justiça, tendo-lhe sido submetida uma questão prejudicial de interpretação, foi mais uma vez levado a precisar <sup>28</sup> o alcance da harmonização operada pela Diretiva 85/374 <sup>29</sup>. No caso em apreço, a questão colocada era, em substância, a de saber se a referida diretiva se opõe à manutenção do regime francês de responsabilidade sem culpa dos estabelecimentos públicos de saúde face aos seus pacientes, devido ao mau funcionamento de um aparelho ou de um produto utilizado no âmbito dos tratamentos dispensados.

O Tribunal de Justiça começou por recordar a sua jurisprudência a respeito do alcance e do grau de intensidade da harmonização operada pela Diretiva 85/374, afirmando que a mesma prossegue,

<sup>28</sup> Ver acórdão de 4 de junho de 2009, *Moteurs Leroy Somer* (C-285/08, Colect., p. I-4733).

<sup>29</sup> Diretiva 85/374/CEE do Conselho, de 25 de julho de 1985, relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros em matéria de responsabilidade decorrente dos produtos defeituosos (JO L 210, p. 29), na redação da Diretiva 1999/34/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de maio de 1999 (JO L 141, p. 20).

quanto aos aspetos que regula, uma harmonização total <sup>30</sup> e exaustiva <sup>31</sup>. Feita esta precisão, e para saber se, em aplicação desta jurisprudência, a referida diretiva se opõe a um dado regime nacional de responsabilidade, o Tribunal verificou antes de mais se este regime é abrangido pelo âmbito de aplicação desta diretiva. Por conseguinte, logo após esta chamada de atenção, os juízes examinaram os limites do âmbito da diretiva no que respeita ao círculo de pessoas que podem ser responsabilizadas a título do regime que instaurou. Segundo o Tribunal de Justiça, este círculo, que inclui, como prevê o artigo 3.º da referida diretiva, o produtor, o importador do produto na Comunidade e o fornecedor, quando o produtor não for identificável, é exaustivamente definido. Por conseguinte, o Tribunal de Justiça declarou que a responsabilidade de um prestador de serviços que, no âmbito de uma prestação de serviços tratamentos em meio hospitalar, utiliza aparelhos ou produtos defeituosos de que não é o produtor na aceção do disposto no artigo 3.º da Diretiva 85/374, e, desta maneira, causa danos ao beneficiário da prestação não se insere no âmbito de aplicação desta diretiva. Os juízes concluíram que a referida diretiva não se opõe a que um Estado-Membro institua um regime, como o que está em causa no processo principal, que prevê a responsabilidade desse prestador relativamente aos danos assim provocados, mesmo não existindo culpa que lhe seja imputável, desde que, no entanto, seja mantida a faculdade de o lesado e/ou o referido prestador acionarem a responsabilidade do produtor, com fundamento na referida diretiva, quando estiverem preenchidos os requisitos previstos por esta.

Em matéria de medicamentos para uso humano, os requisitos referiam-se a duas decisões proferidas no mesmo dia (acórdãos de 5 de maio de 2011, *Novo Nordisk*, processo C-249/09, e *MSD Sharp & Dohme*, processo C-316/09), nas quais o Tribunal de Justiça deu importantes precisões a respeito do sentidos de certas disposições da Diretiva 2001/83, que estabelece um código comunitário relativo aos medicamentos para uso humano <sup>32</sup>, que enquadram a publicidade destes medicamentos.

No primeiro processo, *Novo Nordisk*, já referido, o litígio no processo principal dizia respeito a uma empresa de saúde especializada no tratamento dos diabetes, a quem foi proibida, por decisão do Instituto do Medicamento da República da Estónia, a publicação numa revista médica de uma publicidade a um remédio à base de insulina destinada a pessoas habilitadas a receitar medicamentos, pelo facto de ser contrária às disposições do direito nacional, que preveem que a publicidade de um medicamento não pode incluir informações que não constem do resumo das características do produto. Tendo-lhe sido submetido um recurso de anulação desta decisão, o juiz de reenvio submeteu duas questões prejudiciais ao Tribunal de Justiça, relativas à interpretação do artigo 87.º, n.º 2, da Diretiva 2001/83, segundo o qual «todos os elementos da publicidade de um medicamento devem estar de acordo com as informações que figuram no resumo das características do produto».

Na primeira questão, o juiz de reenvio pretendia saber se o artigo 87.º, n.º 2, da Diretiva 2001/83 devia ser interpretado no sentido de que é igualmente aplicável às citações de revistas médicas ou de outras obras científicas incluídas na publicidade de medicamentos dirigida a pessoas habilitadas a receitar medicamentos. O Tribunal respondeu pela afirmativa, considerando que, com efeito, resulta quer da posição do artigo 87.º da Diretiva 2001/83 na estrutura desta quer da redação e do

<sup>30</sup> Ver, entre outros, os acórdãos de 10 de janeiro de 2006, Comissão/Irlanda (C-402/00, Colect., p. I-199, n.º 25), de 23 de abril de 2002, Comissão/Portugal (C-52/00, Colect., p. I-3827, n.º 24), e de 25 de abril de 2002, Comissão/Áustria (C-154/03, Colect., p. I-3879, n.º 20).

<sup>31</sup> Acórdão *Moteurs Leroy Somer*, já referido (n.º 25).

<sup>32</sup> Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de novembro de 2001, que estabelece um código comunitário relativo aos medicamentos para uso humano (JO L 311, p. 67), alterada pela Diretiva 2004/27/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março de 2004 (JO L 136, p. 34).

conteúdo do referido artigo 87.º no seu todo, que o seu n.º 2 constitui uma norma geral relativa a qualquer publicidade aos medicamentos, incluindo a dirigida às pessoas habilitadas a receitá-los ou a fornecê-los.

Na segunda questão, o juiz nacional interrogava o Tribunal de Justiça sobre o alcance da proibição prevista pelo artigo 87.º, n.º 2, da Diretiva 2001/83. O Tribunal de Justiça respondeu que esta disposição deve ser interpretada no sentido de que proíbe a publicação, na publicidade de um medicamento às pessoas habilitadas a receitá-lo ou fornecê-lo, de afirmações que estejam em contradição com o resumo das características do produto, sem no entanto exigir que todas as afirmações que figuram nessa publicidade se encontrem no referido resumo ou possam ser dele inferidas. Além disso, precisou que essa publicidade pode incluir afirmações que completem as informações referidas no artigo 11.º da dita diretiva, desde que essas afirmações confirmem ou clarifiquem, num sentido compatível, as referidas informações, sem as desvirtuar, e estejam em conformidade com as exigências a que se referem os artigos 87.º, n.º 3, e 92.º, n.ºs 2 e 3, desta diretiva.

No segundo processo, *MSD Sharp & Dohme*, já referido, o Tribunal de Justiça devia pronunciar-se a respeito da interpretação do artigo 88.º, n.º 1, alínea a), da mesma Diretiva 2001/83, que proíbe a publicidade junto do público em geral de medicamentos que só podem ser vendidos mediante receita médica. No caso em apreço, uma empresa farmacêutica alegava que uma das suas concorrentes tinha violado as disposições de direito nacional que transpunham esta regra, ao publicar no seu sítio da Internet informações acessíveis a todos a respeito de três medicamentos fabricados por ela e sujeitos a receita médica. A demandante obteve dos órgãos jurisdicionais nacionais a proibição da publicação em causa. Tendo-lhe sido submetido um recurso de «Revision», interposto pela demandada, o órgão jurisdicional de reenvio pergunta, em substância, ao Tribunal de Justiça se a publicação controvertida constituía uma verdadeira publicidade, na aceção do artigo 88.º, n.º 1, alínea a), da Diretiva 2001/83. O Tribunal de Justiça respondeu que esta disposição devia ser interpretada no sentido de que não proíbe a difusão num sítio da Internet, por uma empresa farmacêutica, de informações relativas a medicamentos sujeitos a receita médica, quando estas informações se encontram acessíveis neste sítio apenas a quem as procura obter e quando essa difusão consista exclusivamente na reprodução fiel da embalagem do medicamento, nos termos do artigo 62.º da referida diretiva, bem como na reprodução literal e integral da bula ou do resumo das características do produto aprovados pela autoridade competente em matéria de medicamentos. É, pelo contrário, proibida a difusão nesse sítio de informações sobre um medicamento que tenham sido objeto, por parte do fabricante, de uma seleção ou de uma alteração, uma vez que essas manipulações de informação só se podem explicar em virtude de uma finalidade publicitária.

Ainda em matéria de medicamentos para uso humano, mas desta vez no que respeita ao Regulamento n.º 469/2009, relativo ao certificado complementar de proteção para os medicamentos <sup>33</sup>, cumpre realçar o processo *Medeva* (acórdão de 24 de novembro de 2011, processo C-322/10), no qual o Tribunal de Justiça respondeu a um pedido de decisão prejudicial destinado a ver precisadas as condições de obtenção de um certificado complementar de proteção (a seguir «CCP»).

Para colmatar insuficiência de proteção conferida por uma patente, o artigo 3.º do Regulamento n.º 469/2009 prevê a possibilidade de o titular de uma patente nacional obter um CCP, desde que, nomeadamente, o produto esteja protegido por uma patente de base em vigor e que, o produto tenha obtido, enquanto medicamento, uma autorização de introdução no mercado (a seguir «AIM»)

<sup>33</sup> Regulamento (CE) n.º 469/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de maio de 2009, relativo ao certificado complementar de protecção para os medicamentos (JO L 152, p. 1).



válida. O Tribunal de Justiça precisou, antes de mais, no que respeita aos critérios que permitem determinar se «[o] produto est[á] protegido por uma patente de base em vigor», que o artigo 3.º, alínea a), do referido regulamento deve ser interpretado no sentido de que se opõe a que as autoridades competentes em matéria de propriedade industrial de um Estado-Membro concedam um CCP para princípios ativos que não são mencionados no texto das reivindicações da patente de base invocada em apoio desse pedido. Em seguida, no que respeita à segunda condição prevista no artigo 3.º, alínea b) do Regulamento n.º 469/2009, segundo a qual o produto deve estar abrangido por uma AIM como medicamento, e no que respeita à composição desse medicamento, o Tribunal de Justiça indicou que, desde que os outros requisitos previstos no artigo 3.º estejam igualmente preenchidos, o artigo 3.º, alínea b) deste mesmo regulamento não se opõe a que as autoridades competentes em matéria de propriedade industrial de um Estado-Membro concedam um CCP para uma associação de dois princípios ativos, correspondente à que figura no texto das reivindicações da patente de base invocada, quando o medicamento cuja AIM é apresentada em apoio do pedido de CCP compreenda não apenas esta associação dos dois princípios ativos mas igualmente outros princípios ativos.

Em matéria de proteção das invenções biotecnológicas, o Tribunal de Justiça proferiu uma importante decisão prejudicial, no processo *Brüstle* (acórdão de 18 de outubro de 2011, processo C-34/10), na qual definiu o conceito de «embrião humano». O pedido de decisão prejudicial foi apresentado no âmbito de uma ação intentada pela associação «Greenpeace», na qual se requeria a anulação de uma patente que tinha por objeto células progenitoras neurais, produzidas a partir de células estaminais embrionárias, utilizadas para tratar doenças neurológicas. Neste processo, foi submetida ao Tribunal uma questão relativa à interpretação do conceito de «embrião humano», não definida na Diretiva 98/44, relativa à proteção jurídica das invenções biotecnológicas <sup>34</sup>, e a respeito do alcance da exclusão da patenteabilidade das invenções relativas à utilização de embriões humanos para fins industriais e comerciais, prevista no artigo 6.º, n.º 2, alínea b), da referida diretiva.

Num primeiro momento, o Tribunal de Justiça precisou que os termos «embrião humano» que figuram no artigo 6.º, n.º 2, da Diretiva 98/44 devem ser considerados como designando um conceito autónomo do direito da União, que deve ser interpretado de maneira uniforme no seu território. Tendo, em seguida, observado que o contexto e a finalidade da diretiva revelam que o legislador da União pretendeu excluir qualquer possibilidade de patenteabilidade sempre que o respeito devido à dignidade do ser humano possa ser afetado, o Tribunal considerou que o conceito de «embrião humano» ser entendido em sentido lato e que, neste contexto, constitui um «embrião humano», na aceção da disposição acima referida, qualquer óvulo humano desde a fase da fecundação, qualquer óvulo humano não fecundado no qual tenha sido implantado o núcleo de uma célula humana amadurecida e qualquer óvulo humano não fecundado que foi estimulado para efeitos de divisão e desenvolvimento através de partenogénese. Em contrapartida, o declarou que cabe ao juiz nacional determinar, à luz dos desenvolvimentos científicos, se uma célula estaminal obtida a partir de um embrião humano na fase blastocitária constitui um «embrião humano» na aceção desta disposição.

Em seguida, o Tribunal de Justiça declarou que a exclusão da patenteabilidade relativa à «utilização de embriões humanos para fins industriais ou comerciais» abrange também a utilização para fins de investigação científica. Com efeito, segundo o Tribunal de Justiça, a concessão de uma patente a uma invenção implica, em princípio, a sua exploração industrial e comercial e, mesmo que o fim de investigação científica se deva distinguir dos fins industriais ou comerciais, a utilização de embriões

<sup>34</sup> Diretiva 98/44/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de julho de 1998, relativa à protecção jurídica das invenções biotecnológicas (JO L 213, p. 13).

humanos para fins de investigação, que constitui o objeto do pedido de patente, não pode ser separada da própria patente e dos direitos que lhe são inerentes.

Por fim, pronunciou-se a respeito da patenteabilidade de uma invenção que incide sobre a produção de células progenitoras neurais. Decidiu que patenteabilidade de uma invenção deve ser excluída quando, como no caso em apreço, a execução dessa invenção implica a prévia destruição de embriões humanos ou a sua utilização como matéria-prima, independentemente da fase em que estas ocorram e mesmo que a descrição da informação técnica solicitada não mencione a utilização de embriões humanos.

Nos processos *Monsanto e o.* (acórdão de 8 de setembro de 2011, processos apensos C-58/10 a C-68/10), o Tribunal de Justiça pronunciou-se sobre as condições em que as autoridades nacionais podem adotar medidas de emergência destinadas a suspender ou proibir provisoriamente a utilização ou colocação no mercado de organismos geneticamente modificados (a seguir «OGM»), que já receberam uma autorização para a colocação no mercado com base na Diretiva 90/220 sobre os OGM <sup>35</sup> (revogada pela Diretiva 2001/18 <sup>36</sup>).

O Tribunal de Justiça considerou que, no caso em apreço, o milho MON 810, autorizado nomeadamente enquanto semente para fins de cultivo, em aplicação da Diretiva 90/220, foi notificado como «produto existente», em conformidade com o Regulamento n.º 1829/2003 relativo a géneros alimentícios geneticamente modificados <sup>37</sup>, que a seguir foi objeto de um pedido de renovação da autorização de introdução no mercado, cujo exame está em curso, ao abrigo desse regulamento. Considerou que, nessas circunstâncias, um Estado-Membro não pode recorrer à cláusula de salvaguarda prevista na Diretiva 2001/18 para adotar medidas de suspensão e posterior proibição provisória da utilização ou da introdução no mercado de um OGM como o milho MON 810. Precisou que, em contrapartida, tais medidas de emergência podem ser adotadas em conformidade com o Regulamento n.º 1829/2003.

A este respeito o Tribunal de Justiça sublinhou que um Estado-Membro que pretenda adotar medidas de emergência ao abrigo deste último regulamento deve respeitar quer os requisitos materiais previstos por este quer os requisitos processuais previstos no Regulamento n.º 178/2002 <sup>38</sup>, para o qual o primeiro regulamento remete a este respeito. O Estado-Membro deve por conseguinte informar «oficialmente» a Comissão da necessidade de tomar medidas de emergência. Se a Comissão não tomar medidas, deve informá-la «imediatamente», bem como os outros Estados-Membros, das medidas provisórias que adotou.

Por outro lado, declarou que, no que respeita aos requisitos materiais das medidas de emergência adotadas em aplicação do Regulamento n.º 1829/2003, este último regulamento impõe aos Estados-Membros que verifiquem, além da urgência, a existência de uma situação suscetível de

<sup>35</sup> Diretiva 90/220/CE do Conselho, de 23 de abril de 1990, relativa à libertação deliberada no ambiente de organismos geneticamente modificados (JO L 117, p. 15).

<sup>36</sup> Diretiva 2001/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de março de 2001, relativa à libertação deliberada no ambiente de organismos geneticamente modificados e que revoga a Diretiva 90/220/CEE do Conselho (JO L 106, p. 1).

<sup>37</sup> Regulamento (CE) n.º 1829/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de setembro de 2003, relativo a géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados (JO L 268, p. 1).

<sup>38</sup> Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2002, que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios (JO L 31, p. 1).

apresentar um risco importante que ponha manifestamente em perigo a saúde humana, a saúde animal ou o ambiente. Não obstante o seu caráter provisório e preventivo, estas medidas apenas podem ser tomadas se baseadas numa avaliação dos riscos tão completa quanto possível, tendo em conta as circunstâncias específicas do caso em apreço, que mostram que essas medidas se impõem.

Por fim, o Tribunal de Justiça sublinhou que à luz da economia do sistema previsto pelo Regulamento n.º 1829/2003 e do seu objetivo de evitar disparidades artificiais a avaliação e a gestão de um risco grave e aparente competem, em última instância, exclusivamente à Comissão e ao Conselho, sob o controlo do juiz da União.

Tendo igualmente por objeto a interpretação do Regulamento n.º 1829/2003, relativo a géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados <sup>39</sup>, o processo *Bablok e o.* (acórdão de 6 de setembro de 2011, processo C-442/09) também merece referência. O litígio no processo principal opunha um apicultor e o Freistaat Bayern (Alemanha), proprietário de vários terrenos nos quais foi cultivado milho MON 810 (OGM). O apicultor alegava que a presença de ADN do milho MON 810 no pólen de milho e em algumas amostras de mel da sua produção era suscetível de tornar os seus produtos apícolas impróprios para a comercialização e para o consumo. Depois de realçar que, quando o pólen controvertido é incorporado no mel ou em suplementos alimentares à base de pólen, perde a capacidade de fecundação, o órgão jurisdicional de reenvio submeteu uma questão prejudicial ao Tribunal de Justiça tendo principalmente como objetivo determinar se a simples presença de pólen de milho geneticamente modificado que perdeu a capacidade de reprodução nos produtos apícolas em causa tem como consequência a sujeição a autorização da sua colocação no mercado.

Assim, o Tribunal de Justiça foi levado a precisar o conceito de organismo geneticamente modificado, na aceção do artigo 2.º, ponto 5, do Regulamento n.º 1829/2003. Considerou que uma substância como o pólen proveniente de uma variedade de milho geneticamente modificado, que perdeu a capacidade de reprodução e que se encontra desprovida de capacidade de transferir o material genético que contém, deixou de ser abrangida por este conceito. O Tribunal de Justiça declarou contudo que produtos como o mel e os suplementos alimentares que contém esse pólen constituem géneros alimentícios que contém ingredientes produzidos a partir de OGM na aceção do referido regulamento. A este respeito, o Tribunal de Justiça constatou que o pólen controvertido é «produzido a partir de OGM» e que constitui um «ingrediente» do mel e dos suplementos alimentares à base de pólen. No que diz respeito ao mel, sublinha que o pólen não é um corpo estranho nem uma impureza do mel, mas um componente normal deste produto, de modo que deve efetivamente ser qualificado de «ingrediente». Por conseguinte, o pólen em causa é abrangido pelo âmbito de aplicação do regulamento e deve ser submetido ao regime de autorização previsto por este antes da sua colocação no mercado. Por outro lado, o Tribunal observou que o caráter intencional ou acidental da introdução deste pólen no mel não faz com que o género alimentício que contém ingredientes produzidos a partir de OGM escape à aplicação deste regime de autorização. O Tribunal precisou, por fim, que existe uma obrigação de autorização e de supervisão de um género alimentício, prevista pelo artigo 3.º, n.º 1, e artigo 4.º, n.º 2, do Regulamento n.º 1829/2003, independentemente da proporção de material geneticamente modificado que o produto em causa contenha, e que a esta obrigação não se pode aplicar por analogia um limiar de tolerância como o previsto em matéria de rotulagem no artigo 12.º, n.º 2, do mesmo regulamento.

No domínio da proteção dos direitos de autor na sociedade da informação, duas decisões chamam particularmente a atenção.

<sup>39</sup> Ver nota 37.

A primeira diz respeito a medidas nacionais destinadas a lutar contra a teledescarga ilegal na Internet (acórdão de 24 de novembro de 2011, *Scarlet Extended*, processo C-70/10). O processo teve origem num litígio que opunha a Scarlet Extended SA, fornecedora de acesso à Internet (a seguir «FAI»), à SABAM, sociedade de gestão belga encarregada de autorizar a utilização por terceiros de obras musicais de autores, compositores e editores. A SABAM tinha concluído que os internautas que utilizam os serviços da Scarlet tele Descarregavam na Internet, sem autorização e sem pagar direitos, obras constantes do seu catálogo através de *software* «peer-to-peer». A SABAM recorreu ao órgão jurisdicional nacional e, em primeira instância, obteve uma medida inibitória contra o FAI no sentido de que esta cessasse as violações dos direitos de autor em causa, tornando impossível qualquer forma de envio ou de receção de ficheiros que contivessem uma obra musical pertencente ao repertório da SABAM por parte dos seus clientes, através de *software* «peer-to-peer». No âmbito de um recurso interposto pelo FAI, o órgão jurisdicional de reenvio suspendeu a instância para, em substância, perguntar a título prejudicial ao Tribunal de Justiça se essa medida inibitória era compatível com o direito da União.

O Tribunal de Justiça respondeu que as Diretivas 2000/31<sup>40</sup>, 2001/29<sup>41</sup>, 2004/48<sup>42</sup>, 95/46<sup>43</sup> e 2002/58<sup>44</sup>, lidas conjuntamente e interpretadas à luz das exigências resultantes da proteção dos direitos fundamentais aplicáveis, devem ser interpretadas no sentido de que se opõem a uma medida inibitória que ordena a um FAI a instalação de um sistema de filtragem de todas as comunicações eletrónicas que transitam pelos seus serviços, nomeadamente através da utilização de *software* «peer-to-peer», que se aplica indistintamente a toda a sua clientela, com carácter preventivo, exclusivamente a expensas suas e sem limitação no tempo, e que seja capaz de identificar na rede desse fornecedor a circulação de ficheiros eletrónicos que contenham uma obra musical, cinematográfica ou audiovisual sobre a qual o requerente alega ser titular de direitos de propriedade intelectual, com o objetivo de bloquear a transferência de ficheiros cujo intercâmbio viole direitos de autor.

O Tribunal de Justiça fundamentou a sua decisão indicando que, com efeito, a referida medida inibitória não respeita a proibição, prevista no artigo 15.º, n.º 1, da Diretiva 2000/31, de imposição de uma obrigação geral de vigilância, nem a exigência de assegurar o justo equilíbrio entre o direito de propriedade intelectual, por um lado, e a liberdade de empresa, o direito à proteção dos dados pessoais e a liberdade de receber ou de enviar informações, por outro.

No segundo processo (acórdão de 16 de junho de 2011, *Stichting de Thuisakopie*, C-462/09), o Tribunal de Justiça pronunciou-se a respeito das modalidades de execução e do alcance da obrigação, que incumbe aos Estados-Membros que admitem a exceção de cópia para uso privado, de garantir o pagamento de uma compensação equitativa aos titulares do direito de autor, em conformidade com o artigo 5.º, n.º 2, alínea b), da Diretiva 2001/29 sobre o direito de autor e os direitos conexos

<sup>40</sup> Diretiva 2000/31/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2000, relativa a certos aspetos legais dos serviços da Sociedade de Informação, em especial do comércio eletrónico, no mercado interno (JO L 178, p. 1).

<sup>41</sup> Diretiva 2001/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio de 2001, relativa à harmonização de certos aspetos do direito de autor e dos direitos conexos na Sociedade da Informação (JO L 167, p. 10).

<sup>42</sup> Diretiva 2004/48/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, relativa ao respeito dos direitos de propriedade intelectual (JO L 157, p. 16).

<sup>43</sup> Diretiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (JO L 281, p. 31).

<sup>44</sup> Diretiva 2002/58/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de julho de 2002, relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das comunicações eletrónicas (JO L 201, p. 37).

na Sociedade da Informação <sup>45</sup>. O caso em discussão dizia respeito a uma hipótese particular de um vendedor profissional do suporte de reprodução que estava estabelecido num Estado-Membro diferente daquele a quem cabia a obrigação acima referida e que dirigia as suas atividades para esse Estado.

Em primeiro lugar, o Tribunal admitiu que ainda que o utilizador final, que efetua a título privado a reprodução de uma obra protegida, deva, em princípio, ser considerado devedor da compensação equitativa, é permitido aos Estados-Membros, tendo em conta as dificuldades práticas para identificar os utilizadores privados e obrigá-los a indemnizar os titulares dos direitos do prejuízo que lhes causam, instaurar uma taxa por cópia privada, a cargo das pessoas que disponibilizam equipamentos, aparelhos e suportes de reprodução a este utilizador final, visto que essas pessoas têm a possibilidade de repercutir o montante desta taxa no preço que o utilizador final paga pela referida disponibilização. Em segundo lugar, o Tribunal de Justiça interpretou as disposições da mesma diretiva no sentido de que impõem ao Estado-Membro que introduziu a exceção de cópia privada no seu direito nacional uma obrigação de resultado, no sentido de que este Estado tem o dever de assegurar, no âmbito das suas competências, uma cobrança efetiva da compensação equitativa destinada a ressarcir os autores lesados pelo prejuízo sofrido, nomeadamente se este ocorreu no território do referido Estado-Membro. A este respeito, a simples circunstância de o vendedor profissional de equipamentos, aparelhos ou suportes de reprodução estar estabelecido num Estado-Membro diferente daquele onde residem os compradores não tem incidência nesta obrigação de resultado. Cabe ao órgão jurisdicional nacional, em caso de impossibilidade de assegurar a cobrança da compensação equitativa junto dos compradores, interpretar o direito nacional, a fim de permitir a cobrança desta compensação ao devedor que age na qualidade de comerciante.

Mais genericamente, no domínio da proteção dos direitos de propriedade intelectual, o Tribunal de Justiça pronunciou-se, no processo *Realchemie Nederland* (acórdão de 18 de outubro de 2011, processo C-406/09), a respeito do alcance da regra prevista pelo artigo 14.º da Diretiva 2004/48, relativa ao respeito dos direitos de propriedade intelectual <sup>46</sup>, segundo a qual os Estados-Membros devem assegurar que as custas judiciais da parte que obtiver ganho de causa, num litígio relativo a uma violação de um direito de propriedade intelectual, sejam, em princípio, suportadas pela parte vencida.

Neste processo, o Tribunal declarou que as custas de um processo de *exequatur* iniciado num Estado-Membro e em que se requer o reconhecimento e a execução de uma decisão proferida noutro Estado-Membro, no quadro de um litígio em que se pretendia fazer respeitar um direito de propriedade intelectual, são abrangidas pelo artigo 14.º da Diretiva 2004/48. Com efeito, segundo o Tribunal de Justiça, esta interpretação é conforme quer com o objetivo geral da Diretiva 2004/48, que é a aproximação das legislações dos Estados-Membros, a fim de assegurar um nível elevado de proteção, equivalente e homogêneo da propriedade intelectual, quer com o objetivo específico do referido artigo 14.º, que é o de evitar que uma parte lesada seja dissuadida de intentar um processo judicial para salvaguarda dos seus direitos de propriedade intelectual. Em conformidade com os referidos objetivos, o responsável pela violação dos direitos de propriedade intelectual deve, em geral, suportar integralmente as consequências financeiras da sua conduta.

No processo *Association Belge des Consommateurs Test-Achats e o.* (acórdão de 1 de março de 2011, C-236/09), foi submetida uma questão ao Tribunal de Justiça, pela Cour constitutionnelle do Reino

<sup>45</sup> Ver nota 41.

<sup>46</sup> Ver nota 42.



da Bélgica, a respeito da validade do artigo 5.º, n.º 2, da Diretiva 2004/113 <sup>47</sup>, que dispõe que «[s]em prejuízo do n.º 1, os Estados-Membros podem decidir, antes de 21 de dezembro de 2007, permitir diferenciações proporcionadas nos prémios e benefícios individuais sempre que a consideração do sexo seja um fator determinante na avaliação de risco com base em dados atuariais e estatísticos relevantes e rigorosos». O Tribunal de Justiça recordou que é ponto assente que a finalidade prosseguida pela Diretiva 2004/113 no setor dos serviços de seguros é, como reflecte o seu artigo 5.º, n.º 1, a aplicação da regra dos prémios e das prestações unissexo. O décimo oitavo considerando desta diretiva enuncia expressamente que, para garantir a igualdade de tratamento entre homens e mulheres, a consideração do sexo enquanto fator atuarial não deve resultar numa diferenciação nos prémios e benefícios individuais. O décimo nono considerando da referida diretiva identifica a faculdade concedida aos Estados-Membros de não aplicarem a regra dos prémios e das prestações unissexo como «derrogação». Assim, a Diretiva 2004/113 assenta na premissa de que, para efeitos de aplicação do princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres consagrado nos artigos 21.º e 23.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, as situações respetivas das mulheres e dos homens no que respeita aos prémios e às prestações de seguro que contratam são equivalentes. O Tribunal declarou em seguida, que o artigo 5.º, n.º 2, da Diretiva 2004/113, que permite aos Estados-Membros em causa manter sem limite temporal uma derrogação à regra dos prémios e das prestações unissexo, é contrária à concretização do objetivo de igualdade de tratamento entre homens e mulheres prosseguido pela referida diretiva e incompatível com os artigos 21.º e 23.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Por conseguinte, o Tribunal de Justiça concluiu que esta disposição deve ser considerada inválida, com efeitos a 21 de dezembro de 2012.

No processo *Churchill Insurance Company e Evans* (acórdão de 1 de dezembro de 2011, C-442/10), respeitante às Primeira, Segunda e Terceira Diretivas 72/166 <sup>48</sup>, 84/5 <sup>49</sup> e 90/232 <sup>50</sup> relativas ao seguro de responsabilidade civil automóvel, codificadas pela Diretiva 2009/103 <sup>51</sup>, foi submetida uma questão prejudicial ao Tribunal de Justiça a respeito do alcance da cobertura pelo seguro obrigatório relativamente a terceiros vítimas num sinistro.

No seu acórdão, o Tribunal de Justiça declarou que o artigo 1.º, primeiro parágrafo, da Terceira Diretiva 90/232 e o artigo 2.º, n.º 1, da Segunda Diretiva 84/5 se opõem a uma regulamentação nacional que tenha por efeito exonerar automaticamente a seguradora da obrigação de indemnizar a vítima de um acidente de viação quando esse acidente tiver sido causado por um condutor não coberto pela apólice de seguro e essa vítima, que era passageiro do veículo no momento do acidente e segurado como condutor desse veículo, tenha autorizado o condutor a conduzi-lo.

<sup>47</sup> Diretiva 2004/113/CE do Conselho, de 13 de dezembro de 2004, que aplica o princípio de igualdade de tratamento entre homens e mulheres no acesso a bens e serviços e seu fornecimento (JO L 373, p. 37).

<sup>48</sup> Diretiva 72/166/CE do Conselho, de 24 de abril de 1972, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes ao seguro de responsabilidade civil que resulta da circulação de veículos automóveis e à fiscalização do cumprimento da obrigação de segurar esta responsabilidade (JO L 103, p. 1; EE 13 F2 p. 113).

<sup>49</sup> Diretiva 84/5/CEE do Conselho, de 30 de dezembro de 1983, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes ao seguro de responsabilidade civil que resulta da circulação de veículos automóveis (JO L 8, p. 17).

<sup>50</sup> Diretiva 90/232/CEE do Conselho, de 14 de maio de 1990, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes ao seguro de responsabilidade civil relativo à circulação de veículos automóveis (JO L 129, p. 33).

<sup>51</sup> Diretiva 2009/103/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, relativa ao seguro de responsabilidade civil que resulta da circulação de veículos automóveis e à fiscalização do cumprimento da obrigação de segurar esta responsabilidade. Esta diretiva ainda não estava em vigor no momento em que se produziram os factos.

O Tribunal precisou, além disso, que esta interpretação não é diferente consoante o segurado, que é simultaneamente lesado, tivesse conhecimento de que a pessoa que autorizou a conduzir o veículo não estava segurada para esse efeito ou tivesse a convicção de que o estava ou ainda se tivesse interrogado ou não a esse respeito. O Tribunal de Justiça admitiu contudo que isto não exclui a possibilidade de os Estados-Membros tomarem em consideração este elemento no âmbito das suas regras em matéria de responsabilidade civil, na condição de exercerem as suas competências neste domínio com observância do direito da União, e, em particular, do artigo 3.º, n.º 1, da Primeira Diretiva, do artigo 2.º, n.º 1, da Segunda Diretiva e do artigo 1.º da Terceira Diretiva, e de as referidas disposições nacionais não privarem essas diretivas do seu efeito útil. Assim, segundo o Tribunal de Justiça, uma regulamentação nacional definida em função de critérios gerais e abstratos não pode negar ou limitar de modo desproporcionado o direito do passageiro de ser indemnizado pelo seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel pelo simples facto de ter contribuído para a produção do dano. Só em circunstâncias excecionais, com base numa apreciação individual, a indemnização da vítima poderá ser limitada.

### *Transportes*

No processo *Luxemburgo/Parlamento e Conselho* (acórdão de 12 de maio de 2011, C-176/09), o Tribunal de Justiça pronunciou-se a respeito da validade da Diretiva 2009/12, relativa às taxas aeroportuárias <sup>52</sup>. O único aeroporto desse Estado-Membro, ainda que não preencha o critério quantitativo imposto pela referida diretiva (cinco milhões movimentos de passageiros por ano) e ainda que próximo de outros aeroportos situados em Estados-Membros vizinhos, está sujeito às obrigações administrativas e financeiras desta mesma diretiva, pois é considerado, nos seus termos, como um aeroporto que goza de uma posição privilegiada como ponto de entrada nesse Estado. Contra a validade da referida diretiva, o Grão-Ducado do Luxemburgo invocou a violação do princípio da igualdade de tratamento, por um lado, devido à existência de outros aeroportos regionais que registam movimentos de passageiros mais importantes e, por outro, pelo facto de o seu único aeroporto ser tratado como um aeroporto que regista um fluxo de passageiros anual superior a cinco milhões.

O Tribunal de Justiça recordou, em primeiro lugar, que o legislador da União tinha afetado uma distinção entre duas categorias de aeroportos e que, o aeroporto que registre o maior movimento de passageiros por ano, nos Estados-Membros em que nenhum aeroporto atinge o limite de cinco milhões de movimento de utilizadores, é considerado o ponto de entrada no Estado-Membro pois goza de uma posição privilegiada. O Tribunal declarou, em seguida, que o legislador da União não cometeu nenhum erro nem excedeu o seu poder ao fazer uma distinção entre os aeroportos secundários e os aeroportos principais, independentemente do número de movimentos de utilizadores por ano: os aeroportos secundários não podem, com efeito, ser considerados o ponto de entrada no Estado-Membro, na aceção da referida diretiva. Por fim, declarou que o simples facto de um aeroporto gozar de uma posição privilegiada é suficiente para justificar a aplicação desta mesma diretiva. O Tribunal de Justiça sublinhou igualmente que nada indica que as despesas resultantes do regime instituído por esta diretiva sejam manifestamente desproporcionadas em relação às vantagens que dele decorrem e que o legislador da União considerou corretamente que não era necessário incluir os aeroportos que registem um tráfego anual inferior a cinco milhões de movimento de passageiros no âmbito de aplicação da referida diretiva, quando estes não forem o aeroporto principal do seu Estado-Membro.

<sup>52</sup> Diretiva 2009/12/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2009, relativa às taxas aeroportuárias (JO L 70, p. 11).

## Concorrência

Tanto através da apreciação de recursos dos acórdãos do Tribunal Geral como por ocasião dos reenvios prejudiciais, o Tribunal de Justiça teve a oportunidade de esclarecer vários aspetos do direito da concorrência, quer ao nível das regras substantivas do Tratado quer dos procedimentos que garantem a sua aplicação, nomeadamente no que diz respeito à repartição de competências entre as autoridades da União e dos Estados-Membros.

No processo *Paint Graphos e o.* (acórdão de 8 de setembro de 2011, processos apensos C-78/08 a C-80/08), foram submetidas ao Tribunal de Justiça várias questões prejudiciais relativas aos benefícios fiscais concedidos pela lei italiana às sociedades cooperativas. O Tribunal de Justiça pronunciou-se a respeito da aplicação das disposições relativas aos auxílios estatais<sup>53</sup> às diversas isenções de imposto que a regulamentação italiana concede às sociedades cooperativas. O órgão jurisdicional de reenvio considerou, com efeito, que importava determinar previamente se e, sendo caso disso, em que condições o facto de as sociedades cooperativas em causa realizarem poupanças fiscais, frequentemente importantes, constitui um auxílio incompatível com o mercado comum na aceção do artigo 87.º, n.º 1, CE. Com efeito, tal incompatibilidade implicaria, devido ao efeito direto do artigo 88.º, n.º 3, CE, o dever de as autoridades nacionais, incluindo os órgãos jurisdicionais, não aplicarem o decreto italiano que prevê esses benefícios fiscais.

O Tribunal de Justiça explicitou portanto como devem ser interpretados os requisitos aos quais o artigo 87.º, n.º 1, CE subordina a qualificação de uma medida nacional como auxílio de Estado, concretamente, em primeiro lugar, o financiamento dessa medida pelo Estado ou através de recursos estatais, em segundo lugar, o caráter seletivo da referida medida e, em terceiro lugar, os efeitos desta última nas trocas comerciais entre os Estados-Membros e a distorção de concorrência dela resultante. O Tribunal recordou que uma isenção fiscal constitui um auxílio de Estado e que são proibidos os auxílios que favoreçam certas empresas ou certas produções. O Tribunal de Justiça também recordou que uma medida que constitua uma exceção à aplicação do sistema fiscal geral pode, contudo, ser justificada se o Estado-Membro em causa conseguir demonstrar que esta medida resulta diretamente dos princípios fundadores ou diretores do seu sistema fiscal, ao mesmo tempo que precisou que a finalidade prosseguida por intervenções estatais não basta para as fazer automaticamente escapar à qualificação de auxílio estatal. De qualquer modo, para que isenções fiscais como as das cooperativas italianas possam ser justificadas pela natureza ou pela economia geral do sistema fiscal do Estado-Membro interessado, é ainda necessário assegurar que sejam conformes com o princípio da proporcionalidade e não excedam os limites do que é necessário, no sentido de que o objetivo legítimo prosseguido não pode ser atingido por medidas de menor alcance. Por fim, o Tribunal de Justiça examinou a questão da afetação das trocas comerciais entre os Estados-Membros e da distorção de concorrência, em conformidade com as disposições do artigo 87.º, n.º 1, CE. O Tribunal de Justiça recordou que quando um auxílio concedido por um Estado-Membro reforça a posição de uma empresa relativamente às demais empresas concorrentes nas trocas comerciais intracomunitárias, deve entender-se que tais trocas comerciais são influenciadas pelo auxílio. A este respeito, precisou o Tribunal de Justiça, não é necessário que a própria empresa beneficiária participe nas trocas comerciais intracomunitárias. De facto, quando um Estado-Membro concede um auxílio a uma empresa, a produção interna pode ser mantida ou aumentada, daí resultando que as hipóteses de as empresas estabelecidas noutros Estados-Membros penetrarem no mercado deste Estado-Membro são diminuídas. Além disso, um reforço de uma empresa que, até então, não participava nas trocas comerciais intracomunitárias pode colocá-la numa situação que lhe permita entrar no mercado de outro Estado-Membro. Por esta razão o Tribunal concluiu que o benefício fiscal

<sup>53</sup> Artigos 87.º e 88.º do Tratado CE (JO 2002, C 325, p. 67).



concedido às sociedades cooperativas italianas era suscetível de afetar as trocas comerciais entre os Estados-Membros e de falsear a concorrência, e era constitutivo de um auxílio de Estado, se todos os requisitos de aplicação do artigo 87.º, n.º 1, CE se encontrassem preenchidos. O Tribunal de Justiça sublinhou que incumbe ao órgão jurisdicional de reenvio apreciar o caráter seletivo das isenções fiscais concedidas às sociedades cooperativas, bem como a sua eventual justificação pela natureza ou pela economia geral do sistema fiscal nacional em que se inscrevem. Para tal, o Tribunal recomendou ao tribunal italiano que determinasse, nomeadamente, se as sociedades cooperativas se encontram, de facto, numa situação comparável à de outros operadores constituídos sob a forma de entidades jurídicas com fins lucrativos e, se tal fosse efetivamente o caso, se o tratamento fiscal mais favorável reservado às referidas sociedades cooperativas era, por um lado, inerente aos princípios essenciais do sistema de tributação aplicável no Estado-Membro em causa e, por outro, conforme com os princípios da coerência e da proporcionalidade.

No processo *Comissão e Espanha/ Governo de Gibraltar e Reino Unido* (acórdão de 15 de novembro de 2011, processos apensos C-106/09 P e C-107/09 P), o Tribunal de Justiça anulou o acórdão do Tribunal de Primeira Instância, de 18 de Dezembro de 2008, através do qual este último tinha anulado uma decisão da Comissão relativa a um regime de auxílios que o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte pretendia aplicar através da reforma do imposto sobre as sociedades em Gibraltar. O Tribunal considerou que o Tribunal de Primeira Instância tinha cometido um erro de direito ao considerar que o projeto de reforma fiscal não conferia vantagens seletivas às sociedades *offshore*. Com efeito, o Tribunal de Justiça considerou que, ainda que uma carga fiscal diferente resultante da aplicação de um regime fiscal «geral» não possa, por si só, estabelecer a seletividade de uma tributação, esta seletividade existe contudo quando, como no caso em apreço, os critérios de tributação adotados por um sistema fiscal são suscetíveis de caracterizar as empresas beneficiárias em virtude das propriedades que lhes são específicas enquanto categoria de empresas privilegiadas. Recordou, em particular, que a qualificação de um sistema fiscal de «seletivo» não está sujeita ao facto de este ser concebido de modo a que o conjunto das empresas esteja sujeito à mesma carga fiscal e a que algumas delas beneficiem de regras derogatórias que lhes conferem uma vantagem seletiva. Esta conceção do critério de seletividade pressupõe que um regime fiscal, para poder ser qualificado de seletivo, seja concebido segundo uma determinada técnica regulamentar. Ora, tal abordagem teria como consequência que normas fiscais nacionais deixassem à partida de estar sujeitas ao controlo em matéria de auxílios de Estado pelo simples facto de resultarem de outra técnica regulamentar, apesar de provocarem os mesmos efeitos.

No processo *TeliaSonera Sverige* (acórdão de 17 de fevereiro de 2011, processo C-52/09), o Tribunal de Justiça pronunciou-se a respeito de uma prática anticoncorrencial no setor das telecomunicações, no mercado grossista das prestações por linha de assinante digital assimétrica intermédias, utilizado para as ligações em banda larga. Um tribunal sueco submeteu uma questão ao Tribunal de Justiça a respeito dos critérios segundo os quais se deve considerar que uma prática tarifária de compressão de margens constitui um abuso de posição dominante. Esta prática, dita de «compressão tarifária das margens», consiste na fixação, por parte de um operador, em geral verticalmente integrado, de tarifas retalhistas num mercado e da tarifa de uma prestação intermédia, necessária para aceder ao mercado retalhista, sem que seja deixada suficiente margem entre as duas para a cobertura dos demais custos com o fornecimento da prestação retalhista. Essa prática pode constituir, na aceção do artigo 102.º TFUE, um abuso da posição dominante ocupada por uma empresa de telecomunicações verticalmente integrada.

O Tribunal de Justiça recordou que o artigo 102.º, segundo parágrafo, alínea a), TFUE proíbe expressamente que uma empresa dominante imponha direta ou indiretamente preços não equitativos. Precisou, em seguida, que a lista das práticas abusivas constante do artigo 102.º TFUE não é taxativa, de modo que a enumeração das práticas abusivas contida nessa disposição não

esgota as formas de exploração abusiva de posição dominante proibidas pelo direito da União. Com efeito, a exploração abusiva de uma posição dominante proibida por essa disposição é um conceito objetivo, que visa os comportamentos de uma empresa em posição dominante que, num mercado no qual, precisamente em consequência da presença da empresa em questão, o grau de concorrência já está enfraquecido, têm por efeito impedir, através do recurso a mecanismos diferentes dos que regulam a concorrência normal de produtos ou de serviços com base nas prestações dos operadores económicos, a manutenção do grau de concorrência ainda existente no mercado ou o desenvolvimento dessa concorrência. Assim, segundo o Tribunal de Justiça, para determinar se a empresa em posição dominante explorou de forma abusiva esta posição ao aplicar as suas práticas tarifárias, é preciso analisar a globalidade das circunstâncias, e apurar se essa prática tende a suprimir ou a restringir a possibilidade de o comprador escolher as suas fontes de abastecimento, a impedir o acesso dos concorrentes ao mercado, a aplicar a parceiros comerciais condições desiguais para prestações equivalentes, ou a reforçar a posição dominante através de uma concorrência falseada.

O Tribunal de Justiça declarou portanto que, na falta de justificação objetiva, pode constituir um abuso na aceção do artigo 102.º TFUE o facto de uma empresa verticalmente integrada, que ocupa uma posição dominante no mercado grossista das prestações por linha de assinante digital assimétrica intermédias, aplicar uma prática tarifária em virtude da qual a diferença entre os preços praticados nesse mercado e os praticados no mercado retalhista das prestações de ligação em banda larga aos clientes finais não seja suficiente para cobrir os custos específicos que esta empresa deve suportar para aceder a este último mercado.

No contexto da apreciação do carácter abusivo desta prática, o Tribunal de Justiça precisou as circunstâncias do caso concreto que não são pertinentes para a apreciação da existência de um abuso de posição dominante. Trata-se das seguintes circunstâncias: o facto de a empresa em causa não estar sujeita a uma obrigação regulamentar de fornecer as prestações por linha de assinante digital assimétrica intermédias no mercado grossista no qual ocupa uma posição dominante; o grau de domínio do mercado por parte dessa empresa; a circunstância de a referida empresa não ocupar, ao mesmo tempo, uma posição dominante igualmente no mercado retalhista das prestações de ligação em banda larga aos clientes finais; a circunstância de os clientes aos quais tal prática tarifária se aplica serem clientes novos ou existentes da empresa em causa; a impossibilidade, para a empresa dominante, de recuperar os prejuízos que a aplicação de tal prática tarifária lhe possa causar, nem o grau de maturação dos mercados em questão e a presença nestes de uma nova tecnologia, que exige elevados investimentos.

O Tribunal de Justiça declarou que havia que tomar em consideração, em princípio e prioritariamente, os preços e os custos da empresa em causa no mercado das prestações retalhistas. Com efeito, só quando, atendendo às circunstâncias, não for possível fazer referência a esses preços e custos é que cabe examinar os dos concorrentes que operam nesse mesmo mercado. O Tribunal de Justiça declarou igualmente que é necessário demonstrar que, tendo em conta, em especial, o carácter indispensável do produto grossista, esta prática tem um efeito anticoncorrencial pelo menos potencial no mercado retalhista, sem que isso seja minimamente justificado do ponto de vista económico.

No processo *General Química e o./Comissão* (acórdão de 20 de janeiro de 2011, processo C-90/09), o Tribunal de Justiça pronunciou-se a respeito do regime da presunção do exercício efetivo de uma influência decisiva de uma sociedade-mãe sobre o comportamento da sua filial, no âmbito de um acordo no setor dos produtos químicos para o tratamento da borracha. Este processo dizia respeito a uma sociedade holding que detinha 100% do capital de uma sociedade interposta que por sua vez detinha a totalidade do capital de uma filial. Segundo o Tribunal, não se pode excluir que uma sociedade holding possa ser considerada solidariamente responsável pelas infrações ao direito da

concorrência da União cometidas por uma filial do seu grupo, cujo capital social ela não detém diretamente, sempre que essa sociedade *holding* exerça uma influência determinante sobre a referida filial, mesmo que indiretamente, através de uma sociedade interposta. É esse, nomeadamente, o caso quando a filial não determina de forma autónoma o seu comportamento no mercado relativamente a esta sociedade interposta, a qual também não age de forma autónoma no mercado mas aplica, no essencial, as instruções que lhe são dadas pela sociedade *holding*. Em tal situação, a sociedade *holding*, a sociedade interposta e a última filial do grupo fazem parte de uma mesma unidade económica e, portanto, constituem uma única empresa na aceção do direito da concorrência da União. O Tribunal de Justiça confirmou portanto que a Comissão tem o direito de obrigar a sociedade *holding* a pagar solidariamente a coima aplicada à última filial do grupo, sem que seja necessário demonstrar o envolvimento direto nesta infração, a menos que a sociedade *holding* ilida a referida presunção, demonstrando que a sociedade interposta ou a referida filial se comportam de forma autónoma no mercado. O Tribunal de Justiça anulou contudo o acórdão do Tribunal de Primeira Instância, que tinha confirmado a decisão da Comissão, pelo facto de este último estar obrigado a tomar em consideração e a examinar concretamente os elementos que foram adiantados pela sociedade-mãe para demonstrar a autonomia da filial na execução da sua política comercial para verificar se a Comissão tinha cometido um erro de apreciação ao ter considerado essas provas como insuscetíveis de demonstrar que essa filial não constituía uma entidade económica única, juntamente com a sociedade-mãe. O Tribunal de Primeira Instância cometeu um erro de direito ao afirmar que os argumentos apresentados com o objetivo de provar a existência dessa autonomia não podiam proceder sem proceder a um exame concreto dos elementos alegados pela sociedade-mãe, mas referindo-se apenas à jurisprudência.

Num processo relativo a um acordo no setor dos produtos químicos, o Tribunal de Justiça pronunciou-se novamente a respeito do regime da presunção do exercício efetivo de uma influência decisiva de uma sociedade-mãe sobre o comportamento da sua filial (acórdão de 29 de setembro de 2011, *Elf Aquitaine/Comissão*, processo C-521/09 P).

Por decisão de 2005, a Comissão tinha aplicado coimas a várias sociedades, entre as quais a Elf Aquitaine SA e a sua filial Arkema SA, que considerou autoras de um acordo no mercado de uma substância utilizada como produto químico intermédio.

Estas duas sociedades interpuseram dois recursos distintos no Tribunal de Primeira Instância, destinados à anulação da decisão da Comissão ou à redução das coimas que lhes tinham sido aplicadas.

O Tribunal de Primeira Instância rejeitou todos os argumentos invocados pelas duas sociedades. Considerou, classicamente, que, quando a totalidade ou a quase totalidade do capital social de uma filial é detida pela sua sociedade-mãe, a Comissão pode presumir que esta última exerce uma influência determinante na política comercial da sua filial.

O Tribunal de Justiça começou por recordar que, quando uma decisão em matéria de direito da concorrência diga respeito a uma pluralidade de destinatários e à imputabilidade de uma infração, essa decisão deve ser suficientemente fundamentada no que diz respeito a cada um dos destinatários. Assim, relativamente a uma sociedade-mãe responsabilizada pelo comportamento ilícito da sua filial, essa decisão deve, em princípio, conter uma exposição circunstanciada dos fundamentos suscetíveis de justificar a imputabilidade da infração a esta sociedade.

Ora, o Tribunal de Justiça sublinhou que, dado que a decisão da Comissão assentava exclusivamente na presunção do exercício efetivo de uma influência determinante da sociedade Elf Aquitaine SA no comportamento da sua filial, a Comissão era obrigada a expor de forma adequada as razões

pelas quais os elementos de facto e de direito invocados pela sociedade Elf Aquitaine SA não foram suficientes para ilidir esta presunção, sob pena de tornar esta presunção inilidível na prática. Com efeito, o carácter ilidível da presunção exige que os interessados, para que a mesma seja ilidida, façam prova dos vínculos económicos, organizacionais e jurídicos entre as sociedades em causa.

Segundo o Tribunal de Justiça, incumbia por conseguinte ao Tribunal de Primeira Instância dar particular atenção à questão de saber se a decisão da Comissão continha uma exposição circunstanciada das razões pelas quais os elementos apresentados pela sociedade Elf Aquitaine SA não eram suficientes para ilidir a presunção de responsabilidade aplicada nesta decisão.

O Tribunal constatou em seguida que a fundamentação da decisão da Comissão a respeito dos argumentos avançados pela sociedade Elf Aquitaine SA consistia apenas numa série de simples afirmações e negações, repetitivas e de forma alguma circunstanciadas e que, na falta de precisões complementares, essa série de afirmações e de negações não era portanto suscetível de permitir à sociedade Elf Aquitaine SA conhecer as justificações da medida tomada, ou ao órgão jurisdicional competente exercer a sua fiscalização.

Por conseguinte, o Tribunal de Justiça anulou o acórdão do Tribunal de Primeira Instância e a decisão da Comissão na parte em que imputava a infração à sociedade Elf Aquitaine SA e lhe aplicava uma coima.

Num processo relativo a um cartel no mercado dos tubos sanitários de cobre, no qual estavam em causa três sociedades do mesmo grupo, a Comissão adotou uma decisão relativa a um processo de aplicação do artigo 81.º CE e do artigo 53.º do Acordo relativo ao Espaço Económico Europeu <sup>54</sup>. As três sociedades tinham interposto recurso no Tribunal de Primeira Instância invocando fundamentos relativos ao montante da coima aplicada pela Comissão. O Tribunal de Primeira Instância negou provimento a todos os fundamentos e as sociedades interpuseram recurso para o Tribunal de Justiça (acórdão de 8 de dezembro de 2011, *KME Germany e o./Comissão*, processo C-272/09 P).

Além da fiscalização da aplicação dos critérios, que são objeto de jurisprudência constante e assente dos órgãos jurisdicionais europeus, em matéria de fixação do montante das coimas em caso de prática anticoncorrencial, ou seja, a duração da infração, a gravidade da mesma e a eventual cooperação das sociedades em causa, o Tribunal de Justiça pronunciou-se a respeito do fundamento baseado na violação do direito a um recurso jurisdicional efetivo. As sociedades sustentaram que o Tribunal de Primeira Instância tinha violado o direito da União e o seu direito fundamental a um recurso jurisdicional efetivo e sem entraves, dado que não tinha examinado com atenção e cuidado os seus argumentos e remeteu de forma excessiva e irrazoável para o poder de apreciação da Comissão. As sociedades em causa invocavam o artigo 6.º da Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia <sup>55</sup>.

O Tribunal de Justiça recordou que o princípio da proteção jurisdicional efetiva constitui um princípio geral do direito da União, que se encontra atualmente consagrado no artigo 47.º da Carta e que a fiscalização jurisdicional das decisões das instituições foi organizada pelos tratados fundadores, tendo precisado que, além da fiscalização da legalidade, prevista no artigo 263.º TFUE, foi prevista uma fiscalização de plena jurisdição no que respeita às sanções previstas nos regulamentos.

<sup>54</sup> Acordo relativo ao Espaço Económico Europeu (JO 1994, L 181, p. 185).

<sup>55</sup> Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (JO 2010, C 83, p. 401).

No que respeita à fiscalização da legalidade, o Tribunal de Justiça, na linha da sua jurisprudência anterior, considerou que, apesar de a Comissão dispor de uma margem de apreciação em domínios que originam apreciações económicas complexas, tal não implica que o juiz da União se deva abster de fiscalizar a interpretação, feita pela Comissão, de dados de natureza económica. Incumbe a este último levar a cabo essa fiscalização com base nos elementos apresentados pela recorrida.

Considerou, por conseguinte, que o juiz da União não se pode apoiar na margem de apreciação de que dispõe a Comissão, nem relativamente à escolha dos elementos a levar em conta para determinar o montante das coimas, nem no que respeita à avaliação desses elementos para renunciar ao exercício de uma fiscalização aprofundada, tanto de direito como de facto.

No que respeita à competência de plena jurisdição relativa ao montante das coimas, o Tribunal precisou que esta competência habilita o juiz, para além da simples fiscalização da legalidade da punição, a substituir a apreciação da Comissão pela sua própria apreciação e, por conseguinte, suprimir, reduzir ou aumentar a coima ou a sanção pecuniária aplicada. Porém, o Tribunal de Justiça sublinhou que o exercício da competência de plena jurisdição não significa que o juiz seja obrigado a proceder a uma fiscalização a título oficioso da totalidade da decisão impugnada; tal pressuporia, com efeito, uma nova instrução do processo.

Por conseguinte, concluiu, em primeiro lugar, que o juiz da União deve exercer uma fiscalização tanto de direito como de facto e que tem o poder de apreciar as provas, de anular a decisão da Comissão e de alterar o montante das coimas. O Tribunal de Justiça sublinhou assim que não se afigura que a fiscalização jurisdicional, como prevista no direito da União, seja contrária às exigências do princípio da proteção jurisdicional efetiva que figura na Carta dos Direitos Fundamentais. Em seguida, decidiu que, no processo que lhe tinha sido submetido, o Tribunal de Primeira Instância tinha exercido a fiscalização plena e integral, de direito e de facto, a que estava obrigado.

Os processos *Solvay/Comissão* (acórdão de 25 de outubro de 2011, processos apensos C-109/10 P e C-110/10 P) permitiram ao Tribunal de Justiça precisar os contornos da obrigação de respeito dos direitos de defesa. A Comissão tinha aplicado uma primeira sanção à sociedade Solvay em 1990, por abuso de posição dominante no mercado do carbonato de sódio e acordo em matéria de preço com um concorrente. As decisões através das quais a Comissão aplicou uma sanção à sociedade belga foram anuladas. A Comissão adotou portanto novas decisões, em 2000, nas quais aplicou novas coimas à sociedade Solvay pelos mesmos factos. Esta última tinha interposto recurso para o Tribunal Geral, alegando que a Comissão tenha violado o direito de acesso aos documentos por ela detidos, nomeadamente devido à perda de alguns desses documentos. Sustentava igualmente que a Comissão devia ter procedido à sua audição antes de adotar as novas decisões. Na medida em que o Tribunal Geral negou provimento aos recursos da sociedade Solvay, esta última interpôs recurso para o Tribunal de Justiça, que examinou as mesmas alegações.

O Tribunal de Justiça recordou, antes de mais, que o direito de acesso ao processo implica que a Comissão faculte à empresa em causa a possibilidade de proceder a um exame de todos os documentos que figuram no processo de instrução e que possam ser pertinentes para a sua defesa. A violação do direito de acesso ao processo durante o procedimento que antecede a adoção da decisão é suscetível, em princípio, de levar à anulação dessa decisão quando se verificar uma violação do direito de defesa.

O Tribunal de Justiça precisou que, nesse processo, não estava em causa o facto de faltarem alguns documentos, cujo conteúdo poderia ter sido reconstituído a partir de outras fontes, mas de faltarem subprocessos completos que poderiam conter documentos essenciais do procedimento na Comissão e que poderiam igualmente ter sido pertinentes para a defesa da Solvay.



Por conseguinte, o Tribunal de Justiça declarou que o Tribunal Geral tinha cometido um erro de direito ao considerar que o facto de a Solvay não ter tido acesso a todos os documentos do processo não constituía uma violação dos direitos de defesa.

No que respeita à audição da empresa antes da adoção de uma decisão da Comissão, o Tribunal de Justiça recordou que a mesma faz parte dos direitos de defesa e que deve, por conseguinte, ser examinada em função das circunstâncias específicas de cada caso concreto. Quando a Comissão, após anulação de uma decisão com fundamento em vício de forma relativo exclusivamente às modalidades da sua adoção definitiva pelo colégio dos comissários, adota uma nova decisão, com um conteúdo substancialmente idêntico e com base nas mesmas acusações, não tem de proceder a nova audição das empresas em causa. Contudo, o Tribunal de Justiça considerou que a questão da audição da Solvay não podia, todavia, ser dissociada do acesso ao processo, uma vez que, no procedimento administrativo que precedeu a adoção das primeiras decisões de 1990, a Comissão não tinha fornecido à Solvay a totalidade dos documentos que figuravam no seu processo. Ora, apesar destes elementos e não obstante a importância que a jurisprudência do Tribunal de Justiça e do Tribunal Geral atribui ao acesso ao processo, a Comissão adotou decisões iguais às que tinham sido anuladas por falta de autenticação regular, sem ter dado início a um novo procedimento administrativo, no âmbito do qual devia ter ouvido a Solvay depois de lhe ter dado acesso ao processo.

O Tribunal de Justiça concluiu portanto que o Tribunal Geral tinha cometido um erro de direito ao considerar que a audição da Solvay não era necessária para adoção das novas decisões e anulou os acórdãos do Tribunal, bem como, decidindo quanto ao mérito, as decisões da Comissão.

Em processos relativos a acordos e práticas concertadas que envolviam produtores europeus de vigas, a Comissão Europeia tinha adotado, em 1994, uma decisão contra a sociedade ARBED (atual ArcelorMittal) e, em 1998, uma decisão contra a sociedade Thyssen Stahl (atual ThyssenKrupp), nas quais aplicava coimas a ambas as sociedades. Essas duas decisões foram anuladas pelo Tribunal de Justiça, por violação dos direitos de defesa. Em 2006, a Comissão adotou contudo duas novas decisões pelos mesmos factos, que datavam do período compreendido entre 1988 e 1991, baseando-se, nomeadamente, nas disposições do Tratado CECA, cuja vigência terminou em 23 de julho de 2002. Estas duas decisões foram objeto de recurso, em primeiro lugar, para o Tribunal Geral (que as confirmou), e em seguida para o Tribunal de Justiça. O Tribunal de Justiça, nos seus acórdãos (acórdão de 29 de março de 2011, *ArcelorMittal Luxemburgo/Comissão e Comissão/ArcelorMittal Luxemburgo e o.*, processo C-201/09 P, bem como, acórdão de 29 de março de 2011, *ThyssenKrupp Nirosta/Comissão*, processo C-352/09 P), confirmou o acórdão do Tribunal Geral, tendo-se nomeadamente pronunciado a respeito da possibilidade de aplicar regras processuais, adotadas com fundamento no Tratado CE, a infrações ao Tratado CECA, depois do termo da sua vigência. O Tribunal de Justiça considerou, com efeito, que, em caso de alteração da legislação e salvo vontade expressa em contrário do legislador, a continuidade das estruturas jurídicas deve ser assegurada. Na falta de indício de que o legislador da União tenha pretendido que as práticas concertadas proibidas pelo Tratado CECA pudessem subtrair-se à aplicação de qualquer sanção após o termo de vigência deste último, o Tribunal decidiu que seria contrário à finalidade e à coerência dos tratados, e inconciliável com a continuidade da ordem jurídica da União, que a Comissão não tivesse competência para assegurar a aplicação uniforme das normas que têm por base o Tratado CECA que continuam a produzir efeitos após o termo de vigência deste. O Tribunal de Justiça precisou em seguida que os princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança legítima impunham a aplicação, no caso em apreço, das regras materiais previstas pelo Tratado CECA, tendo sublinhado que uma empresa diligente não podia ignorar as consequências do seu comportamento nem subtrair-se a uma sanção devido à sucessão do quadro jurídico do Tratado CE ao do Tratado CECA. Assim sendo, concluiu, por um lado, que a competência da Comissão para aplicar coimas às sociedades em causa decorria das

regras adotadas com fundamento no Tratado CE e que o procedimento devia ser levado a cabo em conformidade com essas regras e, por outro, que o direito substantivo que previa a sanção aplicável era constituído pelo Tratado CECA.

Num processo relativo a uma decisão de uma autoridade nacional da concorrência, na qual esta tinha decidido que, em aplicação do direito nacional, a empresa não tinha cometido um abuso de posição dominante e que não havia que conhecer do mérito da causa relativamente à violação do Tratado CE, foram submetidas questões prejudiciais ao Tribunal de Justiça a respeito do alcance das competências das autoridades nacionais de concorrência (acórdão de 3 de maio de 2011, *Tele2 Polska*, processo C-375/09).

O Tribunal começou por recordar que, a fim de garantir uma aplicação coerente das regras de concorrência nos Estados-Membros, foi instaurado pelo Regulamento (CE) n.º 1/2003<sup>56</sup> um mecanismo de cooperação entre a Comissão e as autoridades nacionais da concorrência, no âmbito do princípio geral da cooperação leal.

Em seguida, observou que, quando uma autoridade nacional de concorrência considera, com base nas informações de que dispõem, que não estão preenchidas as condições de proibição, o regulamento indica claramente que a competência desta autoridade está limitada à adoção de uma decisão que declare não haver justificação para intervir.

Com efeito, segundo o Tribunal de Justiça, autorizar as autoridades nacionais da concorrência a tomar decisões nas quais se declare a inexistência de violação das disposições do Tratado relativas ao abuso de posição dominante, poria em causa o sistema de cooperação instituído pelo Regulamento n.º 1/2003 e afetaria a competência da Comissão. O Tribunal declarou que essa decisão negativa sobre o mérito poderia prejudicar a aplicação uniforme das regras de concorrência previstas pelo Tratado<sup>57</sup>, que é um dos objetivos do referido regulamento, uma vez que poderia impedir a Comissão de concluir posteriormente que a prática em causa constitui uma violação dessas regras.

O Tribunal de Justiça considerou, por conseguinte, que as declarações de inexistência de violação do artigo 102.º TFUE são da competência exclusiva da Comissão, mesmo que este artigo seja aplicado num processo conduzido por uma autoridade nacional da concorrência. O Tribunal concluiu que uma autoridade nacional da concorrência não pode tomar uma decisão que constate a inexistência de violação da proibição de abusos de posição dominante, quando verifica se estão preenchidas as condições de aplicação do artigo 102.º TFUE, e considera não ter ocorrido uma prática abusiva.

O Tribunal de Justiça declarou igualmente que o direito da União se opõe a uma regra de direito nacional que impõe o encerramento de um processo relativo à aplicação do artigo 102.º TFUE através de uma decisão que declara a inexistência de violação do referido artigo. Com efeito, precisou que só quando o direito da União não prevê normas específicas é que uma autoridade nacional da concorrência pode aplicar as suas normas nacionais.

No processo *Pfleiderer* (acórdão de 14 de junho de 2011, C-360/09), um tribunal alemão submeteu ao Tribunal de Justiça uma questão prejudicial que o levou a pronunciar-se a respeito da possibilidade de terceiros, no âmbito dos processos de contraordenação em matéria de cartéis, incluindo as pessoas

<sup>56</sup> Regulamento (CE) n.º 1/2003 do Conselho, de 16 de dezembro de 2002, relativo à execução das regras de concorrência estabelecidas nos artigos 81.º e 82.º do Tratado (JO L 1, p. 1).

<sup>57</sup> Artigos 290.º e 291.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE).

lesadas por um cartel, o acesso aos pedidos de clemência e às informações e documentos fornecidos voluntariamente pelas partes que cooperaram, a uma autoridade nacional da concorrência.

O Tribunal de Justiça recordou que nem as disposições do Tratado CE em matéria de concorrência nem o Regulamento n.º 1/2003<sup>58</sup> preveem regras comuns de clemência ou regras comuns a respeito do direito de acesso aos documentos relativos a um procedimento de clemência voluntariamente comunicados a uma autoridade nacional de concorrência em aplicação de um programa nacional de clemência. Em seguida precisou que a comunicação da Comissão relativa à cooperação no âmbito da rede de autoridades de concorrência<sup>59</sup> relativa à imunidade em matéria de coimas e à redução do seu montante nos processos relativos a cartéis<sup>60</sup> não produz mais efeitos vinculativos para os Estados-Membros do que o regime-modelo em matéria de clemência, elaborado no âmbito da Rede Europeia da Concorrência.

Em seguida o Tribunal de Justiça declarou que as disposições de direito da União em matéria de cartéis, em especial o Regulamento n.º 1/2003, não se opõem a que uma pessoa lesada por uma infração ao direito da concorrência da União, e que procura obter uma indemnização, tenha acesso aos documentos relativos a um procedimento de clemência respeitante ao autor da referida infração. O Tribunal de Justiça indicou, porém, que incumbe aos órgãos jurisdicionais dos Estados-Membros, com base no seu direito nacional, determinar as condições nas quais tal acesso deve ser autorizado ou recusado, através da ponderação dos interesses protegidos pelo direito da União.

### *Disposições fiscais*

Em matéria de imposto sobre o valor acrescentado, o acórdão *Comissão/Alemanha* (acórdão de 15 de novembro de 2011, processo C-539/09) merece particular atenção. Nesse processo, a Comissão acusava a República Federal da Alemanha de se ter oposto a que o Tribunal de Contas da União Europeia efetuasse, no seu território, fiscalizações sobre a cooperação administrativa ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1798/2003<sup>61</sup>. O Tribunal de Justiça declarou que, ao proceder dessa forma, a República Federal da Alemanha não cumpriu as obrigações que lhe incumbem por força do artigo 248.º, n.ºs 1 a 3, CE, que prevê que o Tribunal de Contas examina as contas da totalidade das receitas e despesas da Comunidade, a legalidade e a regularidade dessas receitas e despesas bem como a boa gestão financeira, e que o habilita a efetuar fiscalizações com base em documentos e, se necessário, no local, nomeadamente nos Estados-Membros.

Com efeito, segundo o Tribunal de Justiça, o sistema de recursos próprios instituído em aplicação do Tratado destina-se efetivamente, no que diz respeito aos recursos IVA, a criar para os Estados-Membros uma obrigação de pôr à disposição da Comunidade, enquanto recursos próprios, uma parte dos montantes que cobram a título do referido imposto. Uma vez que se destinam a lutar contra a fraude e a evasão em matéria de IVA, os mecanismos de cooperação que se impõem aos Estados-Membros por força do Regulamento n.º 1798/2003 são, eles próprios, suscetíveis de exercer uma influência direta e essencial na cobrança efetiva das receitas do referido imposto e, portanto, na colocação à disposição do orçamento comunitário dos recursos IVA. Assim, a aplicação efetiva,

<sup>58</sup> Ver nota 56.

<sup>59</sup> Comunicação da Comissão 2004/C 101/04 sobre a cooperação no âmbito da rede de autoridades de concorrência (JO C 101, p. 43).

<sup>60</sup> Comunicação da Comissão 2006/C 298/11 relativa à imunidade em matéria de coimas e à redução do seu montante nos processos relativos a cartéis (JO 2006, C 298, p. 17).

<sup>61</sup> Regulamento (CE) n.º 1798/2003 do Conselho, de 7 de outubro de 2003, relativo à cooperação administrativa no domínio do imposto sobre o valor acrescentado (JO L 264, p. 1).



por um Estado-Membro, das regras de cooperação instituídas pelo Regulamento n.º 1798/2003 é suscetível de condicionar não só a capacidade do referido Estado-Membro para lutar eficazmente contra a fraude e a evasão fiscais no seu território, mas também a dos outros Estados-Membros para assegurar essa luta nos seus territórios respetivos, particularmente, na medida em que a correta aplicação do IVA nesses outros Estados-Membros depende das informações detidas pelo referido Estado. A fiscalização, por parte do Tribunal de Contas, relativa à cooperação administrativa ao abrigo do Regulamento n.º 1798/2003, diz efetivamente respeito às receitas da Comunidade apreciadas sob o prisma da sua legalidade e da respetiva boa gestão financeira e apresenta, assim, uma relação direta com as atribuições conferidas à referida instituição pelo artigo 248.º CE.

### *Marcas*

O direito das marcas, quer na perspetiva da marca comunitária <sup>62</sup> quer na perspetiva da aproximação das legislações dos Estados-Membros nesta matéria <sup>63</sup>, exigiu por várias vezes a atenção do Tribunal de Justiça.

Num processo relativo à validade da marca composta pelo patronímico do estilista italiano Elio Fiorucci (acórdão de 5 de julho de 2011, *Edwin/IHMI*, C-263/09 P), o Tribunal de Justiça pronunciou-se a respeito dos casos de nulidade de uma marca comunitária, no âmbito de um recurso de um acórdão do Tribunal de Primeira Instância (acórdão de 14 de maio de 2009, processo T-165/06). O Tribunal de Justiça declarou assim que, segundo as disposições do artigo 52.º, n.º 2, do Regulamento n.º 40/94 <sup>64</sup>, a nulidade de uma marca comunitária pode ser declarada a pedido de um interessado que alegue outro direito anterior. A lista dos direitos que consta deste artigo não é uma enumeração limitativa dos direitos que têm como objetivo proteger interesses de natureza diversa, como o direito ao nome, o direito à imagem, o direito de autor e o direito de propriedade industrial. Assim, o Tribunal declarou que o teor e a estrutura do artigo submetido à sua interpretação não permitem, caso seja invocado um direito ao nome, limitar a aplicação dessa disposição unicamente às hipóteses em que o registo de uma marca comunitária está em conflito com um direito que visa exclusivamente proteger o nome enquanto atributo da personalidade: como outros direitos, o direito ao nome encontra-se por conseguinte igualmente protegido nos seus aspetos económicos. O Tribunal de Justiça concluiu, além disso, no sentido da competência do Tribunal de Primeira Instância para fiscalizar a legalidade da apreciação da legislação nacional invocada, realizada pelo Instituto de Harmonização do Mercado Interno. Em seguida, confirmou a posição do Tribunal de Primeira Instância na medida em que este deduziu das conclusões respeitantes ao conteúdo da legislação nacional em causa no processo que o titular de um nome notório tem o direito de se opor à utilização do seu nome como marca quando afirma que não deu o seu consentimento ao registo da dita marca.

No processo *DHL Express France* (acórdão de 12 de abril de 2011, C-235/09), tendo-lhe sido submetida uma questão prejudicial, o Tribunal de Justiça considerou que uma proibição de proceder contra atos de contrafação ou de ameaça de contrafação imposta por um tribunal de marcas comunitárias competente abrange, em princípio, todo o território da União Europeia. Com efeito, quer o objetivo de proteção uniforme da marca comunitária, prosseguido pelo Regulamento n.º 40/94 <sup>65</sup> quer o carácter unitário da marca comunitária justificam esse alcance. O Tribunal de Justiça precisou

<sup>62</sup> Regulamento (CE) n.º 40/94 do Conselho, de 20 de dezembro de 1993, sobre a marca comunitária (JO 1994, L 11, p. 1).

<sup>63</sup> Diretiva 2004/48/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, relativa ao respeito dos direitos de propriedade intelectual (JO L 157, de 30.4.2004, p. 16).

<sup>64</sup> Ver nota 62.

<sup>65</sup> Ver nota precedente.

contudo que o âmbito territorial da proibição pode ser limitado, nomeadamente quando não exista, numa parte do território da União Europeia, uma infração ou uma ameaça de infração às funções próprias da marca. O âmbito territorial do direito exclusivo do titular de uma marca comunitária não pode com efeito ir além do que este direito permite ao seu titular para proteger a marca por ele detida. O Tribunal de Justiça acrescentou que os outros Estados-Membros devem, em princípio, reconhecer e executar a decisão jurisdicional, conferindo-lhe assim um efeito transfronteiriço. Referindo-se ao princípio da cooperação leal enunciado no artigo 4.º, n.º 3, segundo parágrafo, do Tratado da União Europeia, o Tribunal de Justiça declarou em seguida que os Estados-Membros devem estabelecer as medidas, procedimentos e recursos necessários para assegurar o respeito dos direitos de propriedade intelectual abrangidos pela Diretiva n.º 2004/48 <sup>66</sup>. Consequentemente, o Tribunal de Justiça considerou que a medida coerciva imposta por um tribunal de marcas comunitárias em aplicação do seu direito nacional, como uma sanção pecuniária compulsória, produz igualmente efeitos nos Estados-Membros diferentes daquele ao qual pertence esse tribunal. Essas medidas só podem ser eficazes se produzirem efeitos no mesmo território em que a própria decisão jurisdicional produz os seus efeitos. Contudo, se as medidas coercivas análogas às impostas pelo tribunal de marcas comunitárias, não existirem no direito do Estado-Membro no qual a execução é pretendida, o tribunal demandado deve realizar o objetivo repressivo recorrendo às disposições pertinentes do seu direito nacional de modo a garantir de forma equivalente o respeito da medida coerciva inicialmente imposta.

No processo que opôs a sociedade L'Oréal e algumas das suas filiais à sociedade eBay International e algumas das suas filiais e revendedores particulares (acórdão de 12 de julho de 2011, *L'Oréal e o.*, processo C-324/09), um tribunal britânico submeteu ao Tribunal de Justiça várias questões prejudiciais em matéria de serviços pagos de referenciamento de palavras-chave correspondentes a marcas registadas, tendo-se o Tribunal de Justiça pronunciado a respeito de vários aspetos que interessavam ao direito das marcas comunitárias. Assim, declarou que quando as propostas de venda ou as publicidades de produtos que ostentem marcas comunitárias, cuja utilização não foi autorizada pelo seu titular, sejam dirigidas a consumidores no território da União Europeia, as regras do direito da União são aplicáveis. Para verificar se essas propostas de venda são efetivamente destinadas aos consumidores da União, o Tribunal convidou os órgãos jurisdicionais nacionais a verificar a existência de indícios pertinentes, nomeadamente as zonas geográficas para as quais o vendedor se dispõe a enviar o produto em causa. O Tribunal de Justiça precisou igualmente que os objetos que ostentam uma marca destinados a ser oferecidos como amostras gratuitas, fornecidos pelo titular da marca a distribuidores autorizados, não são objeto de uma colocação no mercado na aceção da Diretiva 89/104 <sup>67</sup> ou do Regulamento n.º 40/94 <sup>68</sup>. O Tribunal de Justiça precisou a responsabilidade do operador de um sítio de comércio na Internet no sentido de que este último também é responsável, apesar de não utilizar as marcas, ao permitir aos seus clientes reproduzir os sinais que correspondem às referidas marcas, uma vez que desempenha um papel ativo suscetível de lhe facultar um conhecimento ou um controlo dos dados relativos a essas propostas. Assim, o operador não pode eximir-se da responsabilidade quando assiste os seus clientes na otimização da apresentação das propostas ou na sua promoção. Também não pode eximir-se a essa responsabilidade se tiver tido conhecimento de factos ou de circunstâncias que justificavam que um operador económico diligente constataste a ilicitude em causa e não tivesse atuado prontamente para retirar ou impossibilitar o acesso aos dados. O Tribunal declarou que, neste último caso, podem ser adotadas medidas inibitórias contra o operador em causa, entre as quais

<sup>66</sup> Ver nota 63.

<sup>67</sup> Primeira Diretiva 89/104/CEE do Conselho, de 21 de dezembro de 1988, que harmoniza as legislações dos Estados-Membros em matéria de marcas (JO 1989, L 40, p. 1).

<sup>68</sup> Ver nota 62.

a transmissão de informações que permite identificar os clientes vendedores, no respeito das regras de proteção dos dados de caráter pessoal. Assim, segundo o Tribunal de Justiça, o direito da União exige que os Estados-Membros assegurem que os órgãos jurisdicionais nacionais competentes em matéria de proteção dos direitos da propriedade intelectual possam decretar medidas inibitórias que imponham que o operador de um sítio de comércio na Internet a adoção de medidas que contribuam não apenas para pôr termo às violações destes direitos mas também para prevenir novas violações desta natureza. Estas medidas inibitórias devem ser efetivas, proporcionadas, dissuasivas e não devem criar obstáculos ao comércio legítimo.

No contexto de um recurso de um acórdão do Tribunal de Primeira Instância (acórdão de 16 de dezembro de 2008, processos apensos T-225/06, T-255/06, T-257/06 e T-309/06), o Tribunal de Justiça decidiu um litígio que opunha as sociedades Anheuser-Busch e Budějovický Budvar relativamente à utilização da marca BUD para designar certos produtos, de entre os quais a cerveja. O primeiro fundamento de recurso dizia respeito ao alcance dos direitos anteriores (marca nacional e denominações de origem protegidas em certos Estados-Membros) invocados em apoio das oposições contra o registo das marcas em causa <sup>69</sup>: No seu acórdão *Anheuser-Busch/Budějovický Budvar* (acórdão de 29 de março de 2011, processo C-96/09 P), o Tribunal de Justiça declarou que não bastava que os direitos anteriores tivessem sido protegidos em vários Estados-Membros para daí se deduzir que esses direitos não tinham um alcance puramente local. Com efeito, ainda que o alcance geográfico da proteção não seja apenas local, os direitos devem ser utilizados de modo suficientemente significativo na vida comercial numa parte importante do território em que são objeto de proteção. Precisou, além disso, que a utilização na vida comercial deve ser apreciada de modo separado em relação a cada um dos territórios em causa. O Tribunal declarou igualmente que só no território de proteção dos direitos anteriores, na totalidade ou apenas numa parte do mesmo é que os direitos exclusivos relacionados com o sinal podem entrar em conflito com uma marca comunitária. O Tribunal de Justiça declarou, por fim, que o Tribunal de Primeira Instância cometeu um erro de direito ao afirmar que a utilização de um sinal na vida comercial apenas deve ser demonstrada antes da publicação do pedido de registo da marca e não, o mais tardar, na data de depósito desse pedido. Com efeito, precisou o Tribunal de Justiça, tendo em conta, nomeadamente, o período significativo que pode decorrer entre o depósito do pedido de registo e a publicação do mesmo, a aplicação do critério temporal, utilizado para a aquisição do direito sobre uma marca, concretamente, a data de depósito do pedido de marca comunitária, é suscetível de melhor garantir que a utilização invocada do sinal em causa seja uma utilização real e não uma prática que tenha apenas por objeto impedir o registo de uma nova marca. O acórdão foi por conseguinte parcialmente anulado e os processos foram remetidos ao Tribunal Geral.

O Tribunal de Justiça debruçou-se mais uma vez sobre os direitos respetivos das sociedades Anheuser-Busch et Budějovický Budvar no seu acórdão *Budějovický Budvar* (acórdão de 22 de setembro de 2011, processo C-482/09). As questões prejudiciais colocadas pelo juiz britânico, tinham origem em factos particulares que o Tribunal de Justiça teve em conta para proferir o seu acórdão. Com efeito, as duas sociedades, durante aproximadamente trinta anos, usaram de boa-fé o termo «Budweiser» como marca para identificar cerveja, antes de registar esse sinal como marca. Em resposta às duas primeiras questões colocadas pelo juiz britânico, declarou, em primeiro lugar, que o conceito de tolerância, na aceção do artigo 9.º, n.º 1, da Diretiva 89/104 <sup>70</sup>, é um conceito de direito da União e que não se pode considerar que o titular da marca anterior não pode ser considerado como tendo tolerado o uso honesto comprovado e por um longo período, de que tem conhecimento desde há muito, por parte de um terceiro, de uma marca posterior idêntica à sua, se este último

<sup>69</sup> *Idem.*

<sup>70</sup> Ver nota 67.

estava privado de qualquer possibilidade de se opor a esse uso. Sublinhou, em seguida, que o prazo de preclusão por tolerância não pode começar a correr a partir do mero uso de uma marca posterior, mesmo que o titular desta proceda posteriormente ao seu registo pois, como precisou o Tribunal de Justiça, o registo da marca anterior no Estado-Membro em causa não constitui um requisito necessário para que o prazo de preclusão por tolerância comece a correr. Com efeito, os requisitos necessários para que esse prazo de preclusão comece a correr, que cabe ao juiz nacional verificar, são o registo da marca posterior no Estado-Membro em causa, o facto de o pedido de registo dessa marca ter sido feito de boa fé, o uso da marca posterior pelo titular desta no Estado-Membro onde foi registada e o conhecimento, pelo titular da marca anterior, do registo da marca posterior e do uso desta após o seu registo. Em resposta à terceira questão prejudicial, o Tribunal de Justiça recordou que uma marca posterior registada apenas pode ser declarada nula quando não prejudicar ou não for suscetível de prejudicar a função essencial da marca anterior, em conformidade com as disposições do artigo 4.º, n.º 1, alínea a), da Diretiva 89/104, que é a de garantir aos consumidores a proveniência dos produtos ou dos serviços designados por ela. Referindo-se expressamente à boa-fé, o Tribunal declarou em seguida que o uso honesto simultâneo e por um longo período de ambas as marcas idênticas que designam produtos idênticos não prejudica ou não é suscetível de prejudicar a função essencial da marca anterior e que, por conseguinte, a marca posterior não deve ser anulada. O próprio Tribunal de Justiça limitou contudo o alcance do seu acórdão, recordando por várias vezes as circunstâncias particulares do processo, chegando mesmo a afirmar que as circunstâncias que deram lugar ao litígio apresentavam «um carácter excecional».

### *Política social*

Apesar de, nesta matéria, as questões relativas à igualdade de tratamento serem recorrentes, não são as únicas a ser abordadas nas audiências do Tribunal de Justiça.

Dois processos permitiram ao Tribunal de Justiça interpretar o princípio da não discriminação em razão da idade.

Nos processos *Hennigs e Mai* (acórdão de 8 de setembro de 2011, processos apensos C-297/10 e C-298/10), o Tribunal de Justiça, em primeiro lugar, considerou que o princípio da não discriminação em razão da idade, consagrado no artigo 21.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e concretizado pela Diretiva 2000/78/CE, que estabelece um quadro geral de igualdade de tratamento no emprego e na atividade profissional <sup>71</sup>, e, mais particularmente, os artigos 2.º e 6.º, n.º 1, desta diretiva opõem-se a uma medida prevista por uma convenção coletiva que prevê que, dentro de cada grau, o escalão de remuneração de base de um agente contratual do setor público é determinado, quando do recrutamento desse agente, em função da sua idade. A este propósito, o facto de o direito da União se opor à referida medida e de esta figurar numa convenção coletiva não prejudica o direito de negociar e de celebrar convenções coletivas, reconhecido no artigo 28.º da Carta. Ainda que o critério da antiguidade seja, regra geral, apropriado para atingir o objetivo legítimo que consiste em tomar em conta a experiência profissional adquirida pelo agente anteriormente ao seu recrutamento, a determinação, em função da idade, do escalão de remuneração de base de um agente contratual do setor público, quando do recrutamento, vai para além do que é necessário e apropriado para atingir esse fim. Um critério igualmente baseado na antiguidade ou na experiência profissional adquirida, sem recorrer à idade, afigurar-se-ia, à luz da Diretiva 2000/78, mais bem adaptado à realização do objetivo legítimo supramencionado. Em segundo lugar, o Tribunal de Justiça considerou que os artigos 2.º e 6.º, n.º 1, da Diretiva 2000/78,

<sup>71</sup> Diretiva 2000/78/CE do Conselho, de 27 de novembro de 2000, que estabelece um quadro geral de igualdade de tratamento no emprego e na atividade profissional (JO L 303, p. 16).

bem como o artigo 28.º da Carta, não se opõem a uma medida prevista por uma convenção coletiva, que substitui um regime de remuneração dos agentes contratuais do setor público, que cria uma discriminação em razão da idade por um regime de remuneração baseado em critérios objetivos, mantendo, por um período transitório e limitado no tempo, alguns dos efeitos discriminatórios do primeiro desses regimes a fim de assegurar aos agentes em funções a transição para o novo regime sem terem de sofrer uma perda de rendimentos. Com efeito um regime transitório que visa a proteção dos benefícios adquiridos deve ser considerado como um regime que prossegue um objetivo legítimo, na aceção do artigo 6.º, n.º 1, da Diretiva 2000/78. Por outro lado, tendo em conta a ampla margem de apreciação reconhecida aos parceiros sociais no domínio da fixação das remunerações não é desrazoável que os parceiros sociais adotem as medidas transitórias apropriadas e necessárias para evitar uma perda de rendimentos aos agentes contratuais em causa.

No processo *Prigge e o.* (acórdão de 13 de setembro de 2011, C-447/09) o Tribunal de Justiça considerou, em primeiro lugar, que o artigo 2.º, n.º 5, da Diretiva 2000/78 <sup>72</sup> deve ser interpretado no sentido de que os Estados-Membros, mediante regras de habilitação, podem autorizar os parceiros sociais a adotar medidas, na aceção da referida disposição, nos domínios referidos nesta disposição que sejam objeto de acordos coletivos, desde que essas regras de habilitação sejam suficientemente precisas para garantir que as medidas em questão respeitem as exigências previstas no dito artigo 2.º, n.º 5 desta diretiva. Uma medida que fixa em 60 anos o limite de idade a partir do qual os pilotos deixam de poder exercer as suas atividades profissionais, apesar de as regulamentações nacional e internacional fixarem essa idade em 65 anos, não é uma medida necessária à segurança pública e à proteção da saúde, na aceção do mesmo artigo 2.º, n.º 5 da Diretiva 2000/78. Em seguida, o Tribunal concluiu que o artigo 4.º, n.º 1, da Diretiva 2000/78 se opõe a uma cláusula de uma convenção coletiva, que fixa em 60 anos a idade limite a partir da qual se considera que os pilotos deixam de ter as capacidades físicas para exercerem a sua atividade profissional, apesar de as regulamentações nacional e internacional fixarem essa idade em 65 anos. Com efeito, na medida em que permite derogar o princípio da não discriminação, o referido artigo 4.º, n.º 1, desta diretiva deve ser objeto de interpretação estrita. Ora, se o facto de possuir capacidades físicas particulares pode ser considerado um requisito profissional essencial e determinante, na aceção do artigo 4.º, n.º 1, da referida disposição, para o exercício da profissão de piloto de linha e se o objetivo de garantir a segurança do tráfego aéreo prosseguido pela referida medida constitui um objetivo legítimo na aceção do mesmo artigo 4.º, n.º 1, da Diretiva 2000/78, a fixação em 60 anos do limite de idade a partir do qual se considera que os pilotos de linha deixam de ter as capacidades físicas para exercer a sua atividade profissional constitui, em tais circunstâncias e tendo em conta as referidas regulamentações nacionais e internacionais, exigência desproporcionada na aceção do referido artigo. Por fim o Tribunal de Justiça considerou que o artigo 6.º, n.º 1, primeiro parágrafo, da Diretiva 2000/78 deve ser interpretado no sentido de que a segurança aérea não constitui um objetivo legítimo na aceção desta disposição. Com efeito, ainda que a lista dos objetivos legítimos enumerados no referido artigo 6.º, n.º 1, da mesma diretiva não seja exaustiva, os objetivos que podem ser considerados legítimos na aceção desta disposição e, consequentemente, suscetíveis de justificar uma exceção ao princípio da proibição da discriminação com base na idade, são objetivos de política social, como relacionados com a política de emprego, do mercado de trabalho ou da formação profissional.

O Tribunal de Justiça também interpretou esta mesma Diretiva 2000/78 <sup>73</sup>, mas a propósito de uma discriminação diferente, no processo *Römer* (acórdão de 10 de maio de 2011, processo C-147/08). Nesse processo estava em causa uma situação de discriminação em razão da orientação sexual,

<sup>72</sup> Ver nota precedente.

<sup>73</sup> Ver nota 71.



relativa ao montante de uma pensão complementar de reforma. Assim, no que respeita ao âmbito de aplicação material da referida diretiva, o Tribunal de Justiça considerou, antes de mais, que a Diretiva 2000/78 deve ser interpretada no sentido de que não escapam ao seu âmbito de aplicação material, nem em razão do seu artigo 3.º, n.º 3, nem em razão do seu vigésimo segundo considerando, as pensões complementares de reforma, como as pagas por um empregador público aos seus antigos empregados e aos seus sobreviventes a título da lei nacional, que constituem remuneração na aceção do artigo 157.º TFUE. Em seguida, segundo o Tribunal, as disposições conjugadas dos artigos 1.º, 2.º e 3.º, n.º 1, alínea c), da Diretiva 2000/78 opõem-se a uma disposição nacional por força da qual uma pessoa que é parceiro numa união de facto registada recebe uma pensão complementar de reforma de montante inferior à atribuída a uma pessoa casada que não viva duradouramente separada, se no Estado-Membro em questão, o casamento estiver reservado a pessoas de sexo diferente e coexistir com uma união de facto, que está reservada a pessoas do mesmo sexo, e se existir uma discriminação direta em razão da orientação sexual devido a, no direito nacional, o referido parceiro numa união de facto registada se encontrar numa situação jurídica e factual comparável à de uma pessoa casada no que respeita à referida pensão. A apreciação da comparabilidade é da competência do juiz nacional e deve centrar-se nos direitos e obrigações respetivos dos cônjuges e das pessoas vinculadas por uma união de facto registada, tais como são regidos no quadro das correspondentes instituições, que sejam pertinentes tendo em conta o objetivo e as condições de atribuição da prestação em questão. Por fim, o Tribunal precisou que, na hipótese de tal disposição nacional constituir uma discriminação na aceção do artigo 2.º da Diretiva 2000/78, o direito à igualdade de tratamento só poderá ser invocado por um particular afetado por esta disposição após o termo do prazo de transposição da referida diretiva e isto sem que tenha de esperar que a referida disposição seja posta em conformidade com o direito da União pelo legislador nacional.

No processo *KHS* (acórdão de 22 de Novembro de 2011, C-214/10), o Tribunal de Justiça declarou que o artigo 7.º, n.º 1, da Diretiva 2003/88 <sup>74</sup> não se opõe a disposições ou práticas nacionais, como as convenções coletivas, que limitam, através de um período de reporte de quinze meses, no termo do qual o direito a férias anuais remuneradas se extingue, a cumulação dos direitos a essas férias de um trabalhador incapacitado para o trabalho durante vários períodos de referência consecutivos. Com efeito, tal cumulação ilimitada deixaria de corresponder à própria finalidade do direito a férias anuais remuneradas. Esta finalidade tem duas vertentes, na medida em que permite ao trabalhador quer descansar do seu trabalho quer de dispor de um período de descontração e de lazer. Embora o efeito positivo das férias anuais remuneradas, para a segurança e a saúde do trabalhador, se produza plenamente se as férias forem gozadas no ano previsto para o efeito, isto é, o ano em curso, esse tempo de descanso não perde o seu interesse se for gozado num período posterior. Contudo, na medida em que o reporte ultrapassar um certo limite temporal, as férias anuais perdem o seu efeito positivo para o trabalhador, no que respeita à sua finalidade de tempo de descanso, mantendo apenas a sua qualidade de período de descontração e de lazer. Consequentemente, tendo em conta a própria finalidade do direito a férias anuais remuneradas, um trabalhador incapacitado para o trabalho durante vários anos consecutivos não pode ter o direito de cumular ilimitadamente direitos a férias anuais remuneradas, adquiridos ao longo desse período. Neste contexto, a fim de respeitar o direito a férias anuais remuneradas, cujo objetivo é a proteção do trabalhador, o Tribunal de Justiça declarou que qualquer período de reporte deve ter em conta as circunstâncias específicas nas quais se encontra o trabalhador incapacitado para o trabalho durante vários períodos de referência consecutivos. Assim, esse período de reporte deve nomeadamente ultrapassar substancialmente a duração do período de referência em relação ao qual tenha sido concedido. Assim sendo, considerou que pode razoavelmente conceber-se que um período de reporte de 15

<sup>74</sup> Diretiva 2003/88/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de novembro de 2003, relativa a determinados aspetos da organização do tempo de trabalho (JO L 299, p. 9).



meses não contraria a finalidade do direito a férias anuais remuneradas, na medida em que garante a manutenção do seu efeito positivo para o trabalhador enquanto tempo de descanso

No processo *Scattolon* (acórdão de 6 de setembro de 2011, C-108/10), o Tribunal de Justiça precisou o alcance da proteção dos direitos dos trabalhadores que são retomados por um novo empregador. O Tribunal considerou, em primeiro lugar, que o facto de uma autoridade pública de um Estado-Membro retomar o pessoal empregado por outra autoridade pública e encarregado de fornecer, a escolas, serviços auxiliares que incluem, nomeadamente, prestações de manutenção e de assistência administrativa constitui uma transferência de empresa abrangida pela Diretiva 77/187<sup>75</sup>, quando o referido pessoal seja constituído por um conjunto estruturado de empregados que são protegidos enquanto trabalhadores pelo direito interno desse Estado-Membro. Em seguida decidiu que, quando uma transferência na aceção da Diretiva 77/187 conduza à aplicação imediata, aos trabalhadores transferidos, da convenção em vigor para o cessionário e as condições de remuneração previstas nessa convenção estejam nomeadamente associadas à antiguidade, o artigo 3.º desta diretiva opõe-se a que os trabalhadores transferidos sofram, em relação à situação em que se encontravam imediatamente antes da transferência, uma regressão salarial substancial por a antiguidade que adquiriram junto do cedente, equivalente à que foi adquirida pelos trabalhadores ao serviço do cessionário, não ser tida em consideração no momento da determinação da sua posição salarial inicial junto do cessionário. Compete ao juiz nacional examinar se essa regressão salarial existiu na transferência em causa no processo principal.

No processo *van Ardenne* (acórdão de 17 de novembro de 2011, C-435/10), o Tribunal de Justiça precisou o alcance da proteção dos trabalhadores em caso de insolvência do empregador. Assim, decidiu que os artigos 3.º e 4.º da Diretiva 80/987<sup>76</sup> se opõem a uma legislação nacional que subordina a possibilidade de os trabalhadores, cujo empregador se encontre em situação de insolvência, invocarem na íntegra o seu direito ao pagamento dos créditos salariais em dívida, não contestados e reconhecidos pela legislação nacional, à obrigação de se inscreverem como candidatos a emprego. Com efeito, os Estados-Membros, só a título excecional podem limitar, ao abrigo do artigo 4.º da Diretiva 80/987, a obrigação de pagamento visada no artigo 3.º desta. Este artigo 4.º deve ser objeto de interpretação restrita e conforme com a sua finalidade social, que consiste em assegurar um mínimo de proteção a todos os trabalhadores. Para este efeito, os casos nos quais é permitido circunscrever a obrigação de pagamento das instituições de garantia estão enumerados de forma taxativa na Diretiva 80/987 e as disposições em causa devem ser objeto de interpretação estrita, devido ao seu carácter derogatório e ao objetivo desta diretiva. Nesta ótica, seria contrário à finalidade da referida diretiva que esta, nomeadamente os seus artigos 3.º e 4.º, fosse interpretada no sentido de que um trabalhador fica sujeito, devido ao não cumprimento da obrigação de se inscrever como candidato a emprego dentro de um determinado prazo, a uma redução fixa e automática do reembolso dos seus créditos salariais, não contestados e reconhecidos pela legislação nacional, e não possa por conseguinte beneficiar da garantia relativamente às perdas de salários que efetivamente sofreu durante o período de referência.

<sup>75</sup> Diretiva 77/187/CEE do Conselho, de 14 de fevereiro de 1977, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes à manutenção dos direitos dos trabalhadores em caso de transferência de empresas, estabelecimentos ou partes de estabelecimentos (JO L 61, p. 26; EE 05 F2 p. 122).

<sup>76</sup> Diretiva 80/987/CEE do Conselho, de 20 de outubro de 1980, relativa à protecção dos trabalhadores assalariados em caso de insolvência do empregador (JO L 283, p. 23), conforme alterada pela Diretiva 2002/74/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Setembro de 2002 (JO L 270, p. 10).

## Ambiente

A execução da política de proteção do ambiente, resolutamente conduzida pela União Europeia, suscitou um certo número de questões às quais incumbia ao Tribunal de Justiça responder.

Nos processos *Stichting Natuur en Milieu e o.* (acórdão de 26 de maio de 2011, processos apensos C-165/09 a C-167/09), o Tribunal de Justiça debruçou-se sobre a questão da interpretação da Diretiva 2008/1<sup>77</sup>, que estabelece os princípios que regem os procedimentos e os requisitos para o licenciamento das autorizações para a construção e a exploração das grandes instalações industriais e da Diretiva 2001/81<sup>78</sup> que criou um sistema de valores-limite nacionais de emissão de determinados poluentes. O Tribunal considerou que, ao conceder uma licença ambiental para a construção e a exploração de uma instalação industrial, os Estados-Membros não estão obrigados a ter em conta, entre as condições de licenciamento, os valores-limite nacionais de emissão de SO<sub>2</sub> e de NO<sub>x</sub> fixados pela Diretiva 2001/81/CE. Os Estados-Membros devem contudo respeitar a obrigação que decorre desta diretiva de reduzir, até ao final de 2010, as emissões, em especial desses poluentes, a quantidades que não ultrapassem os valores-limite indicados no anexo I desta diretiva. Durante o período transitório de 27 de Novembro de 2002 a 31 de Dezembro de 2010, os Estados-Membros devem abster-se de adotar medidas suscetíveis de comprometer seriamente a realização do resultado prescrito<sup>79</sup>. Contudo, o Tribunal deu aos Estados-Membros a possibilidade de adotarem, durante o referido período, uma medida específica relativa a uma única fonte de SO<sub>2</sub> e de NO<sub>x</sub>, considerando que a mesma não era suscetível de comprometer seriamente a realização do resultado em causa. O Tribunal de Justiça considerou que durante o referido período, a Diretiva 2001/81 não obrigava os Estados-Membros a recusar ou a limitar a concessão de uma licença ambiental para a construção e a exploração de uma instalação industrial, nem a adotar medidas de compensação específicas para cada licença desse tipo que seja concedida, mesmo em caso de ultrapassagem ou de risco de ultrapassagem dos valores-limite nacionais de emissão de SO<sub>2</sub> e de NO<sub>x</sub>. Por último, declarou que o artigo 4.º da Diretiva 2001/81 não é incondicional nem suficientemente preciso para poder ser invocado pelos particulares perante os órgãos jurisdicionais nacionais antes de 31 de Dezembro de 2010. Em contrapartida, o artigo 6.º atribui aos particulares diretamente afetados direitos que podem ser invocados perante os órgãos jurisdicionais nacionais para exigir que, durante o período transitório, os Estados-Membros adotem ou prevejam políticas e medidas apropriadas e coerentes, suscetíveis de reduzir as emissões dos poluentes visados, de modo a respeitar os valores-limite nacionais previstos no anexo I da referida diretiva. Os particulares podem igualmente exigir que os Estados divulguem ao público e aos organismos interessados os programas elaborados para esses fins, fornecendo informações claras, compreensíveis e facilmente acessíveis.

O Tribunal de Justiça, no processo *The Air Transport Association of America e o.* (acórdão de 21 de dezembro de 2011, C-366/10), considerou que a Diretiva 2008/101<sup>80</sup> deve ser interpretada à luz das regras pertinentes do direito internacional do mar e do direito internacional aéreo. A regulamentação da União pode ser aplicada a um operador de aeronave quando a mesma se

<sup>77</sup> Diretiva 2008/1/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de janeiro de 2008, relativa à prevenção e controlo integrados da poluição (JO L 24, p. 8).

<sup>78</sup> A Diretiva 2001/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2001, é relativa ao estabelecimento de valores-limite nacionais de emissão de determinados poluentes atmosféricos (JO L 309, p. 22).

<sup>79</sup> Artigos 4.º, n.º 3, e 288.º, n.º 3, do TFUE.

<sup>80</sup> Diretiva 2008/101/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro de 2008, que altera a Diretiva 2003/87/CE de modo a incluir as atividades da aviação no regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa na Comunidade (JO 2009, L 8, p. 3).

encontra no território de um dos Estados-Membros e, em particular, num aeródromo situado nesse território. A este respeito, ao prever um critério de aplicabilidade da Diretiva 2008/101 aos operadores de aeronaves registados num Estado-Membro ou num Estado terceiro, baseado na circunstância de essas aeronaves efetuarem um voo com partida de um aeródromo situado no território de um dos Estados-Membros ou chegada a esse aeródromo, a Diretiva 2008/101 não viola, nem o princípio da territorialidade nem a soberania dos Estados terceiros a partir dos quais ou com destino aos quais esses voos são efetuados, a partir do momento em que as referidas aeronaves se encontram fisicamente no território de um dos Estados-Membros da União, estando a esse título sujeitas à plena jurisdição da União. O Tribunal precisou em seguida que, em princípio, o legislador da União pode escolher entre só autorizar o exercício de uma atividade comercial no seu território, no caso em apreço o transporte aéreo, se os operadores respeitarem os critérios definidos pela União destinados a alcançar os objetivos que fixou. Em matéria de proteção do ambiente, nomeadamente quando esses objetivos dão continuidade a um acordo internacional que a União celebrou, como a convenção-quadro <sup>81</sup> e o Protocolo de Quioto. Segundo o raciocínio do Tribunal, o facto de, no âmbito da aplicação da regulamentação da União em matéria de ambiente, certos elementos que contribuem para a poluição do ar, do mar ou do território dos Estados-Membros terem origem num evento que tem parcialmente lugar fora desse território não é suscetível de, à luz dos princípios do direito consuetudinário internacional, pôr em causa a plena aplicabilidade do direito da União nesse território.

No processo *Bund für Umwelt und Naturschutz Deutschland, Landesverband Nordrhein-Westfalen* (acórdão de 12 de maio de 2011, C-115/09), o Tribunal de Justiça considerou que o artigo 10.º-A da Diretiva 85/337/CEE <sup>82</sup> se opõe a uma legislação que não reconhece a uma organização não governamental que promove a proteção do ambiente, visada pelo artigo 1.º, n.º 2, dessa diretiva, a possibilidade de invocar em juízo, no âmbito do recurso de uma decisão de autorização de projetos suscetíveis de terem um impacto considerável no ambiente, na aceção do artigo 1.º, n.º 1, da mesma diretiva, a violação de uma disposição decorrente do direito da União que tenha por objeto a proteção do ambiente, pelo facto de esta norma proteger unicamente os interesses da coletividade e não os dos particulares.

Nos processos *Boxus e o.* (acórdão de 18 de outubro de 2011, processos apensos C-128/09 a C-131/09, C-134/09 e C-135/09) o Tribunal de Justiça considerou que o artigo 1.º, n.º 5, da Diretiva 85/337/CEE <sup>83</sup> deve ser interpretado no sentido de que apenas estão excluídos do âmbito de aplicação desta diretiva os projetos adotados em pormenor por um ato legislativo específico, de forma a que os objetivos da referida diretiva tenham sido atingidos através do processo legislativo. Cabe ao juiz nacional determinar se essas duas condições estão preenchidas, tendo em conta não só o conteúdo do ato legislativo adotado mas também o conjunto do processo legislativo que levou à sua adoção. A este respeito, um ato legislativo que mais não faça do que ratificar pura e simplesmente um ato administrativo preexistente, limitando-se a referir razões imperiosas de interesse geral sem prévia abertura de um processo legislativo quanto ao mérito que permita respeitar as ditas condições, não pode ser considerado um ato legislativo específico na aceção desta disposição e, portanto, não é suficiente para excluir um projeto do âmbito da Diretiva 85/337. Ao interpretar o artigo 9.º,

<sup>81</sup> Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas de 1992.

<sup>82</sup> Diretiva 85/337/CEE do Conselho, de 27 de junho de 1985, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente (JO L 175, p. 40; EE 15 F6 p. 9), conforme alterada pela Diretiva 2003/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio de 2003 (JO L 156, p. 17).

<sup>83</sup> Ver nota precedente.

n.º 2, da Convenção de Århus <sup>84</sup> e o artigo 10.º-A, da Diretiva 85/337, o Tribunal de Justiça declarou que quando um projeto que está abrangido pelo âmbito destas disposições é adotado por um ato legislativo, a fiscalização do respeito das condições fixadas no artigo 1.º, n.º 5, da referida diretiva deve poder ser submetida a um órgão jurisdicional ou a um órgão independente e imparcial instituído por lei. O Tribunal de Justiça recordou igualmente que, no caso de não ser possível interpor um recurso contra um tal ato, caberá a qualquer órgão jurisdicional nacional que tenha sido chamado a pronunciar-se no âmbito da sua competência, exercer esta fiscalização e, se necessário, não aplicar este ato legislativo.

### *Vistos, asilo e imigração*

Incumbindo-lhes fiscalizar as ações dos Estados-Membros neste domínio particularmente sensível, os órgãos jurisdicionais nacionais foram, em várias ocasiões, levados a acionar o mecanismo de reenvio prejudicial, requerendo ao Tribunal de Justiça que precisasse as exigências decorrentes do direito da União em matéria de tratamento dos nacionais de Estados terceiros que pretendem residir no seu território.

No processo *El Dridi* (acórdão de 28 de abril de 2011, C-61/11 PPU), o Tribunal de Justiça foi chamado a pronunciar-se a respeito da questão de saber se a Diretiva 2008/115 <sup>85</sup>, nomeadamente os seus artigos 15.º e 16.º, deve ser interpretada no sentido de que se opõe à legislação de um Estado-Membro que determina a aplicação de uma pena de prisão a um estrangeiro em situação irregular, unicamente porque este, sem motivo justificado, permanece no seu território, em violação de uma ordem de deixar o referido território num prazo determinado. O Tribunal de Justiça, que, a pedido do órgão jurisdicional de reenvio, tratou o processo com tramitação urgente, respondeu pela afirmativa, na medida em que uma pena desta natureza, atendendo nomeadamente às suas condições e regras de aplicação, pode comprometer a realização do objetivo prosseguido pela referida diretiva, a saber, a instauração de uma política eficaz de afastamento e de repatriamento dos nacionais de países terceiros em situação irregular.

O processo *Achughbabian* (acórdão de 6 de dezembro de 2011, C-329/11) diz igualmente respeito à interpretação da Diretiva 2008/115 <sup>86</sup>, relativamente a uma regulamentação nacional que prevê sanções penais. Mais precisamente, o Tribunal pronunciou-se a respeito da questão de saber se, tendo em conta o seu âmbito de aplicação, a Diretiva 2008/115 se opõe a uma regulamentação nacional que prevê a aplicação de uma pena de prisão a um nacional de um país terceiro com fundamento apenas na sua entrada ou permanência irregular no território nacional. Num primeiro momento, o Tribunal constatou que a Diretiva 2008/115 apenas se aplica à adoção de decisões de regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular num Estado-Membro e à execução dessas decisões. A referida diretiva não tem, portanto, por objeto harmonizar completamente as regras nacionais relativas à permanência de estrangeiros. Daqui decorre, segundo o Tribunal de Justiça, que esta Diretiva não se opõe a que o direito de um Estado-Membro qualifique a permanência irregular de delito e preveja sanções penais para dissuadir e reprimir tal infração às regras nacionais em matéria de permanência.

<sup>84</sup> Convenção sobre o acesso à informação, participação do público no processo de tomada de decisão e acesso à justiça em matéria de ambiente, aprovada em nome da Comunidade Europeia pela Decisão 2005/370/CE do Conselho, de 17 de fevereiro de 2005 (JO L 124, p. 1).

<sup>85</sup> Diretiva 2008/115/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativa a normas e procedimentos comuns nos Estados-Membros para o regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular (JO L 348, p. 98).

<sup>86</sup> Ver nota precedente.

A diretiva em causa também não se opõe a uma detenção com o objetivo de determinar se um nacional de um país terceiro está ou não em situação de permanência regular.

Em segundo lugar, o Tribunal declarou que a Diretiva 2008/115 deve ser interpretada no sentido de que se opõe a uma regulamentação de um Estado-Membro que reprime a permanência irregular através de sanções penais, na medida em que essa regulamentação permite a prisão de um nacional de um país terceiro que, permanecendo em situação irregular no território do referido Estado-Membro e não estando na disposição de deixar esse território voluntariamente, não foi sujeito às medidas coercivas referidas no artigo 8.º desta diretiva e em relação ao qual, em caso de detenção com vista a preparar e a realizar o seu afastamento, não expirou o período de duração máxima dessa detenção. Em seguida, precisou que, em contrapartida, esta diretiva não se opõe a tal regulamentação na medida em que esta permite a prisão de um nacional de um país terceiro ao qual foi aplicado o procedimento de regresso instituído pela referida diretiva e que permanece em situação irregular no território deste Estado-Membro, sem motivo justificado para o não regresso. Com efeito, embora os Estados-Membros vinculados pela Diretiva 2008/115 não possam prever uma pena de prisão para os nacionais de países terceiros em situação irregular, nos casos em que, por força das normas e procedimentos comuns instituídos por esta diretiva, estes devem ser afastados e em que, com vista a preparar e a realizar esse afastamento, podem, quando muito, ser detidos, isso não exclui a faculdade de os Estados-Membros aprovarem ou manterem disposições, eventualmente de caráter penal, que regulem, no respeito dos princípios e do objetivo da referida diretiva, a situação em que as medidas coercivas não permitiram efetivar o afastamento de um nacional de um país terceiro em situação irregular.

O processo *Samba Diouf* (acórdão de 28 de julho de 2011, C-69/10) dizia respeito a um nacional de um Estado terceiro a quem foi recusado, no âmbito de um procedimento com tramitação acelerada, um pedido de proteção internacional apresentado às autoridades de um Estado-Membro. O referido nacional interpôs então um recurso que tinha por objeto a anulação da decisão de recusa do seu pedido, na parte em que, mediante essa decisão, as autoridades nacionais decidiram pronunciar-se, quanto ao mérito, no âmbito do procedimento com tramitação acelerada, e a revisão, senão mesmo a anulação, da referida decisão, na medida em que, mediante esta, a concessão de proteção internacional lhe foi recusada. Ao apreciar a admissibilidade do recurso que tinha por objeto a anulação da decisão de as autoridades nacionais se pronunciarem no âmbito do procedimento com tramitação acelerada, o juiz nacional considerou que a aplicação da legislação nacional, que prevê que essa decisão não é suscetível de recurso, suscita questões relativas à interpretação do artigo 39.º da Diretiva 2005/85, relativa a normas mínimas aplicáveis ao procedimento de concessão e retirada do estatuto de refugiado nos Estados-Membros <sup>87</sup>, e à sua articulação com a aplicação do princípio geral do direito a um recurso jurisdicional efetivo. Tendo-lhe sido submetida uma questão prejudicial, o Tribunal de Justiça declarou que o artigo 39.º da referida diretiva e o princípio da proteção jurisdicional efetiva devem ser interpretados no sentido de que não se opõem a uma regulamentação nacional por força da qual não pode ser interposto um recurso autónomo da decisão da autoridade nacional competente para apreciar um pedido de asilo no âmbito de um procedimento com tramitação acelerada, desde que as razões que conduziram essa autoridade a apreciar o mérito do referido pedido no âmbito desse procedimento possam ser efetivamente sujeitas a uma fiscalização jurisdicional no âmbito do recurso de que pode ser objeto a decisão final de indeferimento, o que compete ao órgão jurisdicional de reenvio apreciar. Com efeito, segundo o Tribunal, a decisão relativa ao procedimento a aplicar no exame do pedido de asilo, considerada de modo autónomo e independentemente da decisão final que defere ou indefere este pedido,

<sup>87</sup> Diretiva 2005/85/CE do Conselho, de 1 de dezembro de 2005, relativa a normas mínimas aplicáveis ao procedimento de concessão e retirada do estatuto de refugiado nos Estados-Membros (JO L 326, p. 13).



constitui um ato preparatório da decisão final que se pronuncie sobre o pedido. Nestas condições, a inexistência de recurso nesta fase do procedimento não constitui uma violação do direito a um recurso efetivo, desde que, todavia, a legalidade da decisão final adotada no âmbito de um procedimento com tramitação acelerada e, nomeadamente, as razões que levaram a autoridade competente a indeferir o pedido de asilo por este ser infundado possam ser objeto de um exame aprofundado por parte do juiz nacional, no quadro do recurso da decisão de indeferimento do referido pedido. Em contrapartida o Tribunal precisou que a efetividade do recurso não é assegurada se, devido à impossibilidade de interpor recurso da decisão da autoridade nacional competente para apreciar um pedido de asilo no âmbito de um procedimento com tramitação acelerada, as razões que conduziram essa autoridade a apreciar o mérito do pedido no âmbito desse procedimento não possam ser sujeitas a tal fiscalização, uma vez que essas razões são as mesmas que conduziram ao indeferimento desse pedido. Esta situação impossibilitaria a fiscalização da legalidade da decisão, tanto de facto como de direito. Importa, por conseguinte, que essas razões possam ser efetivamente contestadas posteriormente perante o juiz nacional e examinadas por este no âmbito do recurso que possa ser interposto da decisão final que põe termo ao procedimento relativo ao pedido de asilo.

Ainda em matéria de direito de asilo, o Tribunal de Justiça foi interrogado, nos processos *NS* (acórdão de 21 de dezembro de 2011, processos apensos C-411/10 e C-493/10), sobre a questão de saber se os Estados-Membros podem transferir os requerentes de asilo para outros Estados-Membros quando há um risco de lesão grave dos direitos que a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia lhes garante. Com esse fim, o Tribunal de Justiça pronunciou-se a respeito da interpretação a dar, por um lado, aos artigos 1.º, 4.º, 18.º e 47.º da Carta dos Direitos Fundamentais e, por outro, ao artigo 3.º do Regulamento n.º 343/2003<sup>88</sup>.

Em primeiro lugar, o Tribunal interpretou o artigo 4.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia no sentido de que incumbe aos Estados-Membros, incluindo os órgãos jurisdicionais nacionais, não transferir um requerente de asilo para o Estado-Membro responsável na aceção do Regulamento n.º 343/2003, quando não possam ignorar que as falhas sistémicas do procedimento de asilo e das condições de acolhimento dos requerentes de asilo nesse Estado-Membro constituem razões sérias e verosímeis para crer que o requerente corre um risco real de ser sujeito a tratos desumanos e degradantes, na aceção desta disposição. Daqui resulta, segundo o Tribunal de Justiça, que o direito da União se opõe à aplicação de uma presunção inilidível nos termos da qual o Estado-Membro que o artigo 3.º, n.º 1, do Regulamento n.º 343/2003 designa como responsável respeita os direitos fundamentais da União Europeia, solução esta que não é desmentida pelos artigos 1.º, 18.º e 47.º da Carta dos Direitos Fundamentais.

Em seguida, o Tribunal precisou que, sem prejuízo da faculdade de examinar ele próprio o pedido referido no artigo 3.º, n.º 2, do Regulamento n.º 343/2003, a impossibilidade de transferência de um requerente para outro Estado-Membro da União Europeia, quando esse Estado é identificado como Estado-Membro responsável em conformidade com os critérios do capítulo III deste regulamento, exige que o Estado-Membro que deveria efetuar esta transferência prossiga o exame dos critérios do referido capítulo, para verificar se um dos restantes critérios permite identificar outro Estado-Membro como responsável pelo exame do pedido de asilo. Segundo o Tribunal importa, contudo, que o Estado-Membro em que se encontra o requerente de asilo assegure que a situação de violação dos direitos fundamentais deste requerente não seja agravada por um procedimento de determinação do Estado-Membro responsável excessivamente longo. Se necessário, deve examinar ele próprio

<sup>88</sup> Regulamento (CE) n.º 343/2003 do Conselho, de 18 de fevereiro de 2003, que estabelece os critérios e mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise e um pedido de asilo apresentado num dos Estados-Membros por um nacional de um país terceiro (JO L 50, p. 1).



o pedido, em conformidade com as modalidades previstas no artigo 3.º, n.º 2, do Regulamento n.º 343/2003. Os artigos 1.º, 18.º e 47.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia não conduzem a uma resposta diferente.

### *Cooperação judiciária em matéria civil e direito internacional privado*

Durante o ano de 2011, o Tribunal de Justiça proferiu várias decisões relativas ao Regulamento n.º 44/2001<sup>89</sup>, merecendo duas delas particular atenção.

A primeira decisão, *BVG* (acórdão de 12 de maio de 2011, processo C-144/10), diz respeito ao âmbito de aplicação do artigo 22.º, n.º 2, do Regulamento n.º 44/2001, segundo o qual «[t]êm competência exclusiva, qualquer que seja o domicílio, [...] [e]m matéria de validade, de nulidade ou de dissolução das sociedades ou outras pessoas coletivas que tenham a sua sede no território de um Estado-Membro, ou de validade ou nulidade das decisões dos seus órgãos, os tribunais desse Estado-Membro». Segundo o Tribunal de Justiça, esta regra de competência exclusiva não se aplica a um litígio no âmbito do qual uma sociedade alega não lhe ser oponível um contrato por alegada invalidade, resultante da violação dos seus estatutos, das decisões dos seus órgãos que conduziram à sua celebração. Com efeito, qualquer questão relativa à validade de uma decisão de contratar tomada pelos órgãos sociais de uma das partes deve ser considerada acessória no âmbito de um litígio contratual. O objeto de tal litígio contratual não apresenta necessariamente um vínculo particularmente estreito com o foro da sede da parte que invoca a invalidade de uma decisão dos seus próprios órgãos. Portanto, será contrário a uma boa administração da justiça submeter tais litígios à competência exclusiva dos tribunais do Estado-Membro da sede de uma das sociedades contratantes.

A segunda decisão, proferida nos processos *eDate Advertising e o.* (acórdão de 25 de Outubro de 2011, processos apensos C-509/09 e C-161/10), deu ao Tribunal de Justiça a oportunidade de precisar de que modo a expressão «lugar onde ocorreu ou poderá ocorrer o facto danoso», utilizada no artigo 5.º, n.º 3, do Regulamento n.º 44/2001, deve ser interpretada em caso de alegada violação dos direitos de personalidade por meio de conteúdos colocados em linha num sítio na Internet. O Tribunal começou por recordar que esta expressão se refere simultaneamente ao lugar do evento causal e ao da materialização do dano. Constatou, em seguida, que a colocação em linha de conteúdos num sítio na Internet distingue-se da difusão, circunscrita a um território, de um meio de comunicação impresso, na medida em que este pode ser consultado instantaneamente por um número indefinido de internautas em todo o mundo. Assim, por um lado, a difusão universal é suscetível de aumentar a gravidade das lesões aos direitos de personalidade e, por outro, de tornar extremamente difícil a localização dos lugares nos quais se materializou o dano resultante dessas lesões. O Tribunal concluiu que as dificuldades de aplicação do critério da materialização de um dano impõem a adaptação deste critério de conexão. Tendo em conta que o impacto de um conteúdo colocado em linha sobre os direitos de personalidade de uma pessoa pode ser mais bem apreciado pelo órgão jurisdicional do lugar onde a pretensa vítima tem o centro dos seus interesses, o Tribunal designou este órgão jurisdicional como o único competente para apreciar a integralidade dos danos causados no território da União Europeia. Neste contexto, o Tribunal de Justiça precisou que o lugar onde uma pessoa tem o centro dos seus interesses corresponde em geral à sua residência habitual. O Tribunal acrescentou que esta pessoa tem, além disso, a faculdade de intentar uma ação fundada em responsabilidade pela totalidade dos danos causados nos órgãos jurisdicionais do Estado-Membro do lugar de estabelecimento da pessoa que emitiu esses conteúdos colocados em linha. Esta pessoa

<sup>89</sup> Regulamento (CE) n.º 44/2001 do Conselho, de 22 de dezembro de 2000, relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial (JO 2001, L 12, p. 1).

pode igualmente, em vez de uma ação fundada em responsabilidade pela totalidade dos danos causados, intentar a sua ação nos órgãos jurisdicionais de cada Estado-Membro em cujo território esteja ou tenha estado acessível um conteúdo em linha sendo estes competentes para conhecer apenas do dano causado no território do Estado-Membro do órgão jurisdicional em que a ação foi intentada.

Por outro lado, nesta mesma decisão, o Tribunal de Justiça pronunciou-se a respeito do alcance metodológico do artigo 3.º da Diretiva 2000/3<sup>90</sup>. Segundo o Tribunal de Justiça, apesar de este artigo não impor uma transposição sob a forma de regra específica de conflito de leis, os Estados-Membros devem assegurar que, no domínio coordenado e sem prejuízo das derrogações autorizadas segundo as condições previstas neste artigo 3.º, n.º 4, da referida diretiva, o prestador de um serviço do comércio eletrónico não está sujeito a exigências mais estritas do que as previstas pelo direito material aplicável no Estado-Membro em que esse prestador de serviços está estabelecido.

Por outro lado, foi pela primeira vez submetido ao Tribunal de Justiça, no processo *Koelzsch* (acórdão de 15 de março de 2011, processo C-29/10), um pedido de interpretação do artigo 6.º da Convenção de Roma, de 19 de Junho de 1980, sobre a lei aplicável às obrigações contratuais<sup>91</sup>, relativo aos contratos individuais de trabalho no âmbito de um litígio internacional que teve origem na rescisão do contrato de trabalho de um condutor de veículos pesados. Nos termos do artigo 6.º, n.º 1 da referida convenção «a escolha pelas partes da lei aplicável ao contrato de trabalho não pode ter como consequência privar o trabalhador da proteção que lhe garantem as disposições imperativas da lei que seria aplicável, na falta de escolha, por força do n.º 2». No caso em apreço, o Tribunal devia interpretar o critério de conexão previsto no artigo 6.º, n.º 2, alínea a), da Convenção de Roma. Assim, decidiu que esta disposição deve ser interpretada no sentido de que, na hipótese em que o trabalhador exerce as suas atividades em mais de um Estado contratante, o país em que o trabalhador, no cumprimento do contrato, presta habitualmente o seu trabalho, na aceção desta disposição, é aquele onde ou a partir do qual, tendo em conta todos os elementos que caracterizam a referida atividade, o trabalhador cumpre o essencial das suas obrigações para com o seu empregador. Com efeito, o critério previsto nesta disposição é aplicável também na hipótese em que o trabalhador exerce as suas atividades em mais de um Estado contratante, desde que seja possível ao órgão jurisdicional do foro determinar o Estado com o qual o trabalho apresenta uma conexão significativa. O Tribunal também precisou que, tendo em conta que o objetivo do artigo 6.º da Convenção de Roma é assegurar uma proteção adequada do trabalhador, o critério do país da prestação habitual do trabalho, previsto no n.º 2, alínea b), do mesmo artigo, deve ser interpretado de forma lata. À semelhança da interpretação levada a cabo pelo Tribunal de Justiça do artigo 5.º, n.º 1, da Convenção de Bruxelas de 27 de Setembro de 1968, relativa à competência judiciária e à execução de decisões em matéria civil e comercial<sup>92</sup>, o critério do país da prestação habitual do trabalho deve ser entendido no sentido de que faz referência ao lugar no qual, ou a partir do qual, o trabalhador exerce efetivamente as suas atividades e, na falta de centro de negócios, ao lugar onde este exerce a maior parte das suas atividades. Esta interpretação conjuga-se igualmente com a letra da nova disposição em sede de regras de conflitos relativas ao contrato individual de trabalho,

<sup>90</sup> Diretiva 2000/31/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2000, relativa a certos aspetos legais dos serviços da Sociedade de Informação, em especial do comércio eletrónico, no mercado interno («Diretiva sobre o comércio eletrónico») (JO L 178, p. 1).

<sup>91</sup> Convenção de Roma de 1980 sobre a lei aplicável às obrigações contratuais (versão consolidada) (JO 1998, C 27, p. 34).

<sup>92</sup> Convenção de Bruxelas relativa à competência judiciária e à execução de decisões em matéria civil e comercial (JO 1989, L 285, p. 24).

introduzida pelo Regulamento n.º 593/2008, sobre a lei aplicável às obrigações contratuais (Roma I) <sup>93</sup>, nomeadamente com o artigo 8.º deste último.

Por fim o Tribunal de Justiça acrescentou que, tratando-se de um trabalho efetuado no setor do transporte internacional, o órgão jurisdicional de reenvio deve, para determinar o Estado no qual o trabalhador presta habitualmente o seu trabalho, ter em conta todos os elementos específicos desta atividade. Para isso, deve igualmente determinar em que Estado se situa o lugar a partir do qual o trabalhador efetua as suas missões de transporte, recebe instruções sobre as mesmas e organiza o seu trabalho, bem como o lugar em que se encontram as ferramentas de trabalho. Deve também verificar quais os locais onde o transporte é habitualmente efetuado, os locais de descarga da mercadoria bem como o lugar onde o trabalhador regressa após as suas missões.

### *Cooperação policial e judiciária em matéria penal*

Neste domínio, chama-se unicamente a atenção para os processos *Gueye e Salmerón Sánchez* (acórdão de 15 de setembro de 2011, processos apensos C-483/09 e C-1/10), nos quais o Tribunal de Justiça interpretou os artigos 2.º, 3.º, 8.º e 10.º da Decisão-Quadro 2001/220 <sup>94</sup>, relativa ao estatuto da vítima em processo penal, ao precisar nomeadamente o alcance do direito de audição da vítima reconhecido pela decisão-quadro e os efeitos do mesmo nas penas a aplicar ao autor das infrações penais.

Em primeiro lugar, o Tribunal declarou que os artigos 2.º, 3.º e 8.º da referida decisão-quadro não se opõem a que uma sanção obrigatória de afastamento com uma duração mínima, prevista pelo direito penal de um Estado-Membro a título de pena acessória, seja pronunciada contra os autores de violências cometidas no seio da família, mesmo que as vítimas dessas violências contestem a aplicação de tal sanção.

Com efeito, o Tribunal salientou que, por um lado, as obrigações enunciadas no artigo 2.º, n.º 1, da referida decisão-quadro se destinam a garantir que a vítima possa, efetivamente, participar de modo adequado no processo penal, o que não implica que uma medida obrigatória de afastamento como a que está em causa no processo principal não possa ser proferida contra a opinião da vítima. Por outro lado, o direito processual de ser ouvido na aceção do artigo 3.º, primeiro parágrafo, da mesma decisão-quadro não confere às vítimas nenhum direito quanto à escolha dos tipos de penas nem quanto ao nível dessas penas. Em seguida, precisou que a proteção penal contra os atos de violência doméstica visa proteger não só os interesses da vítima mas igualmente outros interesses mais gerais da sociedade. Por fim, a proteção do artigo 8.º desta decisão-quadro, que visa nomeadamente proteger de modo adequado a vítima contra o autor da infração durante o processo penal não pode ser entendida no sentido de que os Estados-Membros são igualmente obrigados a proteger as vítimas contra os efeitos indiretos que as penas aplicadas pelo juiz nacional produziram numa fase posterior.

Por outro lado, o Tribunal de Justiça constatou que a obrigação de pronunciar uma medida de afastamento em conformidade com o direito material em causa não entra no âmbito de aplicação da referida decisão-quadro.

<sup>93</sup> Regulamento (CE) n.º 593/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho de 2008, sobre a lei aplicável às obrigações contratuais (Roma I).

<sup>94</sup> Decisão-Quadro 2001/220/JAI do Conselho, de 15 de março de 2001, relativa ao estatuto da vítima em processo penal (JO L 82, p. 1).

Num segundo momento, o Tribunal de Justiça considerou que o artigo 10.º, n.º 1, da mesma decisão-quadro deve ser interpretado no sentido de que permite aos Estados-Membros, tendo em conta a categoria especial de infrações cometidas no seio da família, excluir o recurso à mediação em todos os processos penais relativos a essas infrações.

### *Política externa e de segurança comum*

O Tribunal de Justiça, no quadro limitado de competências que detém neste domínio, proferiu três decisões que merecem particular atenção.

No âmbito da política externa e de segurança comum, a República Francesa interpôs um recurso (acórdão de 21 de dezembro de 2011, *França/People's Mojahedin Organization of Iran*, processo C-27/09 P) do acórdão do Tribunal Geral <sup>95</sup> que anulou a Decisão 2008/583 <sup>96</sup> (a seguir «decisão recorrida»), na parte em que diz respeito à *People's Mojahedin Organization of Iran*, tendo o Tribunal de Justiça recordado que, no caso de uma decisão inicial de congelamento de fundos, a instituição não tem de comunicar previamente à pessoa ou à entidade em causa os motivos nos quais esta instituição se baseia para incluir o nome dessa pessoa ou entidade na lista referida no artigo 2.º, n.º 3, do Regulamento n.º 2580/2001 <sup>97</sup>. Com efeito, para que a eficácia de uma medida desse tipo não seja comprometida, a mesma deve, pela sua própria natureza, poder beneficiar de efeito de surpresa e ser aplicada imediatamente. Em contrapartida, no caso de uma decisão subsequente de congelamento de fundos pela qual o nome de uma pessoa ou de uma entidade que já figura na lista referida no artigo 2.º, n.º 3, do referido regulamento é mantido, já não é necessário esse efeito surpresa para assegurar a eficácia da medida, pelo que a adoção dessa decisão deve, em princípio, ser precedida de uma comunicação dos elementos que lhe são imputados, bem como da oportunidade concedida à pessoa ou à entidade em causa de ser ouvida. Assim, o Tribunal de Justiça considerou que o Tribunal Geral concluiu com razão que, uma vez que, pela decisão controvertida, o nome da *People's Mojahedin Organization of Iran* (a seguir «PMOI») foi mantido na lista referida no artigo 2.º, n.º 3, do Regulamento n.º 2580/2001, o Conselho não podia comunicar os novos elementos de acusação contra a PMOI simultaneamente com a adoção da decisão controvertida. O Conselho deveria, imperativamente, ter assegurado o respeito pelos direitos de defesa da PMOI, a saber, a comunicação dos elementos que lhe são imputados e o direito de ser ouvida, antes da adoção desta decisão. A este respeito o Tribunal de Justiça declarou que o elemento de proteção proporcionado pela exigência de notificação dos elementos de acusação e pelo direito de apresentar observações antes da adoção de uma medida como a decisão controvertida que desencadeia a aplicação de medidas restritivas é fundamental e essencial aos direitos de defesa, tanto mais quanto essas medidas têm uma incidência importante nos direitos e liberdades das pessoas e dos grupos visados.

Por fim, atendendo à importância fundamental que deve ser atribuída ao respeito dos direitos de defesa, expressamente consagrado no artigo 41.º, n.º 2, alínea a), da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, no processo que precede a adoção de uma decisão como a decisão controvertida, o Tribunal Geral não cometeu um erro de direito ao considerar que o Conselho não tinha provado que a decisão controvertida tinha de ser adotada com urgência tal que se mostrava impossível a essa

<sup>95</sup> Acórdão de 4 de dezembro de 2008, *People's Mojahedin Organization of Iran/Conselho* (T-284/08).

<sup>96</sup> Decisão 2008/334/CE do Conselho, de 2 de julho de 2008, que dá execução ao disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 2580/2001, relativo a medidas restritivas específicas de combate ao terrorismo dirigidas contra determinadas pessoas e entidades e que revoga a Decisão 2007/927/CE (JO L 116, p. 33).

<sup>97</sup> Regulamento (CE) n.º 2580/2001 do Conselho, de 27 de dezembro de 2001, relativo a medidas restritivas específicas de combate ao terrorismo dirigidas contra determinadas pessoas e entidades (JO L 344, p. 58).

instituição comunicar os novos elementos de acusação à PMOI e permitir a audição desta antes da adoção da decisão controvertida.

Tratando-se, desta feita, de medidas restritivas adotadas contra a República Islâmica do Irão com o fim de impedir a proliferação nuclear, o Bank Melli Iran, banco iraniano detido pelo Estado iraniano, interpôs um recurso no Tribunal de Justiça que tinha por objeto a anulação do acórdão do Tribunal de Primeira Instância <sup>98</sup> através do qual este tinha negado provimento ao seu recurso <sup>99</sup> destinado à anulação das medidas que o visavam (acórdão de 16 de novembro de 2011, *Bank Melli Iran/Conselho*, processo C-548/09 P). Assim, o Tribunal considerou que o princípio da proteção jurisdicional efetiva implica que a autoridade da União Europeia que adota um ato que determina medidas restritivas relativamente a uma pessoa ou a uma entidade, comunique os fundamentos em que esse ato se baseia, na medida do possível, no momento em que esse ato é adotado, ou, pelo menos, tão rapidamente quanto possível depois de ter sido adotado, a fim de permitir a essas pessoas o exercício do direito de recurso que lhes assiste. Ora, é com vista ao cumprimento desse princípio que o artigo 15.º, n.º 3, do Regulamento n.º 423/2007 <sup>100</sup> impõe ao Conselho que indique os motivos individuais e específicos das decisões tomadas em conformidade com o artigo 7.º, n.º 2, do referido regulamento e que deles dê conhecimento às pessoas, entidades e organismos em questão. Com efeito, o congelamento de fundos tem consequências consideráveis para as entidades em questão, uma vez que é suscetível de restringir o exercício dos seus direitos fundamentais. Daqui resulta que é através de uma comunicação individual que o Conselho deve cumprir a obrigação que lhe incumbe prevista nessa disposição. Além disso, embora uma comunicação individual seja, em princípio, necessária, basta declarar que não é exigida nenhuma forma precisa pelo artigo 15.º, n.º 3, deste regulamento, que apenas menciona a obrigação de «dar [...] conhecimento». É necessário que tenha sido dado um efeito útil a essa disposição, a saber, uma proteção jurisdicional efetiva das pessoas e entidades afetadas pelas medidas restritivas adotadas em aplicação do artigo 7.º, n.º 2, do mesmo regulamento.

Além disso, o Tribunal declarou que a escolha da base jurídica de um ato comunitário deve assentar em elementos objetivos suscetíveis de fiscalização jurisdicional, entre os quais figuram, nomeadamente, a finalidade e o conteúdo do ato. Segundo o seu título, o Regulamento n.º 423/2007 impõe medidas restritivas contra a República Islâmica do Irão. Resulta dos considerandos e de todas as disposições desse regulamento que este tem por objetivo impedir ou travar a política adotada por esse Estado em matéria nuclear, tendo em conta o risco que a mesma apresenta, através de medidas restritivas em matéria económica. São efetivamente os riscos específicos do programa iraniano de proliferação nuclear que são combatidos e não a atividade geral de proliferação do nuclear. Sendo o objetivo e o conteúdo do ato em questão claramente a adoção de medidas económicas que visam a República Islâmica do Irão, o recurso ao artigo 308.º CE não era necessário, uma vez que o artigo 301.º CE constitui uma base jurídica suficiente, na medida em que permite uma ação da União que visa interromper ou reduzir, total ou parcialmente, as relações económicas com um ou mais países terceiros, sendo essa ação suscetível de englobar medidas de congelamento de fundos de entidades que, como o Bank Melli Iran, estão associadas ao regime do país terceiro

<sup>98</sup> Acórdão de 14 de outubro de 2009, *Bank Melli Iran/Conselho* (T-390/08).

<sup>99</sup> Recurso que tem por objecto a anulação do ponto 4 da tabela B do anexo da Decisão 2008/475/CE do Conselho, de 23 de junho de 2008, que dá execução ao n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 423/2007, que impõe medidas restritivas contra o Irão (JO L 163, p. 29).

<sup>100</sup> Regulamento (CE) n.º 423/2007 do Conselho, de 19 de abril de 2007, que impõe medidas restritivas contra o Irão (JO L 103, p. 1).

em causa. Quanto à necessidade de incluir a Posição Comum 2007/140<sup>101</sup> entre as bases jurídicas, o artigo 301.º CE indica que a posição comum ou a ação comum devem existir para que possam ser adotadas medidas comunitárias, mas não que essas medidas devam basear-se nessa posição comum ou nessa ação comum. De qualquer forma, uma posição comum não pode constituir a base jurídica de um ato comunitário. Com efeito, as posições comuns do Conselho em matéria de Política Externa e de Segurança Comum (PESC), como as Posições Comuns 2007/140 e 2008/479<sup>102</sup>, são adotadas no âmbito do referido Tratado UE, em conformidade com o artigo 15.º do mesmo, enquanto os regulamentos do Conselho, como o Regulamento n.º 423/2007 são adotados no âmbito do Tratado CE. Por conseguinte, o Conselho só podia adotar um ato comunitário baseando-se nas competências que lhe são conferidas pelo Tratado CE, ou seja, no presente caso, os artigos 60.º CE e 301.º CE.

Ainda a propósito do Regulamento n.º 423/2007<sup>103</sup>, a respeito da adoção de medidas restritivas contra a República Islâmica do Irão, tendo-lhe sido submetida uma questão prejudicial pelo Oberlandesgericht de Düsseldorf, o Tribunal de Justiça deu a sua interpretação do artigo 7.º, n.ºs 3 e 4, do referido regulamento (acórdão de 21 de dezembro de 2011, *Afrasiabi e o.*, processo C-72/11).

O Tribunal de Justiça declarou que o artigo 7.º, n.º 3, do Regulamento n.º 423/2007 deve ser interpretado no sentido de que a proibição de colocação indireta à disposição de um recurso económico, na aceção do artigo 1.º, alínea i), do mesmo regulamento, engloba os atos relativos ao fornecimento e à instalação, no Irão, de um forno de sinterização em condições de funcionar, mas ainda não pronto a ser utilizado, em benefício de um terceiro que, atuando em nome e sob a direção ou as instruções de uma pessoa, de uma entidade ou de um organismo enumerado nos anexos IV e V do referido regulamento, pretende explorar esse forno, para produzir, em benefício dessa pessoa, entidade ou organismo, bens suscetíveis de contribuir para a proliferação nuclear nesse Estado. Além disso, o Tribunal considerou que o artigo 7.º, n.º 4, do mesmo regulamento deve ser interpretado no sentido de que: a) abarca as atividades que, sob uma aparência formal alheia aos elementos constitutivos de uma violação do artigo 7.º, n.º 3, do referido regulamento, têm, no entanto, por objeto ou por efeito, direto ou indireto, contornar a proibição prevista por esta disposição; b) os termos «consciente» e «intencional» implicam elementos cumulativos de conhecimento e de vontade, que estão preenchidos quando a pessoa que participa numa atividade com esse objeto ou esse efeito o prossegue deliberadamente ou, pelo menos, considera que a sua participação pode ter esse objeto ou esse efeito e aceita tal possibilidade.

<sup>101</sup> Posição Comum 2007/140/PESC do Conselho, de 27 de fevereiro de 2007, que impõe medidas restritivas contra o Irão (JO L 61, p. 49).

<sup>102</sup> Posição Comum 2008/479/PESC do Conselho, de 23 de junho de 2008, que altera a Posição Comum 2007/140 (JO L 163, p. 43).

<sup>103</sup> Ver nota 100.



## C — Composição do Tribunal de Justiça



(Ordem protocolar em 7 de outubro de 2011)

*Primeira fila, da esquerda para a direita:*

U. Lõhmus, presidente de secção; J. Mazák, primeiro advogado-geral; K. Lenaerts e A. Tizzano, presidentes de secção; V. Skouris, presidente do Tribunal de Justiça; J. N. Cunha Rodrigues, J.-C. Bonichot, J. Malenovský e M. Safjan, presidentes de secção.

*Segunda fila, da esquerda para a direita:*

A. Borg Barthet e E. Juhász, juízes; J. Kokott, advogada-geral; A. Rosas, juiz; A. Prechal, presidente de secção; R. Silva de Lapuerta, juiz; K. Schiemann, G. Arestis e M. Ilešič, juízes.

*Terceira fila, da esquerda para a direita:*

V. Trstenjak, advogada-geral; Y. Bot, advogado-geral; E. Sharpston, advogada-geral; A. Ó Caoimh, E. Levits e L. Bay Larsen, juízes; P. Mengozzi, advogado-geral; T. von Danwitz, juiz; A. Arabadjiev, juiz.

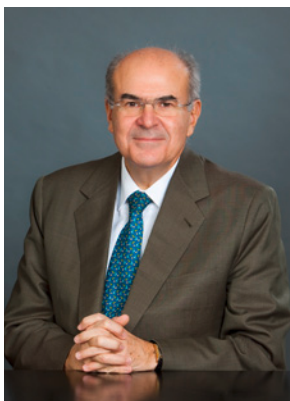
*Quarta fila, da esquerda para a direita:*

C. G. Fernlund, juiz; P. Cruz Villalón, advogado-geral; M. Berger, juíza; J.-J. Kasel, juiz; C. Toader, juíza; D. Šváby, juiz; N. Jääskinen, advogado-geral; E. Jarašiūnas, juiz; A. Calot Escobar, secretário.



## 1. Membros do Tribunal de Justiça

(por ordem de entrada em funções)



### Vassilios Skouris

Nascido em 1948; licenciado em Direito pela Universidade Livre de Berlim (1970); doutor em Direito Constitucional e Administrativo pela Universidade de Hamburgo (1973); professor assistente na Universidade de Hamburgo (1972-1977); professor de Direito Público na Universidade de Bielefeld (1978); professor de Direito Público na Universidade de Salonica (1982); ministro do Interior (em 1989 e em 1996); membro do comité de administração da Universidade de Creta (1983-1987); diretor do Centro de Direito Económico Internacional e Europeu de Salonica (1997-2005); presidente da Associação Helénica de Direito Europeu (1992-1994); membro do Comité Nacional Helénico de Investigação (1993-1995); membro do Comité Superior de Seleção dos Funcionários Gregos (1994-1996); membro do Conselho Científico da Academia de Direito Europeu de Trier (desde 1995); membro do conselho de administração da Escola Nacional Helénica de Magistratura (1995-1996); membro do conselho científico do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1997-1999); presidente do Conselho Económico e Social helénico em 1998; juiz no Tribunal de Justiça desde 8 de junho de 1999; presidente do Tribunal de Justiça desde 7 de outubro de 2003.



### Antonio Tizzano

Nascido em 1940; professor de Direito da União Europeia na Universidade La Sapienza, Roma; professor nas Universidades «Istituto Orientale» (1969-1979) e «Federico II» de Nápoles (1979-1992), de Catânia (1969-1977) e de Mogadíscio (1967-1972); advogado autorizado a pleitear na Corte di cassazione; consultor jurídico na Representação Permanente da República Italiana junto das Comunidades Europeias (1984-1992); membro da delegação italiana às negociações para a adesão do Reino de Espanha e da República Portuguesa às Comunidades Europeias, para o Ato Único Europeu e para o Tratado da União Europeia; autor de numerosas publicações, nomeadamente comentários aos tratados europeus e códigos da União Europeia, fundador e diretor, desde 1996, da revista «Il Diritto dell'Unione Europea»; membro de comités de direção ou de redação de várias revistas jurídicas; relator em numerosos congressos internacionais; conferências e cursos em várias instituições internacionais, nomeadamente na Academia de Direito Internacional de Haia (1987); membro do grupo de peritos independentes designado para examinar as finanças da Comissão das Comunidades Europeias (1999); advogado-geral no Tribunal de Justiça de 7 de outubro de 2000 a 3 de maio de 2006; juiz no Tribunal de Justiça desde 4 de maio de 2006.

**José Narciso da Cunha Rodrigues**

Nascido em 1940; diferentes funções judiciais (1964-1977); encarregado do Governo em diversas missões com vista à realização e coordenação de estudos sobre a reforma do sistema judicial; agente governamental junto da Comissão Europeia dos Direitos do Homem e do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (1980-1984); perito junto do Comité dos Direitos do Homem do Conselho da Europa (1980-1985); membro da comissão de revisão do Código Penal e do Código do Processo Penal; Procurador-Geral da República (1984-2000); membro do Comité de Fiscalização do Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) (1999-2000); juiz no Tribunal de Justiça desde 7 de outubro de 2000.

**Allan Rosas**

Nascido em 1948; doutorado em Direito pela Universidade de Turku (Finlândia); professor de Direito na Universidade de Turku (1978-1981) e na Åbo Akademi (Turku/Åbo) (1981-1996); diretor do Instituto dos Direitos do Homem desta academia (1985-1995); diversos cargos universitários de responsabilidade, nacionais e internacionais; membro de associações académicas; coordenação de diversos projetos e programas de investigação, nacionais e internacionais, nomeadamente nos domínios seguintes: Direito Comunitário, Direito Internacional, Direitos do Homem e Direitos fundamentais, Direito Constitucional e Administração Pública Comparada; representante do Governo finlandês na qualidade de membro ou consultor das delegações finlandesas em diversas conferências e reuniões internacionais; função de perito da vida jurídica finlandesa, nomeadamente em comissões jurídicas governamentais ou parlamentares na Finlândia, bem como junto das Nações Unidas, da Unesco, da Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e do Conselho da Europa; desde 1995, conselheiro jurídico principal no Serviço Jurídico da Comissão Europeia, encarregado das relações externas; desde março de 2001, diretor-geral adjunto do Serviço Jurídico da Comissão Europeia; juiz no Tribunal de Justiça desde janeiro de 2002.

**Rosario Silva de Lapuerta**

Nascida em 1954; licenciada em Direito (Universidad Complutense de Madrid); abogado del Estado em Málaga; abogado del Estado no Serviço Jurídico do Ministério dos Transportes, Turismo e Comunicações e, posteriormente, no Serviço Jurídico do Ministério dos Negócios Estrangeiros; abogado del Estado-Jefe do Serviço Jurídico do Estado encarregado dos litígios perante o Tribunal de Justiça e Subdiretora General de Asistencia Jurídica Comunitaria e Internacional na Abogacía General del Estado (Ministério da Justiça); membro do grupo de reflexão da Comissão sobre o futuro do sistema jurisdicional comunitário; chefe da delegação espanhola do Grupo de «Amigos da Presidência» para a reforma do sistema jurisdicional comunitário no Tratado de Nice e do grupo *ad hoc* do Conselho «Tribunal de Justiça»; professora de Direito Comunitário na Escuela Diplomática, Madrid; codiretora da revista «Noticias de la Unión Europea»; juíza no Tribunal de Justiça desde 7 de outubro de 2003.

**Koen Lenaerts**

Nascido em 1954: licenciado e doutor em Direito (Katholieke Universiteit Leuven); Master of Laws, Master in Public Administration (Harvard University); assistente (1979-1983) e posteriormente professor de Direito Europeu na Katholieke Universiteit Leuven (desde 1983); referendário no Tribunal de Justiça (1984-1985); professor no Colégio da Europa em Bruges (1984-1989); advogado no foro de Bruxelas (1986-1989); professor convidado na Harvard Law School (1989); juiz no Tribunal de Primeira Instância de 25 de setembro de 1989 a 6 de outubro de 2003; juiz no Tribunal de Justiça desde 7 de outubro de 2003.

**Juliane Kokott**

Nascida em 1957; estudos de Direito (Universidades de Bona e de Genebra); LL. M. (American University/ Washington DC); doutora em Direito (Universidade de Heidelberg, 1985; Universidade de Harvard, 1990); professora convidada na Universidade de Berkeley (1991); professora de Direito Público Alemão e Estrangeiro, de Direito Internacional e de Direito Europeu nas universidades de Augsburg (1992), de Heidelberg (1993) e de Düsseldorf (1994); juiz suplente pelo Governo alemão no Tribunal Internacional de Conciliação e de Arbitragem da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE); vice-presidente do Conselho Consultivo Federal sobre a Mudança Global (WBGU, 1996); professora de Direito Internacional, de Direito Internacional dos Negócios e de Direito Europeu na Universidade de St. Gallen (1999); diretora do Instituto de Direito Europeu e Internacional dos Negócios na Universidade de St. Gallen (2000); diretora adjunta do programa de especialização em Direito dos Negócios na Universidade de St. Gallen (2001); advogada-geral no Tribunal de Justiça desde 7 de outubro de 2003.



**Konrad Hermann Theodor Schiemann**

Nascido em 1937; estudos de Direito em Cambridge; barrister (1964-1980); Queen's Counsel (1980-1986); juiz na High Tribunal de Justiça of England and Wales (1986-1995); Lord Justice of Appeal (1995-2003); membro sénior desde 1985 e tesoureiro em 2003 da Honourable Society of the Inner Temple; juiz no Tribunal de Justiça desde 8 de janeiro de 2004.

**Endre Juhász**

Nascido em 1944; diplomado em Direito pela Universidade de Szeged, Hungria (1967); exame de entrada na Ordem dos Advogados húngara (1970); estudos de terceiro ciclo em Direito Comparado na Universidade de Estrasburgo, França (1969, 1970, 1971, 1972); funcionário do departamento jurídico do Ministério do Comércio Externo (1966-1974), diretor para os assuntos legislativos (1973-1974); primeiro adido comercial na Embaixada da Hungria em Bruxelas, responsável pelas questões comunitárias (1974-1979); diretor no Ministério do Comércio Externo (1979-1983); primeiro adido comercial, seguidamente conselheiro comercial da Embaixada da Hungria em Washington DC, Estados Unidos (1983-1989); diretor-geral no Ministério do Comércio e no Ministério das Relações Económicas Internacionais (1989-1991); negociador do acordo de associação entre a Hungria e as Comunidades Europeias e os seus Estados Membros (1990-1991); secretário-geral do Ministério das Relações Económicas Internacionais, diretor do gabinete dos Assuntos Europeus (1992); secretário de Estado no Ministério das Relações Económicas Internacionais (1993-1994); secretário de Estado, presidente do gabinete dos Assuntos Europeus, no Ministério da Indústria e do Comércio (1994); embaixador extraordinário e plenipotenciário, chefe da missão diplomática da República da Hungria junto da União Europeia (janeiro de 1995 a maio de 2003); negociador da adesão da República da Hungria à União Europeia (julho de 1998 a abril de 2003); ministro sem pasta para a coordenação das questões da integração europeia (desde maio de 2003); juiz no Tribunal de Justiça desde 11 de maio de 2004.



**George Arestis**

Nascido em 1945; diplomado em Direito pela Universidade de Atenas (1968); M. A. Comparative Politics and Government, pela Universidade de Kent, Canterbury (1970); exercício da profissão de advogado em Chipre (1972-1982); nomeação para o cargo de District Tribunal de Justiça Judge (1982); promovido ao cargo de President District Tribunal de Justiça (1995); Administrative President District Tribunal de Justiça de Nicósia (1997-2003); juiz do Tribunal Supremo do Chipre (2003); juiz no Tribunal de Justiça desde 11 de maio de 2004.

**Anthony Borg Barthet U.O.M.**

Nascido em 1947; doutorado em Direito pela Universidade Real de Malta em 1973; entra na função pública maltesa como Notary to Government, em 1975; conselheiro da República em 1978, primeiro conselheiro da República em 1979, Attorney General adjunto em 1988 e nomeado Attorney General pelo presidente de Malta em 1989; encarregado de curso a tempo parcial de Direito Civil na Universidade de Malta (1985-1989); membro do Conselho da Universidade de Malta (1998-2004); membro da Comissão para a administração da justiça (1994-2004); membro do Comité dos Governadores do Centro de Arbitragem de Malta (1998-2004); juiz no Tribunal de Justiça desde 11 de maio de 2004.

**Marko Ilešič**

Nascido em 1947; doutor em Direito (Universidade de Liubliana); especialização em Direito Comparado (Universidades de Estrasburgo e de Coimbra); exame judiciário; professor de Direito Civil, Comercial e Internacional Privado; vice-diretor (1995-2001) e diretor (2001-2004) da Faculdade de Direito da Universidade de Liubliana; autor de numerosas publicações jurídicas; juiz honorário e presidente de secção do Tribunal do Trabalho de Liubliana (1975-1986); presidente do Tribunal dos Desportos da Eslovénia (1978-1986); presidente da Câmara de Arbitragem da Bolsa de Liubliana; árbitro da Câmara de Comércio da Jugoslávia (até 1991) e da Eslovénia (desde 1991); árbitro da Câmara Internacional de Comércio em Paris; membro do Comité de Recursos da UEFA e da FIFA; presidente da União das Associações de Juristas eslovenos (1993-2005); membro da Internacional Law Association, do Comité Marítimo Internacional e de várias outras associações jurídicas internacionais; juiz no Tribunal de Justiça desde 11 de maio de 2004.

**Jiří Malenovský**

Nascido em 1950; doutor em Direito pela Universidade Charles de Praga (1975); mestre assistente (1974-1990), vice diretor (1989-1991) e chefe do departamento de Direito Internacional e de Direito Europeu (1990-1992) na Universidade Masaryk de Brno; juiz do Tribunal Constitucional checoslovaco (1992); embaixador junto do Conselho da Europa (1993-1998); presidente do Comité dos delegados dos ministros do Conselho da Europa (1995); diretor-geral no Ministério dos Negócios Estrangeiros (1998-2000); presidente da secção checa e eslovaca da Associação de Direito Internacional (1999-2001); juiz do Tribunal Constitucional (2000-2004); membro do Conselho Legislativo (1998-2000); membro do Tribunal Arbitral Permanente de Haia (desde 2000); professor de Direito Internacional Público da Universidade Masaryk de Brno (2001); juiz no Tribunal de Justiça desde 11 de maio de 2004.

**Uno Lõhmus**

Nascido em 1952; doutorado em Direito em 1986; membro da Ordem dos Advogados (1977-1998); professor convidado de Direito Penal na Universidade de Tartu; juiz do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (1994-1998); presidente do Tribunal Supremo da Estónia (1998-2004); membro da comissão jurídica da Constituição; consultor do comité de redação do Código Penal; membro do grupo de trabalho de redação do Código de Processo Penal; autor de várias obras sobre Direitos do Homem e Direito Constitucional; juiz no Tribunal de Justiça desde 11 de maio de 2004.

**Egils Levits**

Nascido em 1955; diplomado em Direito e em Ciências Políticas pela Universidade de Hamburgo; colaborador científico da Faculdade de Direito da Universidade de Kiel; conselheiro do Parlamento letão para as questões de Direito Internacional, de Direito Constitucional e de Reforma Legislativa; Embaixador da Letónia na Alemanha e na Suíça (1992-1993), na Áustria, na Suíça e na Hungria (1994-1995); Vice-primeiro-ministro e ministro da Justiça, exercendo as funções de ministro dos Negócios Estrangeiros (1993-1994); conciliador do Tribunal de Conciliação e Arbitragem da OSCE (desde 1997); membro do Tribunal Arbitral Permanente (desde 2001); eleito em 1995 juiz do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, reeleito em 1998 e 2001; numerosas publicações nos domínios do Direito Constitucional e do Direito Administrativo, da Reforma Legislativa e do Direito Comunitário; juiz no Tribunal de Justiça de 11 de maio de 2004.

**Aindrias Ó Caoimh**

Nascido em 1950; Bachelor em Direito Civil (National University of Ireland, University College Dublin, 1971); Barrister (King's Inns, 1972); diploma de estudos superiores em Direito Europeu (University College Dublin, 1977); Barrister no foro da Irlanda (1972-1999); professor de Direito Europeu (King's Inns, Dublin); Senior Counsel (1994-1999); representante do Governo irlandês em numerosos processos no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias; juiz na High Tribunal de Justiça da Irlanda (desde 1999); Benchet (deão) da Honorable Society of King's Inns (desde 1999); vice-presidente da Sociedade irlandesa de direito europeu; membro da Associação de Direito Internacional (ramo irlandês); filho de Andreas O'Keeffe (Aindrias Ó Caoimh) juiz no Tribunal de Justiça (1974-1985); juiz no Tribunal de Justiça desde 13 de outubro de 2004.

**Lars Bay Larsen**

Nascido em 1953; diplomado em Ciência Política (1976), licenciado em Direito (1983), Universidade de Copenhaga; funcionário do Ministério da Justiça (1983-1985); assistente (1984-1991) e posteriormente professor associado (1991-1996) de Direito da Família na Universidade de Copenhaga; chefe de secção na Advokatsamfund (1985-1986); chefe de serviço (1986-1991) no Ministério da Justiça; inscrito na Ordem dos Advogados (1991); chefe de divisão (1991-1995), chefe do departamento da polícia (1995-1999), chefe do departamento jurídico (2000-2003) no Ministério da Justiça; representante da Dinamarca no Comité K 4 (1995-2000), no Grupo Central de Schengen (1996-1998) e no Europol Management Board (1998-2000); juiz no Højesteret (2003-2006); juiz no Tribunal de Justiça desde 11 de janeiro de 2006.

**Eleanor Sharpston**

Nascida em 1955; estudos de Economia, de Línguas e de Direito no King's College, Cambridge (1973-1977); assistente e investigadora no Corpus Christi College, Oxford (1977-1980); inscrita na Ordem dos Advogados (Middle Temple, 1980); barrister (1980-1987 e 1990-2005); referendária do advogado-geral e posteriormente juiz Sir Gordon Slynn (1987-1990); professora de Direito Europeu e de Direito Comparado (Diretor of European Legal Studies) no University College London (1990-1992); professora (Lecturer) na Faculdade de Direito (1992-1998), posteriormente professora associada (Affiliated Lecturer) (1998-2005) na Universidade de Cambridge; Fellow of King's College, Cambridge (1992-2010); Emeritus Fellow of King's College, Cambridge (desde 2011); professora associada e investigadora (Senior Research Fellow) no Centre for European Legal Studies na Universidade de Cambridge (1998-2005); Queen's Counsel (1999); Benchet of Middle Temple (2005); Honorary Fellow of Corpus Christi College, Oxford (2010); LL.D (honoris causa) Glasgow (2010) e Nottingham Trent (2011); advogada-geral no Tribunal de Justiça desde 11 de janeiro de 2006.

**Paolo Mengozzi**

Nascido em 1938; professor de Direito Internacional e titular da cátedra Jean Monnet de Direito das Comunidades Europeias da Universidade de Bolonha; doutor «honoris causa» da Universidade Carlos III de Madrid; professor convidado das Universidades Johns Hopkins (Bologna Center), St. Johns (New York), Georgetown, Paris II, Georgia (Athens) e do Institut Universitaire International (Luxemburgo); coordenador do European Business Law Pallas Program, organizado na Universidade de Nimegue; membro do Comité Consultivo da Comissão das Comunidades Europeias para os concursos públicos; subsecretário de Estado da Indústria e do Comércio durante o semestre da presidência italiana do Conselho; membro do grupo de reflexão da Comunidade Europeia sobre a Organização Mundial do Comércio (OMC) e diretor da sessão de 1997 do Centro de investigação da Academia de Direito Internacional de Haia consagrada à OMC; juiz no Tribunal de Primeira Instância de 4 de março de 1998 a 3 de maio de 2006; advogado-geral no Tribunal de Justiça desde 4 de maio de 2006.

**Pernilla Lindh**

Nascida em 1945; licenciada em Direito pela Universidade de Lund; assessora e juíza no tribunal de primeira instância de Trollhättan (1971-1974); assessora no tribunal de segunda instância de Estocolmo (1974-1975); juíza no tribunal de primeira instância de Estocolmo (1975); consultora para os assuntos jurídicos e administrativos do presidente do tribunal de segunda instância de Estocolmo (1975-1978); encarregada de missão na Domstolverket (Administração nacional dos tribunais) (1977); consultora no gabinete do chanceler de Justiça (Justice Chancellor) (1979-1980); juíza assessora no tribunal de segunda instância de Estocolmo (1980-1981); consultora jurídica no Ministério do Comércio (1981-1982); consultora jurídica e posteriormente diretora e diretora geral dos assuntos jurídicos no Ministério dos Negócios Estrangeiros (1982-1985); nomeada embaixadora em 1992; vice-presidente da Swedish Market Tribunal de Justiça; responsável pelas questões jurídicas e institucionais nas negociações do acordo EEE (vice-presidente e posteriormente presidente do grupo EFTA) e nas negociações para a adesão do Reino da Suécia à União Europeia; juíza no Tribunal de Primeira Instância de 18 de janeiro de 1995 a 6 de outubro de 2006; juíza no Tribunal de Justiça de 7 de outubro de 2006 a 6 de outubro de 2011.



**Yves Bot**

Nascido em 1947; licenciado pela Faculdade de Direito de Rouen; doutor em Direito (Universidade Paris II Panthéon-Assas); professor associado da Faculdade de Direito de Le Mans; procurador-adjunto e, posteriormente, primeiro procurador adjunto do Ministério Público de Le Mans (1974-1982); procurador da República no tribunal de grande instance de Dieppe (1982-1984); procurador da República adjunto no tribunal de grande instance de Strasbourg (1984-1986); procurador da República no tribunal de grande instance de Bastia (1986-1988); advogado-geral na Tribunal de Justiça d'appel de Caen (1988-1991); procurador da República no tribunal de grande instance du Mans (1991-1993); encarregado de missão junto do ministro de Estado, «garde des Sceaux» (ministro da Justiça) (1993-1995); procurador da República no Tribunal de grande instance de Nanterre (1995-2002); procurador da República no Tribunal de grande instance de Paris (2002-2004); procurador-geral adjunto na Tribunal de Justiça d'appel de Paris (2004-2006); advogado-geral no Tribunal de Justiça desde 7 de outubro de 2006.

**Ján Mazák**

Nascido em 1954; doutor em Direito (Universidade Pavol Jozef Safarik, Košice, 1978); professor de Direito Civil (1994) e de direito Comunitário (2004); diretor do Instituto de Direito Comunitário na Faculdade de Direito de Košice (2004); juiz no Krajský súd (tribunal regional) de Košice (1980); vice-presidente (1982) e presidente (1990) do Mestský súd (tribunal de comarca) de Košice; membro da Ordem dos Advogados eslovaca (1991); consultor jurídico no Tribunal Constitucional (1993-1998); vice-ministro da Justiça (1998-2000); presidente do Tribunal Constitucional (2000-2006); membro da Comissão de Veneza (2004); advogado-geral no Tribunal de Justiça desde 7 de outubro de 2006.

**Jean-Claude Bonichot**

Nascido em 1955; licenciado em Direito pela Universidade de Metz, diploma do Institut d'études politiques de Paris, antigo aluno da École nationale d'administration (ENA); relator (1982-1985), commissaire do Governo (1985-1987 e 1992-1999); assessor (1999-2000); presidente da sexta subsecção da secção do contencioso (2000-2006) do Conseil d'État; referendário no Tribunal de Justiça (1987-1991); diretor do gabinete do ministro do Trabalho, do Emprego e da Formação Profissional, em seguida diretor do gabinete do ministro de Estado, ministro da Função Pública e da Modernização da Administração (1991-1992); chefe da missão jurídica do Conseil d'État junto da *Caisse nationale d'assurance maladie des travailleurs salariés* (2001-2006); professor associado na Universidade de Metz (1988-2000) e, posteriormente, na Universidade de Paris I Panthéon Sorbonne (desde 2000); autor de numerosas publicações de Direito Administrativo, Direito Comunitário e Direito Europeu dos Direitos do Homem; fundador e presidente do Comité de Redação do *Bulletin de jurisprudence de droit de l'urbanisme*, cofundador e membro do Comité de Redação do Bulletin juridique des collectivités locales, presidente do Conselho Científico do «*groupement de recherche sur les institutions et le droit de l'aménagement de l'urbanisme et de l'habitat*»; juiz no Tribunal de Justiça desde 7 de outubro de 2006.

**Thomas von Danwitz**

Nascido em 1962; estudos em Bona, em Genebra e em Paris; exame de Estado em Direito (1986 e 1992); doutor em Direito (Universidade de Bona, 1988); diploma internacional de Administração Pública (École nationale d'administration, 1990); Habilitation (Universidade de Bona, 1996); professor de Direito Público Alemão e de Direito Europeu (1996-2003), diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Ruhr, Bochum (2000-2001); professor de Direito Público Alemão e de Direito Europeu (Universidade de Colónia, 2003-2006); diretor do Institut de droit public et de science administrative (2006); professor convidado na Fletcher School of Law and Diplomacy (2000), na Universidade François Rabelais (Tours, 2001-2006) e na Universidade de Paris I Panthéon Sorbonne (2005-2006); doutor *honoris causa* pela Universidade François Rabelais (Tours, 2010); juiz no Tribunal de Justiça desde 7 de outubro de 2006.



**Verica Trstenjak**

Nascida em 1962; exame judiciário (1987); doutora em Direito pela Universidade de Liubliana (1995); professora (desde 1996) de Teoria do Direito e do Estado (doutrina) e de Direito Privado; investigadora; estudos de doutoramento na Universidade de Zurique, no Instituto de direito comparado da Universidade de Viena, no Instituto Max Planck de Direito Internacional Privado, em Hamburgo, na Universidade Livre de Amsterdão; professora convidada na Universidade de Viena, de Friburgo (Alemanha) e na Escola de Direito Bucerius, em Hamburgo; chefe do serviço jurídico (1994-1996) e secretária de Estado do Ministério da Ciência e da Tecnologia (1996-2000); secretária geral do Governo (2000); membro do Grupo de Trabalho para o Código Civil Europeu (Study Group on European Civil Code), desde 2003; responsável pelo projeto de investigação Humboldt (Humboldt Stiftung); publicação de mais de cem artigos jurídicos e de vários livros sobre Direito Europeu e Direito Privado; prémio da Associação dos Juristas Eslovenos («Jurista do Ano 2003»); membro do conselho editorial de várias revistas jurídicas; secretária-geral da Associação dos Juristas Eslovenos, membro de várias associações de juristas, entre as quais a Gesellschaft für Rechtsvergleichung; juíza no Tribunal de Primeira Instância de 7 de julho de 2004 a 6 de outubro de 2006; advogada-geral no Tribunal de Justiça desde 7 de outubro de 2006.

**Alexander Arabadjiev**

Nascido em 1949; estudos de Direito (Universidade St. Kliment Ohridski, Sófia); juiz no tribunal de primeira instância de Blagoevgrad (1975-1983); juiz no tribunal regional de Blagoevgrad (1983-1986); juiz no Supremo Tribunal (1986-1991); juiz no Tribunal Constitucional (1991-2000); membro da Comissão Europeia dos Direitos do Homem (1997-1999); membro da Convenção Europeia sobre o Futuro da Europa (2002-2003); deputado (2001-2006); observador no Parlamento Europeu; juiz no Tribunal de Justiça desde 12 de janeiro de 2007.

**Camelia Toader**

Nascida em 1963; licenciada em Direito (1986), doutora em Direito (1997) (Universidade de Bucareste); juíza estagiária no tribunal de primeira instância de Buftea (1986-1988); juíza no tribunal de primeira instância da quinta circunscrição de Bucareste (1988-1992); inscrita na Ordem dos Advogados de Bucareste (1992); professora associada (1992-2005), e a partir de 2005 professora de Direito Civil e de Direito Europeu dos Contratos na Universidade de Bucareste; diversos estudos de doutoramento e de investigação no Instituto Max Planck de Direito Internacional Privado em Hamburgo (entre 1992 e 2004); chefe do departamento para a integração europeia do Ministério da Justiça (1997-1999); juíza no Tribunal Supremo de Cassação e de Justiça (1999-2007); professora convidada da Universidade de Viena (2000 e 2001); formadora de Direito Comunitário no Instituto Nacional da Magistratura (2003 e 2005-2006); membro do comité de redação de várias revistas jurídicas; desde 2010, membro associado da Academia Internacional de Direito Comparado e investigadora honorária do Centro de Estudos de Direito Europeu do Instituto de Investigação Jurídica da Academia Romena; juíza no Tribunal de Justiça desde 12 de janeiro de 2007.

**Jean-Jacques Kasel**

Nascido em 1946; doutoramento em Direito, especialização em Direito Administrativo (ULB, 1970); diplomado pelo IEP de Paris (Ecofin, 1972); advogado estagiário; consultor jurídico da Banque de Paris et des Pays Bas (1972-1973); adido e posteriormente secretário de legação no Ministério dos Negócios Estrangeiros (1973-1976); presidente de grupos de trabalho do Conselho de Ministros (1976); primeiro secretário de embaixada (Paris), representante permanente adjunto na OCDE (encarregado das relações com a UNESCO, 1976-1979); chefe de gabinete do vice-presidente do Governo (1979-1980); presidente dos grupos de trabalho CPE (Ásia, África, América latina); consultor e posteriormente chefe de gabinete adjunto do presidente da Comissão das Comunidades Europeias (1981), diretor do orçamento e do estatuto no secretariado-geral do Conselho de Ministros (1981-1984); encarregado de missão na representação permanente junto das Comunidades Europeias (1984-1985); presidente do comité orçamental; ministro plenipotenciário, diretor dos assuntos políticos e culturais (1986-1991); conselheiro diplomático do primeiro-ministro (1986-1991); embaixador na Grécia (1989-1991, não residente); presidente do comité político (1991); embaixador, representante permanente junto das Comunidades Europeias (1991-1998); presidente do Coreper (1997); embaixador (Bruxelas, 1998-2002); representante permanente junto da OTAN (1998-2002); maréchal de la Cour e chefe de gabinete de SAR o Grão-Duque (2002-2007); juiz no Tribunal de Justiça desde 15 de janeiro de 2008.

**Marek Safjan**

Nascido em 1949; doutor em Direito (Universidade de Varsóvia, 1980); habilitação ao grau de doutor em Ciências Jurídicas (Universidade de Varsóvia, 1990); professor catedrático de Direito (1998); diretor do Instituto de Direito Civil da Universidade de Varsóvia (1992-1996); vice-reitor da Universidade de Varsóvia (1994-1997); secretário-geral da secção polaca da associação Henri Capitant des amis de la culture juridique (1994-1998); representante da Polónia no Comité de Bioética do Conselho da Europa (1991-1997); juiz no Tribunal Constitucional (1997-1998) e posteriormente presidente deste mesmo Tribunal (1998-2006); membro da Academia Internacional de Direito Comparado (desde 1994) e vice-presidente desta (desde 2010), membro da Associação Internacional de Direito, Ética e Ciência (desde 1995), membro do Comité polaco de Helsínquia; membro da Academia polaca das Artes e Letras; medalha *pro merito* atribuída pelo secretário-geral do Conselho da Europa (2007); autor de inúmeras publicações nos domínios do Direito Civil, do Direito Médico e do Direito Europeu; juiz no Tribunal de Justiça desde 7 de outubro de 2009.

**Daniel Šváby**

Nascido em 1951; doutor em Direito (Universidade de Bratislava); juiz do Tribunal de Primeira Instância de Bratislava; juiz do Tribunal de Segunda Instância em matéria de Direito Civil e vice-presidente do Tribunal de Segunda Instância de Bratislava; membro da secção de direito civil e família no Instituto do Direito do Ministério da Justiça; juiz interino do Supremo Tribunal encarregado dos processos de direito comercial; membro da Comissão Europeia dos Direitos do Homem (Estrasburgo); juiz do Tribunal Constitucional (2000-2004); juiz no Tribunal de Primeira Instância de 12 de maio de 2004 a 6 de outubro de 2009; juiz no Tribunal de Justiça desde 7 de outubro de 2009.

**Maria Berger**

Nascida em 1956; estudos de Direito e de Economia (1975-1979), doutora em Direito; assistente e encarregada de curso no Instituto de Direito Público e Ciências Políticas da Universidade de Innsbruck (1979-1984); funcionária (administradora) no Ministério Federal da Ciência e da Investigação, tendo desempenhado, por último, as funções de chefe de unidade adjunta (1984-1988); responsável pelas questões relativas à UE na Chancelaria Federal (1988-1989); chefe do serviço «Integração europeia» da Chancelaria Federal (preparação da adesão da Áustria à União Europeia) (1989-1992); diretora no Órgão de Fiscalização da EFTA, em Genebra e em Bruxelas (1993-1994); vice-presidente da Donau Universität de Krems (1995-1996); deputada ao Parlamento Europeu (novembro de 1996-janeiro de 2007 e dezembro de 2008-julho de 2009) e membro da comissão jurídica; membro suplente da Convenção Europeia sobre o Futuro da Europa (fevereiro de 2002-julho de 2003); membro do Conselho Municipal da cidade de Perg (setembro de 1997-setembro de 2009); ministra Federal da Justiça (janeiro de 2007-dezembro de 2008); juíza no Tribunal de Justiça desde 7 de outubro de 2009.

**Niilo Jääskinen**

Nascido em 1958; licenciado em Direito (1980), diploma de estudos avançados em Direito (1982), doutoramento (2008) pela Universidade de Helsínquia; encarregado de curso na Universidade de Helsínquia (1980-1986); referendário e juiz temporário no Tribunal de Primeira Instância de Rovaniemi (1983-1984); consultor jurídico (1987-1989) e, posteriormente, chefe da secção de Direito Europeu (1990-1995) do Ministério da Justiça; consultor jurídico no Ministério dos Negócios Estrangeiros (1989-1990); consultor e secretário para os Assuntos Europeus na Grande Comissão do Parlamento finlandês (1995-2000); juiz temporário (julho de 2000-dezembro de 2002) e, posteriormente, juiz (janeiro de 2003-setembro de 2009) no Tribunal Administrativo Supremo; responsável pelas questões jurídicas e institucionais no âmbito das negociações para a adesão da República da Finlândia à União Europeia; advogado-geral no Tribunal de Justiça desde 7 de outubro de 2009.

**Pedro Cruz Villalón**

Nascido em 1946; licenciatura em Direito (1963-1968) e doutor na Universidade de Sevilha (1975); estudos de 3.º ciclo na Universidade de Fribourg-en-Brisgau (1969-1971); professor agregado de Direito Político na Universidade de Sevilha (1978-1986); titular da cátedra de Direito Constitucional na Universidade de Sevilha (1986-1992); referendário no Tribunal Constitucional espanhol (1986-1987); magistrado no Tribunal Constitucional espanhol (1992-1998); presidente do Tribunal Constitucional espanhol (1998-2001); *fellow* no Wissenschaftskolleg de Berlim (2001-2002); titular da cátedra de Direito Constitucional na Universidade Autónoma de Madrid (2002-2009); consultor eletivo do Conselho de Estado (2004-2009); autor de várias publicações; advogado-geral no Tribunal de Justiça desde 14 de dezembro de 2009.



**Alexandra (Sacha) Prechal**

Nascida em 1959; estudos de Direito (Universidade de Groninga, 1977-1983); doutora em Direito (Universidade de Amesterdão, 1995); encarregada de curso na Faculdade de Direito de Maastricht (1983-1987); referendária no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (1987-1991); encarregada de curso no Instituto Europa da Faculdade de Direito da Universidade de Amesterdão (1991-1995); professora de Direito Europeu na Faculdade de Direito da Universidade de Tilburgo (1995-2003); professora de Direito Europeu na Faculdade de Direito da Universidade de Utreque e membro do Conselho de Administração do Instituto Europa da Universidade de Utreque (desde 2003); membro do comité de redação de várias revistas jurídicas nacionais e internacionais; autora de numerosas publicações; membro da Academia Real das Ciências dos Países Baixos; juíza no Tribunal de Justiça desde 10 de junho de 2010.

**Egidijus Jarašiūnas**

Nascido em 1952; licenciado em Direito pela Universidade de Vilnius (1974-1979); doutor em Ciências Jurídicas pela Academia de Direito da Lituânia (1999), advogado no foro da Lituânia (1979-1990); deputado do Conselho Supremo (Parlamento) da República da Lituânia (1990-1992), e posteriormente membro do Seimas (Parlamento) da República da Lituânia e membro do Comité do Estado e do Direito (1992-1996); juiz no Tribunal Constitucional da República da Lituânia (1996-2005), e posteriormente conselheiro do presidente do Tribunal Constitucional da Lituânia (desde 2006); assistente da cadeira de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Mykolas Romeris (1997-2000), e posteriormente professor associado (2000-2004) e professor (desde 2004) da referida cadeira e, por fim, professor catedrático de Direito Constitucional (2005-2007); diretor da Faculdade de Direito da Universidade Mykolas Romeris (2007-2010); membro da Comissão de Veneza (2006-2010); signatário do ato de 11 de março de 1990 de restabelecimento da independência da Lituânia; autor de numerosas publicações jurídicas; juiz no Tribunal de Justiça desde 6 de outubro de 2010.

**Carl Gustav Fernlund**

Nascido em 1950; licenciado em Direito pela Universidade de Lund (1975); secretário no Tribunal de Primeira Instância de Landskrona (1976-1978); assessor no tribunal administrativo de recurso (1978-1982); juiz suplente no tribunal administrativo de recurso (1982); consultor jurídico do Comité permanente sobre a Constituição do Parlamento sueco (1983-1985); consultor jurídico no Ministério das Finanças (1985-1990); diretor da Divisão do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares do Ministério das Finanças (1990-1996); diretor da Divisão dos Impostos Especiais sobre o Consumo do Ministério das Finanças (1996-1998); consultor fiscal na Representação Permanente da Suécia junto da União Europeia (1998-2000); diretor geral dos assuntos jurídicos no Departamento dos impostos e das alfândegas do Ministério das Finanças (2000-2005); juiz no Tribunal Administrativo Supremo (2005-2009); presidente do tribunal administrativo de recurso de Gotemburgo (2009-2011); juiz no Tribunal de Justiça desde 6 de outubro de 2011.

**Alfredo Calot Escobar**

Nascido em 1961; licenciado em Direito pela Universidade de Valência (1979-1984); analista de mercados do Conselho das Câmaras de Comércio da Comunidade Autónoma de Valência (1986); jurista-linguista no Tribunal de Justiça (1986-1990); jurista-revisor no Tribunal de Justiça (1990-1993); administrador no Serviço de Imprensa e Informação do Tribunal de Justiça (1993-1995); administrador no Secretariado da Comissão Institucional do Parlamento Europeu (1995-1996); assessor do secretário do Tribunal de Justiça (1996-1999); referendário no Tribunal de Justiça (1999-2000); chefe da divisão de tradução de língua espanhola no Tribunal de Justiça (2000-2001); diretor, e posteriormente diretor-geral da tradução no Tribunal de Justiça (2001-2010); secretário do Tribunal de Justiça desde 7 de outubro de 2010.



## **2. Alterações na composição do Tribunal de Justiça em 2011**

*Audiência solene de 6 de outubro de 2011*

Na sequência da demissão da juíza Pernilla Lindh, os representantes dos governos dos Estados-Membros da União Europeia nomearam, por decisão de 8 de setembro de 2011, Carl Gustav Fernlund juiz no Tribunal de Justiça da União Europeia, pelo período restante do mandato da juíza P. Lindh, ou seja até 6 de outubro de 2012.



### 3. Ordens protocolares

#### de 1 de janeiro de 2011 a 6 de outubro de 2011

V. SKOURIS, presidente do Tribunal de Justiça  
A. TIZZANO, presidente da 1.ª Secção  
J. N. CUNHA RODRIGUES, presidente da 2.ª Secção  
K. LENAERTS, presidente da 3.ª Secção  
J.-C. BONICHOT, presidente da 4.ª Secção  
Y. BOT, primeiro advogado-geral  
K. SCHIEMANN, presidente da 8.ª Secção  
A. ARABADJIEV, presidente da 6.ª Secção  
J.-J. KASEL, presidente da 5.ª Secção  
D. ŠVÁBY, presidente da 7.ª Secção  
A. ROSAS, juiz  
R. SILVA de LAPUERTA, juíza  
J. KOKOTT, advogada-geral  
E. JUHÁSZ, juiz  
G. ARESTIS, juiz  
A. BORG BARTHET, juiz  
M. ILEŠIČ, juiz  
J. MALENOVSKÝ, juiz  
U. LÖHMUS, juiz  
E. LEVITS, juiz  
A. Ó CAOIMH, juiz  
L. BAY LARSEN, juiz  
E. SHARPSTON, advogada-geral  
P. MENGGOZZI, advogado-geral  
P. LINDH, juíza  
J. MAZÁK, advogado-geral  
T. von DANWITZ, juiz  
V. TRSTENJAK, advogada-geral  
C. TOADER, juíza  
M. SAFJAN, juiz  
M. BERGER, juíza  
N. JÄÄSKINEN, advogado-geral  
P. CRUZ VILLALÓN, advogado-geral  
A. PRECHAL, juíza  
E. JARAŠIŪNAS, juiz

A. CALOT ESCOBAR, secretário

#### de 7 de outubro de 2011 a 31 de dezembro de 2011

V. SKOURIS, presidente do Tribunal de Justiça  
A. TIZZANO, presidente da 1.ª Secção  
J. N. CUNHA RODRIGUES, presidente da 2.ª Secção  
K. LENAERTS, presidente da 3.ª Secção  
J.-C. BONICHOT, presidente da 4.ª Secção  
J. MAZÁK, Primeiro advogado-geral  
J. MALENOVSKÝ, presidente da 7.ª Secção  
U. LÖHMUS, presidente da 6.ª Secção  
M. SAFJAN, presidente da 5.ª Secção  
A. PRECHAL, presidente da 8.ª Secção  
A. ROSAS, juiz  
R. SILVA de LAPUERTA, juíza  
J. KOKOTT, advogada-geral  
K. SCHIEMANN, juiz  
E. JUHÁSZ, juiz  
G. ARESTIS, juiz,  
A. BORG BARTHET, juiz  
M. ILEŠIČ, juiz  
E. LEVITS, juiz  
A. Ó CAOIMH, juiz,  
L. BAY LARSEN, juiz  
E. SHARPSTON, advogada-geral  
P. MENGGOZZI, advogado-geral  
Y. BOT, advogado-geral  
T. Von DANWITZ, juiz  
V. TRSTENJAK, advogada-geral  
A. ARABADJIEV, juiz  
C. TOADER, juíza  
J.-J. KASEL, juiz  
D. ŠVÁBY, juiz  
M. BERGER, juíza  
N. JÄÄSKINEN, advogado-geral  
P. CRUZ VILLALÓN, advogado-geral  
E. JARAŠIŪNAS, juiz  
C. G. FERNLUND, juiz

A. CALOT ESCOBAR, secretário



## 4. Antigos membros do Tribunal de Justiça

Massimo Pilotti, juiz (1952-1958), presidente de 1952 a 1958  
Petrus Serrarens, juiz (1952-1958)  
Adrianus Van Kleffens, juiz (1952-1958)  
Jacques Rueff, juiz (1952-1959 e 1960-1962)  
Otto Riese, juiz (1952-1963)  
Maurice Lagrange, advogado-geral (1952-1964)  
Louis Delvaux, juiz (1952-1967)  
Charles Léon Hammes, juiz (1952-1967), presidente de 1964 a 1967  
Karl Roemer, advogado-geral (1953-1973)  
Nicola Catalano, juiz (1958-1962)  
Rino Rossi, juiz (1958-1964)  
Andreas Matthias Donner, juiz (1958-1979), presidente de 1958 a 1964  
Alberto Trabucchi, juiz (1962-1972), em seguida advogado-geral (1973-1976)  
Robert Lecourt, juiz (1962-1976), presidente de 1967 a 1976  
Walter Strauss, juiz (1963-1970)  
Joseph Gand, advogado-geral (1964-1970)  
Riccardo Monaco, juiz (1964-1976)  
Josse J. Mertens de Wildemars, juiz (1967-1984), presidente de 1980 a 1984  
Pierre Pescatore, juiz (1967-1985)  
Alain Louis Dutheil de Lamothe, advogado-geral (1970-1972)  
Hans Kutscher, juiz (1970-1980), presidente de 1976 a 1980  
Henri Mayras, advogado-geral (1972-1981)  
Cearbhall O'Dalaigh, juiz (1973-1974)  
Max Sørensen, juiz (1973-1979)  
Gerhard Reischl, advogado-geral (1973-1981)  
Jean-Pierre Warner, advogado-geral (1973-1981)  
Alexander J. Mackenzie Stuart, juiz (1973-1988), presidente de 1984 a 1988  
Aindrias O'Keeffe, juiz (1975-1985)  
Adolphe Touffait, juiz (1976-1982)  
Francesco Capotorti, juiz (1976), em seguida advogado-geral (1976-1982)  
Giacinto Bosco, juiz (1976-1988)  
Thymen Koopmans, juiz (1979-1990)  
Ole Due, juiz (1979-1994), presidente de 1988 a 1994  
Ulrich Everling, juiz (1980-1988)  
Alexandros Chloros, juiz (1981-1982)  
Simone Rozès, advogado-geral (1981-1984)  
Pieter Verloren van Themaat, advogado-geral (1981-1986)  
Sir Gordon Slynn, advogado-geral (1981-1988), em seguida juiz (1988-1992)  
Fernand Grévisse, juiz (1981-1982 e 1988-1994)  
Kai Bahlmann, juiz (1982-1988)  
Yves Galmot, juiz (1982-1988)  
G. Federico Mancini, advogado-geral (1982-1988), em seguida juiz (1988-1999)  
Constantinos Kakouris, juiz (1983-1997)

Marco Darmon, advogado-geral (1984-1994)  
René Joliet, juiz (1984-1995)  
Carl Otto Lenz, advogado-geral (1984-1997)  
Thomas Francis O'Higgins, juiz (1985-1991)  
Fernand Schockweiler, juiz (1985-1996)  
José Luís da Cruz Vilaça, advogado-geral (1986-1988)  
José Carlos de Carvalho Moitinho de Almeida, juiz (1986-2000)  
Jean Mischo, advogado-geral (1986-1991 e 1997-2003)  
Gil Carlos Rodríguez Iglesias, juiz (1986-2003), presidente de 1994 a 2003  
Manuel Díez de Velasco, juiz (1988-1994)  
Manfred Zuleeg, juiz (1988-1994)  
Walter Van Gerven, advogado-geral (1988-1994)  
Giuseppe Tesauro, advogado-geral (1988-1998)  
Francis Geoffrey Jacobs, advogado-geral (1988-2006)  
Paul Joan George Kapteyn, juiz (1990-2000)  
John L. Murray, juiz (1991-1999)  
Claus Christian Gulmann, advogado-geral (1991-1994), em seguida juiz (1994-2006)  
David Alexander Ogilvy Edward, juiz (1992-2004)  
Michael Bendik Elmer, advogado-geral (1994-1997)  
Günter Hirsch, juiz (1994-2000)  
Georges Cosmas, advogado-geral (1994-2000)  
Antonio Mario La Pergola, juiz (1994 e 1999-2006), advogado-geral (1995-1999)  
Jean-Pierre Puissochet, juiz (1994-2006)  
Philippe Léger, advogado-geral (1994-2006)  
Hans Ragnemalm, juiz (1995-2000)  
Nial Fennelly, advogado-geral (1995-2000)  
Leif Sevón, juiz (1995-2002)  
Melchior Wathelet, juiz (1995-2003)  
Peter Jann, juiz (1995-2009)  
Dámaso Ruiz-Jarabo Colomer, advogado-geral (1995-2009)  
Romain Schintgen, juiz (1996-2008)  
Krateros Ioannou, juiz (1997-1999)  
Siegbert Alber, advogado-geral (1997-2003)  
Antonio Saggio, advogado-geral (1998-2000)  
Fidelma O'Kelly Macken, juiz (1999-2004)  
Stig Von Bahr, juiz (2000-2006)  
Ninon Colneric, juiz (2000-2006)  
Leendert A. Geelhoed, advogado-geral (2000-2006)  
Christine Stix-Hackl, advogado-geral (2000-2006)  
Christiaan Willem Anton Timmermans, juiz (2000-2010)  
Luís Miguel Poiares Pessoa Maduro, advogado-geral (2003-2009)  
Jerzy Makarczyk, juiz (2004-2009)  
Ján Klučka, juiz (2004-2009)  
Pranas Kūris, juiz (2004-2010)  
Pernilla Lindh, juíza (2006-2011)



**Presidentes**

Massimo Pilotti (1952-1958)  
Andreas Matthias Donner (1958-1964)  
Charles Léon Hammes (1964-1967)  
Robert Lecourt (1967-1976)  
Hans Kutscher (1976-1980)  
Josse J. Mertens de Wilmars (1980-1984)  
Alexander John Mackenzie Stuart (1984-1988)  
Ole Due (1988-1994)  
Gil Carlos Rodríguez Iglésias (1994-2003)

**Secretários**

Albert Van Houtte (1953-1982)  
Paul Heim (1982-1988)  
Jean-Guy Giraud (1988-1994)  
Roger Grass (1994-2010)



## **D — Estatísticas judiciais do Tribunal de Justiça**

### **Atividade geral do Tribunal de Justiça**

1. Processos entrados, findos, pendentes (2007-2011)

#### **Processos entrados**

2. Tipos de processos (2007-2011)
3. Objeto da ação ou do recurso (2011)
4. Ações por incumprimento de Estado (2007-2011)

#### **Processos findos**

5. Tipos de processos (2007-2011)
6. Acórdãos, despachos, pareceres (2011)
7. Formação de julgamento (2007-2011)
8. Processos findos por acórdão, parecer ou despacho de caráter jurisdicional (2007-2011)
9. Objeto da ação ou do recurso (2007-2011)
10. Objeto da ação ou do recurso (2011)
11. Acórdãos por incumprimento de Estado: sentido da decisão (2007-2011)
12. Duração dos processos (acórdãos e despachos de caráter jurisdicional) (2007-2011)

#### **Processos pendentes em 31 de dezembro**

13. Tipos de processos (2007-2011)
14. Formação de julgamento (2007-2011)

#### **Diversos**

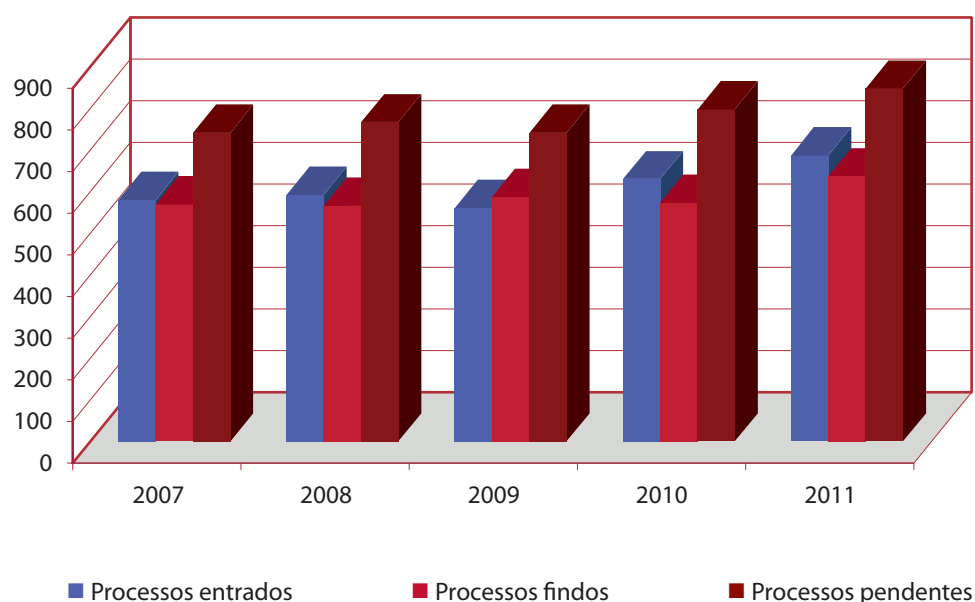
15. Processos com tramitação acelerada (2007-2011)
16. Processos prejudiciais urgentes (2008-2011)
17. Processos de medidas provisórias (2011)

#### **Evolução geral da atividade judicial (1952-2011)**

18. Processos entrados e acórdãos
19. Questões prejudiciais entradas (por Estado-Membro e por ano)
20. Questões prejudiciais entradas (por Estado-Membro e por órgão jurisdicional)
21. Ações por incumprimento de Estado entradas



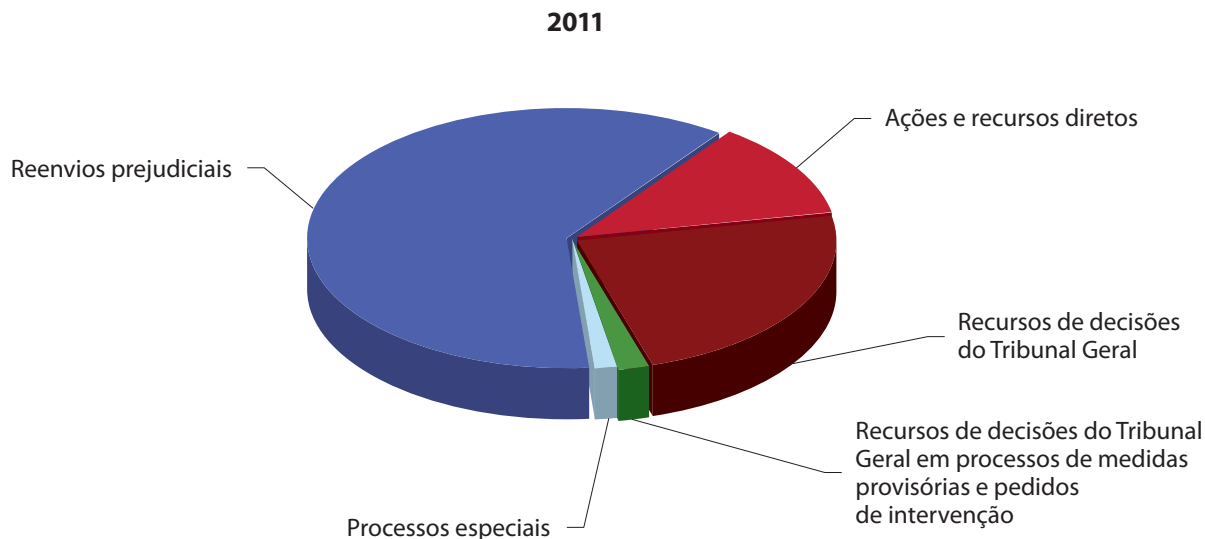
# 1. **Atividade geral do Tribunal de Justiça** **Processos entrados, findos, pendentes (2007-2011) <sup>1</sup>**



|                     | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|---------------------|------|------|------|------|------|
| Processos entrados  | 581  | 593  | 562  | 631  | 688  |
| Processos findos    | 570  | 567  | 588  | 574  | 638  |
| Processos pendentes | 742  | 768  | 742  | 799  | 849  |

<sup>1</sup> Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

## 2. Processos entrados — Natureza dos processos (2007-2011) <sup>1</sup>



|   | 2007       | 2008       | 2009       | 2010       | 2011       |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|
| Reenvios prejudiciais   | 265        | 288        | 302        | 385        | 423        |
| Ações e recursos diretos  | 222        | 210        | 143        | 136        | 81         |
| Recursos de decisões do Tribunal Geral  | 79         | 78         | 105        | 97         | 162        |
| Recursos de decisões do Tribunal Geral em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção | 8          | 8          | 2          | 6          | 13         |
| Pareceres   |            | 1          | 1          |            |            |
| Processos especiais <sup>2</sup>  | 7          | 8          | 9          | 7          | 9          |
| <b>Total</b>  | <b>581</b> | <b>593</b> | <b>562</b> | <b>631</b> | <b>688</b> |
| Pedidos de medidas provisórias  | 3          | 3          | 2          | 2          | 3          |

<sup>1</sup> Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

<sup>2</sup> São considerados «processos especiais»: a retificação (artigo 66.º do Regulamento de Processo); a fixação das despesas (artigo 74.º do Regulamento de Processo); o apoio judiciário (artigo 76.º do Regulamento de Processo); a oposição a um acórdão proferido à revelia (artigo 94.º do Regulamento de Processo); a oposição de terceiros (artigo 97.º do Regulamento de Processo); a revisão (artigo 98.º do Regulamento de Processo); a interpretação de um acórdão (artigo 102.º do Regulamento de Processo); a análise de uma proposta do primeiro advogado-geral de reapreciação de uma decisão do Tribunal Geral (artigo 62.º do Estatuto do Tribunal de Justiça); a penhora (Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades); os processos em matéria de imunidades (Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades).

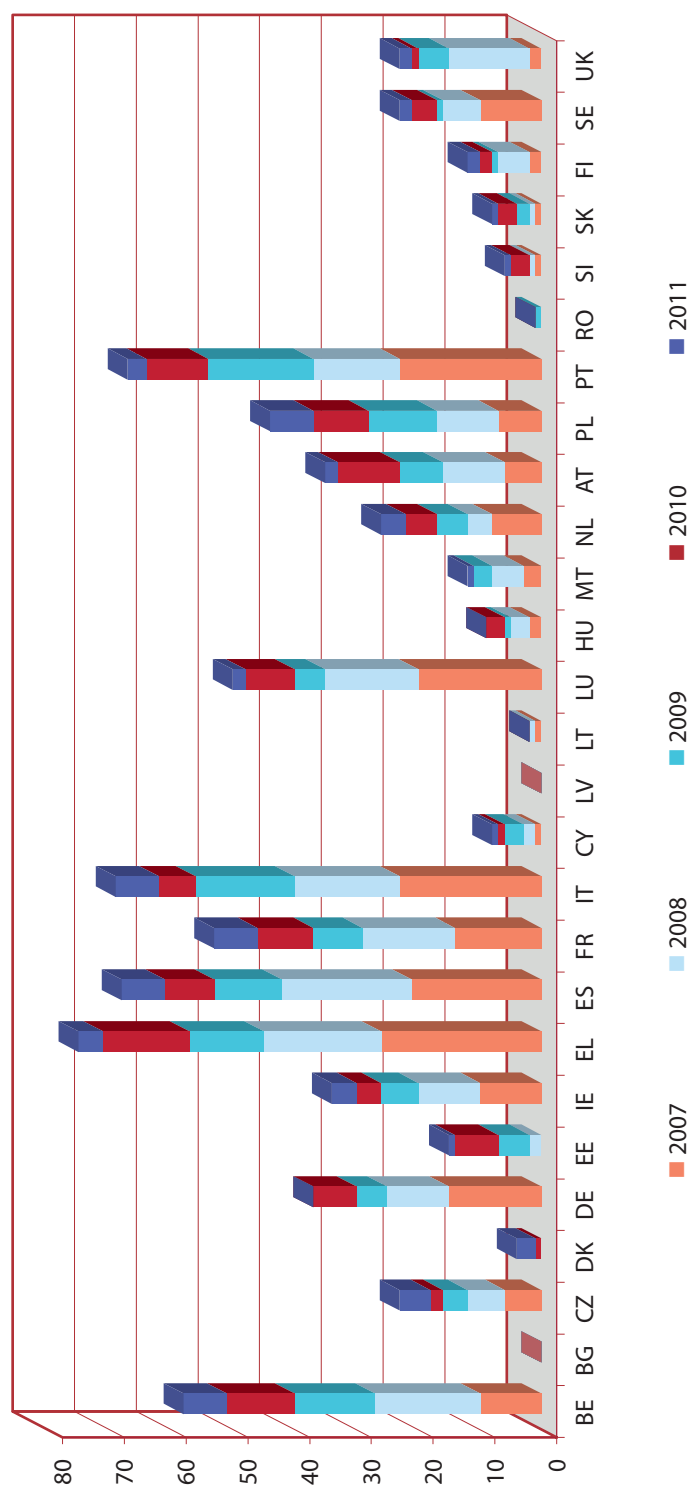


### 3. Processos entrados — Matéria da ação ou do recurso (2011) <sup>1</sup>

|  | Ações e recursos diretos | Reenvios prejudiciais | Recursos de decisões do Tribunal Geral | Recursos de decisões do Tribunal Geral em processos de medidas provisórias ou em pedidos de intervenção | Total      | Processos especiais |
|--|--------------------------|-----------------------|--|---|------------|---------------------|
| Ação externa da União Europeia   | 1                        | 5                     | 1                                      |   | 7          |                     |
| Acesso aos documentos  |                          |                       | 6                                      |   | 6          |                     |
| Adesão de novos Estados  |                          | 2                     |  |   | 2          |                     |
| Agricultura  | 3                        | 23                    | 5                                      |   | 31         |                     |
| Ambiente   | 20                       | 19                    | 3                                      |   | 42         |                     |
| Aproximação das legislações  |                          | 15                    |  |   | 15         |                     |
| Auxílios de Estado   | 2                        | 3                     | 14                                     |   | 19         |                     |
| Cidadania da União   | 1                        | 12                    |  |   | 13         |                     |
| Coesão económica, social e territorial   |                          | 2                     | 4                                      |   | 6          |                     |
| Concorrência   |                          | 7                     | 52                                     | 1   | 60         |                     |
| Contratos públicos   |                          | 9                     | 3                                      |   | 12         |                     |
| Direito das sociedades   | 2                        | 1                     |  |   | 3          |                     |
| Direito institucional  | 7                        | 2                     | 17                                     | 10  | 36         | 1                   |
| Disposições financeiras (orçamento, quadro financeiro, recursos próprios, luta contra a fraude...) | 1                        | 3                     |  |   | 4          |                     |
| Educação, formação profissional, juventude e desporto  |                          | 1                     |  |   | 1          |                     |
| Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça   |                          | 44                    |  |   | 44         |                     |
| Fiscalidade  | 19                       | 66                    |  |   | 85         |                     |
| Liberdade de estabelecimento   | 4                        | 11                    |  |   | 15         |                     |
| Livre circulação de capitais   | 3                        | 19                    |  |   | 22         |                     |
| Livre circulação de mercadorias  | 3                        | 2                     |  |   | 5          |                     |
| Livre circulação de pessoas  | 1                        | 11                    | 2                                      |   | 14         |                     |
| Livre prestação de serviços  | 1                        | 12                    | 3                                      |   | 16         |                     |
| Política comercial   |                          | 2                     | 2                                      |   | 4          |                     |
| Política económica e monetária   |                          |                       | 1                                      |   | 1          |                     |
| Política Externa e de Segurança Comum  | 1                        | 9                     | 6                                      | 1   | 17         |                     |
| Política industrial  | 3                        | 7                     |  |   | 10         |                     |
| Política social  | 3                        | 37                    | 1                                      |   | 41         |                     |
| Princípios do direito da União   |                          | 9                     | 2                                      |   | 11         |                     |
| Propriedade intelectual e industrial   | 2                        | 17                    | 39                                     |   | 58         |                     |
| Proteção dos consumidores  | 2                        | 21                    |  |   | 23         |                     |
| Saúde pública  |                          | 2                     |  |   | 2          |                     |
| Segurança social dos trabalhadores migrantes   |                          | 11                    |  |   | 11         |                     |
| Transportes  | 2                        | 19                    |  |   | 21         |                     |
| Turismo  |                          | 1                     |  |   | 1          |                     |
| União aduaneira e pauta aduaneira comum  |                          | 19                    |  |   | 19         |                     |
| <b>TFUE</b>  | <b>81</b>                | <b>423</b>            | <b>161</b>                             | <b>12</b>   | <b>677</b> | <b>1</b>            |
| Direito institucional  |                          |                       |  | 1   | 1          |                     |
| Estatuto dos Funcionários  |                          |                       | 1                                      |   | 1          |                     |
| Privilégios e Imunidades   |                          |                       |  |   |            | 1                   |
| Processo   |                          |                       |  |   |            | 7                   |
| <b>Diversos</b>  |                          |                       | <b>1</b>                               | <b>1</b>  | <b>2</b>   | <b>8</b>            |
| <b>TOTAL GERAL</b>   | <b>81</b>                | <b>423</b>            | <b>162</b>                             | <b>13</b>   | <b>679</b> | <b>9</b>            |

<sup>1</sup> Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

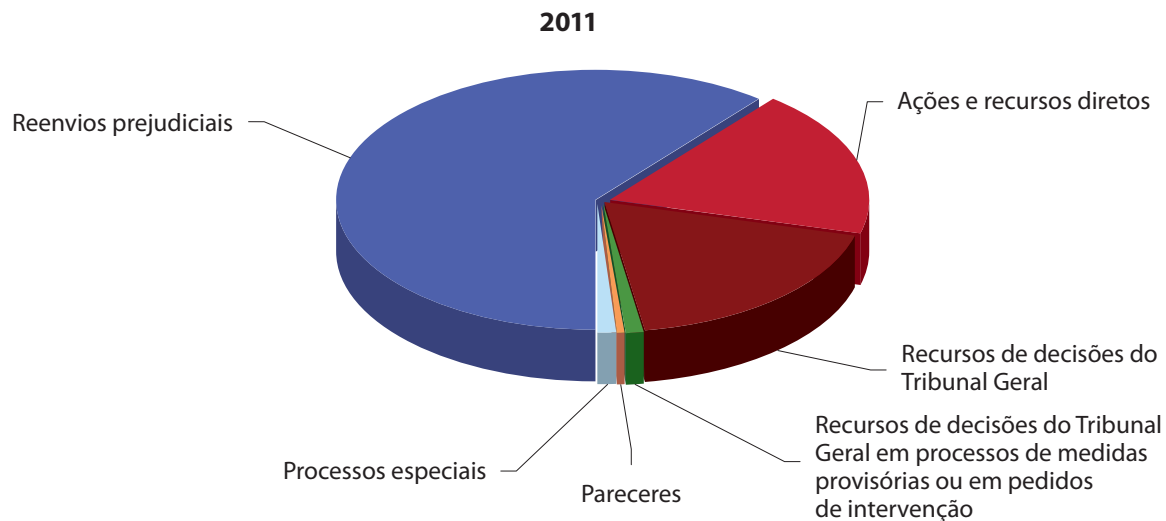
#### 4. Processos entrados — Ações por incumprimento de Estado (2007-2011) <sup>1</sup>



|                 | 2007       | 2008       | 2009       | 2010       | 2011      |
|-----------------|------------|------------|------------|------------|-----------|
| Bélgica         | 10         | 17         | 13         | 11         | 7         |
| Bulgária        |            |            |            |            |           |
| República Checa | 6          | 6          | 4          | 2          | 5         |
| Dinamarca       |            |            |            | 1          | 3         |
| Alemanha        | 15         | 10         | 5          | 7          |           |
| Estónia         |            | 2          | 5          | 7          | 1         |
| Irlanda         | 10         | 10         | 6          | 4          | 4         |
| Grécia          | 26         | 19         | 12         | 14         | 4         |
| Espanha         | 21         | 21         | 11         | 8          | 7         |
| França          | 14         | 15         | 8          | 9          | 7         |
| Itália          | 23         | 17         | 16         | 6          | 7         |
| Chipre          | 1          | 2          | 3          | 1          | 1         |
| Letónia         |            |            |            |            |           |
| Lituânia        | 1          | 1          |            |            |           |
| Luxemburgo      | 20         | 15         | 5          | 8          | 2         |
| Hungria         | 2          | 3          | 1          | 3          |           |
| Malta           | 3          | 5          | 3          |            | 1         |
| Países Baixos   | 8          | 4          | 5          | 5          | 4         |
| Áustria         | 6          | 10         | 7          | 10         | 2         |
| Polónia         | 7          | 10         | 11         | 9          | 7         |
| Portugal        | 23         | 14         | 17         | 10         | 3         |
| Roménia         |            |            | 1          |            |           |
| Eslovénia       | 1          | 1          |            | 3          | 1         |
| Eslováquia      | 1          | 1          | 2          | 3          | 1         |
| Finlândia       | 2          | 5          | 1          | 2          | 2         |
| Suécia          | 10         | 6          | 1          | 4          | 2         |
| Reino Unido     | 2          | 13         | 5          | 1          | 2         |
| <b>Total</b>    | <b>212</b> | <b>207</b> | <b>142</b> | <b>128</b> | <b>73</b> |

<sup>1</sup> Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos independentemente das apenações por conexão (um número de processo = um processo).

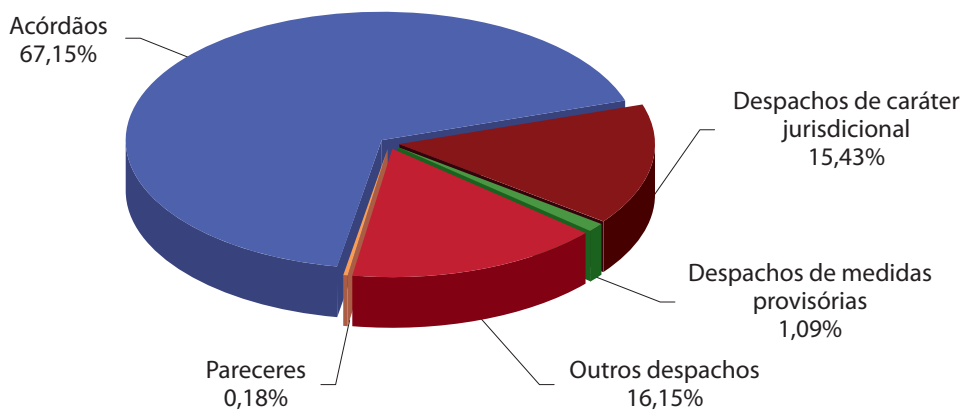
## 5. *Processos findos — Natureza dos processos (2007-2011)* <sup>1</sup>



|   | 2007       | 2008       | 2009       | 2010       | 2011       |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|
| Reenvios prejudiciais   | 235        | 301        | 259        | 339        | 388        |
| Ações e recursos diretos  | 241        | 181        | 215        | 139        | 117        |
| Recursos de decisões do Tribunal Geral  | 88         | 69         | 97         | 84         | 117        |
| Recursos de decisões do Tribunal Geral em processos de medidas provisórias ou em pedidos de intervenção | 2          | 8          | 7          | 4          | 7          |
| Pareceres   |            |            | 1          |            | 1          |
| Processos especiais   | 4          | 8          | 9          | 8          | 8          |
| <b>Total</b>  | <b>570</b> | <b>567</b> | <b>588</b> | <b>574</b> | <b>638</b> |

<sup>1</sup> Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

## 6. Processos findos — Acórdãos, despachos, pareceres (2011) <sup>1</sup>



|   | Acórdãos   | Despachos de caráter jurisdicional <sup>2</sup> | Despachos de medidas provisórias <sup>3</sup> | Outros despachos <sup>4</sup> | Pareceres | Total      |
|---|------------|---|---|-------------------------------|-----------|------------|
| Reenvios prejudiciais   | 237        | 38  |   | 45                            |           | 320        |
| Ações e recursos diretos  | 82         | 1   |   | 34                            |           | 117        |
| Recursos de decisões do Tribunal Geral  | 51         | 41  | 2   | 5                             |           | 99         |
| Recursos de decisões do Tribunal Geral em processos de medidas provisórias ou em pedidos de intervenção |            |   | 4   | 3                             |           | 7          |
| Pareceres   |            |   |   |                               | 1         | 1          |
| Processos especiais   |            | 5   |   | 2                             |           | 7          |
| <b>Total</b>  | <b>370</b> | <b>85</b>                                       | <b>6</b>                                      | <b>89</b>                     | <b>1</b>  | <b>551</b> |

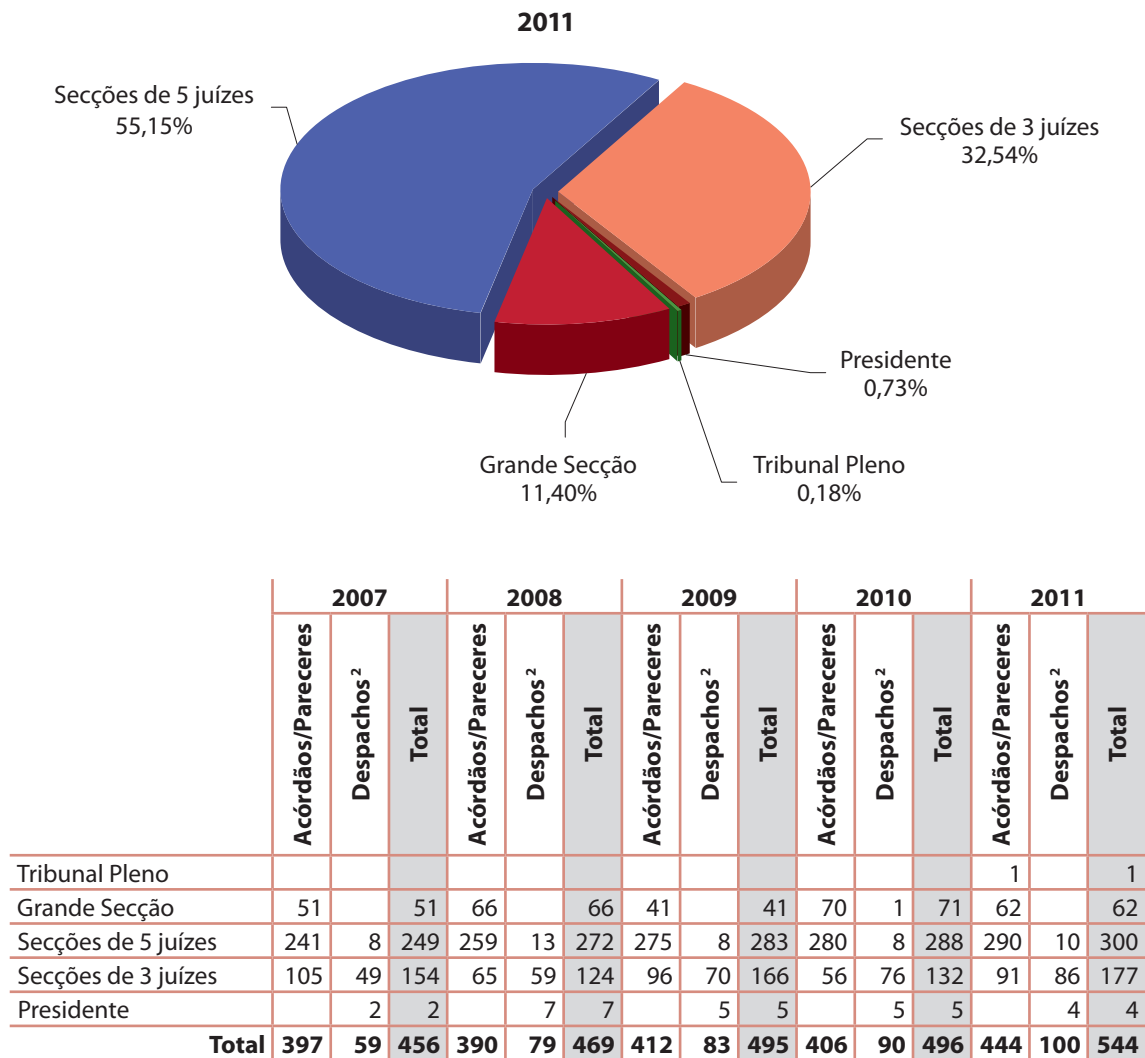
<sup>1</sup> Os números referidos (números líquidos) indicam o número de processos tendo em conta as apensações por conexão (uma série de processos apensos = um processo).

<sup>2</sup> Despachos que põem termo a uma instância com exclusão dos despachos de cancelamento, de não conhecimento do mérito ou de remessa ao Tribunal Geral.

<sup>3</sup> Despachos proferidos na sequência de um pedido baseado nos artigos 278.º TFUE e 279.º TFUE (ex-artigos 242.º CE e 243.º CE) ou no artigo 280.º TFUE (ex-artigo 244.º TFUE) ou nas correspondentes disposições do TCEEA ou ainda na sequência de um recurso de um despacho de medidas provisórias ou de um despacho sobre um pedido intervenção.

<sup>4</sup> Despachos que põem termo à instância por cancelamento, não conhecimento do mérito ou remessa ao Tribunal Geral.

## 7. Processos findos — Formação de julgamento (2007-2011) <sup>1</sup>

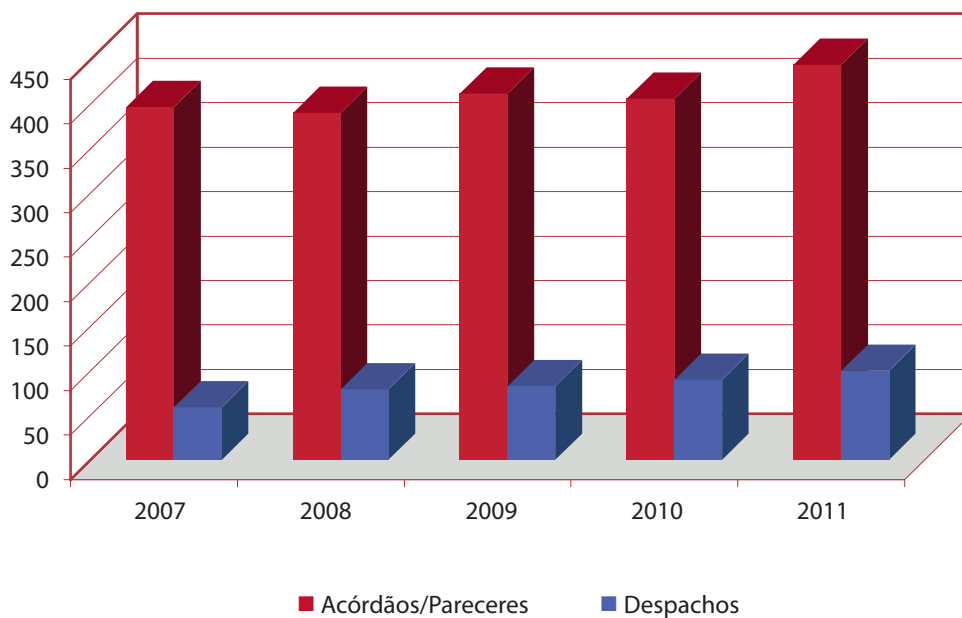


<sup>1</sup> Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

<sup>2</sup> Despachos que põem termo a uma instância com exclusão dos despachos de cancelamento, de não conhecimento do mérito ou de remessa ao Tribunal Geral.



## 8. *Processos findos por acórdão, parecer ou despacho de caráter jurisdicional (2007-2011)*<sup>1 2</sup>



|                    | 2007       | 2008       | 2009       | 2010       | 2011       |
|--------------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Acórdãos/Pareceres | 397        | 390        | 412        | 406        | 444        |
| Despachos          | 59         | 79         | 83         | 90         | 100        |
| <b>Total</b>       | <b>456</b> | <b>469</b> | <b>495</b> | <b>496</b> | <b>544</b> |

<sup>1</sup> Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

<sup>2</sup> Despachos que põem termo a uma instância com exclusão dos despachos de cancelamento, de não conhecimento do mérito ou de remessa ao Tribunal Geral.

## 9. *Processos findos por acórdão, parecer ou despacho de caráter jurisdicional — Matéria da ação ou do recurso (2007-2011)* <sup>1</sup>

|   | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|---|------|------|------|------|------|
| Ação externa da União Europeia  | 9    | 8    | 8    | 10   | 8    |
| Acesso aos documentos   |      |      |      |      | 2    |
| Adesão de novos Estados   | 1    |      | 1    |      | 1    |
| Agricultura   | 23   | 54   | 18   | 15   | 23   |
| Ambiente <sup>3</sup>   |      |      |      | 9    | 35   |
| Ambiente e consumidores <sup>3</sup>  | 50   | 43   | 60   | 48   | 25   |
| Aproximação das legislações   | 21   | 21   | 32   | 15   | 15   |
| Auxílios de Estado  | 9    | 26   | 10   | 16   | 48   |
| Cidadania da União  | 2    | 7    | 3    | 6    | 7    |
| Concorrência  | 17   | 23   | 28   | 13   | 19   |
| Contratos públicos  |      |      |      |      | 7    |
| Convenção de Bruxelas   | 2    | 1    | 2    |      |      |
| Convenção de Roma   |      |      | 1    |      |      |
| Direito das sociedades  | 16   | 17   | 17   | 17   | 8    |
| Direito institucional   | 6    | 15   | 29   | 26   | 20   |
| Disposições financeiras (orçamento, quadro financeiro, recursos próprios, luta contra a fraude...) <sup>2</sup> |      |      |      | 1    | 4    |
| Energia   | 4    | 4    | 4    | 2    | 2    |
| Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça  | 17   | 4    | 26   | 24   | 23   |
| Fiscalidade   | 44   | 38   | 44   | 66   | 49   |
| Investigação, informação, educação, estatísticas  |      |      |      | 1    |      |
| Justiça e Assuntos Internos   |      | 1    |      |      |      |
| Liberdade de estabelecimento  | 19   | 29   | 13   | 17   | 21   |
| Livre circulação de capitais  | 13   | 9    | 7    | 6    | 14   |
| Livre circulação de mercadorias   | 14   | 12   | 13   | 6    | 8    |
| Livre circulação de pessoas   | 19   | 27   | 19   | 17   | 9    |
| Livre prestação de serviços   | 24   | 8    | 17   | 30   | 27   |
| Orçamento das Comunidades <sup>2</sup>  |      |      |      | 1    |      |
| Pauta aduaneira comum <sup>4</sup>  | 10   | 5    | 13   | 7    | 2    |
| Política comercial  | 1    | 1    | 5    | 2    | 2    |
| Política comum das pescas   | 6    | 6    | 4    | 2    | 1    |
| Política económica e monetária  | 1    | 1    | 1    | 1    |      |
| Política Externa e de Segurança Comum   | 4    | 2    | 2    | 2    | 4    |
| Política industrial   | 11   | 12   | 6    | 9    | 9    |
| Política regional   | 7    | 1    | 3    | 2    |      |
| Política social   | 26   | 25   | 33   | 36   | 36   |
| Princípios do direito da União  | 4    | 4    | 4    | 4    | 15   |
| Privilégios e Imunidades  | 1    | 2    |      |      |      |
| Propriedade intelectual e industrial  | 21   | 22   | 31   | 38   | 47   |
| Proteção dos consumidores <sup>3</sup>  |      |      |      | 3    | 4    |
| Recursos próprios das Comunidades <sup>2</sup>  | 3    |      | 10   | 5    | 2    |

&gt;&gt;&gt;

|   | 2007       | 2008       | 2009       | 2010       | 2011       |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|
| Registo, avaliação, autorização e restrições aplicáveis às substâncias químicas (Regulamento REACH) |            |            |            |            | 1          |
| Saúde pública   |            |            |            |            | 3          |
| Segurança social dos trabalhadores migrantes  | 7          | 5          | 3          | 6          | 8          |
| Transportes   | 6          | 4          | 9          | 4          | 7          |
| União aduaneira e pauta aduaneira comum <sup>4</sup>  | 12         | 8          | 5          | 15         | 19         |
| <b>Tratado CA</b>   | 1          | 2          |            |            | 1          |
| <b>Tratado CE/TFUE</b>  | <b>430</b> | <b>445</b> | <b>481</b> | <b>482</b> | <b>535</b> |
| <b>Tratado EA</b>   | 1          |            |            |            |            |
| <b>Tratado UE</b>   | 4          | 6          | 1          | 4          | 1          |
| Estatuto dos Funcionários   | 17         | 11         | 8          | 4          |            |
| Privilégios e Imunidades  |            |            |            |            | 2          |
| Processo  | 3          | 5          | 5          | 6          | 5          |
| <b>Diversos</b>   | 20         | 16         | 13         | 10         | 7          |
| <b>TOTAL GERAL</b>  | <b>456</b> | <b>469</b> | <b>495</b> | <b>496</b> | <b>544</b> |

<sup>1</sup> Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

<sup>2</sup> Para os processos entrados depois de 1 de dezembro de 2009, as rubricas «Orçamento das Comunidades» e «Recursos próprios das Comunidades» foram reunidas na rubrica «Disposições financeiras»

<sup>3</sup> A rubrica «Ambiente e Consumidores» foi dividida em duas rubricas distintas para os processos entrados depois de 1 de dezembro de 2009.

<sup>4</sup> As rubricas «Pauta aduaneira comum» e «União aduaneira» foram reunidas numa única rubrica para os processos entrados depois de 1 de dezembro de 2009.

## 10. *Processos findos por acórdão, parecer ou despacho de carácter jurisdicional — Matéria da ação ou do recurso (2011)* <sup>1</sup>

|   | Acórdãos/<br>/Pareceres | Despachos <sup>2</sup> | Total |
|---|-------------------------|------------------------|-------|
| Ação externa da União Europeia  | 7                       | 1                      | 8     |
| Acesso aos documentos   |                         | 2                      | 2     |
| Adesão de novos Estados   | 1                       |                        | 1     |
| Agricultura   | 21                      | 2                      | 23    |
| Ambiente <sup>4</sup>   | 34                      | 1                      | 35    |
| Ambiente e consumidores <sup>4</sup>  | 21                      | 4                      | 25    |
| Aproximação das legislações   | 13                      | 2                      | 15    |
| Auxílios de Estado  | 42                      | 6                      | 48    |
| Cidadania europeia  | 7                       |                        | 7     |
| Concorrência  | 17                      | 2                      | 19    |
| Contratos públicos  | 3                       | 4                      | 7     |
| Direito das sociedades  | 7                       | 1                      | 8     |
| Direito institucional   | 8                       | 12                     | 20    |
| Disposições financeiras (orçamento, quadro financeiro, recursos próprios, luta contra a fraude...) <sup>3</sup> | 4                       |                        | 4     |
| Energia   | 2                       |                        | 2     |
| Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça  | 22                      | 1                      | 23    |
| Fiscalidade   | 39                      | 10                     | 49    |
| Liberdade de estabelecimento  | 20                      | 1                      | 21    |
| Livre circulação de capitais  | 13                      | 1                      | 14    |
| Livre circulação de mercadorias   | 8                       |                        | 8     |
| Livre circulação de pessoas   | 9                       |                        | 9     |
| Livre prestação de serviços   | 26                      | 1                      | 27    |
| Pauta aduaneira comum <sup>5</sup>  | 2                       |                        | 2     |
| Política comercial  | 2                       |                        | 2     |
| Política comum das pescas   | 1                       |                        | 1     |
| Política Externa e de Segurança Comum   | 4                       |                        | 4     |
| Política industrial   | 8                       | 1                      | 9     |
| Política social   | 28                      | 8                      | 36    |
| Princípios do direito da União  | 7                       | 8                      | 15    |
| Propriedade intelectual   | 26                      | 21                     | 47    |
| Proteção dos consumidores <sup>4</sup>  | 2                       | 2                      | 4     |
| Recursos próprios das Comunidades <sup>3</sup>  | 2                       |                        | 2     |
| Registo, avaliação, autorização e restrições aplicáveis às substâncias químicas (Regulamento REACH)             | 1                       |                        | 1     |
| Saúde pública   | 1                       | 2                      | 3     |
| Segurança social dos trabalhadores migrantes  | 8                       |                        | 8     |
| Transportes   | 6                       | 1                      | 7     |
| União aduaneira e pauta aduaneira comum <sup>5</sup>  | 18                      | 1                      | 19    |

&gt;&gt;&gt;

|                          |            |            |            |
|--------------------------|------------|------------|------------|
| <b>Tratado CA</b>        | 1          |            | 1          |
| <b>Tratado CE/TFUE</b>   | 440        | 95         | 535        |
| <b>Tratado UE</b>        | 1          |            | 1          |
| Privilégios e Imunidades | 2          |            | 2          |
| Processo                 |            | 5          | 5          |
| <b>Diversos</b>          | 2          | 5          | 7          |
| <b>TOTAL GERAL</b>       | <b>444</b> | <b>100</b> | <b>544</b> |

<sup>1</sup> Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos independentemente das apensões por conexão (um número de processo = um processo).

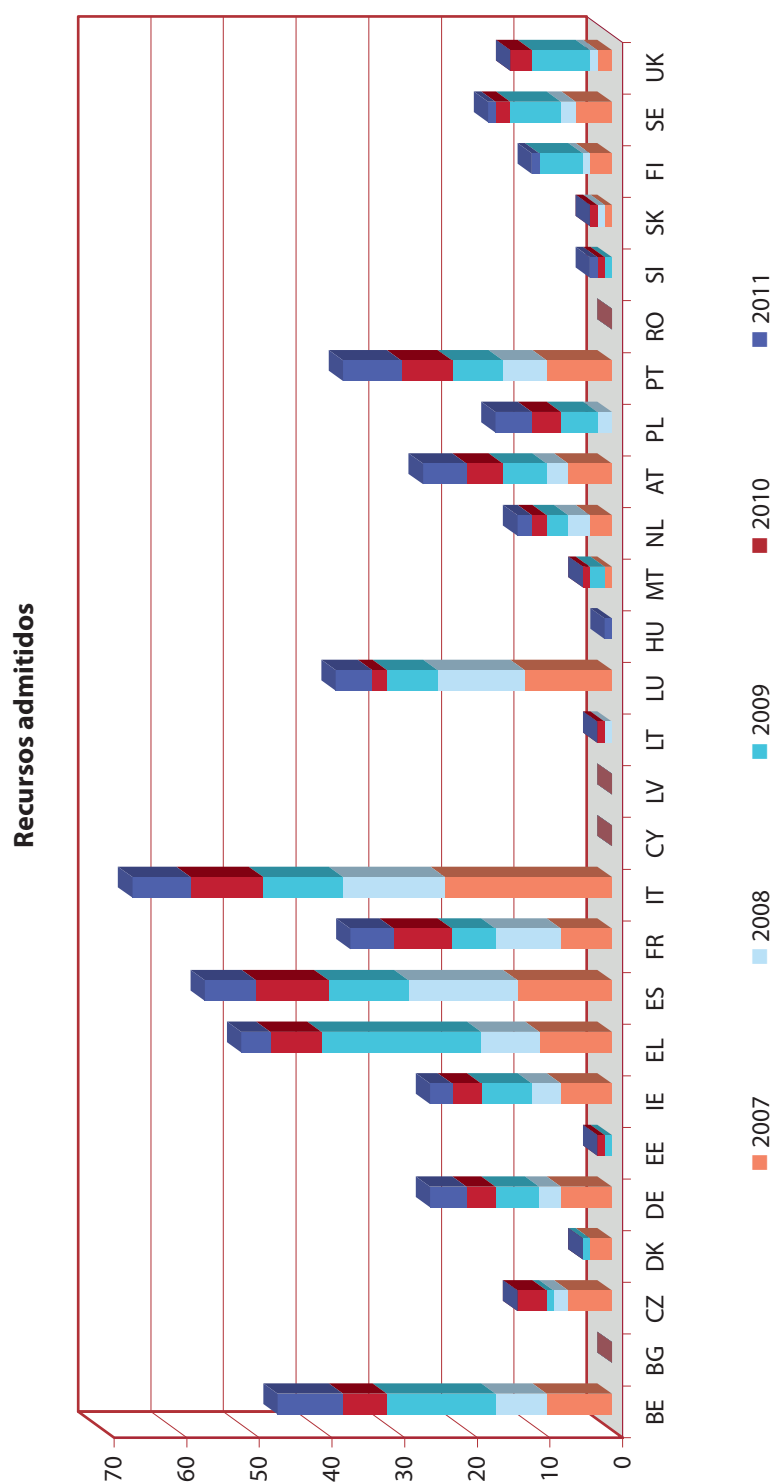
<sup>2</sup> Despachos que põem termo a uma instância com exclusão dos despachos de cancelamento, de não conhecimento do mérito ou de remessa ao Tribunal Geral.

<sup>3</sup> Para os processos entrados depois de 1 de dezembro de 2009, as rubricas «Orçamento das Comunidades» e «Recursos próprios das Comunidades» foram reunidas na rubrica «Disposições financeiras»

<sup>4</sup> A rubrica «Ambiente e Consumidores» foi dividida em duas rubricas distintas para os processos entrados depois de 1 de dezembro de 2009.

<sup>5</sup> As rubricas «Pauta aduaneira comum» e «União aduaneira» foram reunidas numa única rubrica para os processos entrados depois de 1 de dezembro de 2009.

# 11. Processos findos — Acórdãos proferidos em ações por incumprimento de Estado: sentido da decisão (2007-2011) <sup>1</sup>

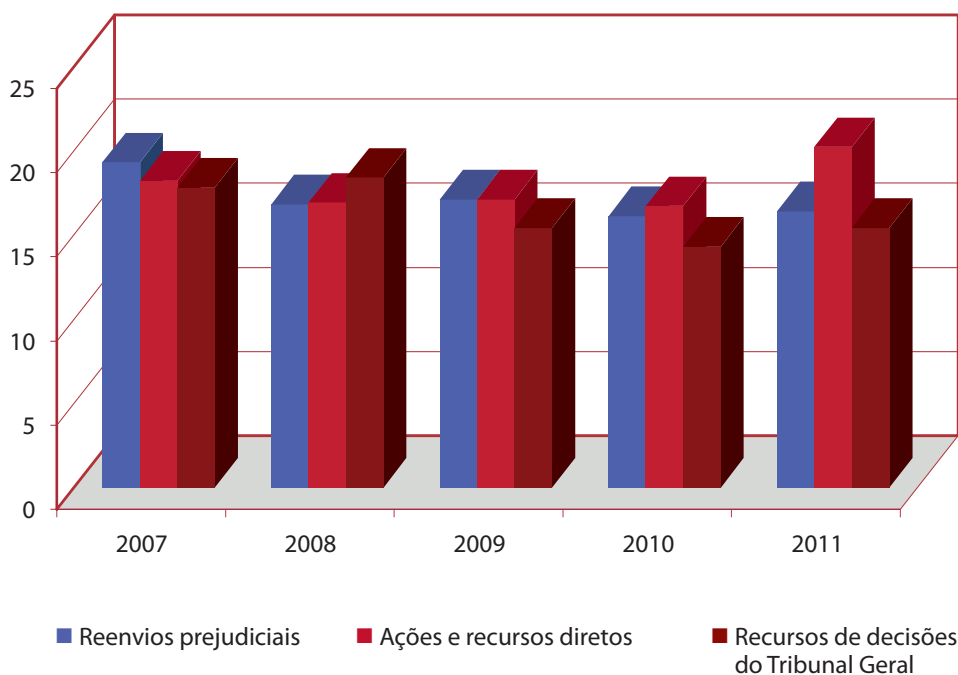




|                 | 2007       |               | 2008       |               | 2009       |               | 2010       |               | 2011       |               |
|-----------------|------------|---------------|------------|---------------|------------|---------------|------------|---------------|------------|---------------|
|                 | Condenação | Improcedência | Condenação | Improcedência | Condenação | Improcedência | Condenação | Improcedência | Condenação | Improcedência |
| Bélgica         | 9          | 1             | 7          |               | 15         | 1             | 6          | 1             | 9          | 1             |
| Bulgária        |            |               |            |               |            |               |            |               |            |               |
| República Checa | 6          |               | 2          |               | 1          |               | 4          |               |            |               |
| Dinamarca       | 3          |               |            |               | 1          |               |            |               |            |               |
| Alemanha        | 7          | 1             | 3          | 3             | 6          | 2             | 4          | 2             | 5          |               |
| Estónia         |            |               |            |               | 1          |               | 1          |               |            |               |
| Irlanda         | 7          | 2             | 4          |               | 7          |               | 4          |               | 3          |               |
| Grécia          | 10         | 3             | 8          | 1             | 22         |               | 7          |               | 4          |               |
| Espanha         | 13         | 1             | 15         | 1             | 11         |               | 10         | 2             | 7          | 1             |
| França          | 7          |               | 9          | 1             | 6          |               | 8          | 2             | 6          |               |
| Itália          | 23         | 2             | 14         | 1             | 11         | 4             | 10         |               | 8          | 1             |
| Chipre          |            |               |            |               |            |               |            |               |            | 1             |
| Letónia         |            |               |            |               |            |               |            |               |            |               |
| Lituânia        |            |               | 1          |               |            |               | 1          |               |            |               |
| Luxemburgo      | 12         |               | 12         |               | 7          |               | 2          |               | 5          |               |
| Hungria         |            |               |            |               |            |               |            |               | 1          | 1             |
| Malta           | 1          |               |            |               | 2          |               | 1          | 1             |            | 1             |
| Países Baixos   | 3          | 1             | 3          |               | 3          |               | 2          | 1             | 2          |               |
| Áustria         | 6          |               | 3          |               | 6          |               | 5          |               | 6          |               |
| Polónia         |            |               | 2          |               | 5          |               | 4          | 1             | 5          |               |
| Portugal        | 9          |               | 6          |               | 7          | 1             | 7          | 1             | 8          | 1             |
| Roménia         |            |               |            |               |            |               |            |               |            | 1             |
| Eslovénia       |            |               |            |               | 1          |               | 1          |               | 1          |               |
| Eslováquia      | 1          |               | 1          |               |            |               | 1          |               |            | 1             |
| Finlândia       | 3          | 1             | 1          | 1             | 6          | 1             |            |               | 1          |               |
| Suécia          | 5          |               | 2          | 1             | 7          |               | 2          |               | 1          |               |
| Reino Unido     | 2          | 4             | 1          |               | 8          | 1             | 3          | 1             |            |               |
| <b>Total</b>    | <b>127</b> | <b>16</b>     | <b>94</b>  | <b>9</b>      | <b>133</b> | <b>10</b>     | <b>83</b>  | <b>12</b>     | <b>72</b>  | <b>9</b>      |

<sup>1</sup> Os números referidos (números líquidos) indicam o número de processos tendo em conta as apensasões por conexão (uma série de processos apensas = um processo).

## 12. *Processos findos — Duração dos processos (2007-2011)* <sup>1</sup> (acórdãos e despachos de caráter jurisdicional)

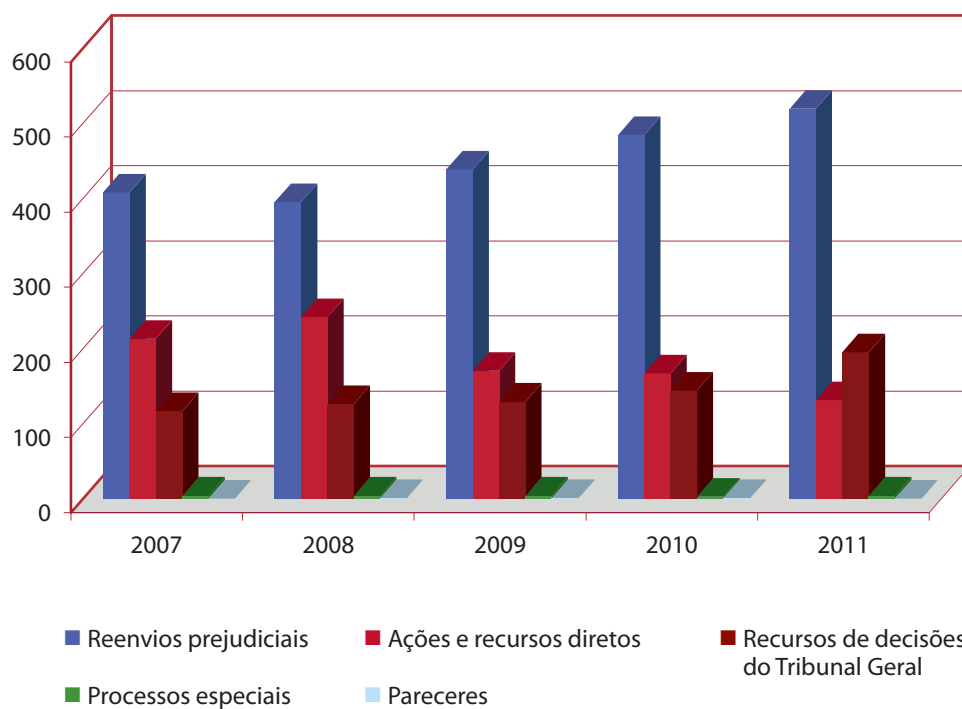


|  | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|--|------|------|------|------|------|
| Reenvios prejudiciais                  | 19,3 | 16,8 | 17,1 | 16,1 | 16,4 |
| Processos prejudiciais urgentes        |      | 2,1  | 2,5  | 2,1  | 2,5  |
| Ações e recursos diretos               | 18,2 | 16,9 | 17,1 | 16,7 | 20,2 |
| Recursos de decisões do Tribunal Geral | 17,8 | 18,4 | 15,4 | 14,3 | 15,4 |

<sup>1</sup> A duração dos processos é expressa em meses e décimos de mês.

Estão excluídos dos cálculos sobre a duração dos processos: os processos em que tenha sido proferido um acórdão interlocutório ou ordenada uma diligência de instrução; os pareceres; os processos especiais (a saber, a fixação das despesas, o apoio judiciário, a oposição, a oposição de terceiros, a interpretação, a revisão, a rectificação, o processo de penhora); os processos que terminam por despacho de cancelamento, não conhecimento do mérito ou remessa para o Tribunal Geral; os processos de medidas provisórias bem como os recursos de decisões do Tribunal Geral em processos de medidas provisórias e em pedidos de intervenção.

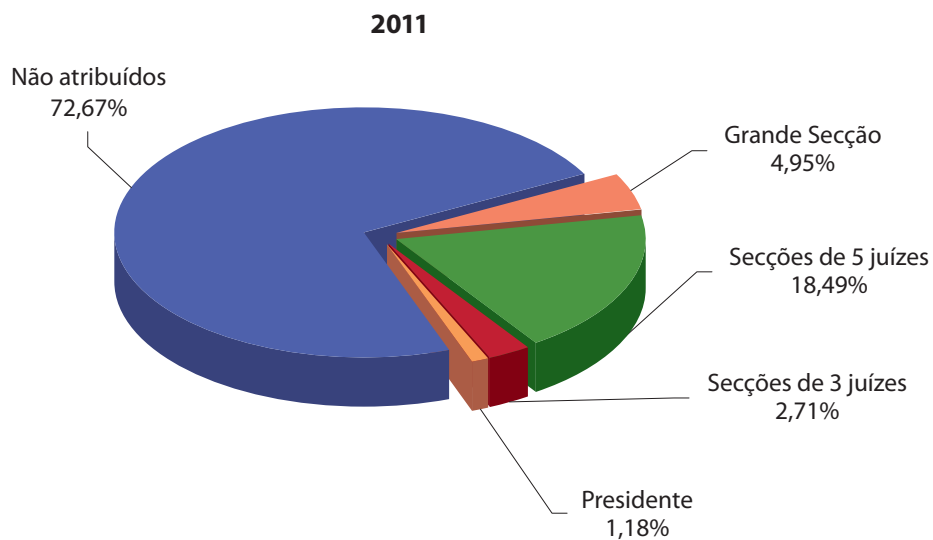
### 13. *Processos pendentes em 31 de dezembro* — *Natureza dos processos (2007-2011)* <sup>1</sup>



|  | 2007       | 2008       | 2009       | 2010       | 2011       |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|
| Reenvios prejudiciais                  | 408        | 395        | 438        | 484        | 519        |
| Ações e recursos diretos               | 213        | 242        | 170        | 167        | 131        |
| Recursos de decisões do Tribunal Geral | 117        | 126        | 129        | 144        | 195        |
| Processos especiais                    | 4          | 4          | 4          | 3          | 4          |
| Pareceres                              |            | 1          | 1          | 1          |            |
| <b>Total</b>                           | <b>742</b> | <b>768</b> | <b>742</b> | <b>799</b> | <b>849</b> |

<sup>1</sup> Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

## 14. Processos pendentes em 31 de dezembro — Formação de julgamento (2007-2011) <sup>1</sup>



|                     | 2007       | 2008       | 2009       | 2010       | 2011       |
|---------------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Não atribuídos      | 481        | 524        | 490        | 519        | 617        |
| Tribunal Pleno      |            |            |            | 1          |            |
| Grande Secção       | 59         | 40         | 65         | 49         | 42         |
| Secções de 5 juizes | 170        | 177        | 169        | 193        | 157        |
| Secções de 3 juizes | 24         | 19         | 15         | 33         | 23         |
| Presidente          | 8          | 8          | 3          | 4          | 10         |
| <b>Total</b>        | <b>742</b> | <b>768</b> | <b>742</b> | <b>799</b> | <b>849</b> |

<sup>1</sup> Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

## 15. Diversos — Tramitação acelerada (2007-2011) <sup>1</sup>

|  | 2007      |               | 2008      |               | 2009      |               | 2010      |               | 2011      |               |
|--|-----------|---------------|-----------|---------------|-----------|---------------|-----------|---------------|-----------|---------------|
|  | Admitidos | Improcedência | Admitidos | Improcedência | Admitidos | Improcedência | Admitidos | Improcedência | Admitidos | Improcedência |
| Ações e recursos diretos               |           | 1             |           |               |           |               |           | 1             |           |               |
| Reenvios prejudiciais                  |           | 5             | 2         | 6             | 1         | 3             | 4         | 7             | 2         | 6             |
| Recursos de decisões do Tribunal Geral |           | 1             |           |               |           | 1             |           |               |           | 5             |
| Processos especiais                    |           |               |           |               |           | 1             |           |               |           |               |
| <b>Total</b>                           |           | <b>7</b>      | <b>2</b>  | <b>6</b>      | <b>1</b>  | <b>5</b>      | <b>4</b>  | <b>8</b>      | <b>2</b>  | <b>11</b>     |

## 16. Diversos — Processos prejudiciais urgentes (2008-2011) <sup>2</sup>

|   | 2008      |               | 2009      |               | 2010      |               | 2011      |               |
|---|-----------|---------------|-----------|---------------|-----------|---------------|-----------|---------------|
|   | Admitidos | Improcedência | Admitidos | Improcedência | Admitidos | Improcedência | Admitidos | Improcedência |
| Agricultura                                       |           | 1             |           |               |           |               |           |               |
| Cooperação Policial e Judiciária em Matéria Penal | 2         | 1             |           | 1             |           |               |           |               |
| Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça    | 1         | 1             | 2         |               | 5         | 1             | 2         | 3             |
| <b>Total</b>                                      | <b>3</b>  | <b>3</b>      | <b>2</b>  | <b>1</b>      | <b>5</b>  | <b>1</b>      | <b>2</b>  | <b>3</b>      |

<sup>1</sup> Desde 1 de julho de 2000, um processo pode ser submetido a tramitação acelerada ao abrigo do disposto nos artigos 62.º-A e 104.º-A do Regulamento de Processo.

<sup>2</sup> Desde 1 de março de 2008, pode aplicar-se a tramitação urgente a um processo prejudicial, nos termos do artigo 104.º-B do Regulamento de Processo, nos processos relativos ao Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça.

## 17. Diversos — Processos de medidas provisórias (2011) <sup>1</sup>

|                                       | Processos de medidas provisórias entrados | Recursos de decisões do Tribunal Geral em processos de medidas provisórias ou em pedidos de intervenção | Sentido da decisão |           |  |
|---------------------------------------|---|---|--------------------|-----------|--|
|                                       |   |   | Improcedência      | Admitidos | Cancelamento ou não conhecimento do mérito |
| Ação externa da União Europeia        | 1   |   |                    |           |  |
| Acesso aos documentos                 |   |   | 1                  |           |  |
| Ambiente                              |   |   |                    |           | 1  |
| Auxílios de Estado                    |   |   | 1                  |           |  |
| Concorrência                          |   | 1   |                    |           | 1  |
| Direito institucional                 |   | 11  | 3                  |           | 1  |
| Política comercial                    |   |   |                    |           | 1  |
| Política Externa e de Segurança Comum |   | 1   |                    |           |  |
| Propriedade intelectual e industrial  | 2   |   |                    |           |  |
| <b>TOTAL GERAL</b>                    | <b>3</b>                                  | <b>13</b>   | <b>5</b>           | <b>0</b>  | <b>4</b>                                   |

<sup>1</sup> Os números referidos (números líquidos) indicam o número de processos tendo em conta as apensões por conexão (uma série de processos apensos = um processo).



## 18. Evolução geral da atividade judicial (1952-2011)

### — Processos entrados e acórdãos

| Anos | Processos entrados <sup>1</sup> |                       |  |   |                    |       |                                | Acórdãos/<br>/Pareceres <sup>2</sup> |
|------|---------------------------------|-----------------------|--|---|--------------------|-------|--------------------------------|--------------------------------------|
|      | Ações e recursos diretos        | Reenvios prejudiciais | Recursos de decisões do Tribunal Geral | Recursos de decisões do Tribunal Geral em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção | Pedidos de parecer | Total | Pedidos de medidas provisórias |                                      |
| 1953 | 4                               |                       |  |   |                    | 4     |                                |                                      |
| 1954 | 10                              |                       |  |   |                    | 10    |                                | 2                                    |
| 1955 | 9                               |                       |  |   |                    | 9     | 2                              | 4                                    |
| 1956 | 11                              |                       |  |   |                    | 11    | 2                              | 6                                    |
| 1957 | 19                              |                       |  |   |                    | 19    | 2                              | 4                                    |
| 1958 | 43                              |                       |  |   |                    | 43    |                                | 10                                   |
| 1959 | 46                              |                       |  |   | 1                  | 47    | 5                              | 13                                   |
| 1960 | 22                              |                       |  |   | 1                  | 23    | 2                              | 18                                   |
| 1961 | 24                              | 1                     |  |   | 1                  | 26    | 1                              | 11                                   |
| 1962 | 30                              | 5                     |  |   |                    | 35    | 2                              | 20                                   |
| 1963 | 99                              | 6                     |  |   |                    | 105   | 7                              | 17                                   |
| 1964 | 49                              | 6                     |  |   |                    | 55    | 4                              | 31                                   |
| 1965 | 55                              | 7                     |  |   |                    | 62    | 4                              | 52                                   |
| 1966 | 30                              | 1                     |  |   |                    | 31    | 2                              | 24                                   |
| 1967 | 14                              | 23                    |  |   |                    | 37    |                                | 24                                   |
| 1968 | 24                              | 9                     |  |   |                    | 33    | 1                              | 27                                   |
| 1969 | 60                              | 17                    |  |   |                    | 77    | 2                              | 30                                   |
| 1970 | 47                              | 32                    |  |   |                    | 79    |                                | 64                                   |
| 1971 | 59                              | 37                    |  |   |                    | 96    | 1                              | 60                                   |
| 1972 | 42                              | 40                    |  |   |                    | 82    | 2                              | 61                                   |
| 1973 | 131                             | 61                    |  |   |                    | 192   | 6                              | 80                                   |
| 1974 | 63                              | 39                    |  |   |                    | 102   | 8                              | 63                                   |
| 1975 | 61                              | 69                    |  |   | 1                  | 131   | 5                              | 78                                   |
| 1976 | 51                              | 75                    |  |   | 1                  | 127   | 6                              | 88                                   |
| 1977 | 74                              | 84                    |  |   |                    | 158   | 6                              | 100                                  |
| 1978 | 146                             | 123                   |  |   | 1                  | 270   | 7                              | 97                                   |
| 1979 | 1 218                           | 106                   |  |   |                    | 1 324 | 6                              | 138                                  |
| 1980 | 180                             | 99                    |  |   |                    | 279   | 14                             | 132                                  |
| 1981 | 214                             | 108                   |  |   |                    | 322   | 17                             | 128                                  |
| 1982 | 217                             | 129                   |  |   |                    | 346   | 16                             | 185                                  |
| 1983 | 199                             | 98                    |  |   |                    | 297   | 11                             | 151                                  |
| 1984 | 183                             | 129                   |  |   |                    | 312   | 17                             | 165                                  |
| 1985 | 294                             | 139                   |  |   |                    | 433   | 23                             | 211                                  |
| 1986 | 238                             | 91                    |  |   |                    | 329   | 23                             | 174                                  |
| 1987 | 251                             | 144                   |  |   |                    | 395   | 21                             | 208                                  |
| 1988 | 193                             | 179                   |  |   |                    | 372   | 17                             | 238                                  |
| 1989 | 244                             | 139                   |  |   |                    | 383   | 19                             | 188                                  |

&gt;&gt;&gt;

| Anos         | Processos entrados <sup>1</sup> |                          |  |  |                       |               |                                      | Acórdãos/<br>/Pareceres <sup>2</sup> |
|--------------|---------------------------------|--------------------------|--|--|-----------------------|---------------|--------------------------------------|--------------------------------------|
|              | Ações<br>e recursos<br>diretos  | Reenvios<br>prejudiciais | Recursos de<br>decisões do<br>Tribunal Geral | Recursos de<br>decisões do<br>Tribunal Geral<br>em processos<br>de medidas<br>provisórias<br>e pedidos de<br>intervenção | Pedidos de<br>parecer | Total         | Pedidos de<br>medidas<br>provisórias |                                      |
| 1990         | 221                             | 141                      | 15   | 1  |                       | 378           | 12                                   | 193                                  |
| 1991         | 140                             | 186                      | 13   | 1  | 2                     | 342           | 9                                    | 204                                  |
| 1992         | 251                             | 162                      | 24   | 1  | 2                     | 440           | 5                                    | 210                                  |
| 1993         | 265                             | 204                      | 17   |  |                       | 486           | 13                                   | 203                                  |
| 1994         | 125                             | 203                      | 12   | 1  | 3                     | 344           | 4                                    | 188                                  |
| 1995         | 109                             | 251                      | 46   | 2  |                       | 408           | 3                                    | 172                                  |
| 1996         | 132                             | 256                      | 25   | 3  |                       | 416           | 4                                    | 193                                  |
| 1997         | 169                             | 239                      | 30   | 5  |                       | 443           | 1                                    | 242                                  |
| 1998         | 147                             | 264                      | 66   | 4  |                       | 481           | 2                                    | 254                                  |
| 1999         | 214                             | 255                      | 68   | 4  |                       | 541           | 4                                    | 235                                  |
| 2000         | 197                             | 224                      | 66   | 13   | 2                     | 502           | 4                                    | 273                                  |
| 2001         | 187                             | 237                      | 72   | 7  |                       | 503           | 6                                    | 244                                  |
| 2002         | 204                             | 216                      | 46   | 4  |                       | 470           | 1                                    | 269                                  |
| 2003         | 277                             | 210                      | 63   | 5  | 1                     | 556           | 7                                    | 308                                  |
| 2004         | 219                             | 249                      | 52   | 6  | 1                     | 527           | 3                                    | 375                                  |
| 2005         | 179                             | 221                      | 66   | 1  |                       | 467           | 2                                    | 362                                  |
| 2006         | 201                             | 251                      | 80   | 3  |                       | 535           | 1                                    | 351                                  |
| 2007         | 221                             | 265                      | 79   | 8  |                       | 573           | 3                                    | 379                                  |
| 2008         | 210                             | 288                      | 77   | 8  | 1                     | 584           | 3                                    | 333                                  |
| 2009         | 143                             | 302                      | 104  | 2  | 1                     | 552           | 1                                    | 377                                  |
| 2010         | 136                             | 385                      | 97   | 6  |                       | 624           | 2                                    | 370                                  |
| 2011         | 81                              | 423                      | 162  | 13   |                       | 679           | 3                                    | 371                                  |
| <b>Total</b> | <b>8 682</b>                    | <b>7 428</b>             | <b>1 280</b>                                 | <b>98</b>  | <b>19</b>             | <b>17 507</b> | <b>354</b>                           | <b>9 008</b>                         |

<sup>1</sup> Números brutos; com exclusão dos processos especiais

<sup>2</sup> Números líquidos.

**19. Evolução geral da atividade judicial (1952-2011) — Reenvios prejudiciais entrados**  
(por Estado—Membro e por ano) <sup>1</sup>

|      | BE | BG | CZ | DK | DE | EE | IE | EL | ES | FR | IT | CY | LV | LT | LU | HU | MT | NL | AT | PL | PT | RO | SI | SK | FI | SE | UK | Outros <sup>1</sup> | Total |
|------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|---------------------|-------|
| 1961 |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 1  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |                     | 1     |
| 1962 |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 5  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |                     | 5     |
| 1963 |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 1  |    |    | 5  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |                     | 6     |
| 1964 |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 2  |    |    |    |    |    |    | 4  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |                     | 6     |
| 1965 |    |    |    |    | 4  |    |    |    | 2  |    |    |    |    |    |    |    |    | 1  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |                     | 7     |
| 1966 |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    | 1  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |                     | 1     |
| 1967 | 5  |    |    |    | 11 |    |    |    | 3  |    |    |    |    |    | 1  |    |    | 3  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |                     | 23    |
| 1968 | 1  |    |    |    | 4  |    |    |    | 1  |    | 1  |    |    |    |    |    |    | 2  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |                     | 9     |
| 1969 | 4  |    |    |    | 11 |    |    |    | 1  |    |    |    |    |    | 1  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |                     | 17    |
| 1970 | 4  |    |    |    | 21 |    |    |    | 2  |    | 2  |    |    |    |    |    |    | 3  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |                     | 32    |
| 1971 | 1  |    |    |    | 18 |    |    |    | 6  |    | 5  |    |    |    | 1  |    |    | 6  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |                     | 37    |
| 1972 | 5  |    |    |    | 20 |    |    |    | 1  |    | 4  |    |    |    |    |    |    | 10 |    |    |    |    |    |    |    |    |    |                     | 40    |
| 1973 | 8  |    |    |    | 37 |    |    |    | 4  |    | 5  |    |    |    | 1  |    |    | 6  |    |    |    |    |    |    |    |    |    |                     | 61    |
| 1974 | 5  |    |    |    | 15 |    |    |    | 6  |    | 5  |    |    |    |    |    |    | 7  |    |    |    |    |    |    |    |    | 1  |                     | 39    |
| 1975 | 7  |    |    | 1  | 26 |    |    |    | 15 |    | 14 |    |    |    | 1  |    |    | 4  |    |    |    |    |    |    |    |    | 1  |                     | 69    |
| 1976 | 11 |    |    |    | 28 |    |    |    | 8  |    | 12 |    |    |    |    |    |    | 14 |    |    |    |    |    |    |    | 1  |    |                     | 75    |
| 1977 | 16 |    |    | 1  | 30 |    |    |    | 14 |    | 7  |    |    |    |    |    |    | 9  |    |    |    |    |    |    |    | 5  |    |                     | 84    |
| 1978 | 7  |    |    | 3  | 46 |    |    |    | 12 |    | 11 |    |    |    |    |    |    | 38 |    |    |    |    |    |    |    | 5  |    |                     | 123   |
| 1979 | 13 |    |    | 1  | 33 |    |    |    | 18 |    | 19 |    |    |    | 1  |    |    | 11 |    |    |    |    |    |    |    | 8  |    |                     | 106   |
| 1980 | 14 |    |    | 2  | 24 |    |    |    | 14 |    | 19 |    |    |    |    |    |    | 17 |    |    |    |    |    |    |    | 6  |    |                     | 99    |
| 1981 | 12 |    |    | 1  | 41 |    |    |    | 17 |    | 11 |    |    |    | 4  |    |    | 17 |    |    |    |    |    |    |    | 5  |    |                     | 108   |
| 1982 | 10 |    |    | 1  | 36 |    |    |    | 39 |    | 18 |    |    |    |    |    |    | 21 |    |    |    |    |    |    |    | 4  |    |                     | 129   |
| 1983 | 9  |    |    | 4  | 36 |    |    |    | 15 |    | 7  |    |    |    |    |    |    | 19 |    |    |    |    |    |    |    | 6  |    |                     | 98    |
| 1984 | 13 |    |    | 2  | 38 |    |    |    | 34 |    | 10 |    |    |    |    |    |    | 22 |    |    |    |    |    |    |    | 9  |    |                     | 129   |
| 1985 | 13 |    |    |    | 40 |    |    |    | 45 |    | 11 |    |    |    | 6  |    |    | 14 |    |    |    |    |    |    |    | 8  |    |                     | 139   |
|      |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |                     | >>>   |

|              | BE         | BG        | CZ        | DK         | DE           | EE       | IE        | EL         | ES         | FR         | IT           | CY       | LV        | LT        | LU        | HU        | MT       | NL         | AT         | PL        | PT        | RO        | SI       | SK        | FI        | SE        | UK         | Outros <sup>1</sup> | Total        |
|--------------|------------|-----------|-----------|------------|--------------|----------|-----------|------------|------------|------------|--------------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|------------|------------|-----------|-----------|-----------|----------|-----------|-----------|-----------|------------|---------------------|--------------|
| 1986         | 13         |           |           | 4          | 18           |          | 4         | 2          | 1          | 19         | 5            |          |           |           | 1         |           |          | 16         |            |           |           |           |          |           |           |           | 8          |                     | 91           |
| 1987         | 15         |           |           | 5          | 32           |          | 2         | 17         | 1          | 36         | 5            |          |           |           | 3         |           |          | 19         |            |           |           |           |          |           |           |           | 9          |                     | 144          |
| 1988         | 30         |           |           | 4          | 34           |          |           |            | 1          | 38         | 28           |          |           |           | 2         |           |          | 26         |            |           |           |           |          |           |           |           | 16         |                     | 179          |
| 1989         | 13         |           |           | 2          | 47           |          | 1         | 2          | 2          | 28         | 10           |          |           |           | 1         |           |          | 18         |            |           | 1         |           |          |           |           |           | 14         |                     | 139          |
| 1990         | 17         |           |           | 5          | 34           |          | 4         | 2          | 6          | 21         | 25           |          |           |           | 4         |           |          | 9          |            |           | 2         |           |          |           |           |           | 12         |                     | 141          |
| 1991         | 19         |           |           | 2          | 54           |          | 2         | 3          | 5          | 29         | 36           |          |           |           | 2         |           |          | 17         |            |           | 3         |           |          |           |           |           | 14         |                     | 186          |
| 1992         | 16         |           |           | 3          | 62           |          |           | 1          | 5          | 15         | 22           |          |           |           | 1         |           |          | 18         |            |           | 1         |           |          |           |           |           | 18         |                     | 162          |
| 1993         | 22         |           |           | 7          | 57           |          | 1         | 5          | 7          | 22         | 24           |          |           |           | 1         |           |          | 43         |            |           | 3         |           |          |           |           |           | 12         |                     | 204          |
| 1994         | 19         |           |           | 4          | 44           |          | 2         |            | 13         | 36         | 46           |          |           |           | 1         |           |          | 13         |            |           | 1         |           |          |           |           |           | 24         |                     | 203          |
| 1995         | 14         |           |           | 8          | 51           |          | 3         | 10         | 10         | 43         | 58           |          |           |           | 2         |           |          | 19         | 2          |           | 5         |           |          |           | 6         | 6         | 20         |                     | 251          |
| 1996         | 30         |           |           | 4          | 66           |          |           | 4          | 6          | 24         | 70           |          |           |           | 2         |           |          | 10         | 6          |           | 6         |           |          |           | 3         | 4         | 21         |                     | 256          |
| 1997         | 19         |           |           | 7          | 46           |          | 1         | 2          | 9          | 10         | 50           |          |           |           | 3         |           |          | 24         | 35         |           | 2         |           |          |           | 6         | 7         | 18         |                     | 239          |
| 1998         | 12         |           |           | 7          | 49           |          | 3         | 5          | 55         | 16         | 39           |          |           |           | 2         |           |          | 21         | 16         |           | 7         |           |          |           | 2         | 6         | 24         |                     | 264          |
| 1999         | 13         |           |           | 3          | 49           |          | 2         | 3          | 4          | 17         | 43           |          |           |           | 4         |           |          | 23         | 56         |           | 7         |           |          |           | 4         | 5         | 22         |                     | 255          |
| 2000         | 15         |           |           | 3          | 47           |          | 2         | 3          | 5          | 12         | 50           |          |           |           |           |           |          | 12         | 31         |           | 8         |           |          |           | 5         | 4         | 26         | 1                   | 224          |
| 2001         | 10         |           |           | 5          | 53           |          | 1         | 4          | 4          | 15         | 40           |          |           |           | 2         |           |          | 14         | 57         |           | 4         |           |          |           | 3         | 4         | 21         |                     | 237          |
| 2002         | 18         |           |           | 8          | 59           |          |           | 7          | 3          | 8          | 37           |          |           |           | 4         |           |          | 12         | 31         |           | 3         |           |          |           | 7         | 5         | 14         |                     | 216          |
| 2003         | 18         |           |           | 3          | 43           |          | 2         | 4          | 8          | 9          | 45           |          |           |           | 4         |           |          | 28         | 15         |           | 1         |           |          |           | 4         | 4         | 22         |                     | 210          |
| 2004         | 24         |           |           | 4          | 50           |          | 1         | 18         | 8          | 21         | 48           |          |           |           | 1         | 2         |          | 28         | 12         |           | 1         |           |          |           | 4         | 5         | 22         |                     | 249          |
| 2005         | 21         |           | 1         | 4          | 51           |          | 2         | 11         | 10         | 17         | 18           |          |           |           | 2         | 3         |          | 36         | 15         | 1         | 2         |           |          |           | 4         | 11        | 12         |                     | 221          |
| 2006         | 17         |           | 3         | 3          | 77           |          | 1         | 14         | 17         | 24         | 34           |          |           | 1         | 1         | 4         |          | 20         | 12         | 2         | 3         |           |          | 1         | 5         | 2         | 10         |                     | 251          |
| 2007         | 22         | 1         | 2         | 5          | 59           | 2        | 2         | 8          | 14         | 26         | 43           |          |           | 1         |           | 2         |          | 19         | 20         | 7         | 3         | 1         |          | 1         | 5         | 6         | 16         |                     | 265          |
| 2008         | 24         |           | 1         | 6          | 71           | 2        | 1         | 9          | 17         | 12         | 39           | 1        | 3         | 3         | 4         | 6         |          | 34         | 25         | 4         | 1         |           |          |           | 4         | 7         | 14         |                     | 288          |
| 2009         | 35         | 8         | 5         | 3          | 59           | 2        |           | 11         | 11         | 28         | 29           | 1        | 4         | 3         |           | 10        | 1        | 24         | 15         | 10        | 3         | 1         | 2        | 1         | 2         | 5         | 28         | 1                   | 302          |
| 2010         | 37         | 9         | 3         | 10         | 71           |          | 4         | 6          | 22         | 33         | 49           |          | 3         | 2         | 9         | 6         |          | 24         | 15         | 8         | 10        | 17        | 1        | 5         | 6         | 6         | 29         |                     | 385          |
| 2011         | 34         | 22        | 5         | 6          | 83           | 1        | 7         | 9          | 27         | 31         | 44           |          | 10        | 1         | 2         | 13        |          | 22         | 24         | 11        | 11        | 14        | 1        | 3         | 12        | 4         | 26         |                     | 423          |
| <b>Total</b> | <b>685</b> | <b>40</b> | <b>20</b> | <b>141</b> | <b>1 885</b> | <b>7</b> | <b>62</b> | <b>160</b> | <b>271</b> | <b>847</b> | <b>1 100</b> | <b>2</b> | <b>20</b> | <b>11</b> | <b>75</b> | <b>46</b> | <b>1</b> | <b>789</b> | <b>387</b> | <b>43</b> | <b>88</b> | <b>33</b> | <b>4</b> | <b>11</b> | <b>76</b> | <b>91</b> | <b>531</b> | <b>2</b>            | <b>7 428</b> |

<sup>1</sup> Processo C-265/00, Campina Melkunie (Cour de Justice Benelux/Benelux Gerichtshof)  
Processo C-196/09, Miles e o. (Instância de Recurso das Escolas Europeias).

**20. Evolução geral da atividade judicial (1952-2011)**  
**— Reenvios prejudiciais entrados (por Estado-Membro**  
**e por órgão jurisdicional nacional)**

|                        |  |       | <b>Total</b> |
|------------------------|--|-------|--------------|
| <b>Bélgica</b>         | Cour constitutionnelle                   | 21    |              |
|                        | Cour de cassation                        | 85    |              |
|                        | Conseil d'État                           | 64    |              |
|                        | Outros órgãos jurisdicionais             | 515   | 685          |
| <b>Bulgária</b>        | Софийски градски съд Търговско отделение | 1     |              |
|                        | Outros órgãos jurisdicionais             | 39    | 40           |
| <b>República Checa</b> | Nejvyššího soudu                         |       |              |
|                        | Nejvyšší správní soud                    | 10    |              |
|                        | Ústavní soud                             |       |              |
|                        | Outros órgãos jurisdicionais             | 10    | 20           |
| <b>Dinamarca</b>       | Højesteret                               | 30    |              |
|                        | Outros órgãos jurisdicionais             | 111   | 141          |
| <b>Alemanha</b>        | Bundesgerichtshof                        | 148   |              |
|                        | Bundesverwaltungsgericht                 | 105   |              |
|                        | Bundesfinanzhof                          | 279   |              |
|                        | Bundesarbeitsgericht                     | 23    |              |
|                        | Bundessozialgericht                      | 74    |              |
|                        | Staatsgerichtshof des Landes Hessen      | 1     |              |
|                        | Outros órgãos jurisdicionais             | 1 255 | 1 885        |
| <b>Estónia</b>         | Riigikohus                               | 2     |              |
|                        | Outros órgãos jurisdicionais             | 5     | 7            |
| <b>Irlanda</b>         | Supreme Court                            | 19    |              |
|                        | High Court                               | 20    |              |
|                        | Outros órgãos jurisdicionais             | 23    | 62           |
| <b>Grécia</b>          | Άρειος Πάγος                             | 10    |              |
|                        | Συμβούλιο της Επικρατείας                | 50    |              |
|                        | Outros órgãos jurisdicionais             | 100   | 160          |
| <b>Espanha</b>         | Tribunal Supremo                         | 46    |              |
|                        | Audiencia Nacional                       | 1     |              |
|                        | Juzgado Central de lo Penal              | 7     |              |
|                        | Outros órgãos jurisdicionais             | 217   | 271          |
| <b>França</b>          | Cour de cassation                        | 95    |              |
|                        | Conseil d'État                           | 75    |              |
|                        | Outros órgãos jurisdicionais             | 677   | 847          |
| <b>Itália</b>          | Corte suprema di Cassazione              | 110   |              |
|                        | Corte Costituzionale                     | 1     |              |
|                        | Consiglio di Stato                       | 75    |              |
|                        | Outros órgãos jurisdicionais             | 914   | 1 100        |
| <b>Chipre</b>          | Ανώτατο Δικαστήριο                       | 2     |              |
|                        | Outros órgãos jurisdicionais             |       | 2            |

&gt;&gt;&gt;

|                      |   |     | Total |
|----------------------|---|-----|-------|
| <b>Letónia</b>       | Augstākā tiesa                                | 18  |       |
|                      | Satversmes tiesa                              |     |       |
|                      | Outros órgãos jurisdicionais                  | 2   | 20    |
| <b>Lituânia</b>      | Lietuvos Respublikos Konstitucinis Teismas    | 1   |       |
|                      | Lietuvos Aukščiausiasis Teismas               | 3   |       |
|                      | Lietuvos vyriausiasis administracinis Teismas | 3   |       |
|                      | Outros órgãos jurisdicionais                  | 4   | 11    |
| <b>Luxemburgo</b>    | Cour supérieure de justice                    | 10  |       |
|                      | Cour de cassation                             | 8   |       |
|                      | Conseil d'État                                | 13  |       |
|                      | Cour administrative                           | 8   |       |
|                      | Outros órgãos jurisdicionais                  | 36  | 75    |
| <b>Hungria</b>       | Legfelsőbb Bíróság                            | 3   |       |
|                      | Fővárosi Ítéltábla                            | 2   |       |
|                      | Szegedi Ítéltábla                             | 1   |       |
|                      | Outros órgãos jurisdicionais                  | 40  | 46    |
| <b>Malta</b>         | Qorti Kostituzzjonali                         |     |       |
|                      | Qorti ta' l- Appel                            |     |       |
|                      | Outros órgãos jurisdicionais                  | 1   | 1     |
| <b>Países Baixos</b> | Raad van State                                | 74  |       |
|                      | Hoge Raad der Nederlanden                     | 207 |       |
|                      | Centrale Raad van Beroep                      | 49  |       |
|                      | College van Beroep voor het Bedrijfsleven     | 140 |       |
|                      | Tariefcommissie                               | 34  |       |
|                      | Outros órgãos jurisdicionais                  | 285 | 789   |
| <b>Áustria</b>       | Verfassungsgerichtshof                        | 4   |       |
|                      | Oberster Gerichtshof                          | 87  |       |
|                      | Oberster Patent- und Markensenat              | 3   |       |
|                      | Bundesvergabeamt                              | 24  |       |
|                      | Verwaltungsgerichtshof                        | 66  |       |
|                      | Vergabekontrollsenat                          | 4   |       |
|                      | Outros órgãos jurisdicionais                  | 199 | 387   |
| <b>Polónia</b>       | Sąd Najwyższy                                 | 5   |       |
|                      | Naczelny Sąd Administracyjny                  | 15  |       |
|                      | Trybunał Konstytucyjny                        |     |       |
|                      | Outros órgãos jurisdicionais                  | 23  | 43    |
| <b>Portugal</b>      | Supremo Tribunal de Justiça                   | 2   |       |
|                      | Supremo Tribunal Administrativo               | 45  |       |
|                      | Outros órgãos jurisdicionais                  | 41  | 88    |
| <b>Roménia</b>       | Tribunal Dâmbovița                            | 3   |       |
|                      | Curtea de Apel                                | 14  |       |
|                      | Outros órgãos jurisdicionais                  | 16  | 33    |

&gt;&gt;&gt;

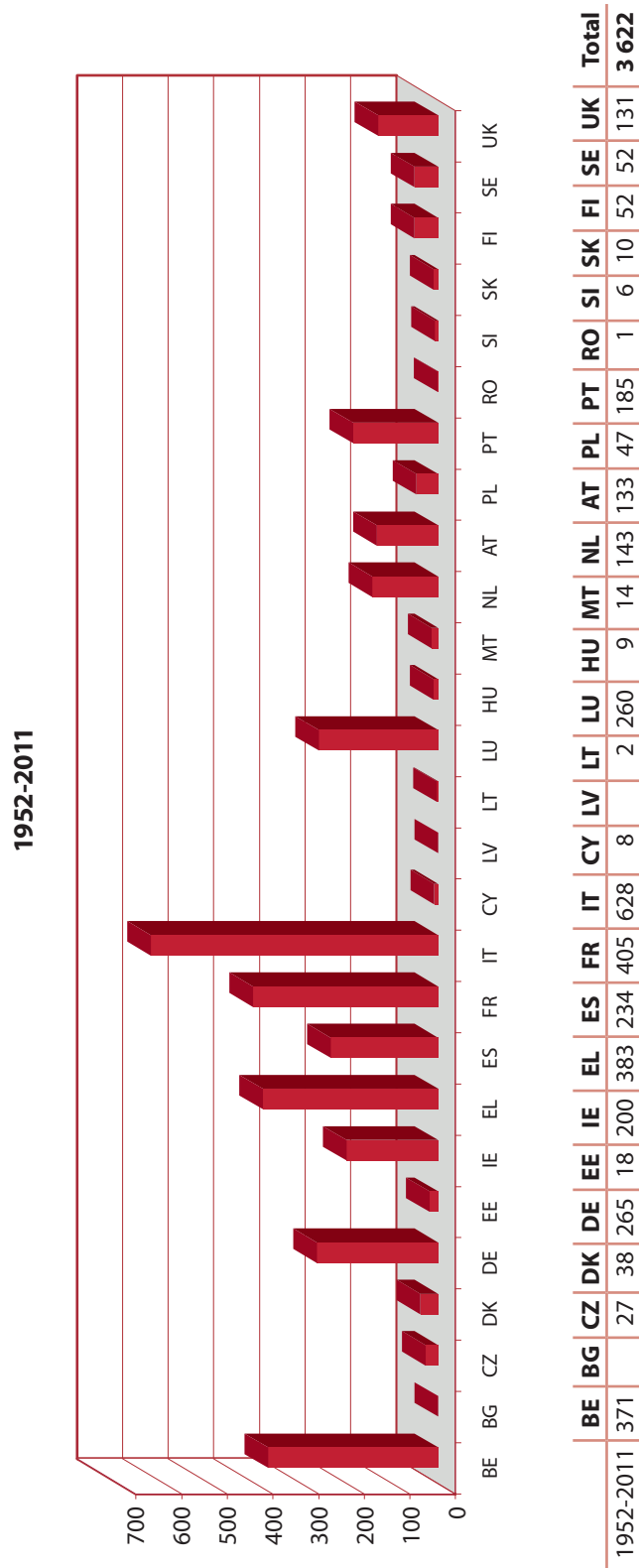
|                    |  |     | <b>Total</b> |
|--------------------|--|-----|--------------|
| <b>Eslovénia</b>   | Vrhovno sodišče  | 1   |              |
|                    | Ustavno sodišče  |     |              |
|                    | Outros órgãos jurisdicionais                             | 3   | 4            |
| <b>Eslováquia</b>  | Ústavný Súd  |     |              |
|                    | Najvyšší súd   | 6   |              |
|                    | Outros órgãos jurisdicionais                             | 5   | 11           |
| <b>Finlândia</b>   | Korkein hallinto-oikeus                                  | 38  |              |
|                    | Korkein oikeus   | 12  |              |
|                    | Outros órgãos jurisdicionais                             | 26  | 76           |
| <b>Suécia</b>      | Högsta Domstolen   | 14  |              |
|                    | Marknadsdomstolen  | 5   |              |
|                    | Regeringsrätten  | 24  |              |
|                    | Outros órgãos jurisdicionais                             | 48  | 91           |
| <b>Reino Unido</b> | House of Lords   | 40  |              |
|                    | Supreme Court  | 3   |              |
|                    | Court of Appeal  | 69  |              |
|                    | Outros órgãos jurisdicionais                             | 419 | 531          |
| <b>Outros</b>      | Cour de justice Benelux/Benelux Gerechtshof <sup>1</sup> | 1   | 1            |
|                    | Instância de Recurso das Escolas Europeias <sup>2</sup>  | 1   | 1            |
| <b>Total</b>       |  |     | <b>7 428</b> |

<sup>1</sup> Processo C-265/00, Campina Melkunie.

<sup>2</sup> Processo C-196/09, Miles e o.



## 21. Evolução geral da atividade judicial (1952-2011) — Ações por incumprimento de Estado entradas





## Capítulo II

### O Tribunal Geral



## A — Atividade do Tribunal Geral em 2011

*Pelo presidente Marc Jaeger*

Apesar de não ter sido um ano de renovação parcial do Tribunal Geral, o ano de 2011 não foi, do ponto de vista da composição do seu colégio, um ano de estabilidade total. Na verdade, se teve a oportunidade de acolher M. Kancheva, nomeada em substituição de T. Tchihev, que se demitiu em Junho de 2010, também teve de deplorar a partida de E. Moavero Milanesi. Estas alterações, que não fazem parte do calendário estabelecido de renovações trienais, tornaram-se elementos recorrentes na vida do Tribunal Geral, sendo necessário dar-lhes uma resposta adequada ao nível das medidas de organização e de administração da justiça.

Do ponto de vista estatístico, o ano de 2011 pode ser indubitavelmente qualificado de ano recorde. Assim, o total de 722 novos processos registados constitui um crescimento de cerca de 15% em relação a 2010 (636 processos entrados), ano que já tinha, a este respeito, conhecido um nível inédito até essa data. Do mesmo modo, o aumento significativo do número de processos decididos (+35%) levou a uma taxa de atividade sem precedentes no Tribunal Geral, com 714 processos decididos (527 em 2010), aos quais acresceram 52 processos de medidas provisórias. Este resultado deve ser entendido como a consequência das reformas profundas levadas a cabo pelo Tribunal Geral no que se refere tanto ao *case management*, em sentido lato, como ao desenvolvimento dos instrumentos informáticos e dos métodos de redação.

Embora o Tribunal Geral deva procurar manter, de forma duradoura, a cadência de 2011, a ocorrência de fatores conjunturais não permite garantir que isso se possa repetir ano após ano. Por conseguinte, há que prosseguir as reformas para que o Tribunal possa não apenas responder ao crescimento sistémico do contencioso, mas também reduzir o passivo processual. Assim, é de referir que, apesar dos resultados excecionais anteriormente descritos, o número de processos pendentes aumentou, atingindo os 1 308 processos, e a duração da instância seguiu uma tendência em alta, sendo em média de 26,7 meses (contra 24,7 meses em 2010).

Tendo as possibilidades de reformas a nível interno sido plenamente exploradas, a reflexão deve ser orientada no sentido de uma modernização das regras processuais do Tribunal Geral, com vista a assegurar uma maior eficiência e flexibilidade no tratamento processual dos diferentes tipos de processos no Tribunal, no respeito dos direitos processuais das partes. Além destas melhorias, que são, na verdade, necessárias, o balanço estatístico de 2011 demonstra-nos, sobretudo, que o Tribunal não pode encarar o futuro de forma eficaz sem uma evolução de ordem estrutural e um aumento dos recursos susceptíveis de assegurar o seu funcionamento, num contexto económico, financeiro e orçamental que não é, porém, favorável.

Quanto à sua natureza, é de destacar que o contencioso do Tribunal Geral se caracterizou, em 2011, pelo aumento dos litígios em matéria de auxílios de Estado (67 processos entrados), pela confirmação de uma forte proporção de processos da propriedade intelectual (219 processos, ou seja, 30% de todo o contencioso) e por um afluxo súbito e substancial de recursos relativos às medidas restritivas adotadas pela União Europeia relacionadas com a situação em determinados Estados terceiros (93 processos entrados), o que ilustra, de forma particularmente flagrante, a incidência direta da atividade legislativa e regulamentar da União na situação da jurisdição. Em termos gerais, o contencioso também foi marcado por um aumento da diversificação e da complexidade, o que é comprovado pelos desenvolvimentos que se seguem, nos diferentes domínios de atividade do Tribunal Geral, na qualidade de juiz da legalidade (I), da indemnização (II), dos recursos de decisões do Tribunal da Função Pública (III) e das medidas provisórias (IV).

## I. Contencioso da legalidade

### *Admissibilidade dos recursos interpostos nos termos do artigo 263.º TFUE*

#### 1. Prazo de recurso

A admissibilidade dos recursos de anulação está sujeita ao respeito do prazo previsto no sexto parágrafo do artigo 263.º TFUE, nos termos do qual os recursos de anulação devem ser interpostos no prazo de dois meses a contar, conforme o caso, da publicação do ato, da sua notificação ao recorrente ou, na falta desta, do dia em que o recorrente tenha tomado conhecimento do ato. Em conformidade com o artigo 102.º, n.º 1, do Regulamento de Processo do Tribunal Geral, quando um ato impugnado é objeto de publicação, o prazo começa a correr a partir do termo do décimo quarto dia subsequente à data da referida publicação.

No processo *PPG e SNF/ECHA* (despacho de 21 de setembro de 2011, T-268/10, ainda não publicado, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça, proferido em secção alargada), foi impugnada uma decisão da Agência Europeia dos Produtos Químicos que, em conformidade com a obrigação que lhe incumbe por força do Regulamento REACH <sup>1</sup>, foi publicada no seu sítio Internet. Salientando que o artigo 102.º, n.º 1, do Regulamento de Processo apenas abrange as decisões publicadas no *Jornal Oficial da União Europeia*, e que, no caso concreto, não existe qualquer disposição que obrigue à publicação da decisão impugnada no Jornal Oficial (ao contrário, por exemplo, das decisões relativas aos auxílios de Estado), o Tribunal considerou que não é aplicável a extensão do prazo de 14 dias. Por conseguinte, concluiu que o recurso devia ser julgado inadmissível.

Por outro lado, no despacho de 1 de abril de 2011, *Doherty/Comissão* (processo T-468/10, ainda não publicado), o Tribunal Geral decidiu que a hora a tomar em consideração para a apresentação por telecópia da petição era a hora registada na Secretaria do Tribunal Geral, atendendo ao disposto no artigo 43.º, n.º 3, do Regulamento de Processo (que prevê que, para efeitos de prazos processuais, apenas se tomará em conta a data da apresentação na Secretaria). Esta corresponde à hora do Luxemburgo, tendo presente o facto de que a sede do Tribunal de Justiça da União Europeia se encontra no Luxemburgo, em conformidade com o Protocolo n.º 6 do TFUE.

Por fim, no despacho de 22 de junho de 2011, *Evropaïki Dynamiki/Comissão* (processo T-409/09, ainda não publicado, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça), o Tribunal Geral declarou que o prazo de dilação em razão da distância de 10 dias, previsto no artigo 102.º, n.º 2, do Regulamento de Processo, apenas se refere aos prazos processuais e não ao prazo de prescrição de cinco anos previsto no artigo 46.º do Estatuto do Tribunal de Justiça da União Europeia, cujo decurso conduz à extinção da ação em matéria de responsabilidade extracontratual. Assim, os prazos processuais, como os prazos de recurso e o prazo de cinco anos de prescrição da ação em matéria de responsabilidade extracontratual contra a União são prazos, por natureza, diferentes. Com efeito, os prazos de recurso são de ordem pública e não estão na disponibilidade das partes ou do Tribunal, tendo sido instituídos com o fim de garantir a clareza e a segurança das situações jurídicas. Por conseguinte, compete ao juiz da União apreciar, mesmo oficiosamente, se o recurso foi efetivamente interposto nos prazos

<sup>1</sup> Regulamento (CE) n.º 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2006, relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição de substâncias químicas (REACH), que cria a Agência Europeia das Substâncias Químicas, que altera a Diretiva 1999/45/CE e revoga o Regulamento (CEE) n.º 793/93 do Conselho e o Regulamento (CE) n.º 1488/94 da Comissão, bem como a Diretiva 76/769/CEE do Conselho e as Diretivas 91/155/CEE, 93/67/CEE, 93/105/CE e 2000/21/CE da Comissão (JO L 396 de 30.12.2006, p. 1).

estabelecidos. Em contrapartida, o juiz não pode suscitar oficiosamente o fundamento relativo à prescrição da ação em matéria de responsabilidade extracontratual.

## 2. Artigo 263.º, quarto parágrafo, TFUE — Primeiros casos de aplicação

### a) Conceito de ato regulamentar

O artigo 230.º, quarto parágrafo, CE sujeita a admissibilidade dos recursos interpostos por um privado dos atos de que não sejam destinatários ao duplo requisito de que o ato impugnado diga direta e individualmente respeito aos recorrentes. Segundo a jurisprudência, as pessoas singulares e coletivas não destinatárias de uma decisão só podem alegar que a decisão lhes diz individualmente respeito se essa decisão os afetar em razão de determinadas qualidades que lhes são próprias ou de uma situação de facto que os caracteriza em relação a qualquer outra pessoa e, com isso, os individualizar de modo análogo ao destinatário <sup>2</sup>.

Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa em 1 de dezembro de 2009, os requisitos de admissibilidade do recurso de anulação foram alterados. Assim, nos termos do artigo 263.º, quarto parágrafo, TFUE, qualquer pessoa singular ou coletiva pode interpor recursos dos atos que lhe digam direta e individualmente respeito, bem como dos atos regulamentares que lhe digam diretamente respeito e não necessitem de medidas de execução. Esta nova disposição, destinada a flexibilizar o acesso dos privados ao juiz da União, foi objeto de uma primeira interpretação por parte do Tribunal Geral.

Assim, no processo *Inuit Tapiriit Kanatami e o./Parlamento e Conselho* (despacho de 6 de setembro de 2011, T-18/10, ainda não publicado, proferido em secção alargada), o Tribunal definiu, pela primeira vez, o conceito de «ato regulamentar» na aceção do artigo 263.º, quarto parágrafo, TFUE. Ao interpretar esta última disposição, salientou que, mesmo omitindo o termo «decisão», esta permite a interposição de um recurso, em primeiro lugar, de atos individuais, seguidamente, dos atos de âmbito geral que digam direta e individualmente respeito a uma pessoa singular ou coletiva, bem como, por fim, dos atos regulamentares que lhe digam diretamente respeito e não necessitem de medidas de execução. Segundo o Tribunal, resulta do sentido corrente do termo «regulamentar» que os atos abrangidos por esta terceira possibilidade também são de âmbito geral. Todavia, esta possibilidade não abrange todos os atos de âmbito geral, mas apenas os que não são de natureza legislativa, como resulta da economia do artigo 263.º e da génese do processo que esteve na base da adoção desta disposição, que tinha sido inicialmente proposta como artigo III-365.º, quarto parágrafo, do projeto de Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa. O Tribunal Geral, procedendo, neste caso, a uma análise teleológica, acrescenta que é conforme com a finalidade desta disposição (a saber, permitir a um privado a interposição de um recurso dos atos de âmbito geral que não sejam atos legislativos, evitando, assim, os casos em que este deveria violar o direito para poder ter acesso à justiça) que os requisitos de admissibilidade de um recurso de um ato legislativo sejam mais restritivos do que os relativos a um recurso de um ato regulamentar.

No caso concreto, o Tribunal Geral salientou que o ato impugnado, a saber, o regulamento relativo ao comércio de produtos derivados da foca <sup>3</sup>, foi adotado segundo o procedimento da codecisão, ao abrigo do Tratado CE (artigo 251.º CE). Sublinhando que resulta do artigo 289.º TFUE que os

<sup>2</sup> Acórdão do Tribunal de Justiça de 15 de julho de 1963, *Plaumann/Comissão*, 25/62, Colect. 1962-1964, p. 281, 223.

<sup>3</sup> Regulamento (CE) n.º 1007/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, relativo ao comércio de produtos derivados da foca (JO L 286, p. 36).

atos adotados segundo o processo definido no artigo 294.º TFUE (processo legislativo ordinário) constituem atos legislativos e que este processo retoma, no essencial, o processo de codecisão, o Tribunal concluiu, à luz das diferentes categorias de atos jurídicos previstos no TFUE, que o regulamento impugnado deve ser qualificado de ato legislativo. Assim, a qualificação de ato legislativo ou de ato regulamentar nos termos do TFUE assenta no critério do processo, legislativo ou não, que esteve na base da sua adoção. A admissibilidade do recurso interposto pelos recorrentes estava sujeita, por conseguinte, no caso concreto, à demonstração por estes de que o regulamento lhes dizia direta e individualmente respeito, na aceção da segunda hipótese acima mencionada, prevista no artigo 263.º, quarto parágrafo, TFUE.

#### b) Afetação direta e conceito de ato que necessita de medidas de execução

Com fundamento neste conceito de ato regulamentar, o Tribunal Geral, no acórdão de 25 de outubro de 2011, *Microban International e Microban (Europe)/Comissão* (processo T-262/10, ainda não publicado), julgou admissível um recurso da decisão da Comissão relativa à não inscrição do triclosan, substância química produzida pelos recorrentes, na lista dos aditivos que podem entrar no fabrico dos materiais e objetos de matéria plástica destinados a entrar em contato com os géneros alimentícios.

O Tribunal Geral declarou, por um lado, que a decisão impugnada foi adotada pela Comissão no exercício de competências de execução e não no exercício de competências legislativas e, por outro, que esta decisão tem alcance geral, na medida em que se aplica a situações determinadas objetivamente e produz efeitos jurídicos em relação a uma categoria de pessoas prevista de modo geral e abstrato. Por conseguinte, concluiu que a decisão impugnada constitui um ato regulamentar na aceção do artigo 263.º, quarto parágrafo, TFUE.

Recordando que, ao permitir a uma pessoa singular ou coletiva a interposição de um recurso dos atos regulamentares que lhe dizem diretamente respeito e que não necessitam de medidas de execução, o artigo 263.º, quarto parágrafo, TFUE prossegue um objetivo de abertura dos requisitos de interposição de recursos diretos, o Tribunal Geral declarou que o conceito de afetação direta, nos termos previstos nesta disposição na versão actualmente em vigor, não pode ser objeto de uma interpretação mais restritiva do que a aplicável ao conceito de afetação direta nos termos previstos no artigo 230.º, quarto parágrafo, CE. Tendo demonstrado que a decisão impugnada dizia diretamente respeito às recorrentes na aceção do conceito de afetação direta tal como constava do artigo 230.º, quarto parágrafo, CE, o Tribunal deduziu que a decisão impugnada também lhes dizia respeito nos termos recentemente introduzidos no artigo 263.º, quarto parágrafo, TFUE.

No que respeita à questão de saber se a decisão impugnada necessita de medidas de execução, o Tribunal Geral declarou que, por força da Diretiva 2002/72/CE <sup>4</sup>, só os aditivos constantes da lista provisória podem continuar a ser utilizados depois de 1 de Janeiro de 2010. Além disso, nos termos desta diretiva, um aditivo é retirado da lista provisória quando a Comissão toma a decisão de não o incluir na lista positiva. Assim, a decisão de não inscrição teve como consequência imediata a retirada da lista provisória e a proibição da comercialização do triclosan, sem que os Estados-Membros tenham de adotar qualquer medida de execução. Além disso, a própria medida transitória, ao permitir prolongar a possibilidade de comercialização de triclosan até 1 de novembro de 2011, não necessita de medidas de execução pelos Estados-Membros, visto que a intervenção destes para anteciparem o termo previsto em 1 de novembro de 2011 é puramente facultativa. Por fim, o Tribunal sublinhou que se, nesta última hipótese, a medida transitória necessitasse de medidas

<sup>4</sup> Diretiva 2002/72/CE da Comissão, de 6 de agosto de 2002, relativa aos materiais e objetos de matéria plástica destinados a entrar em contacto com os géneros alimentícios (JO L 220, p. 18).



de execução por parte dos Estados-Membros, a referida medida transitória destinava-se apenas a facilitar a execução da decisão impugnada. Por conseguinte, trata-se de um elemento acessório em relação ao objeto principal da decisão impugnada que constitui a proibição da comercialização do triclosan.

Considerando que o ato impugnado constitui um ato regulamentar que diz diretamente respeito às recorrentes e que não necessita de medidas de execução, o Tribunal, com fundamento nas novas disposições do artigo 263.º TFUE, julgou, por conseguinte, o recurso admissível.

### 3. Competência do Tribunal Geral em matéria de anulação das decisões que dão execução às sanções pecuniárias compulsórias aplicadas pelo Tribunal de Justiça por falta de execução de um acórdão proferido no âmbito de uma ação por incumprimento

No processo *Portugal/Comissão* (acórdão de 29 de março de 2011, T-33/09, ainda não publicado, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça), foi interposto um recurso de anulação no Tribunal Geral de uma decisão da Comissão relativa ao pedido de pagamento da sanção pecuniária compulsória devida em execução do acórdão do Tribunal de Justiça de 10 de janeiro de 2008, *Comissão/Portugal* <sup>5</sup>, proferido no seguimento de um primeiro acórdão <sup>6</sup> que declarava um incumprimento por parte deste Estado pelo facto de não ter revogado a sua legislação nacional que subordinava a indemnização das pessoas lesadas em consequência da violação do direito da União em matéria de contratos de direito público à prova da existência de culpa ou dolo.

A este respeito, o Tribunal Geral declarou que o Tratado não prevê uma disposição específica em matéria de resolução de litígios entre um Estado-Membro e a Comissão, aquando da recuperação da importância devida em execução de um acórdão do Tribunal de Justiça que declara um incumprimento e condena um Estado-Membro a pagar à Comissão uma sanção pecuniária compulsória em caso de não execução de um primeiro acórdão que declara um incumprimento. Daqui decorre que as vias de recurso previstas no Tratado são aplicáveis e que a decisão da Comissão que fixa o montante devido pelo Estado-Membro a título da sanção pecuniária compulsória a que foi condenado é suscetível de ser objeto de recurso de anulação, que é da competência do Tribunal Geral.

Contudo, no exercício desta competência, o Tribunal Geral não pode usurpar a competência exclusiva reservada ao Tribunal de Justiça em matéria de incumprimento. Assim, no âmbito de um recurso de anulação de uma decisão da Comissão relativa à execução de um tal acórdão do Tribunal de Justiça, o Tribunal Geral não se pode pronunciar sobre uma questão relativa ao incumprimento das obrigações que incumbem a um Estado-Membro por força do Tratado que o Tribunal de Justiça não tenha decidido previamente.

Por outro lado, o Tribunal Geral indicou que, no quadro da execução de um acórdão do Tribunal de Justiça que aplica uma sanção pecuniária compulsória a um Estado-Membro, a Comissão deve ter a possibilidade de apreciar as medidas adotadas pelo Estado-Membro para dar cumprimento ao acórdão do Tribunal de Justiça sem afetar os direitos dos Estados-Membros no âmbito da ação por incumprimento nem a competência exclusiva do Tribunal de Justiça para julgar sobre a conformidade

<sup>5</sup> Processo C-70/06, Colect., p. I-1. Um litígio da mesma natureza esteve na base do acórdão de 19 de outubro de 2011, *França/Comissão* (T-139/06, ainda não publicado).

<sup>6</sup> Acórdão do Tribunal de Justiça de 14 de outubro de 2004, *Comissão/Portugal* (C-275/03, não publicado na Colectânea).

de uma legislação nacional com o direito da União. Por conseguinte, a Comissão é obrigada a verificar, antes de proceder à cobrança de uma sanção pecuniária compulsória, se os fundamentos julgados procedentes pelo Tribunal de Justiça no âmbito de um acórdão proferido no termo de uma ação por incumprimento ainda são válidos na data em que expira o prazo concedido ao Estado-Membro pelo Tribunal de Justiça para pôr termo ao incumprimento. Todavia, a Comissão não pode decidir, neste contexto, que as medidas tomadas por um Estado-Membro para dar cumprimento a um acórdão não são conformes com o direito da União para daí retirar consequências relativamente ao cálculo da sanção pecuniária compulsória proferida pelo Tribunal de Justiça. Caso considere que o novo regime jurídico introduzido por um Estado-Membro ainda não corresponde a uma transposição correta de uma diretiva, deve desencadear um processo por incumprimento.

No caso concreto, o Tribunal Geral recordou que resulta do acórdão do Tribunal de Justiça de 10 de Janeiro de 2008, *Comissão/Portugal* (processo C-70/06), que este Estado-Membro devia revogar a legislação nacional controvertida e que a sanção pecuniária compulsória era exigível até à data desta revogação. Ora, esta legislação foi revogada por uma lei que entrou em vigor em 30 de janeiro de 2008. No entanto, a Comissão recusou considerar que o incumprimento tivesse cessado nessa data, mas apenas em 18 de julho de 2008, data da entrada em vigor de uma nova legislação. Assim, o Tribunal declarou que a Comissão violou o dispositivo do referido acórdão e anulou a decisão impugnada.

### *Regras de concorrência aplicáveis às empresas*

#### 1. Generalidades

##### a) Conceito de empresa

Nos processos apensos *Gosselin/Comissão* e *Stichting Administratiekantoort Portielje/Comissão* (acórdão de 16 de junho de 2011, T-208/08 e T-209/08, ainda não publicado, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça), o Tribunal Geral precisou as condições de aplicação da jurisprudência segundo a qual a intervenção, direta ou indireta, de uma entidade na atividade económica de uma empresa da qual possui participações de controlo, permite qualificar esta entidade como empresa na aceção do direito da concorrência. Na sua decisão, a Comissão considerou que a Portielje, uma fundação que detinha a título fiduciário ações da Gosselin, participava, de forma indireta, na atividade económica exercida por esta última. Contudo o Tribunal salientou que, na medida em que a jurisprudência não estabeleceu uma presunção de «ingerência» na gestão de uma empresa, o ónus da prova deste elemento incumbe à Comissão. Ora, no caso concreto, considerou que a Comissão apenas invocou argumentos estruturais (tendo-se limitado a referir que a Portielje detinha praticamente todo o capital da Gosselin e que os três principais membros da sua direção eram simultaneamente membros do conselho de administração da Gosselin) e não apresentou qualquer elemento de prova concreto suscetível de demonstrar que a Portielje se imiscuiu efetivamente na gestão da Gosselin. Por conseguinte, o Tribunal concluiu que a Comissão não demonstrou que a Portielje era uma empresa.

##### b) Restrição da concorrência — Concorrência potencial

No processo *Visa Europe e Visa International Service/Comissão* (acórdão de 14 de abril de 2011, T-461/07, ainda não publicado), as recorrentes acusam a Comissão de ter apreciado os efeitos sobre a concorrência do comportamento ilícito que lhes era imputado à luz de um critério económica e juridicamente errado, a saber, a possibilidade de intensificar a concorrência existente no mercado em causa. O Tribunal Geral rejeitou este argumento, indicando que a circunstância de a Comissão ter reconhecido que a concorrência no mercado em causa não é ineficaz não a impede de considerar que um comportamento que tem por efeito excluir um concorrente potencial deve ser objeto de sanções.

Com efeito, o exame das condições da concorrência num determinado mercado assenta não apenas na concorrência actual existente entre as empresas já presentes no mercado em causa, mas também na concorrência potencial. Por conseguinte, o Tribunal validou a abordagem da Comissão fundada na apreciação dos efeitos restritivos da concorrência potencial e na estrutura do mercado em causa.

Este acórdão deu igualmente a oportunidade ao Tribunal Geral de precisar os contornos do conceito de concorrente potencial. Assim, indicou que, embora a intenção de uma empresa de integrar um mercado seja eventualmente pertinente para averiguar se esta pode ser considerada um concorrente potencial, o elemento essencial no qual deve assentar essa qualificação é, no entanto, constituído pela sua capacidade para integrar o referido mercado.

### c) Prazo razoável

Nos acórdãos de 16 de junho de 2011, *Heineken Nerderland e Heineken/Comissão* e *Bavaria/Comissão* (processos T-240/07 e T-235/07, ainda não publicados, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça) proferidos no âmbito do cartel das cervejas neerlandesas, a Comissão tinha concedido uma redução de 100 000 euros do montante da coima aplicada a cada empresa em virtude da duração não razoável do procedimento administrativo, que foi de mais de sete anos após as inspeções. A este respeito, o Tribunal Geral considerou que a duração do procedimento administrativo provocou uma violação do princípio do prazo razoável e que a redução forfetária concedida pela Comissão não levou em conta o montante das coimas aplicadas a estas empresas (a saber 219,28 milhões de euros à Heineken NV e à sua filial e 22,85 milhões de euros à Bavaria NV), de modo que esta redução não é suscetível de sanar, de maneira adequada, essa violação. Consequentemente, o Tribunal decidiu que a redução em causa devia ser elevada a 5% do montante da coima.

## 2. Contributos no domínio do artigo 101.º TFUE

### a) Produção da prova

Os acórdãos proferidos no cartel dos mecanismos de comutação isolados a gás permitiram ao Tribunal Geral apresentar um determinado número de precisões quanto ao regime da prova em matéria de coligações entre empresas.

#### — Admissibilidade

No processo *Fuji Electric/Comissão* (acórdão de 12 de julho de 2011, T-132/07, ainda não publicado), a Comissão defendia que tanto as acusações não formuladas como os documentos não apresentados no decurso do procedimento administrativo durante este e apresentados pela primeira vez pela recorrente no Tribunal Geral eram inadmissíveis. O Tribunal rejeitou esta abordagem e sublinhou que as regras que enumeram os direitos e deveres das empresas no quadro do procedimento administrativo previsto no domínio do direito da concorrência não podem ser interpretadas no sentido de que obrigam uma pessoa a cooperar e, em resposta à comunicação de acusações que lhe é enviada pela Comissão, a formular, desde o estágio do procedimento administrativo, todas as alegações que pretenderia invocar em apoio de um recurso de anulação.

Do mesmo modo, a Comissão pedia que fossem declaradas inadmissíveis as alegações fundadas na contestação de elementos de facto ou de direito expressamente reconhecidos pela recorrente durante o procedimento administrativo. Contudo, o Tribunal salientou que, quando a pessoa interessada decide cooperar de forma voluntária e que, no âmbito do procedimento administrativo, reconhece expressa ou implicitamente os elementos que justificam que a infração lhe seja imputada, o exercício do direito de recurso de que dispõe em virtude do Tratado não lhe é limitado. Não havendo

fundamento legal expressamente previsto para esse efeito, tal limitação é contrária aos princípios fundamentais da legalidade e do respeito dos direitos de defesa.

### — Depoimentos

No acórdão de 12 de julho de 2011, *Hitachi e o./Comissão* (processo T-112/07, ainda não publicado), o Tribunal Geral recordou, em primeiro lugar, que a declaração de uma empresa acusada de ter participado numa coligação entre empresas, declaração cuja exactidão é contestada por diversas empresas interessadas, não pode ser considerada uma prova suficiente da existência de uma infração cometida por estas últimas sem ser corroborada por outros elementos de prova. Seguidamente, precisou que os depoimentos escritos dos trabalhadores de uma sociedade, elaborados sob o controlo desta e apresentados por ela para efeitos da sua defesa no âmbito do procedimento administrativo efectuado pela Comissão, não podem, em princípio, ser qualificados de elementos diferentes e independentes das declarações desta mesma sociedade. São antes elementos complementares das referidas declarações, cujo conteúdo podem precisar e concretizar. Portanto, devem igualmente ser corroborados por outros elementos de prova.

### — Elementos relativos ao contexto

Nos acórdãos de 12 de julho de 2011, *Hitachi e o./Comissão*, já referido, *Toshiba/Comissão* (processo T-113/07, ainda não publicado, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça), e *Mitsubishi Electric/Comissão* (processo T-133/07, ainda não publicado, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça), o Tribunal Geral recordou que, quando a Comissão se baseia apenas no comportamento das empresas em causa no mercado para concluir pela existência de uma infração, basta que estas últimas demonstrem que existem circunstâncias que dão uma perspectiva diferente dos factos apurados pela Comissão e permitem, assim, substituir a explicação dos factos dada pela Comissão por uma explicação mais plausível. Todavia, ainda que a falta de provas documentais possa ser pertinente no quadro da apreciação global do conjunto de indícios invocados pela Comissão, em si mesma, esta falta não tem por consequência permitir à empresa em questão pôr em causa as alegações da Comissão apresentando uma explicação alternativa dos factos. Isso só acontece quando as provas apresentadas pela Comissão não permitem demonstrar a existência da infração, sem equívocos e sem que seja necessária uma interpretação.

### — Fiscalização do Tribunal Geral

No processo *Mitsubishi Electric/Comissão*, já referido, a recorrente contestava a jurisprudência segundo a qual, à luz das dificuldades com que se depara a Comissão ao tentar provar uma infração, são admissíveis normas mais flexíveis em matéria de prova. Em apoio da sua argumentação, salientava que as coimas aplicadas nos processos relativos a coligações entre empresas tinham constantemente aumentado nos últimos anos, o que deveria ter uma influência na intensidade da fiscalização das decisões da Comissão. O Tribunal rejeitou este argumento, sublinhando que, embora o aumento dos montantes das coimas seja, na verdade, suscetível de ter consequências mais graves para as partes às quais estas coimas são aplicadas, este aumento tem por consequência, dado que a iniciativa da Comissão neste sentido é geralmente conhecida, que, se incorrerem numa infração, as empresas procuram, nessa medida, apresentar o menor número possível de provas úteis, tornando assim mais difícil a tarefa da Comissão.

Além disso, o Tribunal Geral também recordou, no acórdão de 25 de outubro de 2011, *Aragonesas Industrias y Energía/Comissão* (processo T-348/08, ainda não publicado), que, na medida em que lhe compete apreciar se as provas e os outros elementos invocados pela Comissão na sua decisão impugnada são suficientes para demonstrar a existência de uma infração, também lhe compete

identificar os elementos de prova tidos em conta pela Comissão para demonstrar a participação da recorrente na infração em causa. Para este efeito, o apuramento dos referidos elementos de prova só pode incidir sobre as partes dos fundamentos da decisão impugnada nas quais a Comissão descreve a fase contraditória do procedimento administrativo.

#### b) Participação numa infração única e continuada

No acórdão de 16 de junho de 2011, *Verhuizingen Coppens/Comissão* (processo T-210/08, ainda não publicado, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça), o Tribunal Geral recordou que, para considerar uma empresa responsável por uma infração única e continuada, é exigível o conhecimento dos comportamentos ilícitos dos outros participantes na infração. Ora, o Tribunal salientou, em primeiro lugar, que, no caso concreto, embora a recorrente, uma empresa de mudanças, tenha participado na elaboração de orçamentos fictícios, não tinha, em contrapartida, conhecimento das atividades anticoncorrenciais das outras empresas que consistiram na celebração de acordos de compensação financeira aplicáveis às propostas recusadas ou aos casos de abstenção de apresentação de propostas. Na medida em que (independentemente do seu dispositivo) resulta claramente dos fundamentos da decisão que a Comissão tinha considerado que estas práticas constituíam uma infração única e continuada, o Tribunal Geral anulou tanto a parte relativa à declaração da infração como a relativa à coima aplicada.

#### c) Cálculo do montante da coima

O ano de 2011 foi marcado por um número significativo de processos relativos a coligações entre empresas que suscitaram múltiplas questões relacionadas com o cálculo da coima aplicada e pelos primeiros casos de interpretação pelo Tribunal Geral das orientações de 2006 <sup>7</sup>.

##### — Valor das vendas

No acórdão de 16 de junho de 2011, *Team Relocations e o./Comissão* (processos T-204/08 e T-212/08, ainda não publicados, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça), o Tribunal Geral precisou a interpretação do conceito de «venda» a levar em conta no âmbito da aplicação das orientações de 2006. Nessa ocasião, rejeitou a posição da recorrente que considerava que apenas devia ser tomado em consideração o valor das vendas resultantes do serviço realmente afetado pelas práticas anticoncorrenciais. Com efeito, concluiu que havia que tomar como valor das vendas, na aceção das Orientações, o valor das vendas realizadas no mercado relevante.

##### — Gravidade

No processo *Ziegler/Comissão* (acórdão de 16 de junho de 2011, T-199/08, ainda não publicado, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça), a recorrente invocava a falta de fundamentação no cálculo do montante de base da coima. A este respeito, o Tribunal Geral salientou que as orientações de 2006 implicaram «uma mudança fundamental na metodologia de cálculo das coimas». Em particular, a classificação das infrações em três categorias («pouco grave», «grave» e «muito grave») foi abolida, tendo sido introduzida uma escala de 0% a 30%, para permitir uma diferenciação mais subtil. Além disso, o montante de base da coima está agora «ligado a uma proporção do valor das vendas, determinado em função do grau de gravidade da infração, multiplicado pelo número de anos de infração». Regra geral, «a proporção do valor das vendas tomada em conta será fixada num nível que

<sup>7</sup> Orientações para o cálculo das coimas aplicadas por força do n.º 2, alínea a), do artigo 23.º do Regulamento (CE) n.º 1/2003, adotadas em 1 de setembro de 2006 (JO 2006, C 210, p. 2).

pode ir até 30%». No caso dos acordos horizontais de fixação de preços, de repartição de mercado e de limitação de produção, que «são pela sua natureza considerados as restrições de concorrência mais graves», a proporção das vendas tidas em conta deve, geralmente, situar-se «num nível superior da escala». Nestas condições, e como corolário da margem de apreciação de que desfruta na matéria, a Comissão deve fundamentar a escolha da proporção das vendas tidas em conta, não podendo limitar-se a fundamentar a qualificação de uma infração de «muito grave». Em termos mais gerais, admitindo que, neste ponto, a decisão está suficientemente fundamentada, à luz da jurisprudência existente, o Tribunal salientou que a referida jurisprudência foi desenvolvida, designadamente, à luz das orientações anteriores e convidou, por conseguinte, a Comissão, no quadro da aplicação das orientações de 2006, a reforçar a sua fundamentação quanto ao cálculo das coimas, de modo, nomeadamente, a permitir que as empresas conheçam de forma pormenorizada o modo de cálculo do montante da coima que lhes é aplicada.

No acórdão *Team Relocations e o./Comissão*, já referido, considerando que as orientações de 2006 eliminaram tanto a classificação das infrações em categorias como os montantes forfetários e criaram um sistema que permite estabelecer uma diferenciação mais apurada em função da gravidade das infrações, o Tribunal Geral concluiu que a Comissão tem a liberdade de individualizar a gravidade do papel de cada empresa na determinação da percentagem do valor das vendas consideradas ou na apreciação das circunstâncias atenuantes e agravantes. Contudo, neste último caso, a apreciação das referidas circunstâncias deve permitir uma tomada em consideração adequada da gravidade relativa da participação numa infração única e uma variação desta gravidade no tempo.

#### — Duração

Nos processos apensos *Team Relocations e o./Comissão*, já referidos, foi contestada a multiplicação sistemática do montante determinado em função do valor das vendas pelo número de anos de participação na infração por uma empresa, nos termos previstos nas orientações de 2006, na medida em que este sistema confere à pretensa duração da infração um peso desproporcionado por comparação com os restantes factores pertinentes, nomeadamente a gravidade da infração. Embora o Tribunal, como indicado a propósito da gravidade da infração, tenha destacado que a nova abordagem da Comissão representa, também a este respeito, uma alteração fundamental de metodologia, na medida em que a multiplicação pelo número de anos de participação na infração equivale a aumentar o montante de 100% por ano, sublinhou, contudo, que o artigo 23.º, n.º 3, do Regulamento (CE) n.º 1/2003<sup>8</sup> não se opõe a essa evolução.

Em contrapartida, no acórdão do mesmo dia *Gosselin Group e Stichting Administratiekantoort Portielje/Comissão*, já referido, o Tribunal refere-se às implicações desta modificação no trabalho da Comissão. Assim, precisou que, se é de jurisprudência assente que incumbe à Comissão o ónus da prova relativo às infrações ao artigo [101.º], n.º 1, [TFUE] e que esta deve apresentar provas precisas e concordantes para fundar a convicção firme de que a infração alegada foi cometida, tal é particularmente o caso no que respeita às provas relativas à duração da infração, critério cujo peso foi consideravelmente reforçado nas orientações de 2006.

#### — Igualdade de tratamento — Volume de negócios levado em consideração

Nos acórdãos *Toshiba/Comissão* e *Mitsubishi Electric/Comissão*, já referidos, o Tribunal Geral salientou que a Comissão considerou o ano de 2001 como ano de referência para a determinação do valor

<sup>8</sup> Regulamento (CE) n.º 1/2003 do Conselho, de 16 de dezembro de 2002, relativo à execução das regras de concorrência estabelecidas nos artigos 81.º e 82.º do Tratado (JO L 1, p. 1).



das vendas mundiais e para o cálculo do montante de partida das coimas da Toshiba e da Mitsubishi Electric, cujas atividades em matéria de mecanismos de comutação isolados a gás tinham sido retomadas pela empresa comum destas T M T & D em 2002, ao passo que considerou o ano de 2003, último ano completo da infração, no que se refere aos produtores europeus. Segundo a Comissão, esta diferenciação reflectia a vontade de levar em consideração o facto de que, durante a maior parte do período da infração, a Toshiba detinha uma quota do mercado mundial deste produto consideravelmente mais baixa do que a Mitsubishi. Embora o Tribunal considere esse objetivo legítimo, entende, no entanto, que poderiam ter sido utilizados outros métodos não discriminatórios para o alcançar, como a divisão do montante de partida da coima, calculado a partir do volume de negócios realizado em 2003, segundo a proporção das vendas do produto em causa durante o último ano que precedeu a criação da empresa comum. Tendo a Comissão violado o princípio da igualdade de tratamento e na falta de elementos que lhe permitisse calcular um novo montante da coima, o Tribunal anulou, por conseguinte, as coimas aplicadas a estas duas empresas.

### — Dissuasão

No processo *Arkema France e o./Comissão* (acórdão de 7 de junho de 2011, T-217/06, ainda não publicado), a Comissão tinha aplicado uma majoração de 200%, a fim de garantir um efeito dissuasivo suficiente à sanção pecuniária, tendo em conta a dimensão e o poder económico da empresa em questão. Esta majoração teve por base o volume de negócios mundial da Total, sociedade-mãe da recorrente. Contudo, o Tribunal Geral salientou que, alguns dias antes da adoção da decisão pela Comissão, a recorrente deixou de ser controlada pela Total, e, por conseguinte, considerou que a majoração da coima aplicada com objetivos de dissuasão não se justificava. Com efeito, o Tribunal recordou que a necessidade de assegurar um efeito dissuasivo suficiente da coima exige, nomeadamente, que o seu montante seja modulado de forma a levar em conta o impacto pretendido na empresa à qual é aplicada, e isto para que a coima não se torne irrisória, ou pelo contrário excessiva, face, nomeadamente, à sua capacidade financeira. Por conseguinte, este objetivo de dissuasão só pode ser validamente alcançado se se considerar a situação da empresa no dia em que a coima é aplicada. Uma vez que a unidade económica que ligava a Arkema à Total foi dissolvida antes da data da adoção da decisão, os recursos desta última sociedade não podiam ser tomados em conta para a determinação da majoração da coima aplicada à Arkema e às suas filiais. O Tribunal decidiu, por conseguinte, que a majoração de 200% era excessiva no que se refere a estas empresas, sendo uma majoração de 25% adequada para assegurar um efeito suficientemente dissuasivo da coima que lhes foi aplicada. Por esta razão, o Tribunal decidiu reduzir o montante da coima aplicada à Arkema de 219,1 para 113,3 milhões de euros.

### — Cooperação

No acórdão *Fuji Electric/Comissão*, já referido, o Tribunal Geral precisou que, embora seja verdade que a data em que são apresentados os elementos de prova à Comissão tem influência sobre a qualificação destes como revestindo um valor acrescentado significativo, na medida em que esta qualificação depende dos elementos de prova que já figuram no processo da Comissão na data da sua apresentação, o simples facto de estes elementos terem sido apresentados depois da notificação da comunicação de acusações não exclui que estes ainda possam apresentar, não obstante o estágio avançado do procedimento administrativo, um valor acrescentado significativo. Em particular, num pedido destinado a obter o benefício de uma comunicação relativa à cooperação apresentado após o envio da comunicação de acusações, uma empresa pode concentrar-se nos factos cuja prova não foi, na sua opinião, suficientemente feita, de forma a apresentar um valor acrescentado significativo em relação aos elementos de prova que se encontravam já na posse da Comissão.



No processo *Deltafina/Comissão* (acórdão de 9 de setembro de 2011, T-12/06, ainda não publicado, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça), a Comissão decidiu, pela primeira vez, conceder imunidade condicional à recorrente no âmbito de uma comunicação sobre a cooperação. O Tribunal Geral indicou que, tendo em conta que a atribuição da imunidade total de coima constitui uma exceção ao princípio da responsabilidade pessoal da empresa pela violação das regras de concorrência, é lógico que, em contrapartida, a Comissão possa exigir da empresa que esta não omita a transmissão de factos relevantes de que tenha conhecimento e que sejam susceptíveis de afetar o desenrolar do procedimento administrativo e a eficácia da instrução. Ora, o Tribunal salientou que, durante uma reunião com os concorrentes, a recorrente divulgou, voluntariamente e sem informar a Comissão do facto, que tinha apresentado um pedido de imunidade aos seus serviços, antes de a Comissão ter tido a oportunidade de levar a cabo inspeções em relação à coligação em causa. Dado este comportamento demonstrou não existir um verdadeiro espírito de cooperação, o Tribunal decidiu que a Comissão não cometeu um erro ao ter decidido não atribuir à Deltafina a imunidade definitiva.

### — Circunstâncias agravantes

No acórdão de 17 de maio de 2011, *Arkema France/Comissão* (processo T-343/08, ainda não publicado), o Tribunal Geral salientou que, embora nenhum prazo de prescrição obste a que a Comissão declare uma situação de reincidência, não é menos verdade que, em conformidade com o princípio da proporcionalidade, a Comissão não pode levar em consideração, sem limite temporal, uma ou várias decisões anteriores que sancionam uma empresa. No caso concreto, o Tribunal declarou que a recorrente violou as regras da concorrência ao participar em coligações entre empresas, de forma contínua, desde 1961 até maio de 1984, pelas quais foi sancionada, em primeiro lugar, em 1984, seguidamente, em 1986 e, por fim, em 1994, e que, apesar desta série de decisões, a empresa reiterou o seu comportamento ilegal ao participar numa nova coligação, sancionada na decisão impugnada, de 17 de maio de 1995 até 9 de fevereiro de 2000. Consequentemente, a Comissão aplicou uma majoração de 90% do montante de base da coima aplicada à recorrente. O Tribunal confirmou a abordagem da Comissão, indicando que, uma vez que esta série de decisões, adotadas num curto período de tempo, tendo a última sido adotada um ano antes da sua participação na infração sancionada pela decisão impugnada, confirma a propensão da recorrente a violar as regras da concorrência, a Comissão não violou o princípio da proporcionalidade ao levar em conta a referida série de decisões no âmbito da apreciação do comportamento recorrente da recorrente.

Na decisão impugnada no âmbito dos processos *ENI/Comissão* e *Polimeri Europa/Comissão* (acórdãos de 13 de julho de 2011, T-39/07 e T-59/07, ainda não publicados, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça), a Comissão, constatando que já tinham sido aplicadas sanções à empresa EniChem pela sua participação em duas coligações anteriores, tinha considerado que o montante de base da coima aplicada às recorrentes, Eni e a sua filial Polimeri, devia ser aumentada de 50% a título da circunstância agravante relativa à reincidência. A Comissão tinha considerado que, apesar de as pessoas coletivas implicadas nas infrações em causa não serem idênticas, a mesma empresa tinha, no entanto, repetido o comportamento ilegal em causa. O Tribunal teve a preocupação de salientar, todavia, que, sendo a evolução da estrutura e do controlo das sociedades em causa complexa, incumbia à Comissão a obrigação de ser particularmente precisa e de apresentar todos os elementos pertinentes necessários para demonstrar que as sociedades referidas na decisão impugnada e as sociedades referidas nas decisões anteriores formavam uma mesma «empresa» na aceção do artigo [101.º TFUE]. O Tribunal considerou que tal não acontecia no caso concreto e, portanto, que não tinha sido feita prova da reincidência. Por conseguinte, reduziu o montante da coima de 272,25 para 181,5 milhões de euros.

Nos processos apensos, proferidos no mesmo dia, *ThyssenKrupp Liften Ascenseurs e o./Comissão* (T-144/07, T-147/07 a T-150/07 e T-154/07, ainda não publicados, objeto de recurso), o Tribunal Geral recordou que a Comissão aplicou uma majoração de 50% do montante das coimas aplicadas à sociedade-mãe ThyssenKrupp AG, à sua filial, ThyssenKrupp Elevator AG, e a determinadas filiais nacionais a título da reincidência, na medida em que determinadas sociedades pertencentes ao grupo ThyssenKrupp tinham já sido sancionadas em 1998 pela sua participação numa coligação no mercado da sobretaxa de liga metálica. A este respeito, o Tribunal salientou que a Comissão tinha declarado nesta decisão uma infração cometida apenas pelas sociedades deste grupo, com exceção das sociedades-mãe respetivas na altura dos factos, das quais a ThyssenKrupp AG era o sucessor económico e jurídico. Além disso, a Comissão não tinha considerado, nessa altura, que as filiais e as sociedades-mãe respetivas formavam uma entidade económica. Por outro lado, o Tribunal declarou que as filiais às quais foram aplicadas coimas no âmbito da coligação relativa ao sector da sobretaxa de liga metálica não faziam parte das empresas sancionadas na decisão impugnada. Assim, as infrações declaradas não poderiam ser consideradas uma situação de reincidência cometida pela mesma empresa.

#### — Circunstâncias atenuantes

No processo que deu lugar ao acórdão *Ziegler/Comissão*, já referido, a recorrente invocou, a título de circunstâncias atenuantes, a cessação da prática ilegal. O Tribunal Geral salientou que, embora as orientações de 2006 prevejam que o montante de base da coima pode ser reduzido a este título, tal «não [é aplicável] aos acordos ou às práticas secretas (em particular aos cartéis)». Além disso, o benefício desta circunstância atenuante limita-se aos casos em que a infração cessa na sequência das primeiras intervenções da Comissão. Ora, constatando que a recorrente participou na infração até 8 de setembro de 2003, enquanto as inspeções foram levadas a cabo após essa data, isto é, em 16 de setembro de 2003, o Tribunal rejeitou a alegação apresentada pela recorrente.

No mesmo processo, a recorrente alegou que o facto de a Comissão ter tido conhecimento da prática infratora e de a ter tolerado durante anos criou nela a crença legítima, ainda que errada, na licitude dessa prática. A este respeito, o Tribunal salientou que o mero conhecimento de um comportamento anticoncorrencial não implica que este comportamento tenha sido implicitamente «autorizado ou encorajado» pela Comissão, na aceção das orientações de 2006. Com efeito, uma pretensão inação não pode ser equiparada a um ato positivo, como uma autorização ou um encorajamento, que conduza a reconhecer a existência de uma circunstância atenuante.

No processo que deu lugar ao acórdão *Arkema France/Comissão*, já referido, a recorrente defendia que a Comissão tinha recusado, erradamente, atribuir-lhe uma redução do montante da coima em virtude da sua cooperação prestada fora do âmbito de aplicação de uma comunicação sobre a cooperação. O Tribunal precisou que, de modo a preservar o efeito útil deste tipo de comunicação, só em situações excecionais a Comissão pode ser obrigada a atribuir uma redução da coima a uma empresa com um fundamento diferente. Considerou que isso acontece, nomeadamente, quando a cooperação prestada por uma empresa, que vá além da sua obrigação legal de cooperar sem, contudo, lhe dar o direito a uma redução do montante da coima ao abrigo da referida comunicação, é objetivamente útil para a Comissão. Esta utilidade deve ser declarada quando a Comissão funda a sua decisão final em elementos de prova na falta dos quais a Comissão não poderia ter sancionado total ou parcialmente a infração em causa.

#### — Circunstâncias excecionais

No acórdão *Ziegler/Comissão*, já referido, o Tribunal Geral examinou a aplicação das orientações de 2006 relativamente à tomada em consideração da capacidade contributiva da empresa em causa.

A este respeito, salientou que, de modo a beneficiar de uma redução excecional da coima devido a dificuldades económicas em virtude das orientações, para além da apresentação de um pedido nesse sentido, devem ser preenchidas duas condições cumulativas, a saber, em primeiro lugar, a dificuldade intransponível em pagar a coima e, em segundo lugar, a presença de um «dado contexto social e económico». Ora, no que diz respeito à primeira condição, o Tribunal declarou que a Comissão se limitou a observar que a coima apenas representava 3,76% do volume de negócios mundial da empresa em 2006 para concluir que a sanção não era suscetível de pôr irremediavelmente em perigo a sua viabilidade económica. O Tribunal considerou, por um lado, que esta apreciação é abstracta e não leva de modo algum em consideração a situação concreta da recorrente e, por outro lado, um simples cálculo da percentagem que a coima representa em relação ao volume de negócios mundial da empresa não pode, por si só, fundar a conclusão de que esta coima não é suscetível de pôr irremediavelmente em perigo a viabilidade económica desta última. Contudo, não se encontrando preenchida a segunda condição, concluiu que a Comissão podia legitimamente rejeitar os argumentos da recorrente.

#### — Limite máximo de 10% do volume de negócios

No acórdão de 16 de Junho de 2011, *Putters International/Comissão* (processo T-211/08, ainda não publicado), o Tribunal Geral indicou que o simples facto de a coima aplicada corresponder a 10% do volume de negócios da recorrente, enquanto esta percentagem é mais baixa para outros participantes na coligação, não pode constituir uma violação do princípio da igualdade de tratamento ou da proporcionalidade. Com efeito, esta consequência é inerente à interpretação do limite máximo de 10% como simples limite de nivelamento, que é aplicado após uma eventual redução da coima devido a circunstâncias atenuantes ou ao princípio da proporcionalidade. Observou, contudo, que a multiplicação do montante determinado em função do valor das vendas pelo número de anos de participação na infração pode implicar que, no âmbito das orientações de 2006, a aplicação do limite máximo de 10% seja, doravante, a regra, em vez da exceção para qualquer empresa que opere principalmente num único mercado e que participou durante mais de um ano numa coligação. Neste caso, qualquer diferenciação em função da gravidade ou de circunstâncias atenuantes já não é, em geral, suscetível de se repercutir numa coima que tenha sido nivelada, de modo a não exceder os 10%. Ao fazê-lo, o Tribunal pôs a tónica no facto de a não diferenciação que daqui resulta no que diz respeito à coima final representar uma dificuldade, tendo em conta o princípio da individualidade das penas e das sanções, inerente à nova metodologia.

#### d) Imputabilidade do comportamento ilícito e condenação solidária

##### — Requisitos de aplicação da presunção de responsabilidade de uma sociedade-mãe pelo comportamento da sua filial

No acórdão de 15 de setembro de 2011, *Koninklijke Grolsch/Comissão* (processo T-234/07, ainda não publicado), o Tribunal Geral salientou que a Comissão não apresentou a prova da participação direta da recorrente na coligação. Ora, a recorrente foi equiparada à sua filial (detida a 100%) sem que a Comissão tenha distinguido entre as pessoas coletivas, nem tenha apresentado as razões pelas quais a infração lhe deveria ser imputada. O Tribunal considerou que, ignorando as relações económicas, organizacionais ou jurídicas existentes entre a recorrente e a sua filial, a Comissão privou a recorrente da possibilidade de contestar eventualmente a bondade desta imputação no Tribunal, ilidindo a presunção do exercício efectivo de uma influência determinante sobre a referida filial e não permitiu que o Tribunal exerça a sua fiscalização a este respeito, o que justificava a anulação da decisão.

### — Afastamento da presunção

Nos acórdãos de 16 de junho de 2011, *L’Air liquide/Comissão* e *Edison/Comissão* (processo T-185/06, ainda não publicado, e processo T-196/06, ainda não publicado, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça), o Tribunal Geral declarou, em primeiro lugar, que a Comissão podia legitimamente presumir que as recorrentes exerceram efetivamente uma influência determinante sobre as filiais respetivas, tendo em conta a relação não contestada de controlo a 100% que as une. Em seguida, observou, que as recorrentes apresentaram uma argumentação específica com o objetivo de ilidir a referida presunção, tentando demonstrar a autonomia da sua filial respetiva. Ora, em resposta a estes argumentos, a Comissão limitou-se a remeter para determinados indícios complementares do exercício por parte das recorrentes de uma influência determinante sobre as filiais respetivas. O Tribunal considerou que, ao agir nestes termos, a Comissão não apresentou na decisão impugnada as razões pelas quais os elementos apresentados pelas recorrentes não eram suficientes para ilidir a presunção em causa. Ora, o dever da Comissão de fundamentar a sua decisão neste ponto resulta claramente do caráter ilidível da presunção em causa, cuja inversão supunha, por parte das recorrente, a apresentação de prova relativa ao conjunto das relações de natureza económica, organizacional e jurídica existentes entre elas e a filial respetiva. Não tendo a Comissão tomado uma posição específica a este respeito, o Tribunal anulou a decisão impugnada por violação do dever de fundamentação.

Nos processos apensos *Gosselin/Comissão* e *Stichting Administratiekantoor Portielje/Comissão*, já referidos, a Comissão tinha aplicado a presunção do exercício efectivo de uma influência determinante da Portielje sobre a Gosselin, na medida em que a sociedade-mãe detinha praticamente a totalidade do capital da sua filial. Contudo, o Tribunal Geral salientou que os elementos apresentados pela Portielje permitiam ilidir a referida presunção. De entre estes, sublinhou, mais especificamente, o facto de que a única possibilidade de a sociedade-mãe poder ter influenciado a sua filial teria sido a utilização do direito de voto, associado às ações que possuía, na assembleia geral desta última. Ora, declarou que, durante o período infracional, não foi realizada nenhuma assembleia de acionistas. Por conseguinte, o Tribunal decidiu anular a decisão da Comissão na parte aplicável à Portielje.

### — Âmbito da responsabilidade

No processo *Tomkins/Comissão* (acórdão de 24 de março de 2011, T-382/06, ainda não publicado, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça), foi imputada à recorrente a responsabilidade pelo comportamento infracional da sua filial, Pegler, pelo facto de deter 100% do capital desta última. Entre os fundamentos invocados, contestava a participação da sua filial na coligação durante uma parte do período infracional. Por acórdão do mesmo dia, *Pegler/Comissão* (processo T-386/06, ainda não publicado), o Tribunal anulou a decisão da Comissão relativa à participação da Pegler no cartel das ligações em cobre durante uma parte do período infracional superior à referida no fundamento invocado pela sociedade-mãe, a empresa Tomkins. A este respeito, o Tribunal recordou que, não podendo o juiz da União pronunciar-se ultra petita, a anulação proferida não podia exceder a pedida pela recorrente. Todavia, do ponto de vista do direito da concorrência, a recorrente e a sua filial constituíam uma entidade única, a cujo recurso de anulação no processo, já referido, *Pegler/Comissão*, foi dado parcialmente provimento. Por conseguinte, os elementos que a Comissão imputa à recorrente beneficiam da anulação parcial da decisão impugnada decretada no referido processo. Com efeito, a recorrente tinha invocado um fundamento único para contestar a duração da participação da Pegler na infração e pediu que fosse anulada a decisão impugnada com base nesse fundamento. O Tribunal, chamado a apreciar recursos de anulação interpostos em separado por uma sociedade-mãe e pela sua filial, considerou, assim, que não se pronuncia ultra petita quando tem em conta o resultado do recurso interposto pela filial, desde que o pedido apresentado no recurso da sociedade-mãe tenha o mesmo objeto.

Em contrapartida, no processo que deu lugar a este mesmo acórdão, a Tomkins renunciou expressamente à alegação relativa a um erro de apreciação da majoração do montante da coima para efeitos da dissuasão. Deste facto, o Tribunal Geral deduziu que não se podia pronunciar sobre este ponto sem extravasar o âmbito do litígio nos termos definidos pelas partes no presente processo, enquanto no processo que deu lugar ao acórdão *Pegler/Comissão*, já referido, considerou que a Comissão tinha cometido um erro ao aplicar este coeficiente multiplicador.

### — Pagamento solidário

No acórdão de 12 de outubro de 2011, *Alliance One International/Comissão* (processo T-41/05, ainda não publicado, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça), o Tribunal Geral considerou que a recorrente não podia ser considerada responsável pela infração cometida pela Agroexpansión relativamente ao período anterior a 18 de novembro de 1997, pois foi só a partir desta data que passou a formar com esta uma unidade económica e, portanto, uma empresa na aceção do artigo [101.º TFUE]. Como a solidariedade pelo pagamento da coima só pode abranger o período da infração durante o qual a sociedade-mãe e a sua filial constituíam uma tal empresa, a Comissão não podia impor à recorrente o pagamento solidário, com a Agroexpansión, da totalidade do montante aplicado a esta última, de 2 592 000 euros, ou seja, um montante que corresponde a todo o período de duração da infração. Consequentemente, o Tribunal reduziu a majoração aplicada a título da duração de 50% para 35%.

### e) Plena jurisdição

Nos termos do artigo 261.º TFUE e do artigo 31.º do Regulamento n.º 1/2003, o Tribunal Geral dispõe de uma competência de plena jurisdição que o habilita, para além da simples fiscalização da legalidade da sanção, que apenas permite negar provimento ao recurso de anulação ou anular o ato, a reformar o ato impugnado, mesmo não o anulando, tendo em conta todas as circunstâncias de facto, alterando, por exemplo, a coima aplicada<sup>9</sup>.

No acórdão *Arkema France e o./Comissão*, já referido, o Tribunal Geral salientou que a Comissão não contestou a exactidão das afirmações das recorrentes, segundo as quais, a partir de 18 de maio de 2006, deixaram de ser controladas pela Total e pela Elf Aquitaine, elemento de facto que constava já da petição. Convidado pelas recorrentes a exercer a sua competência de plena jurisdição para reduzir o montante da coima tendo em conta este elemento de facto, o Tribunal reduziu, com efeito, de 200 para 25% a majoração aplicada para garantir um efeito suficientemente dissuasivo à coima, majoração considerada excessiva, dado ter sido calculada com base no volume de negócios mundial da sociedade-mãe. Em consequência, o montante da coima aplicada à recorrente foi fixado em 8 milhões de euros.

Nos acórdãos *Ziegler/Comissão* e *Team Relocations e o./Comissão*, já referidos, o Tribunal Geral precisou que a fundamentação reforçada relativamente ao cálculo do montante da coima, necessária devido à alteração metodológica fundamental provocada pela aplicação das orientações de 2006, tem também o objetivo de facilitar o exercício pelo Tribunal da sua competência de plena jurisdição, a qual lhe deve permitir apreciar, para além da legalidade da decisão impugnada, o carácter adequado da coima aplicada.

<sup>9</sup> V., nomeadamente, o acórdão do Tribunal de Justiça de 15 de outubro de 2002, *Limburgse Vinyl Maatschappij e o./Comissão*, processos C-238/99 P, C-244/99 P, C-245/99 P, C-247/99 P, C-250/99 P a C-252/99 P e C-254/99 P, Colect., p. I-8375, n.º 692.

No acórdão *Putters International/Comissão*, já referido, decidiu que, na falta de diferenciação da coima final, resultante, por vezes, da metodologia prevista nas orientações de 2006, pode ter de exercer plenamente a sua competência de plena jurisdição nos casos concretos em que a aplicação exclusiva das referidas orientações não permitiria uma diferenciação adequada.

No acórdão de 5 de outubro de 2011, *Romana Tabacchi/Comissão* (processo T-11/06, ainda não publicado), tendo declarado que a Comissão tinha, por um lado, cometido erros de apreciação dos factos relativos à duração da participação da recorrente na coligação e, por outro, violado o princípio da igualdade de tratamento ao apreciar o peso específico desta participação, o Tribunal Geral remediou tal facto exercendo a sua competência de plena jurisdição. Assim, considerou que, tendo em conta, nomeadamente, o efeito cumulativo das ilegalidades anteriormente declaradas e a capacidade financeira limitada da recorrente, seria efectuada uma apreciação justa de todas as circunstâncias do caso concreto, fixando o montante final da coima aplicada à recorrente em 1 milhão de euros em vez de 2,05 milhões de euros. A este respeito, precisou, por um lado, que uma coima desse montante permite reprimir de modo eficaz o comportamento ilegal da recorrente, de modo não negligenciável e de forma suficientemente dissuasiva e, por outro, que qualquer coima superior a este montante seria desproporcionada tendo em conta a infração imputada à recorrente, apreciada no seu conjunto.

### 3. Contribuições no domínio das operações de concentração

No seu acórdão de 12 de outubro de 2011, *Association belge des consommateurs test-achats/Comissão* (processo T-224/10, ainda não publicado), o Tribunal Geral clarificou os requisitos de admissibilidade de um recurso interposto por um terceiro, por um lado, de uma decisão da Comissão que declarou uma operação de concentração (no caso concreto, entre a EDF e a Segebel) compatível com o mercado comum e, por outro, do indeferimento do pedido apresentado pelas autoridades nacionais de reenvio parcial do exame da concentração às referidas autoridades (decisão de recusa de reenvio).

#### a) Legitimidade processual de terceiros

A este respeito, o Tribunal Geral recordou que resulta da jurisprudência que, relativamente às decisões da Comissão respeitantes à compatibilidade de uma concentração com o mercado comum, a legitimidade processual dos terceiros interessados numa concentração deve ser apreciada de forma diferente consoante estes, por um lado, invoquem vícios que afetam a substância dessas decisões (terceiros interessados de «primeira categoria») ou, por outro, aleguem que a Comissão violou direitos processuais que lhes são conferidos pelos atos do direito da União que regem o controlo das concentrações (terceiros interessados de «segunda categoria»).

Quanto à primeira categoria, é necessário que os terceiros sejam afetados pela decisão impugnada em função de determinadas qualidades que lhes são próprias ou de uma situação de facto que os caracteriza relativamente a qualquer outra pessoa e os individualiza de modo análogo ao de um destinatário. Ora, no caso concreto, a recorrente não pertence à primeira categoria, dado que a decisão da Comissão não lhe diz individualmente respeito. Quanto à questão de saber se a recorrente pertence à segunda categoria, o Tribunal precisou que as associações de consumidores gozam de um direito processual (direito de ser ouvido) no âmbito do procedimento administrativo de exame de uma concentração, sem prejuízo do respeito de dois requisitos: em primeiro lugar, a concentração deve ter por objeto produtos ou serviços utilizados pelos consumidores finais e, em segundo lugar, a associação deve ter efetivamente apresentado um pedido escrito com vista a ser ouvida pela Comissão durante o procedimento de exame.



O Tribunal declarou que o recorrente preenchia o primeiro requisito (a concentração em causa era suscetível de ter efeitos, pelo menos de natureza secundária, nos consumidores), mas não o segundo. A este respeito, o Tribunal sublinhou que as iniciativas que qualquer terceiro deve efectuar para ser implicado num procedimento de controlo de uma operação de concentração devem ter lugar a partir da data da notificação formal da concentração. Tal permite, no interesse de terceiros, evitar que apresentem pedidos antes de ser estabelecido o objeto do procedimento de controlo levado a cabo pela Comissão, com a notificação da operação económica em causa. Além disso, este facto evita que a Comissão deva filtrar sistematicamente, entre os pedidos que recebe, os que se referem a operações económicas que mais não são do que hipóteses abstractas, ou mesmo meros boatos, e os que dizem respeito a operações que conduzem a uma notificação. No caso concreto, o recorrente tinha pedido à Comissão para ser ouvido no âmbito do exame da concentração dois meses antes da sua notificação. Ora, segundo o Tribunal, este facto não é suscetível de colmatar a falta de renovação deste pedido ou a inércia do recorrente quando a operação económica pretendida pela EDF e pela Segebel tenha efetivamente assumido a forma de uma concentração devidamente notificada.

#### b) Caráter impugnável de uma decisão de recusa de reenvio

Segundo jurisprudência assente, um terceiro interessado por uma concentração pode impugnar no Tribunal Geral a decisão pela qual a Comissão defere o pedido de reenvio apresentado por uma autoridade nacional de concorrência. Em contrapartida, o Tribunal Geral considera que os terceiros interessados não têm o direito de impugnar uma decisão de recusa de reenvio pela qual a Comissão indefere o pedido de reenvio apresentado por uma autoridade nacional. Com efeito, os direitos processuais e a protecção jurisdicional que o direito da União reconhece a estes terceiros não são de modo algum ameaçados pela decisão de recusa de reenvio. Pelo contrário, esta decisão garante aos terceiros interessados por uma concentração de dimensão comunitária, por um lado, que esta será examinada pela Comissão à luz do direito da União e, por outro, que o Tribunal Geral será o juiz competente para conhecer de um eventual recurso da decisão da Comissão que põe termo ao procedimento.

### Auxílios de Estado

#### 1. Admissibilidade

A jurisprudência deste ano contém precisões no que diz respeito, em particular, aos conceitos de ato que produz efeitos jurídicos vinculativos e de interesse em agir.

No seu acórdão de 8 de dezembro de 2011, *Deutsche Post/Comissão* (processo T-421/07, ainda não publicado), o Tribunal Geral julgou inadmissível o recurso interposto pela Deutsche Post da decisão da Comissão de dar início ao procedimento formal de investigação relativo ao auxílio que lhe tinha sido concedido pela República Federal da Alemanha. O Tribunal declarou que a decisão impugnada, que tinha sido precedida por uma primeira decisão de início do procedimento formal de investigação em 1999, não constituía um ato impugnável.

Segundo o Tribunal, uma decisão da Comissão de início do procedimento formal, ato de natureza preparatória da decisão final, produz efeitos jurídicos autónomos e, por conseguinte, constitui um ato impugnável não apenas na hipótese em que o recorrente contesta a classificação do auxílio como auxílio novo, mas também quando contesta a própria qualificação da medida controvertida de auxílio de Estado na aceção do artigo 87.º, n.º 1, CE.

Todavia, no caso concreto, o Tribunal declarou que o ato impugnado, que consistia numa segunda decisão de início do procedimento formal, não constituía um ato impugnável na medida em que não



produzia efeitos jurídicos autónomos relativamente à primeira decisão de início do procedimento. O ato impugnado tinha por objeto as mesmas medidas que já tinham sido objeto da decisão anterior de início do procedimento. Além disso, a Comissão já tinha mencionado o facto de que as medidas controvertidas podiam ser abrangidas pelo âmbito de aplicação da proibição do artigo 87.º, n.º 1, CE e que os efeitos jurídicos autónomos decorrentes do ato impugnado já tinham, por conseguinte, sido provocados pela referida decisão de início do procedimento. O Tribunal salientou igualmente que, aquando da adoção do ato impugnado, o procedimento formal de investigação de 1999 relativo às medidas controvertidas ainda não tinha sido encerrado e que, assim, o ato impugnado não tinha alterado o alcance jurídico das medidas controvertidas nem a situação jurídica da recorrente.

Nos processos apensos *Freistaat Sachsen e Land Sachsen-Anhalt e Mitteldeutsche Flughafen e Flughafen Leipzig-Halle/Comissão* (acórdão de 24 de Março de 2011, processos apensos T-443/08 e T-455/08, ainda não publicado, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça), a qualificação de uma entrada de capital de auxílio de Estado foi impugnada no Tribunal Geral em dois recursos da decisão da Comissão que declarava o auxílio concedido pela República Federal da Alemanha ao aeroporto de Leipzig-Halle compatível com o mercado comum, o primeiro interposto pelos acionistas públicos das empresas gestoras do aeroporto (processo T-443/08) e o segundo interposto pelas duas empresas gestoras do aeroporto (processo T-455/08).

O Tribunal Geral julgou inadmissível, por falta de interesse em agir, o recurso dos acionistas públicos no processo T-443/08. A título preliminar, o Tribunal Geral recordou que um recurso de anulação interposto por uma pessoa singular ou coletiva só é admissível na medida em que o recorrente tenha interesse em que o ato impugnado seja anulado. Esse interesse deve ser efectivo e actual e aprecia-se no dia da interposição do recurso. O Tribunal salientou igualmente que o simples facto de uma decisão da Comissão declarar um auxílio compatível com o mercado comum e não causar, portanto, em princípio, um prejuízo às empresas beneficiárias do auxílio não dispensa o juiz da União de examinar se a apreciação da Comissão produz efeitos jurídicos vinculativos que possam afetar os interesses das referidas empresas.

Em primeiro lugar, o Tribunal Geral considerou que o facto de a decisão não corresponder à posição defendida pelas recorrentes no procedimento administrativo não produz, só por si, qualquer efeito jurídico vinculativo que possa afetar os seus interesses e não pode, só por si, portanto, justificar o seu interesse em agir. Com efeito, o procedimento de controlo dos auxílios de Estado é, dada a sua economia geral, um procedimento instaurado relativamente ao Estado-Membro responsável pela concessão do auxílio. As empresas beneficiárias dos auxílios e as entidades territoriais infra-estatais que concedem os auxílios, como os concorrentes dos beneficiários dos auxílios, apenas são considerados «interessados» nesse procedimento. O Tribunal acrescentou que esses recorrentes não são, de modo algum, privados de uma protecção jurisdicional efectiva contra a decisão da Comissão que qualifica uma entrada de capital de auxílio de Estado. Com efeito, mesmo que o recurso de anulação fosse julgado inadmissível, nada obstará a que os referidos recorrentes propusessem ao juiz nacional, no âmbito de um processo instaurado num órgão jurisdicional nacional, no qual seriam eventualmente postos em causa no sentido de assumirem as consequências da pretensa nulidade da entrada de capital que evocaram, que procedesse a um reenvio prejudicial nos termos do 234.º CE, para impugnar a validade da decisão da Comissão na medida em que declara que a medida em causa constitui um auxílio.

Em segundo lugar, no que se refere às pretensas consequências negativas decorrentes da qualificação da entrada de capital de auxílio de Estado, o Tribunal Geral considera que um recorrente não pode invocar situações futuras e incertas para justificar o seu interesse no pedido de anulação do ato impugnado. O facto de um recorrente se referir a consequências «possíveis» da pretensa nulidade de uma entrada de capital em matéria de direito das sociedades e de insolvência, e não a consequências

incertas, é, por conseguinte, insuficiente para reconhecer esse interesse. Além disso, o Tribunal salienta que os recorrentes, acionistas públicos do beneficiário do auxílio, não demonstraram dispor de um interesse próprio, distinto do interesse do beneficiário, de pedir a anulação da decisão. Ora, a não ser que uma pessoa possa alegar um interesse em agir diferente do de uma empresa cujo ato da União lhe diz respeito e da qual detém uma parte do capital, aquela só poderá defender os seus interesses em relação a este ato através do exercício dos seus direitos de associado dessa empresa.

No acórdão de 20 de setembro de 2011, *Regione autonoma della Sardegna e o./Comissão* (processos apensos T-394/08, T-408/08, T-453/08 e T-454/08, ainda não publicado, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça), o Tribunal Geral julgou improcedente a exceção de inadmissibilidade invocada pela Comissão e considerou o facto de as recorrentes e as intervenientes não terem interposto no prazo exigível recurso da decisão de retificação, que tinha o mesmo objeto e a mesma finalidade de uma decisão de início do procedimento formal de investigação, não as impediria de invocar os fundamentos relativos à ilegalidade desta última contra a decisão final da Comissão.

Com efeito, uma decisão que põe termo à fase formal de investigação produz efeitos jurídicos vinculativos susceptíveis de afetar os interesses das partes interessadas, uma vez que põe fim ao procedimento em causa e se pronuncia definitivamente sobre a compatibilidade da medida examinada com as regras aplicáveis aos auxílios de Estado. Portanto, as partes interessadas dispõem sempre da possibilidade de impugnar essa decisão e, nesse quadro, devem poder pôr em causa os diferentes elementos que fundamentam a posição definitiva adotada pela Comissão. O Tribunal acrescenta que essa possibilidade é independente da questão de saber se a decisão de dar início ao procedimento formal de investigação pode ser objeto de um recurso de anulação. É verdade que é possível interpor recurso da referida decisão de início quando este produz efeitos jurídicos definitivos, o que acontece quando a Comissão dá início a um procedimento formal de investigação em relação a uma medida que qualifica, a título provisório, de auxílio novo. Todavia, esta possibilidade de impugnar uma decisão de abertura de um procedimento não pode ter a consequência de reduzir os direitos processuais das partes interessadas, impedindo-as de impugnar a decisão final e de invocar, em apoio do seu pedido, vícios relativos a todas as etapas do procedimento que levou a essa decisão.

## 2. Regras materiais

### a) Conceito de auxílio de Estado

No acórdão de 12 de maio de 2011, *Région Nord - Pas-de-Calais e Communauté d'Agglomération du Douaisis/Comissão* (processos apensos T-267/08 e T-279/08, ainda não publicado, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça), o Tribunal Geral fez algumas considerações sobre o conceito de recursos estatais, nomeadamente no que se refere ao requisito da imputabilidade das medidas em causa ao Estado.

A este respeito, o Tribunal Geral recordou que o facto de os adiantamentos terem sido concedidos pela Région Nord - Pas-de-Calais e pela Communauté d'agglomération du Douaisis, portanto por entidades públicas territoriais e não pelo poder central, não era, só por si, suscetível de subtrair essas medidas ao âmbito de aplicação do artigo 107.º, n.º 1, TFUE. Além disso, o Tribunal precisou que o facto de o financiamento das medidas controvertidas por recursos próprios da Région Nord - Pas-de-Calais e da Communauté d'agglomération du Douaisis não serem de natureza fiscal ou para-fiscal também não pode subtrair essas medidas à qualificação de auxílio de Estado. Com efeito, o critério determinante em matéria de recursos do Estado é o controlo público, e o artigo 107.º, n.º 1, TFUE engloba todos os meios pecuniários, resultem ou não de contribuições obrigatórias, que o sector público possa efetivamente utilizar para apoiar as empresas.

No seu acórdão de 20 de setembro de 2011, *Regione autonoma della Sardegna e o./Comissão*, já referido, a Comissão era acusada de ter qualificado de forma errada as medidas controvertidas de auxílios novos ilegais, pelo facto de não terem sido notificadas, em vez de auxílios existentes aplicados de forma abusiva.

O Tribunal Geral recordou que, quando a alteração afeta o regime inicial na sua essência, esse regime transforma-se num regime de auxílios novo. Pelo contrário, quando a alteração não é essencial, só a própria alteração, enquanto tal, poderá ser qualificada como um auxílio novo. No caso concreto, a decisão de autorização referia-se expressamente à condição da anterioridade do pedido de auxílio em relação ao início da execução dos projetos de investimento. Observando que, com fundamento na medida não notificada, a Região da Sardenha podia conceder auxílios a projetos cuja execução tinha começado antes da apresentação dos pedidos de auxílio, o Tribunal considerou que o regime aplicado foi alterado em relação ao regime aprovado. Ora, segundo o Tribunal, esta alteração não pode ser qualificada de pouco significativa ou anódina. Com efeito, na medida em que, como resulta das orientações de 1998<sup>10</sup>, a Comissão sujeita regularmente a sua aprovação dos regimes de auxílios com finalidade regional à condição da anterioridade do pedido de auxílio em relação ao início da execução dos projetos, sendo a eliminação desta condição suscetível de ter efeitos sobre a avaliação da compatibilidade da medida de auxílio com o mercado comum. O Tribunal concluiu que os auxílios controvertidos eram auxílios novos e não auxílios existentes. Estes auxílios novos eram ilegais porque a alteração do regime aprovado não tinha sido notificada à Comissão.

Por fim, o Tribunal precisou que os auxílios controvertidos não podiam ser qualificados de auxílios aplicados de forma abusiva, visando esta qualificação a hipótese em que o beneficiário utiliza o auxílio em violação da decisão que o aprovou. Ora, no caso concreto, a violação da decisão de aprovação não era imputável aos beneficiários dos auxílios, mas à Região da Sardenha.

#### b) Poder de apreciação da Comissão: Investigação de um regime de auxílio — Regulamento de isenção

No acórdão de 14 de julho de 2011, *Freistaat Sachsen/Comissão* (T-357/02 RENV, ainda não publicado), o Tribunal Geral rejeitou o fundamento do recorrente de que a Comissão não exerceu o seu poder de apreciação aquando da investigação do regime de auxílio em causa, tendo-se limitado a aplicar os critérios previstos no regulamento de isenção PME<sup>11</sup>.

O Tribunal considera que o objeto do regulamento de isenção PME é, simultaneamente, declarar compatíveis com o mercado comum determinados auxílios concedidos às pequenas e médias empresas (PME) e isentar os Estados da obrigação de notificação destes auxílios. Todavia, isto não significa que nenhum outro auxílio a favor das PME possa ser declarado compatível com o mercado comum no final de um exame realizado pela Comissão à luz dos critérios definidos no artigo 87.º, n.º 3, CE, na sequência de uma notificação efectuada por um Estado-Membro. O Tribunal precisou igualmente que, se a Comissão pode estabelecer regras gerais de execução que estruturam o exercício do poder de apreciação que lhe é conferido pelo artigo 87.º, n.º 3.º CE, não se pode abster totalmente, quando aprecia um caso específico, do referido poder de apreciação, em especial relativamente aos casos que não previu expressamente, ou mesmo não regulamentou, das referidas regras gerais de execução. Por conseguinte, este poder de apreciação não se esgota com a adoção dessas regras gerais e nada obsta, em princípio, a uma eventual apreciação individual fora do âmbito das referidas regras,

<sup>10</sup> Orientações de 10 de março de 1998 relativas aos auxílios estatais com finalidade regional (JO, C 74, p. 9).

<sup>11</sup> Regulamento (CE) n.º 70/2001 da Comissão, de 12 de janeiro de 2001, relativo à aplicação dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE aos auxílios estatais a favor das pequenas e médias empresas (JO L 10, p. 33).

desde que, todavia, a Comissão respeite as regras superiores de direito, como as regras do Tratado e os princípios gerais de direito da União. No caso concreto, o Tribunal concluiu que a Comissão tinha exercido esse poder de apreciação corretamente ao examinar a compatibilidade da medida não apenas tendo em conta os critérios definidos no regulamento de isenção PME, mas também com fundamento no artigo 87.º, n.º 3, CE.

### c) Conceito de dificuldades sérias

No seu acórdão de 27 de setembro de 2011, *3F/Comissão* (T-30/03 RENV, ainda não publicado, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça), o recorrente pedia a anulação da decisão da Comissão de não suscitar objeções ao regime fiscal dinamarquês em causa. O Tribunal Geral negou provimento ao recurso com o fundamento de que o recorrente não demonstrou que a Comissão se tivesse confrontado com dificuldades sérias e tenha sido obrigada a dar início a um procedimento formal de investigação.

Segundo o Tribunal, o procedimento formal de investigação reveste caráter indispensável sempre que a Comissão se depare com dificuldades sérias para apreciar se um auxílio é compatível com o mercado comum. O conceito de dificuldades sérias reveste um caráter objetivo, devendo a existência de tais dificuldades ser apreciada tanto em função das circunstâncias da adoção do ato impugnado como do seu conteúdo, de modo objetivo, relacionando as razões da decisão com os elementos de que a Comissão dispunha quando se pronunciou sobre a compatibilidade dos auxílios controvertidos com o mercado comum. Daqui decorre que a fiscalização da legalidade efectuada pelo Tribunal sobre a existência de dificuldades sérias extravasa, por natureza, da apreciação do erro manifesto de apreciação. O ónus da prova da existência de dificuldades sérias incumbe ao recorrente, o qual deve fazer essa prova a partir de um conjunto de indícios concordantes, relativos, por um lado, às circunstâncias e à duração do procedimento de investigação preliminar e, por outro, ao conteúdo da decisão impugnada.

Com vista a estabelecer a existência de dificuldades sérias, era invocada, em particular, a duração do procedimento de investigação preliminar. A este respeito, o Tribunal precisou que, embora a Comissão não seja obrigada a proceder a uma investigação preliminar num prazo determinado quando as medidas estatais não foram notificadas, como no caso concreto, é, todavia, obrigada a proceder a uma investigação diligente e imparcial das denúncias recebidas em relação às medidas estatais não notificadas e não pode prolongar indefinidamente a investigação preliminar. O caráter razoável da duração do procedimento deve ser apreciado em função das circunstâncias específicas a cada processo.

No caso concreto, o Tribunal Geral considerou que, embora uma investigação preliminar que durou mais de quatro anos possa ser considerada, no seu conjunto, como uma investigação que excedeu o que uma primeira investigação poderia normalmente durar, esta duração justificou-se pelas circunstâncias e pelo contexto do procedimento. Foi, nomeadamente, levado em conta o facto de o regime fiscal em causa ter sido objeto de uma alteração legislativa que deu lugar a diversas discussões e trocas de correspondência entre o Estado-Membro e a Comissão. Além disso, se a duração do investigação preliminar pode constituir um indício da existência de dificuldades sérias, a mesma não é suficiente, em si, para demonstrar a existência dessas dificuldades. Só se for corroborado por outros elementos além do decurso do prazo, mesmo que este tenha excedido de forma significativa o que uma primeira investigação preliminar pode normalmente durar, é que se pode reconhecer que a Comissão encontrou dificuldades sérias de apreciação que exigiam a abertura de um procedimento formal de investigação.

#### d) Conceito de atividade económica

Nos processos *Freistaat Sachsen e Land Sachsen-Anhalt e Mitteldeutsche Flughafen e Flughafen Leipzig-Halle/Comissão*, já referidos, o Tribunal Geral foi chamado a pronunciar-se sobre a questão de saber se a construção de infraestruturas portuárias, quando são colocadas à disposição dos gestores de infraestruturas, constituía uma atividade económica.

No contexto do direito da concorrência, o conceito de empresa abrange qualquer entidade que exerça uma atividade económica, independentemente do seu estatuto jurídico e do seu modo de financiamento. Constitui uma atividade económica qualquer atividade consistente na oferta de bens ou serviços num determinado mercado. A este respeito, o Tribunal declarou, em primeiro lugar, que a gestão de infraestruturas aeroportuárias constitui uma atividade económica, nomeadamente quando a empresa oferece serviços aeroportuários contra uma remuneração resultante das taxas aeroportuárias, devendo estas últimas ser analisadas como correspondendo à contrapartida de serviços prestados pelo concessionário do aeroporto. Também precisou que o facto de uma empresa gerir um aeroporto regional e não um aeroporto internacional não põe em causa o carácter económico da sua atividade, na medida em que esta consiste na oferta de serviços contra uma remuneração no mercado dos serviços aeroportuários regionais. A exploração de uma pista faz parte da atividade económica da empresa gestonária, nomeadamente quando é explorada para fins comerciais. Em segundo lugar, o Tribunal declarou que, para efeitos da apreciação do carácter económico da atividade da empresa no contexto do financiamento público da extensão de uma pista, não se deve dissociar a atividade que consiste em construir ou ampliar uma infraestrutura da utilização posterior que é feita da mesma, na medida em que o carácter económico ou não da utilização posterior da infraestrutura construída determina necessariamente o carácter da atividade de extensão. Com efeito, as pistas de aterragem e de descolagem são elementos essenciais das atividades económicas realizadas por uma entidade que explora um aeroporto. A construção de pistas de aterragem e de descolagem permite assim a um aeroporto exercer a sua atividade económica principal, ou, quando se trata da construção de uma pista suplementar ou da extensão de uma pista existente, desenvolvê-la.

#### e) Critério do investidor privado numa economia de mercado

No seu acórdão *Région Nord - Pas-de-Calais e Communauté d'Agglomération du Douaisis/Comissão*, já referido, o Tribunal Geral declarou que a Comissão efectuou, como a tal era obrigada, uma análise com o objetivo de se assegurar que o beneficiário do auxílio não poderia ter obtido um empréstimo em condições semelhantes no mercado do crédito. Recorda que, para apreciar se uma medida estatal constitui um auxílio, há que determinar se a empresa beneficiária recebeu uma vantagem económica que não teria obtido em condições normais de mercado. Para o efeito, há que aplicar o critério baseado nas possibilidades de a empresa beneficiária obter as quantias em causa em condições semelhantes no mercado de capitais. Em particular, deve colocar a questão de saber se um investidor privado teria realizado a operação em causa nas mesmas condições. No caso concreto, o Tribunal declarou que a Comissão se baseou no facto de a sociedade Arbel Fauvet Rail, tendo em conta a sua situação financeira, não poder obter no mercado do crédito esses fundos em condições tão vantajosas como as obtidas junto das recorrentes, uma vez que os adiantamentos controvertidos foram concedidos sem qualquer garantia associada ao seu reembolso, apesar de as taxas de juro aplicadas corresponderem a empréstimos «acompanhados de garantias normais». Além disso, o Tribunal sublinhou que o facto de um devedor poder obter um crédito a curto prazo não permite avaliar as suas possibilidades de obter um empréstimo com um prazo de vencimento mais longo, cujo reembolso dependerá da sua capacidade de sobrevivência.

No seu acórdão de 17 de maio de 2011, *Buczek Automotive/Comissão* (processo T-1/08, ainda não publicado, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça), o Tribunal Geral declarou que a aplicação

feita pela Comissão do critério do hipotético credor privado violava o artigo 87.º, n.º 1, CE e que, portanto, a Comissão não tinha demonstrado de modo válido a existência de um auxílio de Estado.

Com efeito, o Tribunal salientou que, quando uma empresa confrontada com uma importante deterioração da sua situação financeira propõe aos seus credores um acordo ou uma série de acordos de reestruturação da sua dívida com vista a recuperar a sua situação e a evitar a liquidação, cada credor terá de fazer uma opção relativamente ao montante que lhe é oferecido no quadro do acordo proposto, por um lado, e ao montante que considera poder recuperar na sequência da eventual liquidação da empresa, por outro. A sua escolha é influenciada por uma série de factores, como a sua qualidade de credor hipotecário, privilegiado ou ordinário, a natureza e a amplitude das garantias que eventualmente detém, a sua apreciação sobre as hipóteses de recuperação da empresa e o benefício que teria em caso de liquidação. Daqui decorre que incumbe à Comissão determinar, quanto a cada organismo público em causa e tendo em conta os factores acima referidos, se a remissão de dívidas concedida era manifestamente mais importante do que a que teria concedido um hipotético credor privado que se encontrasse, relativamente à empresa, numa situação comparável à do organismo público em causa e que procurasse recuperar as quantias que lhe eram devidas.

No caso concreto, a Comissão tinha, por conseguinte, a obrigação de determinar se, tendo em conta esses factores, um credor privado teria, da mesma forma que os organismos públicos, preferido o procedimento legal de cobrança de dívidas ao processo de insolvência. Ora, o Tribunal considerou que a Comissão não dispunha, na altura da adoção da decisão impugnada, de elementos materiais que lhe permitissem afirmar que um credor privado teria optado pelo processo de insolvência e não teria prosseguido o procedimento legal de cobrança de dívidas. Salientou que, no que diz respeito ao benefício que um hipotético credor privado poderia ter esperado obter no quadro de um processo de insolvência, a Comissão se limitou a afirmar que a «consideração cuidadosa da vantagem derivada do reescalamento da dívida teria mostrado que a recuperação potencial não teria excedido o retorno seguro inerente à liquidação da empresa», sem, todavia, apresentar na decisão impugnada os elementos materiais nos quais se baseava esta afirmação. Em particular, a Comissão não indicou, na decisão impugnada, se dispunha, em apoio desta afirmação, de análises que comparassem o benefício que obteria o hipotético credor privado na sequência de um processo de insolvência (tendo em conta, nomeadamente, as despesas incorridas com esse processo) em relação ao benefício decorrente do procedimento legal de cobrança de dívidas. Do mesmo modo, a decisão impugnada não especificava se a Comissão tinha tido acesso a estudos ou análises que estabelecessem uma comparação entre a duração do processo de insolvência e a do procedimento legal de cobrança de dívidas.

### 3. Regras processuais

#### a) Dever de fundamentação

No acórdão *Buczek Automotive/Comissão*, já referido, o Tribunal Geral declarou que a Comissão não fundamentou suficientemente a sua decisão no que diz respeito aos requisitos relativos à afetação das trocas comerciais entre os Estados-Membros e a distorção ou a ameaça de distorção da concorrência.

O Tribunal recordou que não compete à Comissão proceder a uma análise económica da situação real dos sectores em causa, da quota de mercado da recorrente, da posição das empresas concorrentes e dos fluxos de trocas comerciais dos produtos e dos serviços em causa entre os Estados-Membros, uma vez que expõe de que forma os auxílios controvertidos falseiam a concorrência e afetam as trocas comerciais entre os Estados-Membros. Todavia, mesmo nos casos em que resulte das circunstâncias em que o auxílio foi concedido que o mesmo pode afetar as trocas comerciais entre



Estados-Membros e falsear ou ameaçar falsear a concorrência, compete à Comissão, pelo menos, evocar essas circunstâncias na fundamentação da sua decisão.

No caso concreto, o Tribunal considerou que a Comissão, na decisão impugnada, se limitou a repetir os termos do artigo 87.º, n.º 1, CE, não contendo nenhuma exposição, ainda que sucinta, dos factos e considerações jurídicas tidos em conta na apreciação desses requisitos. Além disso, a decisão impugnada não continha o mínimo elemento suscetível de demonstrar que o auxílio em causa pode afetar as trocas comerciais entre Estados-Membros e falsear ou ameaçar falsear a concorrência, nem sequer no âmbito da descrição das circunstâncias em que esse auxílio foi concedido.

No acórdão *Freistaat Sachsen e Land Sachsen-Anhalt e Mitteldeutsche Flughafen e Flughafen Leipzig-Halle/Comissão*, já referido, o Tribunal Geral anulou, por violação do dever de fundamentação, o artigo 1.º da decisão da Comissão, na medida em que fixava em 350 milhões de euros o montante do auxílio de Estado que a República Federal da Alemanha pretendia conceder ao aeroporto de Leipzig-Halle.

O Tribunal declarou que, mesmo admitindo que determinadas despesas decorrentes da entrada de capital resultem do exercício de missões públicas e não possam, por conseguinte, ser qualificadas de auxílio de Estado, a Comissão considerou, todavia, no artigo 1.º da decisão em causa, que a totalidade da entrada de capital constituía um auxílio de Estado.

Apesar de nenhuma disposição do direito da União lhe exigir que fixe o montante exato do auxílio a restituir, quando a Comissão decide indicar o montante de um auxílio de Estado, mesmo nos casos em que o auxílio é declarado compatível com o mercado comum, o Tribunal Geral sublinhou que a Comissão deve indicar o montante exato deste. Ora, no caso concreto, salientou que o montante do auxílio de Estado referido no artigo 1.º da decisão em causa é errado, dado que os montantes relativos às missões de serviço público não constituíam um auxílio de Estado e deviam, assim, ser deduzidos do montante total da entrada de capital.

## b) Direitos de defesa

No acórdão *Région Nord - Pas-de-Calais e Communauté d'Agglomération du Douaisis/Comissão*, já referido, o Tribunal Geral recordou a jurisprudência assente segundo a qual os interessados não podem invocar os direitos de defesa enquanto tais, dispondo apenas do direito de serem ouvidos e associados ao procedimento numa medida adequada às circunstâncias do caso concreto. Embora não se possa excluir que uma entidade infraestatal disponha de um estatuto que lhe conceda uma autonomia suficiente em relação ao governo central de um Estado-Membro para desempenhar um papel fundamental na definição do contexto político e económico no qual operam as empresas, o Tribunal sublinhou que o papel dos interessados, com exceção do Estado-Membro em causa, se limita ao papel de fonte de informação da Comissão no procedimento de controlo dos auxílios de Estado. Por conseguinte, estes não podem pretender participar, eles próprios, num debate contraditório com a Comissão.

## c) Protecção da confiança legítima

No acórdão *Regione autonoma della Sardegna e o./Comissão*, já referido, o Tribunal Geral julgou improcedente a alegação relativa à violação do princípio da protecção da confiança legítima, tendo recordado que a protecção da confiança legítima não pode ser invocada por uma pessoa condenada em razão de uma violação manifesta da regulamentação em vigor. Tal acontecia no caso concreto, na medida em que a Região da Sardenha tinha estabelecido um regime de auxílios ilegal, visto que não foi notificado à Comissão. Esta violação foi considerada manifesta, na medida em que tanto as



orientações de 1998 como a decisão de autorização <sup>12</sup> mencionavam expressamente o requisito do pedido prévio ao início das obras.

No que respeita à confiança legítima dos beneficiários decorrente da existência de uma decisão de autorização anterior, o Tribunal salientou que, em princípio, salvo circunstâncias excepcionais, só se pode invocar a confiança legítima na regularidade de um auxílio de Estado se este auxílio tiver sido concedido no respeito do procedimento previsto no artigo 88.º CE, o que um operador económico diligente deve, em regra, poder assegurar. No caso concreto, o Tribunal salientou que a decisão de autorização indicava claramente que a autorização da Comissão apenas dizia respeito aos auxílios a projetos levados a cabo após a apresentação do pedido de auxílio. Os beneficiários do auxílio controvertido, que não respeitavam este requisito, não podiam, por conseguinte, em princípio, invocar a confiança legítima na sua regularidade. Embora a jurisprudência não exclua a possibilidade de os beneficiários de um auxílio ilegal invocarem, no âmbito do processo de reembolso, circunstâncias excepcionais para se oporem ao reembolso do auxílio, só se pode agir neste sentido, com base nas disposições pertinentes do direito nacional, no âmbito do processo de reembolso perante os órgãos jurisdicionais nacionais, únicos competentes para apreciar, eventualmente após ter submetido ao Tribunal de Justiça questões prejudiciais de interpretação, as circunstâncias da causa.

### Marca comunitária

As decisões relativas à aplicação do Regulamento (CE) n.º 40/94, substituído pelo Regulamento (CE) n.º 207/2009 <sup>13</sup>, representam, ainda em 2011, uma parte importante do contencioso do Tribunal Geral (240 processos decididos, 219 processos entrados). Por conseguinte, só poderá ser apresentado uma breve resenha destas decisões.

#### 1. Motivos absolutos de recusa

O ano de 2011 foi, nomeadamente, marcado pelos dois primeiros processos de aplicação do artigo 7.º, n.º 1, alínea f), do Regulamento n.º 207/2009. Com efeito, o Tribunal Geral negou provimento a dois recursos de recusas de registo de marcas comunitárias contrárias à ordem pública e aos bons costumes. Em primeiro lugar, no acórdão de 20 de setembro de 2011, *Couture Tech/IHMI (representação do emblema soviético)* (processo T-232/10, ainda não publicado), o Tribunal Geral indicou que os sinais susceptíveis de serem apreendidos pelo público relevante como contrários à ordem pública ou aos bons costumes não são os mesmos em todos os Estados-Membros, nomeadamente por razões linguísticas, históricas, sociais ou culturais. Daqui concluiu que há que levar em consideração não apenas as circunstâncias comuns a todos os Estados-Membros da União, mas igualmente as circunstâncias particulares de cada Estado-Membro, individualmente considerado, susceptíveis de influenciar a percepção do público relevante situado no território destes Estados. O Tribunal observou que os elementos de direito nacional, húngaro no caso concreto, não são aplicáveis devido ao seu valor normativo e, por conseguinte, não são regras que vinculam o Instituto de Harmonização no Mercado Interno (marcas, desenhos e modelos) (IHMI). Contudo, estes elementos são indícios factuais que permitem apreciar a percepção de certas categorias de sinais pelo público relevante situado no Estado-Membro em causa.

<sup>12</sup> Decisão SG(98) D/9547 da Comissão, de 12 de novembro de 1998, que autoriza o regime de auxílios «N 272/98 — Itália: Auxílio a favor da indústria hoteleira».

<sup>13</sup> Regulamento (CE) n.º 40/94 do Conselho, de 20 de dezembro de 1993, sobre a marca comunitária (JO 1994, L 11, p. 1), substituído pelo Regulamento (CE) n.º 207/2009 do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009, sobre a marca comunitária (JO L 78, p. 1).

Após ter constatado que o Código Penal húngaro proibia certas utilizações de «símbolos de despotismo», entre os quais a foice e o martelo e a estrela vermelha de cinco pontas, visando esta proibição igualmente a utilização dos sinais em causa enquanto marcas, o Tribunal afirmou nomeadamente que o conteúdo semântico do emblema da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) não foi diluído ou transformado ao ponto de já não ser apreendido como símbolo político. Por conseguinte, considerou que a Câmara de Recurso decidiu corretamente ao declarar que a utilização, enquanto marca, da marca pedida seria apreendida por uma parte substancial do público relevante situado na Hungria como contrária à ordem pública ou aos bons costumes na aceção do artigo 7.º, n.º 1, alínea f), do Regulamento n.º 207/2009.

Seguidamente, no processo *PAKI Logistics/IHMI (PAKI)* (acórdão de 5 de outubro de 2011, T-526/09, não publicado), estava em causa o sinal PAKI, cujo registo tinha sido recusado pela Câmara de Recurso com fundamento no facto de ser apreendido pelo público anglófono da União Europeia como um termo racista, que correspondia à denominação degradante e insultuosa de um paquistanês ou, em termos mais gerais, de uma pessoa originária do subcontinente indiano, residente, nomeadamente, no Reino Unido. Neste contexto, o Tribunal Geral sublinhou que, embora o artigo 7.º, n.º 1, alínea f), do Regulamento n.º 207/2009 abrangesse, em primeiro lugar, qualquer sinal cuja utilização seja proibida por uma disposição do direito da União ou do direito nacional, mesmo não existindo tal proibição, o seu registo como marca comunitária não será possível com fundamento no motivo absoluto de recusa previsto nesta disposição, caso seja profundamente ofensivo. A apreciação da existência deste motivo absoluto de recusa deve ser efectuada tendo por base os critérios de uma pessoa razoável, com um nível médio de sensibilidade e de tolerância. Além disso, não se pode limitar o público relevante ao público ao qual se destinam diretamente os produtos e os serviços para a protecção dos quais o registo é requerido. Com efeito, deve ser levado em conta o facto de que os sinais abrangidos por este motivo de recusa causarão indignação não apenas ao público ao qual os produtos e serviços designados pelo sinal se destinam, mas também a outras pessoas que, apesar de não estarem interessadas nos referidos produtos e serviços, se depararão incidentalmente com este sinal na sua vida quotidiana. Tendo rejeitado os diferentes argumentos da recorrente tendentes a demonstrar que o termo «paki» não é, de modo algum, unívoco e discriminatório, o Tribunal concluiu que a Câmara de Recurso considerou legitimamente que este termo é apreendido como um insulto racista pelo público anglófono da União e que, por conseguinte, o seu registo viola a ordem pública e os bons costumes.

Além disso, no acórdão de 6 de julho de 2011, *i-content /IHMI (BETWIN)* (processo T-258/09, ainda não publicado), o Tribunal Geral anulou a decisão impugnada pelo facto de a Câmara de Recurso não ter fundamentado suficientemente o carácter descritivo e a falta de carácter distintivo da marca requerida em relação a determinados serviços previstos no pedido de registo. A este respeito, recordou que a faculdade de a Câmara de Recurso proceder a uma fundamentação geral para uma série de produtos ou de serviços só se pode estender a produtos e serviços que apresentem entre si uma relação suficientemente direta e concreta, formando uma categoria com homogeneidade suficiente para permitir que o conjunto das considerações de facto e de direito que fazem parte da fundamentação da decisão em causa, por um lado, explicita suficientemente o raciocínio seguido pela Câmara de Recurso para cada um dos produtos e dos serviços dessa categoria e, por outro, possa ser aplicado indiferentemente a cada um dos produtos e dos serviços em causa. Ora, no caso concreto, a decisão impugnada apresenta poucas indicações para associar os diferentes fundamentos de recusa aos numerosos serviços protegidos pela marca requerida. Do mesmo modo, o Tribunal salientou que a fundamentação relativa à falta de carácter distintivo da marca requerida se limita a indicar que a marca requerida, enquanto indicação descritiva «cujo significado podia ser compreendido por qualquer um, sem conhecimentos especializados e sem esforço de análise», e também desprovida de carácter distintivo, seria excluída do registo por força do artigo 7.º, n.º 1, alínea b), do Regulamento n.º 207/2009. O Tribunal também salientou que a Câmara de Recurso apenas indicou

que o termo «betwin» veiculava unicamente uma incitação geral a participar em certas apostas ou jogos, ou a obter vantagens económicas sob a forma de ganho, sem precisar o nexos possível com um determinado prestatário e que, por esta razão, o sinal em causa não permitia ao consumidor em questão concebê-lo como uma referência a uma origem comercial determinada dos serviços em relação com as possibilidades de apostas e de ganhos e de o perceber como o sinal individual de um prestatário determinado deste sector. Nestas circunstâncias, o Tribunal considerou que, no que se refere aos serviços que não se encontrem diretamente relacionados com o sector das apostas e dos jogos, a falta de fundamentação deve ser suscitada a título oficioso. Com efeito, não é possível compreender de que forma esta fundamentação geral se poderia aplicar a todos os outros serviços heterogéneos que são objeto do pedido de marca e dos quais alguns não têm nenhuma relação com as apostas e a procura de ganhos.

No que respeita ao sinal TDI, o Tribunal Geral também negou provimento, no acórdão de 6 de julho de 2011, *Audi e Volkswagen/IHMI (TDI)* (processo T-318/09, ainda não publicado, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça), ao recurso da decisão da Câmara de Recurso segundo a qual o sinal TDI, composto pelas iniciais dos termos previstos nas expressões «turbo direct injection» ou «turbo diesel injection», era descritivo em toda a União.

Em primeiro lugar, o Tribunal Geral indicou que o sinal nominativo TDI (objeto de um pedido de registo como marca comunitária para «Veículos e respetivas partes») pode servir para designar as características essenciais dos produtos e serviços previstos no pedido de marca. Relativamente aos veículos, este sinal nominativo designava a sua qualidade, uma vez que a característica essencial de um veículo é ser dotado de um motor «turbo diesel injection» ou «turbo direct injection». Quanto aos elementos de construção dos automóveis, o sinal nominativo TDI designa o seu tipo. Por conseguinte, o Tribunal considera que o sinal TDI é descritivo dos produtos em causa em toda a União. Em segundo lugar, o Tribunal rejeitou o argumento de que, para demonstrar a aquisição de um caráter distintivo pelo uso, por um lado, a implantação da marca não deve ser provada em todos os Estados-Membros e, por outro, os princípios aplicáveis ao prestígio de uma marca devem ser transpostos, de modo que é suficiente a demonstração da implantação da marca em relação a uma parte substancial do território da União. Com efeito, o Tribunal considerou que a marca deve ter adquirido caráter distintivo pelo uso em todos os Estados-Membros da União onde a marca pedida não dispunha ab initio de caráter distintivo. A este respeito, o Tribunal precisou nomeadamente que, tendo em conta o objeto do artigo 9.º, n.º 1, alínea c), do Regulamento n.º 207/2009 (que tem por objetivo proteger os interesses legítimos dos titulares cuja marca adquiriu prestígio, devido aos seus esforços comerciais e publicitários), o método escolhido para determinar o território relevante no âmbito da aplicação desta disposição não pode ser aplicado à aquisição do caráter distintivo pelo uso.

Por outro lado, no acórdão de 17 de maio de 2011, *Consejo Regulador de la Denominación de Origen Txakoli de Álava e o./IHMI (TXAKOLI)* (processo T-341/09, ainda não publicado), o Tribunal Geral foi chamado a interpretar o artigo 66.º, n.º 2, do Regulamento n.º 207/2009, relativo às marcas comunitárias coletivas, que enuncia uma exceção ao artigo 7.º, n.º 1, alínea c), do Regulamento n.º 207/2009. Com efeito, nos termos da primeira destas disposições, podem constituir marcas comunitárias coletivas, os sinais ou indicações que (apesar de serem descritivos) possam servir para designar a proveniência geográfica dos produtos ou serviços. No caso concreto, os recorrentes alegavam que o termo «txakoli» constituía uma indicação que podia servir para designar a proveniência geográfica do produto e dos serviços para os quais o registo foi requerido, na medida em que se tratava de uma menção tradicional complementar protegida pela regulamentação vitícola reservada aos vinhos das denominações de origem dos quais eram os conselhos reguladores.

A este respeito, o Tribunal considerou que este termo era considerado pela regulamentação aplicável apenas como a indicação de uma característica dos vinhos, e não como uma indicação da sua

proveniência geográfica, apesar da relação pretensamente existente entre o termo «txakoli» e o País Basco. Ora, o artigo 66.º do Regulamento n.º 207/2009 não deve ser interpretado de forma extensiva. Com efeito, tal equivaleria a usurpar a competência das autoridades que intervêm em matéria de denominações de origem ou indicações geográficas. Além disso, a exclusividade conferida por outras disposições do direito da União à utilização do termo «txakoli» não pode implicar automaticamente o registo do sinal em causa enquanto marca comunitária. Tal registo confere direitos específicos ao seu titular que não decorrem de outras normas como as da política agrícola.

O Tribunal indicou, por fim, que a recusa de registo da marca requerida não tem influência no direito exclusivo de que dispõem actualmente os recorrentes para utilizar os termos em causa em virtude da regulamentação em matéria vitícola e não tem por consequência autorizar a utilização desse termo a outros operadores para além dos que beneficiam desse direito em virtude dessa regulamentação, nem impedir os recorrentes de exigir o respeito da referida regulamentação.

Por fim, no acórdão de 6 de outubro de 2011, *Bang & Olufsen/IHMI (forma de um altifalante)* (processo T-508/08, ainda não publicado), o Tribunal Geral negou provimento ao recurso da decisão da Câmara de Recurso (da qual foi interposto recurso na sequência da anulação pelo Tribunal de uma decisão anterior)<sup>14</sup>, que recusou o registo de uma marca comunitária que consistia num sinal tridimensional constituído pela forma de um altifalante, uma vez que o sinal era exclusivamente constituído pela forma que conferia um valor substancial ao produto, na aceção do artigo 7.º, n.º 1, alínea e), iii), do Regulamento n.º 40/94.

No caso concreto, o Tribunal era confrontado com a questão de saber se a Câmara de Recurso tinha cometido um erro de direito ao proceder, após ter considerado que, no caso concreto, era aplicável um novo motivo absoluto de recusa — dado que o primeiro exame, que esteve na base do acórdão de anulação do Tribunal Geral, teve apenas por objeto o artigo 7.º, n.º 1, alínea b), do Regulamento n.º 40/94, isto é, a exigência de carácter distintivo —, ao exame do sinal à luz do motivo absoluto de recusa decorrente do artigo 7.º, n.º 1, alínea e), iii), do mesmo regulamento.

O Tribunal respondeu a esta questão pela negativa, sublinhando que, admitindo que possa considerar, contrariamente ao que decidiu o IHMI, que um sinal, objeto de um pedido de marca comunitária, não é abrangido pelo âmbito de um dos motivos absolutos de recusa de registo referidos no artigo 7.º, n.º 1, do Regulamento n.º 40/94, a anulação pelo Tribunal da decisão do IHMI que recusou o registo da referida marca conduziria necessariamente o IHMI, ao qual competia tirar as consequências do dispositivo e da fundamentação do acórdão do Tribunal, a dar novamente início ao procedimento de exame do pedido da marca em causa e a rejeitar este pedido, quando considerar que o sinal em causa é abrangido por outro motivo absoluto de recusa referido na mesma disposição. Com efeito, nos termos do artigo 74.º, n.º 1, do Regulamento n.º 40/94, quando do exame dos motivos absolutos de recusa, o IHMI é obrigado a examinar oficiosamente os factos pertinentes que o poderiam conduzir a aplicar um motivo absoluto de recusa. Por outro lado, um sinal que seja abrangido pelo âmbito de aplicação do artigo 7.º, n.º 1, alínea e), do Regulamento n.º 40/94 nunca pode adquirir um carácter distintivo na aceção do artigo 7.º, n.º 3, do mesmo regulamento, pela utilização que dele foi feita, enquanto esta possibilidade existe, nos termos desta última disposição, no que se refere aos sinais abrangidos pelos motivos de recusa previstos no artigo 7.º, n.º 1, alíneas b) a d), do Regulamento n.º 40/94.

<sup>14</sup> Acórdão de 10 de outubro de 2007, *Bang & Olufsen/IHMI (Forma de um altifalante)*, processo T-460/05, Colect., p. II-4207.

Consequentemente, se o exame de um sinal à luz do artigo 7.º, n.º 1, alínea e), do Regulamento n.º 40/94, levar à conclusão de que está preenchido um dos critérios mencionados nesta disposição, isso dispensará o exame do mesmo sinal à luz do artigo 7.º, n.º 3, do mesmo regulamento, uma vez que, nesta hipótese, a impossibilidade de registo deste sinal é caracterizada. Esta dispensa explica o interesse em proceder a um exame prévio do sinal à luz do artigo 7.º, n.º 1, alínea e), do Regulamento n.º 40/94 na hipótese em que seja possível aplicar vários dos motivos absolutos de recusa previstos ao referido n.º 1, sem que, contudo, tal dispensa possa ser interpretada no sentido de que implica a obrigação de um exame prévio do mesmo sinal à luz do artigo 7.º, n.º 1, alínea e), do Regulamento n.º 40/94.

## 2. Motivos relativos de recusa

No acórdão de 17 de fevereiro de 2011, *Formula One Licensing/IHMI — Global Sports Media (F1-LIVE)* (processo T-10/09, ainda não publicado, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça), o Tribunal Geral considerou que não existia um risco de confusão entre a marca F1-LIVE que designa produtos e serviços relativos ao domínio da Fórmula 1 (a saber, revistas, livros e publicações, reserva de lugares e organização de concursos pela Internet) e as marcas F1 e F1 Formula 1 da sociedade Formula One Licensing BV, devido ao caráter descritivo atribuído pelo público ao elemento «f1» e da semelhança mínima entre os sinais.

Com efeito, o público relevante entenderá a combinação da letra «f» e do número «1» como sendo a abreviatura da expressão «formule 1», que designa, em geral, uma categoria de automóveis de corrida e, por extensão, de corridas que envolvem esses automóveis. Além disso, o público relevante era suscetível de apreender o elemento «f1» da marca figurativa comunitária anterior F1 Formula 1 como sendo a marca utilizada pelo titular desta marca em relação com as suas atividades comerciais no domínio das corridas de automóveis de fórmula 1. Assim, o público relevante não apreenderá o elemento «f1» na marca requerida como um elemento distintivo, mas como um elemento utilizado para fins descritivos. Assim, o elemento «f1», numa tipografia comum, só possui um caráter distintivo mínimo relativamente aos produtos e serviços referidos e o eventual prestígio da marca figurativa comunitária utilizada na União estava essencialmente ligado ao logótipo F1 da marca F1 Formula 1.

No que respeita, mais especificamente, às marcas nominativas F1, os consumidores não ligarão o elemento «f1», contido na marca pedida, ao titular das marcas anteriores pelo facto de o único sinal que se habituaram a associar ao referido titular ser o logótipo da marca F1 Formula 1, e não o que figura numa tipografia standard. Os consumidores considerarão o sinal F1 numa tipografia comum como a abreviatura da expressão «fórmula 1», isto é, uma indicação descritiva.

Quanto à marca figurativa F1 Formula 1, tendo em conta a ausência de semelhança visual e o facto de a semelhança do ponto de vista fonético e conceptual ser limitada, o público relevante não confundirá a marca requerida com esta. A este respeito, o sentido genérico atribuído pelo público ao sinal F1 garante que este público compreenderá que a marca pedida respeita à fórmula 1, mas, devido à apresentação completamente diferente, não estabelecerá uma ligação com as atividades do titular da marca anterior.

## 3. Questões processuais

No acórdão de 9 de fevereiro de 2011, *Ineos Healthcare/IHMI — Teva Pharmaceutical Industries (Alpharen)* (processo T-222/09, ainda não publicado), o Tribunal Geral clarificou a sua jurisprudência relativa ao exame de factos notórios pela Câmara de Recurso do IHMI quando lhe é submetido um litígio.



Nos termos do artigo 74.º do Regulamento n.º 40/94, num processo respeitante a motivos relativos de recusa do registo, o exame do IHMI limita-se aos fundamentos invocados e aos pedidos apresentados pelas partes. Segundo o Tribunal Geral, esta disposição visa, designadamente, a base factual das decisões do IHMI, a saber, os factos e as provas em que estas se podem validamente basear. Assim, a Câmara de Recurso, ao pronunciar-se sobre um recurso de uma decisão que põe termo a um procedimento de oposição, só pode fundamentar a sua decisão nos factos e nas provas apresentados pelas partes. Contudo, a limitação da base factual da apreciação feita pela Câmara de Recurso não exclui que esta tenha em consideração, para além dos factos apresentados expressamente pelas partes no procedimento de oposição, factos notórios, quer dizer, factos que podem ser conhecidos por qualquer pessoa ou que podem ser conhecidos através de fontes geralmente acessíveis.

No caso concreto, o Tribunal sublinhou que, apesar de a descrição dos produtos farmacêuticos e das respetivas indicações terapêuticas com base nas quais a Câmara de Recurso baseou a sua apreciação da semelhança de determinados produtos provirem dos resultados das pesquisas efectuadas pela Câmara de Recurso em sítios Internet, estas não podem, de modo nenhum, atendendo ao grau de tecnicidade dos referidos produtos, ser consideradas informações que constituem factos notórios. Considerando que, se a informação em causa não tivesse sido utilizada, a decisão impugnada teria sido sensivelmente diferente, o Tribunal anulou parcialmente a referida decisão.

No acórdão de 16 de maio de 2011, *Atlas Transport/IHMI — Atlas Air (ATLAS)* (processo T-145/08, ainda não publicado, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça), o Tribunal Geral teve a oportunidade de precisar, por um lado, os requisitos aplicáveis à obrigação de expor os fundamentos de um recurso interposto na Câmara de Recurso e, por outro, a fiscalização jurisdicional da decisão da Câmara de Recurso relativa à suspensão de um processo de declaração de nulidade.

Em primeiro lugar, o Tribunal recordou que o recurso de uma decisão deve ser interposto, por escrito, no IHMI no prazo de dois meses a contar da data de notificação da decisão, devendo as alegações com os fundamentos do recurso ser apresentadas por escrito num prazo de quatro meses a contar da data de notificação da decisão. O Tribunal concluiu que um recorrente que pretenda interpor recurso na Câmara de Recurso tem o dever de, sob pena de o seu recurso ser julgado inadmissível, apresentar, no prazo previsto, as alegações com os fundamentos do recurso no IHMI e que estes fundamentos são mais do que a simples indicação da decisão que se pretende impugnar e da pretensão do recorrente de obter a respetiva reforma ou anulação pela decisão da Câmara de Recurso. Além disso, resulta de uma interpretação literal do termo «fundamentos» que o recorrente na Câmara de Recurso deve apresentar por escrito as razões que determinam o seu recurso. Não compete à Câmara de Recurso determinar, por dedução, os fundamentos em que assenta o recurso que deve apreciar. Portanto, quando o recorrente apresenta um articulado, deve indicar, por escrito e de forma suficientemente clara, os elementos de facto e/ou de direito que justificam o seu pedido. No caso concreto, não sendo apresentados fundamentos claros e compreensíveis na correspondência do recorrente e dado que a exposição dos fundamentos na Câmara de Recurso deve, nomeadamente, permitir a uma parte interveniente potencial, sem a assistência de um advogado, apreciar a oportunidade de responder aos argumentos contidos no recurso, o Tribunal considerou que o recurso para a Câmara de Recurso não cumpriu os requisitos do artigo 59.º do Regulamento n.º 40/94.

Em segundo lugar, o Tribunal recordou que a possibilidade de suspender o processo na Câmara de Recurso num processo de oposição constitui a expressão do princípio geralmente aceite nos Estados-Membros relativo à possibilidade de uma instância decisória suspender um processo nela pendente quando as circunstâncias do caso o justificarem. A aplicação por analogia desta possibilidade no contexto de um processo de declaração de nulidade justifica-se quando o processo de oposição e o processo por nulidade relativa têm por objeto apreciar o risco de confusão entre duas marcas e a possibilidade de suspender a instância contribui para a eficácia dos referidos processos.

Por conseguinte, a Câmara de Recurso tem o poder de suspender a instância num processo de declaração de nulidade quando as circunstâncias o justificam. Além disso, o Tribunal considerou que o poder de apreciação da Câmara de Recurso para suspender ou não a instância é amplo. Todavia, este poder não subtrai a apreciação da Câmara de Recurso à fiscalização do juiz, a qual se limita ao exame da inexistência de erro manifesto de apreciação ou de desvio de poder. Em particular, o Tribunal esclareceu, neste contexto, que a Câmara de Recurso deve respeitar os princípios gerais que regem um processo equitativo numa comunidade de direito, levando em conta não apenas o interesse da parte cuja marca comunitária é contestada mas também o das outras partes.

Além disso, no acórdão de 9 de Setembro de 2011, *dm-droguerie markt /IHMI — Distribuciones Mylar (dm)* (processo T-36/09, ainda não publicado)<sup>15</sup>, o Tribunal Geral declarou que, quando o IHMI constatava um erro linguístico, de transcrição ou um erro manifesto numa decisão, só poderia corrigir os erros ortográficos ou gramaticais, os erros de transcrição ou os erros de tal forma evidentes que a sua correcção só fosse possível através do texto resultante da retificação. Além disso, a competência das Divisões de Oposição para proferir uma nova decisão num processo em que já adotaram e notificaram uma decisão que põe termo a este processo não pode exceder os casos previstos no artigo 42.º do Regulamento n.º 207/2009 (processos de revogação, de retificação de erros materiais e de revisão). No caso concreto, tendo as alterações às quais procedeu consistido não apenas em completar uma frase inacabada cujo sentido era incompreensível, mas também na resolução de uma contradição interna em sede de fundamentos e de uma contradição entre os fundamentos e o dispositivo, o Tribunal concluiu que a retificação da versão inicial da decisão da Divisão de Oposição abrangeu a própria substância dessa decisão e que não se tratou, portanto, da reparação de um erro material. Tendo em conta a gravidade e o carácter flagrante desta irregularidade, o Tribunal anulou a decisão da Câmara de Recurso na medida em que não declarou a inexistência da versão alterada da decisão da Divisão de Oposição e, por conseguinte, não declarou esse ato nulo e de nenhum efeito.

Por fim, no acórdão de 14 de dezembro de 2011, *Vökl/IHMI — Marker Vökl (VÖLKL)* (processo T-504/09, ainda não publicado), o Tribunal Geral declarou que, quando o recurso para a Câmara de Recurso apenas diga respeito a uma parte dos produtos ou dos serviços visados pelo pedido de registo ou pela oposição, esse recurso autoriza a Câmara de Recurso a proceder a uma nova apreciação do mérito da oposição, mas unicamente face aos referidos produtos ou serviços, uma vez que o pedido de registo e a oposição não lhe tinham sido submetidos no que respeita aos demais produtos ou serviços visados. Consequentemente, quando anulou o ponto 2 do dispositivo da decisão da

<sup>15</sup> Ver, igualmente, no que respeita aos desenhos e modelos comunitários, o acórdão de 18 de outubro de 2011, *Reisenthel/IHMI — Dynamic Promotion* (Canastras e cestos) (T-53/10, ainda não publicado), no âmbito do qual foi declarado que uma violação dos direitos de defesa resultante do facto de uma decisão ter sido adoptada antes do termo do prazo concedido ao recorrente para apresentar as suas observações não constitui um erro manifesto na aceção do artigo 39.º do Regulamento (CE) n.º 2245/2002 da Comissão, de 21 de outubro de 2002, de execução do Regulamento (CE) n.º 6/2002 do Conselho relativo aos desenhos ou modelos comunitários (JO L 341, p. 28). Com efeito, essa violação constituiu um erro que afectou o procedimento que levou à adopção da decisão sendo, portanto, susceptível de viciar a substância desta.



Divisão de Oposição, relativo aos outros produtos, a Câmara de Recurso excedeu os limites da sua competência, nos termos definidos no artigo 64.º, n.º 1, do Regulamento n.º 207/2009 <sup>16</sup>.

#### 4. Prova da utilização séria da marca

No processo *Zino Davidoff/IHMI — Kleinakis kai SIA (GOOD LIFE)* (acórdão de 15 de julho de 2011, T-108/08, ainda não publicado), a oponente tinha baseado a prova da utilização séria da marca anterior nomeadamente na decisão do comité administrativo das marcas grego. Neste contexto, o Tribunal precisou que, embora, em princípio, o IHMI pudesse basear-se, enquanto elemento de prova, numa decisão nacional, devia, contudo, examinar com todo o cuidado exigido e de forma diligente se esse elemento de prova era suscetível de demonstrar a utilização séria de uma marca anterior. Ora, no caso concreto, um exame diligente da decisão grega teria revelado que esta se referia laconicamente aos documentos apresentados e aos argumentos aduzidos pelas partes no procedimento que levou à sua adoção. Além disso, esses documentos não foram juntos aos autos do procedimento no IHMI, pelo que não estavam à disposição da Câmara de Recurso. Nestas circunstâncias, a Câmara de Recurso não estava em condições de compreender o raciocínio, incluindo a apreciação das provas, nem de identificar as provas em que a decisão grega que declarou a existência de uma utilização séria da marca anterior se baseou. Por conseguinte, ao subscrever a conclusão das autoridades gregas, sem examinar com maior atenção se a decisão grega assentava em elementos de prova concludentes, a Câmara de Recurso violou o artigo 74.º, n.º 1, do Regulamento n.º 40/94 e o dever de diligência.

#### 5. Desenhos e modelos comunitários

No acórdão de 14 de junho de 2011, *Sphere Time/IHMI — Punch (Relógio fixado a uma correia)* (processo T-68/10, ainda não publicado), o Tribunal Geral sujeitou a aplicação, no âmbito de um processo de declaração de nulidade, do artigo 7.º, n.º 2, do Regulamento n.º 6/2002, que permite não levar em consideração a divulgação se o desenho ou modelo para o qual é requerida protecção tiver sido divulgado ao público pelo criador, pelo seu sucessor ou por um terceiro com base em informações prestadas ou em atos levados a cabo pelo criador ou pelo seu sucessor durante o período de 12 meses que antecede a data da apresentação do pedido de registo ou da data de prioridade, à condição de que o titular do desenho ou do modelo visado pelo pedido de declaração de nulidade demonstre que é o criador do desenho ou do modelo invocado para fundar o referido pedido ou o seu sucessor.

Neste mesmo acórdão, o Tribunal explicitou o conceito de «utilizador informado», tendo precisado a sua jurisprudência anterior <sup>17</sup> e sublinhado que, no que respeita aos artigos promocionais, este conceito inclui, por um lado, o profissional que os adquire para distribuição aos utilizadores finais e, por outro, estes utilizadores. Daqui conclui que o facto de um dos dois grupos de utilizadores informados apreender os desenhos ou modelos em causa como produzindo a mesma impressão

<sup>16</sup> É de referir que, neste acórdão, o Tribunal Geral também precisou que, para determinar se o recurso de um recorrente de uma decisão de uma Câmara de Recurso é admissível, se deveria considerar que uma decisão de uma Câmara de Recurso do IHMI não dá provimento, na acepção do artigo 65.º, n.º 4, do Regulamento n.º 207/2009, às pretensões de uma parte, quando, após ter indeferido um pedido que, a ser deferido, teria posto termo ao processo no IHMI em sentido favorável à parte que o tinha apresentado, remete o processo à instância inferior para reapreciação, e isso não obstante a eventualidade de essa reapreciação poder culminar numa decisão favorável a essa parte. Esta eventualidade não é suficiente para equiparar esta situação à situação em que a Câmara de Recurso dá provimento a um pedido com base em determinados fundamentos ou argumentos apresentados para o sustentar, e recusa, ou não analisa, os restantes fundamentos ou argumentos constantes do pedido.

<sup>17</sup> Acórdão de 22 de junho de 2010, *Shenzhen Taiden/IHMI Bosch Security Systems* (Equipamentos de comunicação), processo T-153/08, Colect., p. II-2517.

global é suficiente para constatar que o desenho ou modelo contestado não possui caráter singular. Por fim, o Tribunal precisou que, no âmbito da apreciação concreta da impressão global, não há que examinar, de forma isolada e exclusiva, a representação gráfica dos desenhos ou modelos anteriores, mas sim apreciar globalmente todos os elementos apresentados que permitem determinar, de forma suficientemente precisa e certa, a impressão global produzida pelo desenho ou modelo em causa. No que diz respeito, especificamente, aos desenhos e modelos que tenham sido utilizados sem terem sido registados, não se pode excluir que não exista nenhuma representação gráfica que mostre todos os seus pormenores pertinentes, comparável com a que figura no pedido de registo. Segundo o Tribunal, seria, por conseguinte, excessivo exigir do requerente da declaração de nulidade que essa representação fosse apresentada em todos os casos.

### *Acesso aos documentos das instituições*

A jurisprudência em matéria de acesso aos documentos é particularmente rica em 2011, com 23 processos concluídos, que abordaram diversos aspetos desta matéria.

#### **1. Interesse em agir**

No acórdão de 22 de março de 2011, *Access Info Europe/Conseil* (processo T-233/09, ainda não publicado, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça), o Tribunal Geral declarou que a divulgação da versão integral de um documento no sítio Internet de um terceiro (que não tinha respeitado a regulamentação aplicável ao acesso do público aos documentos do Conselho) não permitia considerar que o recorrente não tinha ou já não tinha interesse em pedir a anulação da decisão do Conselho que lhe recusou o acesso integral ao referido documento. Um recorrente pode conservar, nomeadamente, um interesse em pedir a anulação de um ato de uma instituição, a fim de evitar que a ilegalidade de que o mesmo está pretensamente viciado se reproduza no futuro. Esse interesse só existe, porém, se a ilegalidade alegada for suscetível de se reproduzir no futuro, independentemente das circunstâncias do processo que deu lugar ao recurso interposto pelo recorrente. É o que acontece no caso de um recurso de anulação de uma decisão do Conselho que recusa o acesso integral a um documento, na medida em que, por um lado, a ilegalidade alegada pelo recorrente assenta na interpretação de uma das exceções previstas no Regulamento (CE) n.º 1049/2001<sup>18</sup>, que o Conselho muito provavelmente voltará a invocar face a um novo pedido e que, por outro, o recorrente, enquanto associação que tem por objetivo promover a transparência no seio da União, pode apresentar, no futuro, pedidos de acesso análogos que incidam sobre o mesmo tipo de documentos.

#### **2. Definição de documentos**

No acórdão de 26 de outubro de 2011, *Dufour/BCE* (processo T-436/09, ainda não publicado), o Tribunal Geral precisou a definição de documento prevista no artigo 3.º, alínea a), da Decisão 2004/258/CE<sup>19</sup> do Banco Central Europeu (BCE) relativa ao acesso do público aos seus documentos, no contexto de um pedido de acesso a uma base de dados.

A este respeito, o Tribunal deduziu dos termos do artigo 3.º, alínea a), da Decisão 2004/258 que se depreende do conceito de documento um conteúdo que se conserva, suscetível de reprodução ou de consulta após a sua elaboração, e que a natureza do suporte de armazenamento de um conteúdo

<sup>18</sup> Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão (JO L 145, p. 43).

<sup>19</sup> Decisão 2004/258/CE do Banco Central Europeu, de 4 de março de 2004, relativa ao acesso do público aos documentos do Banco Central Europeu (JO L 80, p. 42).

é indiferente. Além disso, o Tribunal precisou que uma base de dados se caracteriza pela existência de um conteúdo de qualquer natureza e de um suporte fixo no qual este conteúdo é armazenado. Daqui deduziu que a totalidade dos dados contidos na base constituía um documento na aceção do artigo 3.º, alínea a), da Decisão 2004/258. Acrescentou que, sendo os dados independentes uns dos outros, o BCE era obrigado a proceder a um exame concreto e individual e a autorizar o acesso parcial aos dados cuja individualização pudesse ser efectuada graças aos mecanismos de pesquisa de que dispõe para esta base de dados, sob reserva de estes dados não serem abrangidos pelas excepções previstas no artigo 4.º da Decisão 2004/258.

### 3. Exceção relativa à protecção do processo decisório

No acórdão *Access Info Europe/Conselho*, já referido, o Tribunal Geral anulou a decisão do Conselho declarando que este último não tinha demonstrado que a divulgação da identidade dos autores das propostas apresentadas num documento que tinha por objeto uma proposta de regulamento relativo ao acesso do público aos documentos prejudicaria seriamente o processo decisório em curso. Após ter precisado que o público dispunha de um direito de acesso a todos os documentos cuja divulgação solicitasse, o Tribunal recordou que deveria ser concedido um acesso ainda mais amplo quando o Conselho age na qualidade de legislador, de modo a permitir um controlo por parte dos cidadãos de todas as informações que constituíram o fundamento de um ato legislativo. A possibilidade de conhecer os fundamentos dos atos legislativos é uma condição do exercício efectivo, pelos cidadãos, dos seus direitos democráticos. No caso concreto, o Tribunal declarou que o risco de a divulgação da identidade dos autores das propostas constantes do documento em causa poder reduzir a margem de manobra das delegações dos Estados-Membros no decurso de um processo legislativo para alterar a sua posição e comprometer gravemente as hipóteses de alcançar um compromisso não constitui um risco suficientemente grave e razoavelmente previsível.

No acórdão de 7 de junho de 2011, *Toland/Parlamento* (processo T-471/08, ainda não publicado), o Tribunal Geral anulou a decisão do Parlamento Europeu pela qual este recusou o acesso a um relatório de auditoria sobre o subsídio de assistência parlamentar elaborado pelo seu serviço de auditoria interna com o fundamento de, nomeadamente, a sua divulgação afetar gravemente o seu processo decisório. Apesar de admitir que o relatório de auditoria em causa correspondia efetivamente a um documento elaborado pela instituição para uso interno e relacionado com uma matéria sobre a qual a instituição ainda não tinha tomado posição, o Tribunal declarou que a instituição não fez prova bastante de que a divulgação deste documento prejudicaria, de forma concreta e efectiva, o seu processo decisório e teria um impacto substancial neste. Com efeito, a decisão impugnada não contém nenhum elemento tangível que permita concluir que esse risco de prejuízo do processo decisório era, à data da sua adoção, razoavelmente previsível e não puramente hipotético. A este respeito, o Tribunal acrescentou que nem a circunstância de a utilização pelos membros do Parlamento dos meios financeiros colocados à sua disposição ser um assunto sensível que suscita um grande interesse nos meios de comunicação social nem a alegada complexidade do processo decisório constituem, em si mesmos, uma razão objetiva suficiente para recluir um prejuízo grave ao processo decisório.

### 4. Exceção relativa à protecção dos objetivos de atividades de inspecção, inquérito e auditoria

No acórdão de 9 de setembro de 2011, *LPN/Comissão* (processo T-29/08, ainda não publicado, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça), o Tribunal Geral recordou que, embora a instituição deva, em princípio, proceder a um exame concreto e individual do conteúdo de cada documento solicitado de forma a determinar em que medida é aplicável uma exceção ao direito de acesso e se pode ser concedido um acesso parcial, esta obrigação pode ser derogada se for manifesto que, devido às

circunstâncias específicas do caso concreto, o acesso deve ser recusado ou concedido. Nesse caso, a instituição pode, em princípio, fundar a sua decisão de recusa nas presunções gerais aplicáveis a determinadas categorias de documentos.

A este respeito, o Tribunal declarou que, não tendo o recorrente o direito de consultar os documentos do processo administrativo da Comissão no âmbito de uma ação por incumprimento, há que reconhecer, por analogia com a situação dos interessados no âmbito do procedimento de controlo dos auxílios de Estado, a existência de uma presunção geral segundo a qual a divulgação dos documentos do processo administrativo prejudica, em princípio, a protecção dos objetivos das atividades de inquérito. Assim, é suficiente que a Comissão verifique se essa presunção geral se deve aplicar a todos os documentos em causa, sem que deva necessariamente proceder a um exame concreto e individual prévio do conteúdo de cada um desses documentos. Ora, estando em curso uma ação por incumprimento, a Comissão deve necessariamente partir do princípio de que esta presunção geral é aplicável a todos os documentos em causa. Esta presunção não exclui, contudo, o direito de os interessados demonstrarem que um determinado documento cuja divulgação é solicitada não é abrangido pela referida presunção ou que existe um interesse público superior que justifica a divulgação do documento referido no artigo 4.º, n.º 2, do Regulamento n.º 1049/2001.

Além disso, no processo que deu lugar ao acórdão de 15 de dezembro de 2011, *CDC Hydrogene Peroxide/Comissão* (T-437/08, ainda não publicado), o recorrente contestou a decisão da Comissão que lhe recusou o acesso ao índice do processo relativo a um procedimento de participação de nove empresas numa coligação entre empresas no mercado do peróxido de hidrogénio. A Comissão justificou a sua recusa invocando, nomeadamente, a necessidade de proteger a eficácia da sua política em matéria de coligação entre empresas e, em particular, o seu programa de clemência. O Tribunal anulou a decisão da Comissão, uma vez que esta última não demonstrou que a divulgação do documento em causa poderia afetar, de forma concreta e efectiva, os interesses protegidos.

No que respeita à exceção relativa à protecção dos interesses comerciais, o Tribunal declarou que o interesse de uma sociedade que participou numa coligação entre empresas de evitar ações de indemnização não pode ser qualificado de interesse comercial e, de qualquer modo, não constitui um interesse digno de protecção, designadamente perante o direito que assiste a qualquer pessoa de pedir reparação do prejuízo que lhe tenha causado um comportamento suscetível de restringir ou falsear o jogo da concorrência.

No que respeita à exceção relativa à protecção dos objetivos das atividades de inquérito da Comissão, o Tribunal declarou que as atividades de inquérito num processo concreto foram concluídas com a adoção da decisão final, independentemente de uma eventual anulação ulterior desta decisão pelos tribunais, pois foi nesse momento que a própria instituição em causa deu o processo por concluído. Além disso, o Tribunal rejeitou o argumento da Comissão segundo o qual a exceção assente no conceito de objetivos das atividades de inquérito é independente de qualquer processo concreto e pode ser invocada, de um modo geral, para recusar a divulgação de todo e qualquer documento suscetível de prejudicar a política da Comissão em matéria de coligação entre empresas, em especial o seu programa de clemência. Com efeito, uma interpretação de tal modo ampla do conceito de atividades de inquérito é inconciliável com o princípio segundo o qual as excepções visadas no artigo 4.º do Regulamento n.º 1049/2001 devem ser interpretadas e aplicadas de forma estrita. O Tribunal sublinhou que o Regulamento n.º 1049/2001 não permite pressupor que a política de concorrência da União deveria beneficiar, no quadro da aplicação deste regulamento, de um tratamento diferente relativamente a outras políticas da União, de modo que não existe qualquer razão para interpretar o conceito de objetivos das atividades de inquérito de um modo diferente no quadro da política da concorrência. Por fim, o Tribunal recordou que os programas de clemência e de cooperação não são os únicos meios para garantir o respeito das regras de concorrência da União. Com efeito, as ações de

indemnização intentadas nos órgãos jurisdicionais nacionais também são susceptíveis de contribuir substancialmente para a manutenção de uma concorrência efectiva na União.

## 5. Excepções invocadas pelo Estado-Membro, autor do ato

O acórdão de 13 de janeiro de 2011, *IFAW Internationaler Tierschutz-Fonds/Comissão* (processo T-362/08, ainda não publicado, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça), aborda a questão da fiscalização jurisdicional efectuada pelo juiz da União relativamente à aplicação da exceção material invocada por um Estado-Membro no âmbito do artigo 4.º, n.º 5, do Regulamento n.º 1049/2001. Esta disposição autoriza o Estado-Membro a solicitar à instituição à qual foi apresentado um pedido de acesso a um documento proveniente deste Estado que não divulgue este documento sem o seu acordo prévio <sup>20</sup>.

O Tribunal Geral precisou que, em caso de correspondência entre a decisão de uma instituição que recusou o acesso a um documento proveniente de um Estado-Membro, por um lado, e o pedido que este último apresentou ao abrigo do artigo 4.º, n.º 5, do Regulamento n.º 1049/2001, por outro, é da competência do juiz da União fiscalizar, a pedido do requerente a quem foi recusado o acesso pela instituição solicitada, se essa recusa se pode validamente fundamentar nas excepções previstas nos n.ºs 1 a 3 do artigo 4.º do Regulamento n.º 1049/2001, e se esta recusa resulta da apreciação das mesmas pela própria instituição ou pelo Estado-Membro em causa. Daqui decorre que, por força da aplicação do n.º 5 do artigo 4.º do Regulamento n.º 1049/2001, a fiscalização a efectuar pelo juiz da União não se limita a uma fiscalização *prima facie*. A aplicação desta disposição não o impede de proceder a uma fiscalização integral da decisão de recusa da instituição, que deve, designadamente, respeitar o dever de fundamentação e que assenta na apreciação material, pelo Estado-Membro em causa, da aplicabilidade das excepções previstas nos n.ºs 1 a 3 do artigo 4.º do Regulamento n.º 1049/2001. No quadro da aplicação do artigo 4.º, n.º 5, do Regulamento n.º 1049/2001, o Estado-Membro dispõe, todavia, de uma margem de apreciação bastante ampla para determinar se a divulgação de documentos nos domínios abrangidos pelo artigo 4.º, n.º 1, alínea a), deste mesmo regulamento é suscetível de prejudicar o interesse público. Com efeito, a apreciação da questão de saber se a divulgação de um documento prejudica os interesses protegidos por estas excepções materiais pode integrar as responsabilidades políticas deste Estado-Membro. Nesse caso, o Estado-Membro deve dispor, como a instituição, de uma ampla margem de apreciação. A fiscalização do juiz da União deve, por isso, limitar-se à verificação da observância das regras processuais e de fundamentação, bem como da exactidão material dos factos e da inexistência de erros manifestos de apreciação e de desvio de poder.

### *Política Externa e de Segurança Comum — Medidas restritivas*

O contencioso das medidas restritivas assumiu, em 2011, uma dimensão sem precedentes, representando mais de 90 processos entrados. Os acórdãos do Tribunal Geral foram marcados pela celeridade com que foram proferidos e pela afirmação de exigências relativas ao dever de fundamentação das decisões que impõem essas medidas.

<sup>20</sup> No acórdão de 24 de maio de 2011, *Batchelor/Comissão* (T-250/08, ainda não publicado), foi abordada uma problemática bastante semelhante. Nesse acórdão, o Tribunal Geral recordou que a excepção prevista no artigo 4.º, n.º 3, segundo período, do Regulamento n.º 1049/2001 tinha por objecto proteger determinados tipos de documentos elaborados no âmbito de um procedimento, cuja divulgação, mesmo após o termo deste procedimento, prejudicaria o processo decisório da instituição em causa. Estes documentos devem conter «pareceres para uso interno, como parte de deliberações e de consultas preliminares na instituição em causa». Não são abrangidos por esta categoria os documentos enviados a uma instituição por uma pessoa ou uma entidade externa a fim de ser objecto de uma troca de pontos de vista com a instituição.



Assim, no processo *Bamba/Conselho* (acórdão de 8 de junho de 2011, T-86/11, ainda não publicado, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça) — decidido em tramitação acelerada, em secção alargada e num prazo inferior a quatro meses após a interposição do recurso —, foi submetido ao Tribunal Geral um litígio relativamente à legalidade das medidas restritivas tomadas contra Nadiany Bamba, segunda esposa de Laurent Gbagbo, antigo presidente da Costa do Marfim. Estas medidas integravam-se no contexto das eleições presidenciais que tiveram lugar na Costa do Marfim no Outono de 2010, no termo das quais a Organização das Nações Unidas confirmou a vitória de Alassane Ouattara. A União também reconheceu a vitória de A. Ouattara e apelou aos responsáveis civis e militares da Costa do Marfim para aceitarem a autoridade do presidente democraticamente eleito, confirmando ao mesmo tempo a sua determinação de aplicar sanções contra quem criasse obstáculos ao respeito da vontade expressa de forma soberana pelo povo da Costa do Marfim.

A este respeito, o Tribunal recordou que a eficácia da fiscalização jurisdicional implica que a autoridade da União em causa deve comunicar os fundamentos das medidas restritivas aplicadas, na medida do possível, no momento da sua adoção ou, pelo menos, logo que possível após ter sido tomada, a fim de permitir aos seus destinatários exercerem, nos prazos previstos para o efeito, o seu direito de recurso. No caso de a parte em causa não dispor de um direito de audição antes da adoção de uma medida inicial que impõe essas medidas, o respeito do dever de fundamentação ainda é mais importante, uma vez que constitui a única garantia que permite ao interessado recorrer utilmente aos meios processuais colocados à sua disposição para impugnar a legalidade da referida medida. Em princípio, a fundamentação de um ato do Conselho que impõe essas medidas deve ter por objeto não só as condições legais de aplicação desse ato, mas igualmente as razões específicas e concretas pelas quais o Conselho considera, no exercício do seu poder de apreciação discricionário, que o interessado deve ser objeto dessas medidas. Dispondo o Conselho desse poder de apreciação relativamente aos elementos a tomar em conta com vista à adoção ou à manutenção de uma medida de congelamento de fundos, não se pode exigir que este indique de forma mais específica em que termos o congelamento dos fundos de uma pessoa pode contribuir, de forma concreta, na luta contra a obstrução do processo de paz e de reconciliação nacional ou que apresente provas que demonstrassem que o interessado poderia utilizar os seus fundos para proceder a essa obstrução no futuro.

No caso concreto, o Tribunal declarou que o Conselho se limitou a apresentar considerações vagas e gerais para fundamentar a inscrição de N. Bamba na lista impugnada. Em particular, a indicação de que é diretora do Grupo Cyclone, editor do jornal *Le temps*, não constitui uma circunstância suscetível de fundamentar de forma específica e concreta, na parte que lhe diz respeito, os atos impugnados. Com efeito, na falta de um qualquer elemento concreto, não é possível entender de que modo N. Bamba obstruiu o processo de paz e de reconciliação pela incitação pública ao ódio e à violência e pela participação em campanhas de desinformação relacionadas com as eleições presidenciais de 2010.

Nestas circunstâncias, o Tribunal declarou que a fundamentação dos atos impugnados não permitiu a N. Bamba impugnar a sua validade neste Tribunal. Preciso que isto não permitiu ao Tribunal exercer a sua fiscalização sobre a justificação destes e, por conseguinte, anulou os atos impugnados, mantendo, contudo, os seus efeitos até ao termo do prazo de interposição de recurso no Tribunal de Justiça, isto é, dois meses e dez dias a contar da notificação do acórdão ou, caso fosse interposto recurso, após lhe ser negado provimento, em aplicação do artigo 280.º TFUE e do artigo 264.º, segundo período, TFUE.

No quadro da luta contra a proliferação nuclear, é também de referir que, no acórdão de 7 de dezembro de 2011, *HTTS/Conselho* (processo T-562/10, ainda não publicado, decidido à revelia), o Tribunal Geral anulou o regulamento que impunha medidas restritivas à recorrente, declarando

que os elementos apresentados pelo Conselho eram contraditórios à primeira vista e não permitiam esclarecer se a inscrição do nome da recorrente na lista se devia à manutenção das circunstâncias levadas em conta no regulamento anterior, a saber, as relações entre a recorrente e a sociedade HDSL, ou a novas circunstâncias, a saber, as relações diretas entre a recorrente e a sociedade IRISL. Seja como for, nem o regulamento nem a resposta do Conselho ao pedido de reexame apresentado pela recorrente permitiam apreciar as razões pelas quais o Conselho tinha considerado que os elementos apresentados pela recorrente relativos à natureza das suas atividades e à sua autonomia em relação à HSL e à IRISL não eram susceptíveis de alterar a sua posição quanto à manutenção das medidas restritivas a seu respeito. Do mesmo modo, o Conselho não precisou a natureza do controlo alegadamente exercido pela IRISL sobre a recorrente ou as atividades desta última exercidas por conta daquela. O Tribunal anulou o regulamento impugnado, na parte aplicável à recorrente, por violação do dever de fundamentação. A fim de não prejudicar seriamente e de forma irreversível a eficácia das medidas restritivas impostas pelo regulamento impugnado e de evitar que a recorrente possa adotar comportamentos com vista a contornar o efeito das medidas restritivas posteriores, o Tribunal decidiu, contudo, manter os efeitos do referido regulamento durante um período máximo de dois meses a contar da data da prolação do acórdão.

### *Ambiente — Regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa*

No processo *Letónia/Comissão* (acórdão de 22 de março de 2011, processo T-369/07, ainda não publicado, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça), estava em causa a decisão da Comissão que declarou incompatível com o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, criado pela Diretiva 2003/87/CE <sup>21</sup>, um aspeto da alteração proposta do plano nacional de atribuição (a seguir «PNA») de licenças de emissão para a República da Letónia para o período de 2008 a 2012. Este PNA revisto, notificado pela República da Letónia, foi apresentado na sequência de uma primeira decisão da Comissão pela qual esta declarou incompatível com a Diretiva 2003/87 um aspeto do PNA inicial e considerou que não seriam levantadas objeções em relação ao PNA, sob reserva de lhe serem introduzidas alterações com vista a reduzir a quantidade total de licenças a atribuir. Todavia, a decisão relativa ao PNA revisto foi adotada após ter expirado o prazo previsto no artigo 9.º, n.º 3, da Diretiva 2003/87, que dispõe que a Comissão pode rejeitar um PNA ou qualquer aspeto deste no prazo de três meses a contar da data da sua notificação por um Estado-Membro, em caso de incompatibilidade com os critérios enunciados no anexo III da referida diretiva.

Para determinar se a Comissão podia adotar validamente a decisão impugnada após o termo deste prazo, o Tribunal salientou que, se a Comissão renunciar, no prazo de três meses a contar da notificação do seu PNA pelo Estado-Membro, a fazer uso deste poder, o Estado-Membro pode, em princípio, aplicar o referido PNA, sem que para tal necessite da aprovação da Comissão. Assim, o procedimento de exame do PNA não tem de ser necessariamente encerrado por uma decisão formal. Em contrapartida, o Tribunal sublinhou que a Comissão pode ser levada a fazer uso do seu poder decisório quando o Estado-Membro se abstém de alterar o seu PNA, ou se recusa fazê-lo, antes do termo do prazo de três meses, apesar das objeções suscitadas. Com efeito, na falta dessa decisão de rejeição da Comissão, o PNA notificado torna-se definitivo e beneficia de uma presunção de legalidade que permite ao Estado-Membro pô-lo em execução.

<sup>21</sup> Diretiva 2003/87/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de outubro de 2003, relativa à criação de um regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa na Comunidade e que altera a Diretiva 96/61/CE do Conselho (JO L 275, p. 32), conforme alterada pela Diretiva 2004/101/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de outubro de 2004 (JO L 338, p. 18).



No que respeita às alterações que, como no caso concreto, ocorreram numa fase posterior do procedimento de exame, o Tribunal Geral salientou que estas tinham precisamente por objetivo afastar as objeções inicialmente expressas pela Comissão. Consequentemente, a aceitação das alterações pela Comissão mais não é do que o corolário das objeções por ela inicialmente formuladas e não a expressão de um poder geral de autorização. Além disso, a aceitação pela Comissão das alterações propostas ao PNA não deve ser objeto de uma decisão formal da sua parte.

Além disso, o Tribunal salientou que o procedimento aberto nos termos do artigo 9.º, n.º 3, da Diretiva 2003/87 tem em vista garantir aos Estados-Membros uma segurança jurídica e, em especial, permitir-lhes estarem informados rapidamente, dentro de prazos curtos, sobre a forma como podem atribuir as suas licenças de emissão e gerir o regime de comércio com base nos seus PNA durante o período em causa. Com efeito, existe um interesse legítimo em que este PNA não esteja exposto, durante todo o seu período de validade, a um risco de contestação por parte da Comissão. Estas considerações aplicam-se a qualquer PNA, independentemente da questão de saber se se trata ou não da versão notificada inicialmente ou de uma versão revista e notificada posteriormente, tanto mais que o controlo da Comissão já tenha sido antecedido de uma primeira fase de exame.

Consequentemente, o conceito de notificação na aceção do artigo 9.º, n.º 3, da Diretiva 2003/87 abrange tanto a notificação inicial como a subsequente de diferentes versões de um PNA, de forma que cada uma dessas notificações desencadeia um novo prazo de três meses. No caso concreto, o Tribunal anulou a decisão impugnada, visto ter sido adotada após ter expirado o referido prazo, no termo do qual o PNA revisto se tornou definitivo.

### *Saúde pública*

No processo *França/Comissão* (acórdão de 9 de setembro de 2011, T-257/07, ainda não publicado, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça), a recorrente pretendia obter a anulação do regulamento pelo qual a Comissão tinha alterado o Regulamento (CE) n.º 999/2001<sup>22</sup>, na medida em que autorizava medidas de vigilância e de erradicação menos rigorosas do que as previstas anteriormente para os efectivos de ovinos e caprinos. Neste contexto, o Tribunal Geral precisou que a determinação do nível de risco considerado inaceitável para a sociedade é da competência das instituições encarregadas da opção política que constitui a fixação de um nível de protecção adequado. É a estas instituições que incumbe determinar o limiar crítico de probabilidade dos efeitos adversos para a saúde humana, a segurança e o ambiente e da gravidade destes efeitos potenciais que deixou de lhes parecer aceitável por esta sociedade e que, uma vez ultrapassado, exige o recurso a medidas preventivas apesar da incerteza científica que continua a existir. No momento da determinação do nível de risco considerado inaceitável pela sociedade, as instituições estão vinculadas pela sua obrigação de assegurar um nível elevado de protecção, não podendo adotar uma abordagem puramente hipotética do risco e orientar as suas decisões por um nível de «risco zero». O Tribunal indicou igualmente que a gestão do risco corresponde ao conjunto das ações empreendidas por uma instituição que deve enfrentar um risco a fim de o trazer para um nível considerado aceitável pela sociedade, tendo em conta a sua obrigação de assegurar um nível elevado de protecção da saúde pública, da segurança e do ambiente.

Por outro lado, o Tribunal sublinhou que incumbe à autoridade competente reexaminar as medidas provisórias adotadas dentro de um prazo razoável, visto que, quando novos elementos alteram

<sup>22</sup> Regulamento (CE) n.º 999/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio de 2001, que estabelece regras para a prevenção, o controlo e a erradicação de determinadas encefalopatias espongiformes transmissíveis (JO L 147, p. 1).

a percepção de um risco ou demonstram que esse risco pode ser circunscrito por medidas menos rígidas do que as existentes, cabe às instituições zelar por uma adaptação da regulamentação aos novos dados. Assim, novos conhecimentos ou novas descobertas científicas, quando justificam a flexibilização de uma medida preventiva, alteram o conteúdo concreto da obrigação que impende sobre as autoridades públicas de manterem de modo constante um elevado nível de protecção da saúde humana. Se esses elementos vierem a alterar a avaliação dos riscos, a legalidade da adoção de medidas preventivas menos rigorosas deve ser apreciada tendo em conta estes elementos e não em função dos elementos que tenham determinado a avaliação dos riscos no quadro da adoção das medidas preventivas iniciais. É unicamente quando este novo nível de risco excede o nível do risco considerado aceitável pela sociedade que a violação do princípio da precaução deve ser declarada pelo juiz.

### *Radiodifusão televisiva*

Nos processos *FIFA/Comissão* (acórdão de 17 de fevereiro de 2011, T-385/07, ainda não publicado, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça) e *UEFA/Comissão* (acórdão de 17 de fevereiro de 2011, T-55/08, ainda não publicado, objeto de recurso para o Tribunal de Justiça), foi submetido ao Tribunal Geral um recurso de anulação pelo órgão executivo mundial de futebol e pela instância dirigente do futebol europeu das decisões da Comissão pelas quais esta considerou compatíveis com o direito da União as listas, elaboradas pelo Reino da Bélgica e pelo Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, dos acontecimentos considerados de grande importância para a sociedade na aceção do artigo 3.º-A, n.º 1, da Diretiva 89/552/CEE <sup>23</sup>. Estas listas continham, nomeadamente, no que respeita à Bélgica, todos os jogos da fase final do Campeonato do Mundo de futebol e, no que respeita ao Reino Unido, todos os jogos da fase final do Campeonato Europeu de futebol (EURO). Tinham sido enviadas à Comissão em aplicação da Diretiva 89/552, que permite aos Estados-Membros proibirem a transmissão exclusiva dos acontecimentos que considerem de grande importância para a sociedade, quando essa transmissão priva uma parte considerável do público da possibilidade de acompanhar esses acontecimentos na televisão de acesso não condicionado.

Em primeiro lugar, o Tribunal Geral considerou que a referência feita ao Campeonato do Mundo e ao EURO no décimo oitavo considerando da Diretiva 97/36/CE <sup>24</sup> implica que, quando um Estado-Membro inscreve os jogos destes campeonatos na lista que elaborou, não tem necessidade de incluir na sua comunicação à Comissão uma fundamentação especial relativamente ao carácter destes enquanto acontecimento de grande importância para a sociedade. Todavia, a eventual conclusão da Comissão de que a inscrição do Campeonato do Mundo e do EURO na sua integralidade numa lista de acontecimentos de grande importância para a sociedade de um Estado-Membro é compatível com o direito da União, com o fundamento de estes campeonatos serem, pelas suas características intrínsecas, considerados acontecimentos únicos, pode ser posta em causa com base em elementos específicos. Em particular, compete aos recorrentes demonstrar que os jogos «non prime» do Campeonato do Mundo (ou seja, todos os jogos menos as meias-finais, a final e os jogos de uma ou várias equipas nacionais do país em causa) e/ou «non-gala» do EURO (ou seja, todos os jogos menos o jogo de abertura e a final) não têm tal importância para a sociedade deste Estado.

<sup>23</sup> Diretiva 89/552/CEE do Conselho, de 3 de outubro de 1989, relativa à coordenação de certas disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros relativas ao exercício de atividades de radiodifusão televisiva (JO L 298, p. 23).

<sup>24</sup> Diretiva 97/36/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de junho de 2003, que altera a Diretiva [89/552] (JO L 202, p. 60).

Neste contexto, o Tribunal precisou que os jogos «prime» e os jogos de «gala», bem como os jogos em que participa a equipa nacional correspondente, são de grande importância para o público de um determinado Estado-Membro e podem, por conseguinte, ser inscritos numa lista nacional que mencione os acontecimentos que este público pode acompanhar na televisão de acesso não condicionado. No que diz respeito aos restantes jogos do Campeonato do Mundo e do EURO, o Tribunal salientou que estas competições podem ser consideradas acontecimentos únicos e não uma sucessão de acontecimentos individuais repartidos em jogos. Precisou que os jogos que não sejam jogos «prime», jogos de «gala» e jogos que envolvem a equipa nacional correspondente podem ter uma incidência na participação das referidas equipas nos jogos «prime» e de «gala», o que pode suscitar um interesse particular do público de os acompanhar. A este respeito, o Tribunal observou que não pode ser determinado com antecedência (na altura da elaboração das listas nacionais ou da aquisição dos direitos de transmissão) que jogos serão verdadeiramente decisivos para as etapas subsequentes destes campeonatos ou que terão impacto sobre o futuro de uma determinada equipa nacional. Por esta razão, o Tribunal considerou que o facto de determinados jogos «non prime» ou de «non-gala» poderem ter influência sobre a participação nos jogos «prime» ou de «gala» pode justificar a decisão de um Estado-Membro de considerar todos os jogos destes campeonatos como sendo de grande importância para a sociedade. Além disso, o Tribunal constatou a inexistência de uma harmonização dos acontecimentos que poderiam ser considerados de grande importância para a sociedade e salientou que os níveis de audiência dos jogos «non prime» e «non-gala» dos últimos campeonatos demonstravam que estes jogos atraíram um número significativo de telespectadores, dos quais uma parte considerável não se interessa normalmente pelo futebol.

Por fim, o Tribunal salientou que, embora a qualificação do Campeonato do Mundo e do EURO como acontecimento de grande importância para a sociedade possa influenciar o preço que a FIFA e a UEFA obterão pela atribuição dos direitos de transmissão destes campeonatos, esta qualificação não elimina o valor comercial destes direitos, visto que estas duas organizações não são obrigadas a ceder estes direitos a quaisquer condições. Do mesmo modo, apesar de esta qualificação restringir a liberdade de prestação de serviços e a liberdade de estabelecimento, esta restrição é justificada dado que tem por objetivo proteger o direito à informação e assegurar um acesso amplo do público às transmissões televisivas dos acontecimentos de grande importância para a sociedade.

### *Contratos públicos — Direito a um recurso efectivo*

No acórdão de 20 de setembro de 2011, *Evropaïki Dynamiki/BEI* (processo T-461/08, ainda não publicado), o Tribunal Geral, após ter declarado a sua competência para se pronunciar sobre um recurso interposto por um proponente excluído da decisão tomada pelo Comité de Direção do Banco Europeu de Investimento (BEI) de adjudicar um contrato público de prestação de serviços no domínio informático, anulou a referida decisão com o fundamento de que, nomeadamente, o processo de concurso não tinha respeitado os requisitos de uma protecção jurídica completa. Com efeito, por um lado, a decisão impugnada não foi notificada à recorrente, que dela só teve conhecimento quando deixou, em princípio, de produzir efeitos, com a assinatura e a entrada em vigor do contrato. Ora, no caso concreto, para dar um carácter efectivo ao seu recurso no processo principal, que tinha por objeto a fiscalização da imparcialidade do processo de concurso e a preservação da oportunidade de o contrato com o BEI lhe poder ser adjudicado no termo do referido processo, teria sido necessário conceder à recorrente a possibilidade de apresentar um pedido de suspensão da execução da decisão de adjudicação do contrato, antes mesmo da assinatura e da entrada em vigor do contrato.

Por outro lado, o BEI não tinha apresentado à recorrente uma fundamentação suficiente da decisão de adjudicação do contrato antes da interposição do seu recurso no processo principal que tinha por objeto, nomeadamente, a anulação desta decisão. No âmbito de um processo de adjudicação de um contrato público, o direito a um recurso efectivo de um proponente excluído da decisão

que adjudica o contrato público a outro proponente e a obrigação daqui decorrente que incumbe à entidade adjudicante de lhe comunicar, a pedido deste, os fundamentos da sua decisão devem ser considerados como formalidades essenciais no sentido da jurisprudência, na medida em que estas envolvem o processo de elaboração da decisão de adjudicação de garantias que permitem o exercício de uma fiscalização efectiva da imparcialidade do processo de concurso que conduziu a esta decisão.

## II. Contencioso da indemnização

No acórdão de 8 de novembro de 2011, *Idromacchine e o./Comissão* (processo T-88/09, ainda não publicado), o Tribunal Geral abordou a questão da determinação da responsabilidade extracontratual da Comunidade em caso de violação por uma instituição do seu dever de respeito do sigilo profissional, pelo facto de ter sido publicada no Jornal Oficial da União Europeia uma informação respeitante à recorrente.

O Tribunal salientou que, no que se refere à divulgação de informações numa decisão da Comissão em matéria de auxílios de Estado, deve ser considerada confidencial a informação segundo a qual a empresa, não beneficiária do auxílio em causa, não foi capaz de entregar à outra parte contratual produtos conformes com as normas em vigor e as condições contratuais, na medida em que esta informação foi comunicada pelo Estado-Membro em causa à Comissão unicamente para efeitos do procedimento administrativo de exame dos auxílios em causa e que diz respeito à execução das relações comerciais entre as sociedades em causa. Além disso, essas informações são susceptíveis de causar um grave prejuízo à empresa em causa, dado que fazem nominativamente referência a esta empresa em termos desfavoráveis. Além disso, na medida em que a divulgação da informação era suscetível de lesar a imagem e a reputação da empresa, o interesse desta em que tal informação não fosse divulgada era objetivamente digno de protecção.

O Tribunal precisou que a apreciação do carácter confidencial de uma informação necessita de uma ponderação entre os interesses individuais legítimos que se opõem à sua divulgação e o interesse geral que exige que as atividades das instituições da União decorram de uma forma tão aberta quanto possível. No caso concreto, a divulgação das informações é considerada desproporcional tendo em conta o objeto da decisão da Comissão, uma vez que teria sido suficiente dar conta dos incumprimentos contratuais em termos muito gerais ou, tal sendo o caso, em termos mais específicos, sem que fosse necessário, nem numa nem noutra dessas duas hipóteses, mencionar o nome do fornecedor.

Salientando que a Comissão não dispõe de uma margem de apreciação ampla quanto à questão de saber se há que abandonar, num caso concreto, a regra da confidencialidade, o Tribunal concluiu que o facto de divulgar uma informação de carácter confidencial que prejudica a reputação de uma sociedade constituía uma violação do dever de sigilo profissional previsto no artigo 287.º CE e bastava para demonstrar a existência de uma violação suficientemente caracterizada. Assim, a Comissão foi condenada no pagamento de 20 000 euros a título de reparação dos prejuízos para a imagem e a reputação sofridos pela recorrente.

No acórdão de 23 de novembro de 2011, *Sison/Conselho* (processo T-341/07, ainda não publicado, proferido em secção alargada), o Tribunal Geral precisou as condições de determinação da responsabilidade extracontratual da União (em particular a condição relativa à violação suficientemente caracterizada de uma norma que confere direitos aos particulares) na hipótese em que a decisão ilegal na origem do dano foi anulada pelo Tribunal com o fundamento de que as decisões nacionais nas quais o Conselho se baseou para congelar os fundos do recorrente não tinham

por objetivo a abertura de inquéritos ou de processos nem uma condenação por atividade terrorista, contrariamente às exigências da legislação da União.

A este respeito, o Tribunal recordou que a ação de indemnização não tem por objetivo assegurar a reparação de um prejuízo causado por qualquer ilegalidade. Só uma violação suficientemente grave de uma norma de direito que tenha por objeto conferir direitos aos particulares pode fazer a União incorrer em responsabilidade. O critério decisivo que permite considerar que este pressuposto está preenchido é o da violação manifesta e grave, pela instituição em causa, dos limites que se impõem ao seu poder de apreciação. Todavia, o alcance do poder de apreciação da instituição em causa, embora tenha carácter determinante, não constitui um critério exclusivo. Assim, o regime da responsabilidade extracontratual leva nomeadamente em consideração a complexidade das situações a regular e as dificuldades de aplicação ou de interpretação dos textos.

Ora, o Tribunal considera que, apesar de o Conselho não dispor de qualquer margem discricionária quando aprecia se os elementos de facto e de direito susceptíveis de condicionar a aplicação de uma medida de congelamento de fundos estão reunidos, a interpretação e a aplicação do direito da União eram particularmente difíceis no caso concreto. Declarou que a própria redação das disposições em causa é particularmente confusa, como confirma a abundante jurisprudência do Tribunal a este respeito. Só após ter apreciado uma dezena de processos, ao longo de vários anos, o Tribunal elaborou progressivamente um quadro racional e coerente de interpretação destas disposições. Só aquando do acórdão que anulou a decisão que esteve na origem do dano é que o Tribunal considerou que uma decisão nacional deveria, para poder ser validamente invocada pelo Conselho, inscrever-se no âmbito de um processo nacional com o objetivo de, diretamente e a título principal, impor uma medida preventiva ou repressiva contra o interessado, a título da luta contra o terrorismo. Além disso, o Tribunal salientou a complexidade das apreciações jurídicas e factuais exigíveis com vista a decidir o caso concreto. Por fim, sublinhou que a importância fundamental do objetivo de interesse geral que constitui a luta contra as ameaças de paz e da segurança internacionais e os constrangimentos especiais que a sua prossecução «por todos os meios» impõe às instituições da União visadas, a pedido urgente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, são igualmente factores que importa tomar em consideração.

Assim, no caso concreto, a violação pelo Conselho da regulamentação aplicável, embora demonstrada com clareza, explica-se, segundo o Tribunal, pelas contingências e responsabilidades específicas que recaíam sobre essa instituição e constitui uma irregularidade que uma administração normalmente prudente e diligente poderia ter cometido em circunstâncias análogas, de modo que não se pode concluir que exista uma violação suficientemente caracterizada suscetível de dar lugar a um direito de reparação.

### **III. Recursos de decisões do Tribunal da Função Pública**

Em 2011 foram interpostos 44 recursos de decisões do Tribunal da Função Pública e 29 processos foram decididos pela Secção dos Recursos de decisões do Tribunal da Função Pública. Quatro delas merecem uma atenção particular.

No acórdão de 12 de julho de 2011, *Comissão/Q* (processo T-80/09 P, ainda não publicado), o Tribunal Geral sublinhou que a mera demonstração de uma ilegalidade basta para que se considere que está preenchido o primeiro dos três requisitos necessários para responsabilizar a Comunidade pelos danos causados aos seus funcionários e antigos funcionários, devido a uma violação do direito europeu da função pública, sem que seja necessário demonstrar uma violação suficientemente

caracterizada de uma norma jurídica destinada a conferir direitos aos particulares <sup>25</sup>. Além disso, o Tribunal indicou que a admissibilidade da ação de indemnização intentada por um funcionário nos termos do artigo 24.º, segundo parágrafo, do Estatuto dos Funcionários da União Europeia está subordinada ao esgotamento das vias de recurso nacionais, desde que estas assegurem de maneira eficaz a protecção das pessoas interessadas e possam dar lugar à reparação do dano alegado. A este respeito, o regime especial de responsabilidade, regime de responsabilidade objetiva, instituído pela referida disposição assenta no dever que incumbe à administração de proteger a saúde e a segurança dos seus funcionários e agentes contra os ataques ou tratamentos incorrectos cometidos por terceiros ou por outros funcionários, de que podem ser vítimas no exercício das suas funções, nomeadamente sob a forma de assédio moral, na aceção do artigo 12.º-A, n.º 3, do Estatuto. Portanto, o Tribunal declarou que o Tribunal da Função Pública tinha violado os artigos 90.º e 91.º do Estatuto e decidido ultra petita, condenando a Comissão a reparar o dano moral resultante de um erro de serviço que contribuiu para isolar o recorrente no âmbito da sua unidade. Por fim, o Tribunal considerou que o Tribunal da Função Pública também tinha violado os artigos 90.º e 91.º do Estatuto e excedido os limites da sua fiscalização jurisdicional, substituindo-se, na prática, à administração na parte em que se pronunciou sobre a acusação de assédio moral formulada pelo recorrente.

Por outro lado, nos acórdãos de 14 de dezembro de 2011, *Comissão/Pachtitis* (processo T-361/10 P, ainda não publicado) e *Comissão/Vicente Carbajosa e o.* (processo T-6/11 P, ainda não publicado), confirmando, neste ponto, os acórdãos proferidos pelo Tribunal da Função Pública, o Tribunal Geral declarou que o Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias (EPSO) não tinha competência para determinar o teor dos testes de acesso a um concurso. O Tribunal analisou a repartição de competências entre o EPSO e o júri de um concurso à luz do anexo III do Estatuto, tendo concluído que, apesar de a competência para determinar o teor dos testes de acesso não ter sido expressamente atribuída ao EPSO nem ao júri, o desenrolar dos testes era, antes da criação do EPSO, segundo jurisprudência assente, confiado ao júri dos concursos. Portanto, não tendo havido uma alteração estatutária que conferisse expressamente ao EPSO essa competência, por um lado, e tendo em conta a natureza essencialmente organizacional das tarefas atribuídas ao EPSO pelo artigo 7.º do mesmo anexo, por outro, o Tribunal declarou que o EPSO não era competente para determinar o teor dos testes de pré-selecção de um concurso. Quanto à decisão que institui o EPSO <sup>26</sup> e à decisão relativa à organização e funcionamento deste organismo <sup>27</sup>, o Tribunal Geral considerou que estas tinham um estatuto hierárquico inferior ao das disposições do Estatuto. Assim, por força do princípio da legalidade, se estas decisões contêm, por vezes, formulações que podem induzir em erro, deixando pensar que o EPSO é competente para determinar o teor dos testes de acesso, estas decisões não podem ser interpretadas num sentido que contrarie o estatuto.

Por fim, no acórdão de 21 de setembro de 2011, *Adjemian e o./Comissão* (processo T-325/09 P, ainda não publicado), o Tribunal Geral declarou que o princípio da proibição do abuso de direito, por força do qual ninguém pode invocar abusivamente normas jurídicas, faz parte dos princípios gerais de direito. Daqui decorre que o legislador e a Autoridade Competente para a Contratação de Pessoal (a

<sup>25</sup> Confirmando, neste ponto, o acórdão de 16 de dezembro de 2010, *Comissão/Petrilli* (T-143/09 P, ainda não publicado), o qual foi objecto de uma proposta de reexame, arquivada pela decisão do Tribunal de Justiça de 8 de fevereiro de 2011, C-17/11 RX.

<sup>26</sup> Decisão 2002/620/CE do Parlamento Europeu, do Conselho, da Comissão, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, do Comité Económico e Social, do Comité das Regiões e do Procurador de Justiça, de 25 de julho de 2002, que institui o Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias (JO L 197, p. 53).

<sup>27</sup> Decisão 2002/621/CE dos secretários-gerais do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, do escrivão do Tribunal de Justiça, dos secretários-gerais do Tribunal de Contas, do Comité Económico e Social e do Comité das Regiões e do representante do Provedor de Justiça, de 25 de julho de 2002, relativa à organização e funcionamento do Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias (JO L 197, p. 56).



seguir «ACCP») devem, aquando da adoção ou da execução das regras que regem as relações entre as Comunidades Europeias e os seus agentes, evitar os abusos de direito susceptíveis de resultar da utilização de contratos de trabalho sucessivos por tempo determinado, em conformidade com os objetivos da melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e de uma protecção social adequada destes últimos, referidos no artigo 136.º CE. Por outro lado, o Tribunal declarou que a característica principal dos contratos de trabalho como agente contratual para o desempenho de tarefas auxiliares era a sua precariedade no tempo, o que corresponde à própria finalidade destes contratos de efectuar tarefas precárias, por natureza ou na falta de um titular, por pessoal ocasional. Por conseguinte, o referido regime não pode ser utilizado pela ACCP para atribuir tarefas correspondentes a um «lugar permanente» durante longos períodos de tempo a este pessoal, que se encontra, assim, anormalmente utilizado, a troco de uma incerteza prolongada. Com efeito, tal prática seria contrária ao princípio de proibição do abuso de direito, aplicado à utilização por parte da ACCP na função pública de contratos de trabalho sucessivos por tempo determinado. Todavia, esse abuso pode ser corrigido e as consequências negativas sofridas pelo interessado podem ser eliminadas procedendo a uma requalificação do contrato de trabalho, a qual pode, nomeadamente, conduzir à conversão de contratos de trabalho sucessivos a termo em contratos de trabalho sem termo

#### IV. Pedidos de medidas provisórias

Foram submetidos este ano ao presidente do Tribunal Geral 44 pedidos de medidas provisórias, o que representa um ligeiro aumento em relação ao número de pedidos entrados (41) em 2010. Em 2011, o juiz das medidas provisórias decidiu 52 processos, contra 38 em 2010. Deferiu dois pedidos de suspensão da execução, relativos a coimas que tinham sido aplicadas às recorrentes pela participação destas em coligações anticoncorrenciais, a saber no despacho de 2 de março de 2011, *1. garantovaná/Comissão* (processo T-392/09 R, não publicado), e no despacho de 13 de abril de 2011, *Westfälische Drahtindustrie e o./Comissão* (processo T-393/10 R, ainda não publicado). Estes dois despachos deram ao presidente do Tribunal Geral a oportunidade de precisar a jurisprudência relativa aos grupos, que levava a tomar em consideração, no contexto da urgência, os recursos financeiros do grupo de sociedades ao qual pertencia a sociedade que requereu as medidas provisórias.

No processo *1. garantovaná/Comissão*, já referido, a sociedade recorrente, que opera no domínio da finança, pretendia obter uma dispensa da obrigação, imposta pela Comissão, de apresentar uma garantia bancária como condição para a não cobrança imediata da coima que lhe tinha sido aplicada por ter exercido uma influência determinante na política comercial de outra sociedade participante numa coligação no sector dos reagentes de carboneto de cálcio e magnésio nas indústrias siderúrgica e do gás. O presidente do Tribunal declarou que existiam, no caso concreto, circunstâncias excecionais que justificavam a suspensão da obrigação de constituir essa garantia. Com efeito, a recorrente tinha demonstrado, além da existência de *fumus boni juris*, que a sua situação financeira precária estava na base das recusas de atribuição da garantia bancária em questão por parte de diversos bancos. Além disso, os elementos apresentados pela Comissão não permitiam pôr em causa a afirmação da recorrente segundo a qual não pertencia a um grupo mais importante e não tinha um acionista maioritário. A recorrente também não se apresentava como fazendo parte de uma rede, cujos membros pudessem ter interesses em comum. Por outro lado, a recorrente não podia ser acusada de ter provocado a sua má situação financeira com o seu próprio comportamento. O facto de, pouco tempo antes de lhe ter sido aplicada a coima, ter investido a maior parte dos activos que detinha em empréstimos a longo prazo e de ter, assim, imobilizado estes activos encontrava uma explicação razoável na sua atividade como investidor capitalista. A este respeito, não se podia exigir que a recorrente congelasse os seus investimentos e cessasse a sua atividade económica durante o procedimento administrativo levado a cabo pela Comissão. Tendo ponderado os interesses em presença, o presidente do Tribunal considerou que os interesses financeiros da União não seriam mais



bem protegidos se se procedesse a uma execução forçada imediata da coima, porque seria improvável que a Comissão pudesse, assim, obter o montante correspondente à coima. Por conseguinte, ordenou a dispensa requerida, na condição, porém, de a recorrente não ceder certos activos sem autorização prévia da Comissão, de proceder ao pagamento à Comissão do valor equivalente ao adiantamento que tinha efectuado e de informar a Comissão regularmente da evolução dos seus activos e dos seus investimentos.

No processo *Westfälische Drahtindustrie e o./Comissão*, já referido, três sociedades membros de um grupo que opera no sector industrial do aço, ao qual foram aplicadas coimas por terem participado numa coligação no mercado do aço para pré-esforço, apresentaram um pedido de medidas provisórias com vista a obter uma dispensa da obrigação de apresentar garantias bancárias. A este respeito, o presidente do Tribunal Geral recordou que só poderia ser concedida uma dispensa da obrigação de apresentar uma garantia bancária se o requerente apresentasse a prova de que lhe era objetivamente impossível apresentar essa garantia ou (em alternativa) de que a sua constituição poria em causa a existência da sociedade. Constatou-se que as recorrentes fizeram atempadamente sérios e repetidos esforços no sentido de obter uma garantia bancária que cobrisse as coimas aplicadas, mas que esses esforços tinham sido em vão, porque os catorze bancos com os quais trabalhavam habitualmente, contactados por diversas ocasiões, lhes tinham recusado essa garantia, após terem procedido a uma análise aprofundada da situação financeira das recorrentes. O presidente não tomou em consideração os meios financeiros do acionista ArcelorMittal, que detém uma participação de um terço numa das sociedades recorrentes. Recordando que a jurisprudência relativa aos grupos de sociedades tinha sido alargada às participações minoritárias (30%) — em função da estrutura do capital da sociedade em causa —, declarou, todavia, que o grupo ArcelorMittal e o grupo ao qual pertenciam as recorrentes eram concorrentes no mercado do aço e prosseguiram objetivos estratégicos diferentes. Também afastou o argumento da Comissão fundado no interesse próprio que os bancos habituais, credores das recorrentes, teriam com vista a proteger os seus próprios créditos. Segundo o presidente, os interesses de um banco, enquanto estabelecimento de crédito que recusou conceder uma garantia bancária, só devem ceder perante os interesses da Comissão se a jurisprudência relativa aos grupos for aplicável, o que não era o caso no processo em causa. Com efeito, os catorze bancos habituais das recorrentes não faziam parte do grupo destas últimas. As suas relações comerciais com este grupo limitavam-se ao domínio do crédito, da cobrança das suas dívidas e do pagamento de juros. Nesta medida, não existia qualquer identidade objetiva entre os interesses estratégicos destes estabelecimentos de crédito e os das recorrentes. Tendo sido demonstrada a impossibilidade de obter uma garantia bancária, o presidente considerou não pertinentes os argumentos que a Comissão tinha deduzido de dados de carácter financeiro e económico para demonstrar que, após o indeferimento de um pedido de medidas provisórias, «qualquer banco razoável» acabaria por conceder aos recorrentes a garantia em causa.

Além disso, foi reconhecida a existência de *fumus boni juris* a respeito do pedido apresentado a título subsidiário tendente a obter uma redução das coimas, que tinha por base, nomeadamente, o fundamento relativo à recusa de levar em consideração a falta de capacidade contributiva das recorrentes, tendo o presidente considerado que não seria de excluir que, no caso concreto, o Tribunal pudesse fazer uso da sua competência de plena jurisdição em matéria de coimas e reduzir as coimas aplicadas às recorrentes. Por conseguinte, o presidente ordenou a dispensa solicitada, desde que, todavia, as recorrentes procedessem ao pagamento à Comissão do montante correspondente à provisão constituída e as mensalidades, segundo o plano de pagamento oferecido.

Os restantes pedidos de medidas provisórias foram indeferidos, frequentemente por falta de urgência. Assinalamos, em particular, os seguintes processos.

No domínio dos auxílios de Estado, importa mencionar, devido às suas particularidades processuais, os processos denominados «do carvão espanhol» (despachos de 17 de fevereiro de 2011, *Gas Natural Fenosa SDG/Comissão*, processos T-484/10 R, *Iberdrola/Comissão*, T-486/10 R, e *Endesa e Endesa Generación/Comissão*, T-490/10 R, não publicados). Estes processos têm origem na decisão do Reino de Espanha de criar um regime de auxílios financeiros a favor da produção de energia eléctrica a partir de carvão endógeno. Para este efeito, o regime em causa obrigava várias centrais de produção de energia eléctrica a abastecer-se em carvão endógeno e a produzir determinados volumes de electricidade a partir do referido carvão, tendo por contrapartida uma compensação estatal dos custos complementares de produção ocasionados pela compra do carvão endógeno. Tendo a Comissão autorizado o regime em causa, as três empresas recorrentes interpuseram recursos de anulação desta decisão de autorização e apresentaram pedidos de medidas provisórias de suspensão da execução. Tendo presente a adoção iminente de uma decisão pela autoridade espanhola competente que importaria às recorrentes o compromisso de, no prazo de três dias, adquirirem determinadas quantidades de carvão nacional, o presidente do Tribunal ordenou, em 3 de Novembro de 2010, ao abrigo do artigo 105.º, n.º 2, do Regulamento de Processo, isto é sem ouvir as partes contrárias, a suspensão da decisão impugnada até à adoção dos despachos que porão termo aos processos de medidas provisórias. Tendo o Reino de Espanha pedido que esta suspensão provisória fosse revogada e tendo as recorrentes, numa fase especialmente tardia do processo, manifestado a sua intenção de desistir do seu recurso, o presidente considerou que, até ao cancelamento final dos recursos, se deveria pronunciar, no interesse de uma boa administração da justiça, sobre a manutenção ou a não produção de efeitos da suspensão provisória da decisão da Comissão. Admitindo a existência de *fumus boni juris*, excluiu a existência de circunstâncias que criassem uma urgência suscetível de justificar a atribuição das medidas provisórias solicitadas. Quanto à ponderação dos interesses, após ter recordado a importância que revestem os serviços de interesse económico geral na União e o amplo poder discricionário de que dispõem as autoridades nacionais para os prestar, os executar e os organizar, o presidente considerou que os interesses prosseguidos pela execução o mais rápida possível do serviço de interesse económico geral espanhol e da compensação associada deveriam primar sobre os interesses opostos, invocados pelas empresas recorrentes. Em consequência, os despachos de 3 de novembro de 2010 que concedem a suspensão provisória da decisão impugnada foram revogados. Por fim, tendo as empresas recorrentes desistido dos pedidos de medidas provisórias, o presidente adoptou, em 12 de abril de 2011, três despachos de cancelamento, no âmbito dos processos de medidas provisórias, que previam, excecionalmente, uma condenação das recorrentes nas despesas.

Por fim, nos despachos de 9 de junho de 2011, *Eurallumina/Comissão* (processo T-62/06 RENV R, não publicado, n.ºs 29 a 56), e de 10 de junho de 2011, *Eurallumina/Comissão* (processo T-207/07 R, não publicado, n.ºs 32 a 59), o presidente, após ter apresentado, de forma pormenorizada, os diferentes elementos constitutivos da jurisprudência relativa aos grupos, considerou esta jurisprudência compatível com o artigo 47.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia <sup>28</sup>, com o artigo 6.º da Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, assinada e Roma em 4 de novembro de 1950, e com a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, salientando que o conceito de grupo não impunha uma condição impossível de preencher, na medida em que não impedia qualquer sociedade pertencente a um grupo de demonstrar, nomeadamente, que os seus interesses objetivos não coincidiam com os do seu grupo ou a sua sociedade-mãe, que esta última estava juridicamente impedida de lhe conceder apoio financeiro ou que a situação financeira da totalidade do grupo não lhe permitia conceder-lhe apoio.

<sup>28</sup> JO 2010, C 83, p. 392.

## B — Composição do Tribunal Geral



(Ordem protocolar em 16 de novembro de 2011)

*Primeira fila, da esquerda para a direita:*

L. Truchot, S. Papasavvas, O. Czúcz e J. Azizi, presidentes de secção; M. Jaeger, presidente do Tribunal Geral; N. J. Forwood, I. Pelikánová, A. Dittrich, presidentes de secção; H. Kanninen, juiz.

*Segunda fila, da esquerda para a direita:*

N. Wahl, K. Jürimäe, I. Wiszniewska-Białecka, F. Dehousse, M. E. Martins Ribeiro, E. Cremona, V. Vadapalas, I. Labucka e M. Prek, juízes.

*Terceira fila, da esquerda para a direita:*

M. Kancheva, D. Gratsias, J. Schwarcz, S. Frimodt Nielsen, S. Soldevila Fragoso, K. O'Higgins, M. Van der Woude, A. Popescu, juízes; E. Coulon, secretário.



## 1. Membros do Tribunal Geral

(por ordem de entrada em funções)



### Marc Jaeger

Nascido em 1954; licenciado em Direito pela Universidade Robert Schuman de Estrasburgo; estudos no Colégio da Europa; inscrito na Ordem dos Advogados do Luxemburgo (1981); assessor de justiça, delegado junto do Procurador-Geral do Luxemburgo (1983); juiz do Tribunal d'arrondissement do Luxemburgo (1984); referendário no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (1986-1996); presidente do Instituto Universitário Internacional do Luxemburgo (IUIL); juiz no Tribunal Geral desde 11 de julho de 1996; presidente do Tribunal Geral desde 17 de setembro de 2007.



### Josef Azizi

Nascido em 1948; doutoramento em Direito e licenciatura em Ciências Sociais e Económicas pela Universidade de Viena; regente e assistente na Universidade de Ciências Económicas de Viena, na Faculdade de Direito da Universidade de Viena e em várias outras universidades; professor honorário da Faculdade de Direito da Universidade de Viena; Ministerialrat e chefe de divisão na Chancelaria Federal; membro do Comité diretor para a cooperação jurídica no Conselho da Europa (CDCJ); mandatário *ad litem* no Verfassungsgerichtshof (Tribunal Constitucional) em processos judiciais de fiscalização da constitucionalidade das leis federais; coordenador responsável pela adaptação do Direito Federal austríaco ao Direito Comunitário; juiz no Tribunal Geral desde 18 de janeiro de 1995.



### Nicholas James Forwood

Nascido em 1948; diplomado pela Universidade de Cambridge (BA 1969 e MA 1973) (Ciências Mecânicas e Direito); inscrito na Ordem dos Advogados de Inglaterra em 1970, exercendo, seguidamente, a profissão de advogado em Londres (1971-1979) e em Bruxelas (1979-1999); inscrito na Ordem dos Advogados da Irlanda em 1981; nomeado Queen's Counsel em 1987; Benchers de Middle Temple em 1998; representante da Ordem dos Advogados de Inglaterra e do País de Gales na Conselho das Ordens de Advogados da Comunidade Europeia (CCBE) e presidente da delegação permanente da CCBE junto do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (1995-1999); membro do bureau da World Trade Law Association e da European Maritime Law Organisation (1993-2002); juiz no Tribunal Geral desde 15 de dezembro de 1999.



**Maria Eugénia Martins de Nazaré Ribeiro**

Nascida em 1956; estudou em Lisboa, Bruxelas e Estrasburgo; advogada em Portugal e em Bruxelas; investigadora independente no Instituto de Estudos Europeus da Universidade Livre de Bruxelas; referendária do juiz português no Tribunal de Justiça, Moitinho de Almeida (de 1986 a 2000) e, seguidamente, do presidente do Tribunal Geral, Bo Vesterdorf (de 2000 a 2003); juíza no Tribunal Geral desde 31 de março de 2003.

**Franklin Dehousse**

Nascido em 1959; licenciado em Direito (Universidade de Liège, 1981); aspirante (Fonds national de la recherche scientifique, 1985-1989); conselheiro jurídico na Câmara dos Representantes (1981-1990); doutor em Direito (Universidade de Estrasburgo, 1990); professor (Universidades de Liège e de Estrasburgo, Colégio da Europa, Institut royal supérieur de Défense, Universidade Montesquieu de Bordéus; colégio Michel Servet das Universidades de Paris; Faculdades Notre-Dame de la Paix em Namur); representante especial do Ministro dos Negócios Estrangeiros (1995-1999); diretor dos Estudos Europeus do Institut royal des relations internationales (1998-2003); assessor junto do Conseil d'État (2001-2003); consultor junto da Comissão Europeia (1990-2003); membro do Observatório Internet (2001-2003); juiz no Tribunal Geral desde 7 de outubro de 2003.

**Ena Cremona**

Nascida em 1936; diplomada em Línguas pela Universidade Real de Malta (1955); doutora em Direito pela Universidade Real de Malta (1958); advogada no foro de Malta desde 1959; conselheira jurídica do Conselho Nacional das Mulheres (1964-1979); membro da Comissão do Serviço Público (1987-1989); membro do conselho de administração do Lombard Bank (Malta) Ltd, representante do Estado enquanto acionista (1987-1993); membro da comissão eleitoral desde 1993; membro de júris de teses na Faculdade de Direito da Universidade Real de Malta; membro da Comissão europeia contra o racismo e a intolerância (ECRI) (2003-2004); juíza no Tribunal Geral desde 12 de maio de 2004.

**Ottó Czúcz**

Nascido em 1946; doutor em Direito pela Universidade de Szeged (1971); administrador no Ministério do Trabalho (1971-1974); regente e professor (1974-1989), diretor da Faculdade de Direito (1989-1990), vice-reitor (1992-1997) da Universidade de Szeged; advogado; membro do presidium do Seguro Nacional de Aposentação; vice-presidente do Instituto Europeu da Segurança Social (1998-2002); membro do conselho científico da Associação internacional da segurança social; juiz do Tribunal Constitucional (1998-2004); juiz no Tribunal Geral desde 12 de maio de 2004.

**Irena Wiszniewska-Bialecka**

Nascida em 1947; diplomada em Direito pela Universidade de Varsóvia (1965-1969); investigadora (assistente, professor associado, professor) do Instituto de Ciências Jurídicas da Academia Polaca das Ciências (1969-2004); investigadora associada do Instituto Max Planck em Direito Estrangeiro e Internacional em Matéria de Patentes, Direitos de Autor e Concorrência, em Munique (bolseira da Foundation AvH em 1985/1986); advogada (1992-2000); juíza do Supremo Tribunal Administrativo (2001-2004); juíza no Tribunal Geral desde 12 de maio de 2004.

**Irena Pelikánová**

Nascida em 1949; doutora em Direito, assistente em Direito Económico (até 1989) e, seguidamente, doutora em Ciências, professora de Direito Comercial (desde 1993) da Faculdade de Direito da Universidade Charles, em Praga; membro do órgão dirigente da Comissão de Valores Mobiliários (1999-2002); advogada; membro do Conselho Legislativo do Governo checo (1998-2004); juíza no Tribunal Geral desde 12 de maio de 2004.



**Vilenas Vadapalas**

Nascido em 1954; doutor em Direito (Universidade de Moscovo); doutor em Direito (habilitado a dirigir trabalhos de investigação — Universidade de Varsóvia); professor na Universidade de Vilnius: Direito Internacional (desde 1981), Direitos do Homem (desde 1991) e Direito Comunitário (desde 2000); consultor do governo para os Negócios Estrangeiros (1991-1993); membro do grupo de coordenação da delegação das negociações para a adesão à União Europeia; diretor-geral do Departamento de Direito Europeu do governo (1997-2004); professor de Direito Europeu na Universidade de Vilnius, titular da cátedra Jean Monnet; presidente da Associação lituana de Estudos sobre a União Europeia; relator do grupo de trabalho parlamentar para a reforma constitucional relativa à adesão da Lituânia; membro da Comissão Internacional de Juristas (abril de 2003); juiz no Tribunal Geral desde 12 de maio de 2004.

**Küllike Jürimäe**

Nascida em 1962; diplomada em Direito pela Universidade de Tartu (1981-1986); assistente do Procurador da República em Tallinn (1986-1991); diplomada pela Escola de Diplomacia da Estónia (1991-1992); conselheira jurídica (1991-1993) e conselheira geral da Câmara de Comércio e Indústria (1992-1993); juíza do Tribunal de Segunda Instância de Tallinn (1993-2004); European Master em Direitos do Homem e democratização, pelas universidades de Pádua e de Nottingham (2002-2003); juíza no Tribunal Geral desde 12 de maio de 2004.

**Ingrida Labucka**

Nascida em 1963; diplomada em Direito pela Universidade da Letónia (1986); inspectora do Ministério do Interior para a região de Kirov e a cidade de Riga (1986-1989); juíza do Tribunal de Primeira Instância de Riga (1990-1994); advogada (1994-1998 e julho de 1999 a maio de 2000); ministra da Justiça (novembro de 1998 a julho de 1999 e maio de 2000 a outubro de 2002); membro do Tribunal Arbitral Internacional de Haia (2001-2004); membro do Parlamento (2002-2004); juíza no Tribunal Geral desde 12 de maio de 2004.

**Savvas Papasavvas**

Nascido em 1969; estudos na Universidade de Atenas (Ptychion em 1991); estudos de terceiro ciclo na Universidade de Paris II (DEA em Direito Público em 1992) e na Universidade de Aix-Marseille III (grau de doutor em Direito em 1995); inscrito na Ordem dos Advogado de Chipre, membro da secção de Nicósia desde 1993; regente na Universidade de Chipre (1997-2002), professor associado de Direito Constitucional desde Setembro de 2002; investigador do Centro Europeu de Direito Público (2001-2002); juiz no Tribunal Geral desde 12 de maio de 2004.

**Enzo Moavero Milanesi**

Nascido em 1954; doutor em direito (Universidade La Sapienza, Roma); especialização em direito comunitário (Collège d'Europe, Bruges); inscrito na Ordem dos Advogados, exerceu a profissão de advogado (1978-1983); regente de direito comunitário nas Universidades La Sapienza, Roma (1993-1996), Luiss, Roma (1993-1996 e 2002-2006) e Bocconi, Milão (1996-2000); consultor para as questões comunitárias junto do primeiro-ministro italiano (1993-1995); funcionário da Comissão Europeia: consultor jurídico e, posteriormente, chefe de gabinete do vice-presidente (1989-1992), chefe de gabinete do comissário responsável pelo mercado interno (1995-1999) e pela concorrência (1999), diretor na Direção-Geral da Concorrência (2000-2002), secretário-geral adjunto da Comissão Europeia (2002-2005); diretor geral do grupo dos consultores políticos (BEPA) da Comissão Europeia (2006); juiz no Tribunal Geral de 3 de maio de 2006 até 15 de novembro de 2011.

**Nils Wahl**

Nascido em 1961; licenciado em Direito (Universidade de Estocolmo) (1987), doutor em Direito (Universidade de Estocolmo) (1995); professor associado, titular da cátedra Jean Monnet de Direito Europeu (1995); professor de Direito Europeu (Universidade de Estocolmo) (2001); advogado estagiário (1987-1989); diretor geral de uma fundação no domínio da formação (1993-2004); presidente da associação sueca Nätverket för europarättslig forskning Rede para a Investigação em Direito Comunitário) (2001-2006); membro do Rådet för konkurrensfrågor (Conselho da Concorrência) (2001-2006); juiz adjunto no Hovrätten över Skåne och Blekinge (Tribunal de Recurso) (2005); juiz no Tribunal Geral desde 7 de outubro de 2006.

**Miro Prek**

Nascido em 1965; licenciado em Direito (1989); inscrição na Ordem dos Advogados (1994); diversas tarefas e funções na administração pública, principalmente no gabinete governamental responsável pela legislação (secretário de Estado adjunto e subdiretor, chefe do Departamento de Direito Europeu e de Direito Comparado) e no Gabinete para os Assuntos Europeus (subsecretário de Estado); membro da equipa de negociação para o Acordo de Associação (1994-1996) e para a adesão à União Europeia (1998-2003), responsável pelos assuntos jurídicos; advogado; responsável pelos projetos para a adaptação à legislação europeia e para a integração europeia, principalmente na região ocidental dos Balcãs; chefe de divisão no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (2004-2006); juiz no Tribunal Geral desde 7 de outubro de 2006.

**Alfred Dittrich**

Nascido em 1950; licenciado em Direito pela Universidade de Erlangen Nuremberg (1970-1975); Rechtsreferendar no Tribunal Regional Superior de Nuremberga (1975-1978); administrador no Ministério Federal da Economia (1978-1982); administrador na Representação Permanente da República Federal da Alemanha junto das Comunidades Europeias (1982); administrador no Ministério Federal da Economia, responsável pelas questões de Direito Comunitário e de Concorrência (1983-1992); chefe do departamento «Direito da União Europeia» (1992-2007) no Ministério da Justiça; chefe da delegação alemã no grupo de trabalho «Tribunal de Justiça» do Conselho; agente do Governo federal em numerosos processos no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias; juiz no Tribunal Geral desde 17 de setembro de 2007.

**Santiago Soldevila Fragoso**

Nascido em 1960; licenciado em Direito pela Universidade Autónoma de Barcelona (1983); juiz (1985); desde 1992, magistrado especializado em contencioso administrativo no Tribunal Superior de Justicia de Canarias, em Santa Cruz de Tenerife (1992 e 1993) e na Audiencia Nacional (Madrid, de Maio de 1998 a Agosto de 2007), em que decidiu recursos em matéria tributária (IVA), bem como recursos das disposições regulamentares gerais do ministro da Economia e das suas decisões em matéria de auxílios de Estado ou de responsabilidade patrimonial da Administração; decidiu também recursos relativos a todos os acordos das autoridades reguladoras nos sectores bancário, bolsista, energético, dos seguros, da defesa da concorrência; referendário no Tribunal Constitucional (1993-1998); juiz no Tribunal Geral desde 17 de setembro de 2007.

**Laurent Truchot**

Nascido em 1962; diplomado pelo Institut d'études politiques de Paris (1984); antigo aluno da École nationale de la magistrature (1986-1988); juiz no Tribunal de grande instance de Marselha (janeiro de 1988-janeiro de 1990); magistrado na Direction des affaires civiles et du sceau do Ministério da Justiça (janeiro de 1990-junho de 1992); adjunto do chefe de serviço e, em seguida, chefe de serviço na Direção-Geral da Concorrência, do Consumo e da Repressão das Fraudes do Ministério da Economia, das Finanças e da Indústria (junho de 1992-setembro de 1994); consultor técnico junto do Garde des sceaux, ministro da Justiça (setembro de 1994-maio de 1995); juiz no Tribunal de grande instance de Nîmes (maio de 1995-maio de 1996); referendário no Tribunal de Justiça do advogado-geral P. Léger (maio de 1996-dezembro de 2001); Conseiller référendaire na Cour de cassation (dezembro de 2001-agosto de 2007); juiz no Tribunal Geral desde 17 de setembro de 2007.

**Sten Frimodt Nielsen**

Nascido em 1963; licenciado em Direito, Universidade de Copenhaga (1988); funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1988-1991); regente de Direito Internacional e de Direito Europeu na Universidade de Copenhaga (1988-1991); secretário da embaixada da representação permanente da Dinamarca junto das Nações Unidas em Nova Iorque (1991-1994); funcionário do serviço jurídico do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1994-1995); professor associado na Universidade de Copenhaga (1995); conselheiro e, em seguida, conselheiro principal junto do primeiro-ministro (1995-1998); ministro-conselheiro junto da Representação Permanente da Dinamarca junto da União Europeia (1998-2001); conselheiro especial junto do primeiro-ministro para questões jurídicas (2001-2002); chefe de departamento e jurisconsulto junto do primeiro-ministro (março de 2002-julho de 2004); subsecretário de Estado e jurisconsulto junto do primeiro-ministro (agosto de 2004-agosto 2007); juiz no Tribunal Geral desde 17 de setembro de 2007.

**Kevin O'Higgins**

Nascido em 1946; estudos no Crescent College Limerick, no Clongowes Wood College, na University College Dublin (BA degree e diploma em direito europeu) e no Kings Inn; inscrito na Ordem dos Advogados da Irlanda em 1968; barrister (1968-1982); Senior Counsel (Inner Bar of Ireland, 1982-1986); juiz na Circuit Court (1986-1997); juiz na High Court da Irlanda (1997-2008); Benchers of Kings Inns; representante da Irlanda no Conselho Consultivo de Juizes Europeus (2000-2008); juiz no Tribunal Geral desde 15 de setembro de 2008.



**Heikki Kanninen**

Nascido em 1952; licenciado pela Escola de Altos Estudos Comerciais de Helsínquia e pela Faculdade de Direito da Universidade de Helsínquia; referendário no Tribunal Administrativo Supremo da Finlândia; secretário-geral do Comité para a reforma da protecção jurídica na Administração Pública; administrador principal no Tribunal Administrativo Supremo; secretário-geral do Comité para a Reforma do Contencioso Administrativo, consultor na Direção da Legislação do Ministério da Justiça; secretário-adjunto no Tribunal EFTA; referendário no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias; juiz do Tribunal Administrativo Supremo (1998-2005); membro da comissão de recurso dos refugiados; vice-presidente do comité para o desenvolvimento das instituições judiciais finlandesas; juiz no Tribunal da Função Pública de 6 de outubro de 2005 a 6 de outubro de 2009; juiz no Tribunal Geral desde 7 de outubro de 2009.

**Juraj Schwarcz**

Nascido em 1952; Doutor em Direito (Universidade Comenius de Bratislava, 1979); jurista consultor de empresa (1975-1990); responsável pelo registo comercial junto do tribunal da comarca de Košice (1991); juiz no tribunal da comarca de Košice (janeiro-outubro de 1992); juiz e presidente de secção no tribunal regional de Košice (novembro de 1992-2009); juiz destacado no Tribunal Supremo da República Eslovaca, secção de direito comercial (outubro de 2004-setembro de 2005); presidente do Colégio de Direito Comercial do tribunal regional de Košice (outubro de 2005-setembro de 2009); membro externo do Departamento de Direito Comercial e Económico da Universidade P. J. Šafárik de Košice (1997-2009); membro externo do corpo docente da Academia Judiciária (2005-2009); juiz no Tribunal Geral desde 7 de outubro de 2009.

**Marc van der Woude**

Nascido em 1960; licenciado em Direito (Universidade de Groningen, 1983); estudos no Colégio da Europa (1983-1984); assistente no Colégio da Europa (1984-1986); regente na Universidade de Leiden (1986-1987); administrador na Direção Geral da Concorrência da Comissão das Comunidades Europeias (1987-1989); referendário no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (1989-1992); coordenador político na Direção-Geral da Concorrência da Comissão das Comunidades Europeias (1992-1993); membro do serviço jurídico da Comissão das Comunidades Europeias (1993-1995); advogado no foro de Bruxelas desde 1995; professor na Universidade Erasmo de Roterdão desde 2000; autor de numerosas publicações; juiz no Tribunal Geral desde 13 de setembro de 2010.

**Dimitrios Gratsias**

Nascido em 1957; licenciado em Direito pela Universidade de Atenas (1980); Diploma de Estudos Aprofundados em Direito Público da Universidade de Paris I, Panthéon Sorbonne (1981); certificado do Centro Universitário de Estudos Comunitários e Europeus (Universidade de Paris I) (1982); auditor no Conselho de Estado (1985-1992); membro do Conselho de Estado (1992-2005); referendário no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (1994-1996); membro associado do Tribunal Supremo especial da Grécia (1998 e 1999); conselheiro no Conselho de Estado (2005); membro do Tribunal especial em matéria de responsabilidade civil contra magistrados (2006); membro do Conselho Superior da Magistratura Administrativa (2008); inspetor dos tribunais administrativos (2009-2010); juiz no Tribunal Geral desde 25 de outubro de 2010.

**Andrei Popescu**

Nascido em 1948; licenciado em Direito pela Universidade de Bucareste (1971); estudos pós-universitários em Direito Internacional do Trabalho e em Direito Social Europeu, Universidade de Genebra (1973-1974); doutor em Direito pela Universidade de Bucareste (1980); assistente estagiário (1971-1973); assistente titular (1974-1985); em seguida regente em Direito do Trabalho na Universidade de Bucareste (1985-1990); investigador principal no Instituto de Investigação Científica na área do Trabalho e da Protecção Social (1990-1991); diretor-geral adjunto (1991-1992) e em seguida diretor no Ministério do Trabalho e da Protecção Social (1992-1996); professor associado (1997), e em seguida professor no Instituto Nacional de Estudos Políticos e Administrativos, Bucareste (2000); secretário de Estado no Ministério da Integração Europeia (2001-2005); chefe do departamento no Conselho Legislativo da Roménia (1996-2001 e 2005-2009); diretor fundador da revista romena de direito europeu; presidente da Sociedade Romena de Direito Europeu (2009-2010); agente do Governo romeno nos órgãos jurisdicionais da União Europeia (2009-2010); juiz no Tribunal Geral desde 26 de novembro de 2010.

**Mariyana Kancheva**

Nascida em 1958; licenciada em Direito pela Universidade de Sófia (1979-1984); master complementar em Direito Europeu no Institut d'études européennes da Université libre de Bruxelles (2008-2009); especializações em Direito Económico e em Direito da Propriedade Intelectual; juíza estagiária no Tribunal Regional de Sófia (1985-1986); consultora jurídica (1986-1988); advogada na Ordem dos Advogados de Sófia (1988-1992); diretora-geral do Departamento dos Serviços do Corpo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1992-1994); exercício da profissão de advogada em Sófia (1994-2011) e em Bruxelas (2007-2011); árbitro em Sófia no âmbito da resolução de litígios comerciais; participação na redação de diversos diplomas legislativos na qualidade de consultora jurídica no Parlamento búlgaro; juíza no Tribunal Geral desde 19 de setembro de 2011.

**Emmanuel Coulon**

Nascido em 1968; estudos de Direito (Universidade Panthéon-Assas, Paris); estudos de Gestão (Universidade Paris-Dauphine); Colégio da Europa (1992); exame de acesso ao Centre régional de formation à la profession d'avocat de Paris; certificado de aptidão para o exercício da profissão de advogado no «barreau» de Bruxelas; exercício de profissão de advogado em Bruxelas; aprovado num concurso geral da Comissão das Comunidades Europeias; referendário no Tribunal Geral (gabinete do presidente A. Saggio, 1996-1998; gabinete do presidente B. Vesterdorf, 1998-2002); chefe de gabinete do presidente do Tribunal Geral (2003-2005); secretário do Tribunal Geral desde 6 de outubro de 2005.



## **2. Alterações na composição do Tribunal Geral em 2011**

Emmanuel Coulon, secretário do Tribunal Geral desde 6 de outubro de 2005, cujo mandato expirou em 5 de outubro de 2011, foi reconduzido nas suas funções em 13 de abril de 2011, para o período compreendido entre 6 de outubro de 2011 e 5 de outubro de 2017.

*Audiência solene de 19 de setembro de 2011*

Na sequência da demissão de Teodor Tchipev, os representantes dos governos dos Estados-Membros da União Europeia, por decisão de 8 de setembro de 2011, nomearam Mariyana Kancheva na qualidade de juíza no Tribunal Geral da União Europeia, para o período compreendido entre 12 de setembro de 2011 e 31 de agosto de 2013.



### 3. Ordens protocolares

#### de 1 de janeiro de 2011 a 18 de setembro de 2011

M. JAEGER, presidente do Tribunal Geral  
J. AZIZI, presidente de secção  
N. J. FORWOOD, presidente de secção  
O. CZÚCZ, presidente de secção  
I. PELIKÁNOVÁ, presidente de secção  
S. PAPASAVVAS, presidente de secção  
E. MOAVERO MILANESI, presidente de secção  
A. DITTRICH, presidente de secção  
L. TRUCHOT, presidente de secção  
M. E. MARTINS RIBEIRO, juíza  
F. DEHOUSSE, juiz  
E. CREMONA, juíza  
I. WISZNIEWSKA-BIAŁECKA, juíza  
V. VADAPALAS, juiz  
K. JÜRIMÄE, juíza  
I. LABUCKA, juíza  
N. WAHL, juiz  
M. PREK, juiz  
S. SOLDEVILA FRAGOSO, juiz  
S. FRIMODT NIELSEN, juiz  
K. O'HIGGINS, juiz  
H. KANNINEN, juiz  
J. SCHWARCZ, juiz  
M. VAN DER WOUDE, juiz  
D. GRATSIAS, juiz  
A. POPESCU, juiz  
  
E. COULON, secretário

#### de 19 de setembro de 2011 a 15 de novembro de 2011

M. JAEGER, presidente do Tribunal Geral  
J. AZIZI, presidente de secção  
N. J. FORWOOD, presidente de secção  
O. CZÚCZ, presidente de secção  
I. PELIKÁNOVÁ, presidente de secção  
S. PAPASAVVAS, presidente de secção  
E. MOAVERO MILANESI, presidente de secção  
A. DITTRICH, presidente de secção  
L. TRUCHOT, presidente de secção  
M. E. MARTINS RIBEIRO, juíza  
F. DEHOUSSE, juiz  
E. CREMONA, juíza  
I. WISZNIEWSKA-BIAŁECKA, juíza  
V. VADAPALAS, juiz  
K. JÜRIMÄE, juíza  
I. LABUCKA, juíza  
N. WAHL, juiz  
M. PREK, juiz  
S. SOLDEVILA FRAGOSO, juiz  
S. FRIMODT NIELSEN, juiz  
K. O'HIGGINS, juiz  
H. KANNINEN, juiz  
J. SCHWARCZ, juiz  
M. VAN DER WOUDE, juiz  
D. GRATSIAS, juiz  
A. POPESCU, juiz  
M. KANCHEVA, juíza  
  
E. COULON, secretário

**de 16 de novembro de 2011 a 22 de novembro de 2011**

M. JAEGER, presidente do Tribunal Geral  
J. AZIZI, presidente de secção  
N. J. FORWOOD, presidente de secção  
O. CZÚCZ, presidente de secção  
I. PELIKÁNOVÁ, presidente de secção  
S. PAPASAVVAS, presidente de secção  
A. DITTRICH, presidente de secção  
L. TRUCHOT, presidente de secção  
M. E. MARTINS RIBEIRO, juíza  
F. DEHOUSSE, juiz  
E. CREMONA, juíza  
I. WISZNIEWSKA-BIAŁECKA, juíza  
V. VADAPALAS, juiz  
K. JÜRIMÄE, juíza  
I. LABUCKA, juíza  
N. WAHL, juiz  
M. PREK, juiz  
S. SOLDEVILA FRAGOSO, juiz  
S. FRIMODT NIELSEN, juiz  
K. O'HIGGINS, juiz  
H. KANNINEN, juiz  
J. SCHWARCZ, juiz  
M. VAN DER WOUDE, juiz  
D. GRATSIAS, juiz  
A. POPESCU, juiz  
M. KANCHEVA, juíza  
  
E. COULON, secretário

**de 23 de novembro de 2011 a 31 de dezembro de 2011**

M. JAEGER, presidente do Tribunal Geral  
J. AZIZI, presidente de secção  
N. J. FORWOOD, presidente de secção  
O. CZÚCZ, presidente de secção  
I. PELIKÁNOVÁ, presidente de secção  
S. PAPASAVVAS, presidente de secção  
A. DITTRICH, presidente de secção  
L. TRUCHOT, presidente de secção  
H. KANNINEN, presidente de secção  
M. E. MARTINS RIBEIRO, juíza  
F. DEHOUSSE, juiz  
E. CREMONA, juíza  
I. WISZNIEWSKA-BIAŁECKA, juíza  
V. VADAPALAS, juiz  
K. JÜRIMÄE, juíza  
I. LABUCKA, juíza  
N. WAHL, juiz  
M. PREK, juiz  
S. SOLDEVILA FRAGOSO, juiz  
S. FRIMODT NIELSEN, juiz  
K. O'HIGGINS, juiz  
J. SCHWARCZ, juiz  
M. VAN DER WOUDE, juiz  
D. GRATSIAS, juiz  
A. POPESCU, juiz  
M. KANCHEVA, juíza  
  
E. COULON, secretário

## 4. Antigos membros do Tribunal Geral

Edward David Alexander Ogilvy (1989-1992)  
Christos Yeraris (1989-1992)  
José Luís da Cruz Vilaça (1989-1995), presidente (1989-1995)  
Jacques Biancarelli (1989-1995)  
Donal Patrick Michael Barrington (1989-1996)  
Romain Alphonse Schintgen (1989-1996)  
Heinrich Kirschner (1989-1997)  
Antonio Saggio (1989-1998), président (1995-1998)  
Cornelis Paulus Briët (1989-1998)  
Koen Lenaerts (1989-2003)  
Bo Vesterdorf (1989-2007), presidente (1998-2007)  
Rafael García-Valdecasas y Fernández (1989-2007)  
Andreas Kalogeropoulos (1992-1998)  
Christopher William Bellamy (1992-1999)  
André Potocki (1995-2001)  
Rui Manuel Gens de Moura Ramos (1995-2003)  
Pernilla Lindh (1995-2006)  
Virpi Tiili (1995-2009)  
John D. Cooke (1996-2008)  
Jörg Pirrung (1997-2007)  
Paolo Mengozzi (1998-2006)  
W. H. Meij Arjen (1998-2010)  
Mihalis Vilaras (1998-2010)  
Hubert Legal (2001-2007)  
Verica Trstenjak (2004-2006)  
Daniel Šváby (2004-2009)  
Enzo Moavero Milanesi (2006-2011)  
Teodor Tchihev (2007-2010)  
M. Ciucă Valeriu (2007-2010)

### Presidentes

José Luís da Cruz Vilaça (1989-1995)  
Antonio Saggio (1995-1998)  
Bo Vesterdorf (1998-2007)

### Secretário

Hans Jung (1989-2005)





## **C — Estatísticas judiciais do Tribunal Geral**

### ***Atividade geral do Tribunal Geral***

1. Processos entrados, findos e pendentes (2007-2011)

### ***Processos entrados***

2. Tipos de processos (2007-2011)
3. Tipos de ações e recursos (2007-2011)
4. Objeto da ação ou do recurso (2007-2011)

### ***Processos findos***

5. Tipos de processos (2007-2011)
6. Objeto da ação ou do recurso (2011)
7. Objeto da ação ou do recurso (2007-2011) (acórdãos e despachos)
8. Formação de julgamento (2007-2011)
9. Duração dos processos em meses (2007-2011) (acórdãos e despachos)

### ***Processos pendentes em 31 de dezembro***

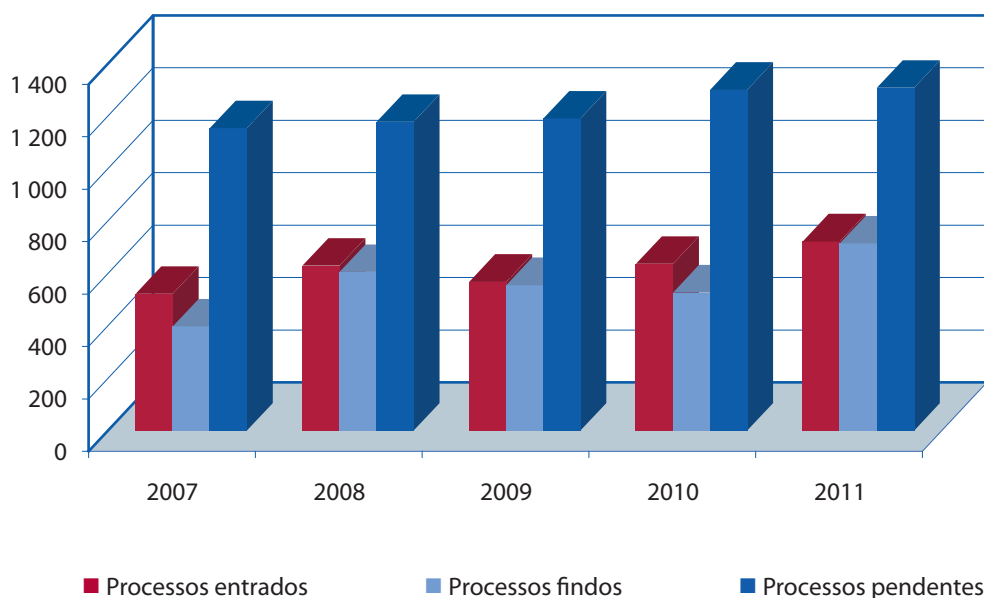
10. Tipos de processos (2007-2011)
11. Objeto da ação ou do recurso (2007-2011)
12. Formação de julgamento (2007-2011)

### ***Diversos***

13. Processos de medidas provisórias (2007-2011)
14. Processos com tramitação acelerada (2007-2011)
15. Decisões do Tribunal Geral objeto de recurso no Tribunal de Justiça (1989-2011)
16. Repartição dos recursos no Tribunal de Justiça por tipo de processo (2007-2011)
17. Resultados dos recursos no Tribunal de Justiça (2011) (acórdãos e despachos)
18. Resultados dos recursos no Tribunal de Justiça (2007-2011) (acórdãos e despachos)
19. Evolução geral (1989-2011) (processos entrados, findos, pendentes)



## 1. Atividade geral do Tribunal Geral — Processos entrados, findos, pendentes (2007-2011) <sup>1 2</sup>



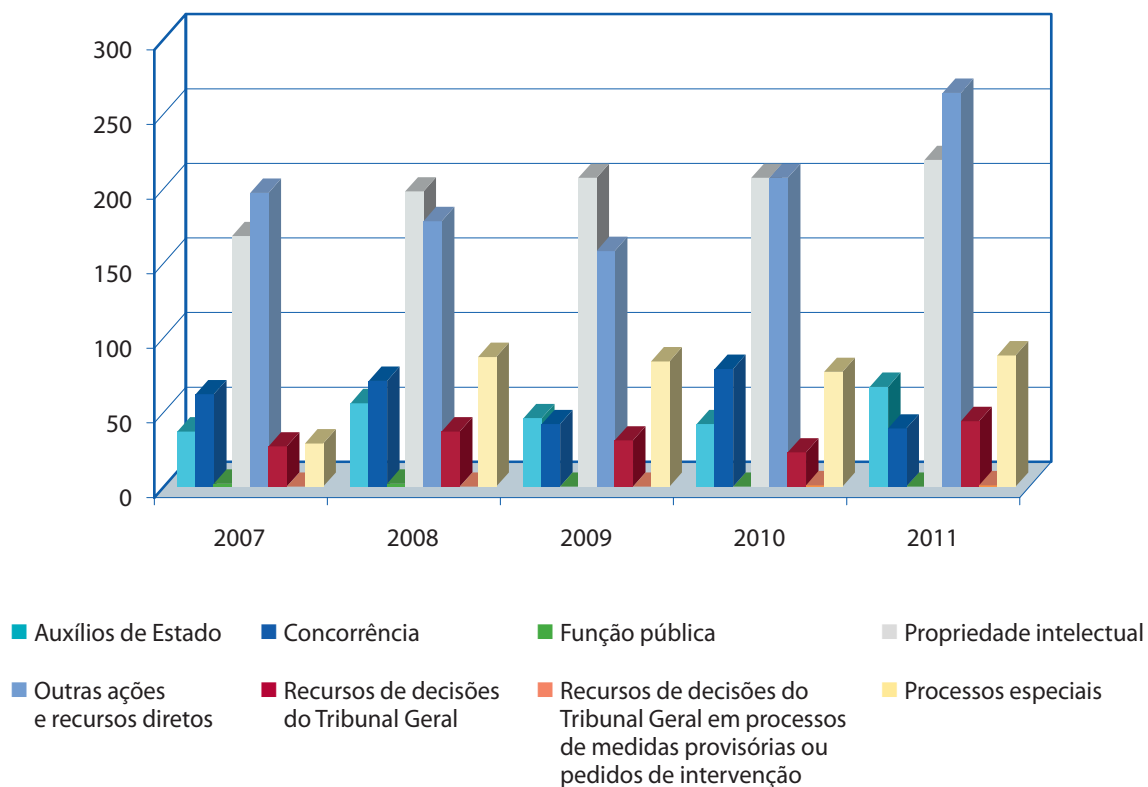
|                     | 2007  | 2008  | 2009  | 2010  | 2011  |
|---------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Processos entrados  | 522   | 629   | 568   | 636   | 722   |
| Processos findos    | 397   | 605   | 555   | 527   | 714   |
| Processos pendentes | 1 154 | 1 178 | 1 191 | 1 300 | 1 308 |

<sup>1</sup> Salvo indicação em contrário, o presente quadro e os quadros das páginas seguintes têm em conta os processos especiais.

São considerados «processos especiais»: a oposição a um acórdão (artigo 41.º do Estatuto do Tribunal de Justiça; artigo 122.º do Regulamento de Processo do Tribunal Geral); a oposição de terceiros (artigo 42.º do Estatuto do Tribunal de Justiça; artigo 123.º do Regulamento de Processo do Tribunal Geral); a revisão de um acórdão (artigo 44.º do Estatuto do Tribunal de Justiça; artigo 125.º do Regulamento de Processo do Tribunal Geral); a interpretação de um acórdão (artigo 43.º do Estatuto do Tribunal de Justiça; artigo 129.º do Regulamento de Processo do Tribunal Geral); a fixação das despesas (artigo 92.º do Regulamento de Processo do Tribunal Geral); o apoio judiciário (artigo 94.º do Regulamento de Processo do Tribunal Geral) e a rectificação de um acórdão (artigo 84.º do Regulamento de Processo do Tribunal Geral).

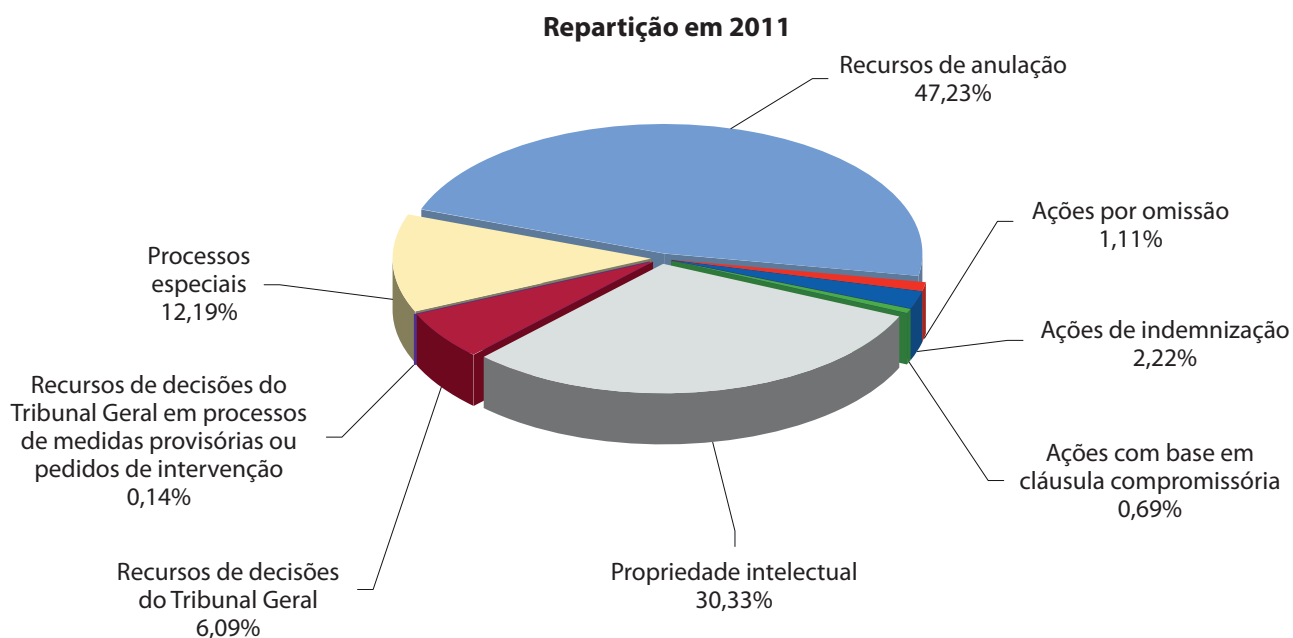
<sup>2</sup> Salvo indicação em contrário, o presente quadro e os quadros das páginas seguintes não têm em conta os processos de medidas provisórias.

## 2. *Processos entrados* — Natureza dos processos (2007-2011)



|  | 2007       | 2008       | 2009       | 2010       | 2011       |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|
| Auxílios de Estado   | 37         | 56         | 46         | 42         | 67         |
| Concorrência   | 62         | 71         | 42         | 79         | 39         |
| Função pública   | 2          | 2          |            |            |            |
| Propriedade intelectual  | 168        | 198        | 207        | 207        | 219        |
| Outras ações e recursos diretos  | 197        | 178        | 158        | 207        | 264        |
| Recursos de decisões do Tribunal Geral   | 27         | 37         | 31         | 23         | 44         |
| Recursos de decisões do Tribunal Geral em processos de medidas provisórias ou pedidos de intervenção |            |            |            | 1          | 1          |
| Processos especiais  | 29         | 87         | 84         | 77         | 88         |
| <b>Total</b>   | <b>522</b> | <b>629</b> | <b>568</b> | <b>636</b> | <b>722</b> |

### 3. *Processos entrados — Natureza da ação ou do recurso* (2007-2011)



|  | 2007       | 2008       | 2009       | 2010       | 2011       |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|
| Recursos de anulação   | 251        | 269        | 214        | 304        | 341        |
| Ações por omissão  | 12         | 9          | 7          | 7          | 8          |
| Ações de indenização   | 27         | 15         | 13         | 8          | 16         |
| Ações com base em cláusula compromissória  | 6          | 12         | 12         | 9          | 5          |
| Propriedade intelectual  | 168        | 198        | 207        | 207        | 219        |
| Função pública   | 2          | 2          |            |            |            |
| Recursos de decisões do Tribunal Geral   | 27         | 37         | 31         | 23         | 44         |
| Recursos de decisões do Tribunal Geral em processos de medidas provisórias ou pedidos de intervenção |            |            |            | 1          | 1          |
| Processos especiais  | 29         | 87         | 84         | 77         | 88         |
| <b>Total</b>   | <b>522</b> | <b>629</b> | <b>568</b> | <b>636</b> | <b>722</b> |

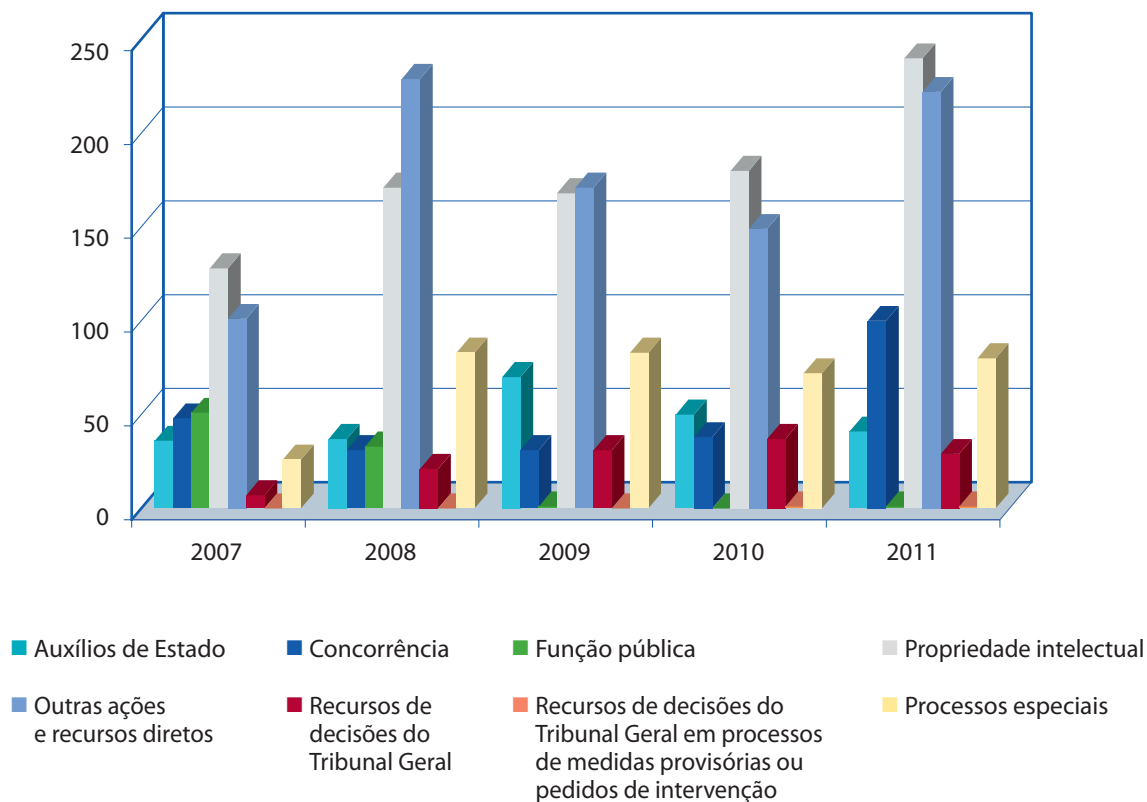
#### 4. *Processos entrados — Matéria da ação ou do recurso (2007-2011)*<sup>1</sup>

|   | 2007       | 2008       | 2009       | 2010       | 2011       |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|
| Ação externa da União Europeia  | 1          | 2          | 5          | 1          | 2          |
| Acesso aos documentos   | 11         | 22         | 15         | 19         | 21         |
| Adesão de novos Estados   |            |            | 1          |            |            |
| Agricultura   | 46         | 14         | 19         | 24         | 22         |
| Ambiente  | 27         | 7          | 4          | 15         | 6          |
| Aproximação das legislações   | 1          |            |            |            |            |
| Auxílios de Estado  | 37         | 55         | 46         | 42         | 67         |
| Cláusula compromissória   | 6          | 12         | 12         | 9          | 5          |
| Coesão económica, social e territorial  | 17         | 6          | 6          | 24         | 3          |
| Concorrência  | 62         | 71         | 42         | 79         | 39         |
| Contratos públicos  | 11         | 31         | 19         | 15         | 18         |
| Cultura   | 1          |            | 1          |            |            |
| Direito das sociedades  |            |            | 1          |            |            |
| Direito institucional   | 19         | 23         | 32         | 17         | 44         |
| Disposições financeiras (orçamento, quadro financeiro, recursos próprios, luta contra a fraude)     | 1          |            | 1          |            |            |
| Educação, formação profissional, juventude e desporto   | 1          |            |            |            | 2          |
| Energia   |            |            | 2          |            | 1          |
| Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça  | 3          | 3          | 2          |            | 1          |
| Fiscalidade   | 2          |            |            | 1          | 1          |
| Investigação, desenvolvimento tecnológico e espaço  | 4          |            | 6          | 3          | 4          |
| Liberdade de estabelecimento  |            | 1          |            |            |            |
| Livre circulação de mercadorias   | 1          | 1          | 1          |            |            |
| Livre circulação de pessoas   | 4          | 1          | 1          | 1          |            |
| Livre prestação de serviços   |            | 3          | 4          | 1          |            |
| Medidas restritivas (Ação externa)  | 12         | 7          | 7          | 21         | 93         |
| Política comercial  | 9          | 10         | 8          | 9          | 11         |
| Política comum da pesca   | 5          | 23         | 1          | 19         | 3          |
| Política económica e monetária  |            |            |            | 4          | 4          |
| Política Externa e de Segurança Comum   |            |            |            | 1          |            |
| Política social   | 5          | 6          | 2          | 4          | 5          |
| Propriedade intelectual e industrial  | 168        | 198        | 207        | 207        | 219        |
| Protecção dos consumidores  |            | 2          |            |            |            |
| Registo, avaliação, autorização e restrições aplicáveis às substâncias químicas (Regulamento REACH) |            |            |            | 8          | 3          |
| Saúde pública   | 1          | 2          | 2          | 4          | 2          |
| Transportes   | 4          | 1          |            | 1          | 1          |
| União aduaneira e pauta aduaneira comum   | 5          | 1          | 5          | 4          | 10         |
| <b>Total Tratado CA</b>   |            | <b>1</b>   |            |            |            |
| <b>Total Tratado CE/TFUE</b>  | <b>464</b> | <b>502</b> | <b>452</b> | <b>533</b> | <b>587</b> |
| <b>Total Tratado EA</b>   |            |            |            | <b>1</b>   |            |
| Estatuto dos Funcionários   | 29         | 39         | 32         | 25         | 47         |
| Processos especiais   | 29         | 87         | 84         | 77         | 88         |
| <b>TOTAL GERAL</b>  | <b>522</b> | <b>629</b> | <b>568</b> | <b>636</b> | <b>722</b> |

<sup>1</sup> Com a entrada em vigor do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) em 1 de Dezembro de 2009 foi necessário proceder a uma alteração da apresentação das matérias das ações e dos recursos. Por conseguinte, foram revistos os dados referentes ao período 2007-2009.



## 5. Processos findos — Natureza dos processos (2007-2011)



|  | 2007       | 2008       | 2009       | 2010       | 2011       |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|
| Auxílios de Estado   | 36         | 37         | 70         | 50         | 41         |
| Concorrência   | 48         | 31         | 31         | 38         | 100        |
| Função pública   | 51         | 33         | 1          |            | 1          |
| Propriedade intelectual  | 128        | 171        | 168        | 180        | 240        |
| Outras ações e recursos diretos  | 101        | 229        | 171        | 149        | 222        |
| Recursos de decisões do Tribunal Geral   | 7          | 21         | 31         | 37         | 29         |
| Recursos de decisões do Tribunal Geral em processos de medidas provisórias ou pedidos de intervenção |            |            |            | 1          | 1          |
| Processos especiais  | 26         | 83         | 83         | 72         | 80         |
| <b>Total</b>   | <b>397</b> | <b>605</b> | <b>555</b> | <b>527</b> | <b>714</b> |

## 6. *Processos findos — Matéria da ação ou do recurso (2011)*

|   | Acórdãos   | Despachos  | Total      |
|---|------------|------------|------------|
| Ação externa da União Europeia  |            | 5          | 5          |
| Acesso aos documentos   | 11         | 12         | 23         |
| Agricultura   | 13         | 13         | 26         |
| Ambiente  | 11         | 11         | 22         |
| Auxílios de Estado  | 21         | 20         | 41         |
| Cláusula compromissória   | 2          | 4          | 6          |
| Coesão económica, social e territorial  | 6          | 3          | 9          |
| Concorrência  | 91         | 9          | 100        |
| Contratos públicos  | 13         | 2          | 15         |
| Direito institucional   | 8          | 28         | 36         |
| Educação, formação profissional, juventude e desporto   |            | 1          | 1          |
| Investigação, desenvolvimento tecnológico e espaço  | 1          | 4          | 5          |
| Livre circulação de pessoas   | 2          |            | 2          |
| Livre prestação de serviços   | 2          | 1          | 3          |
| Medidas restritivas (Ação externa)  | 4          | 28         | 32         |
| Política comercial  | 8          | 2          | 10         |
| Política comum da pesca   |            | 5          | 5          |
| Política económica e monetária  |            | 3          | 3          |
| Política social   | 2          | 3          | 5          |
| Propriedade intelectual e industrial  | 178        | 62         | 240        |
| Protecção dos consumidores  | 1          |            | 1          |
| Registo, avaliação, autorização e restrições aplicáveis às substâncias químicas (Regulamento REACH) |            | 4          | 4          |
| Saúde pública   | 2          | 1          | 3          |
| Transportes   |            | 1          | 1          |
| União aduaneira e pauta aduaneira comum   | 1          |            | 1          |
| <b>Total Tratado CE/TFUE</b>  | <b>377</b> | <b>222</b> | <b>599</b> |
| <b>Total Tratado EA</b>   |            | <b>1</b>   | <b>1</b>   |
| Estatuto dos Funcionários   | 16         | 18         | 34         |
| Processos especiais   |            | 80         | 80         |
| <b>TOTAL GERAL</b>  | <b>393</b> | <b>321</b> | <b>714</b> |

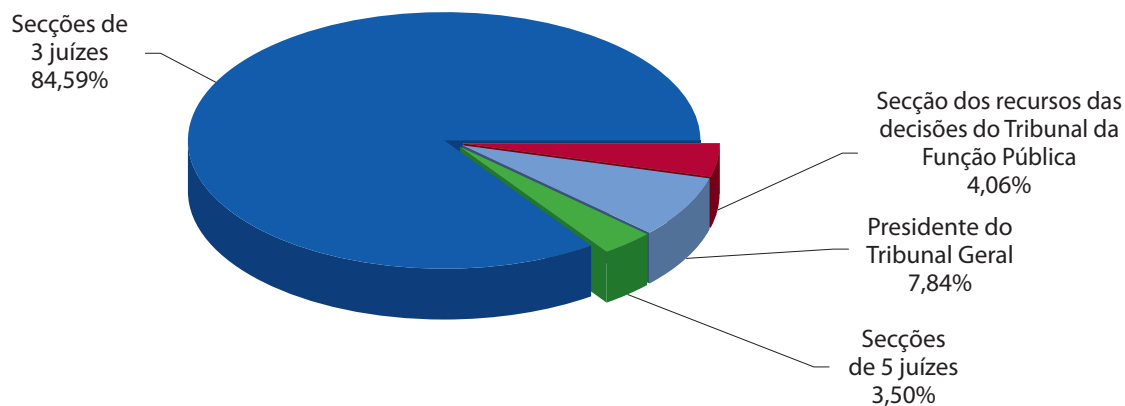
## 7. *Processos findos — Matéria da ação ou do recurso (2007-2011)* <sup>1</sup> (acórdãos e despachos)

|   | 2007       | 2008       | 2009       | 2010       | 2011       |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|
| Ação externa da União Europeia  | 4          | 2          |            | 4          | 5          |
| Acesso aos documentos   | 7          | 15         | 6          | 21         | 23         |
| Adesão de novos Estados   |            |            | 1          |            |            |
| Agricultura   | 13         | 48         | 46         | 16         | 26         |
| Ambiente  | 10         | 17         | 9          | 6          | 22         |
| Aproximação das legislações   | 1          | 1          |            |            |            |
| Auxílios de Estado  | 36         | 37         | 70         | 50         | 41         |
| Cláusula compromissória   | 10         | 9          | 10         | 12         | 6          |
| Coesão económica, social e territorial  | 5          | 42         | 3          | 2          | 9          |
| Concorrência  | 38         | 31         | 31         | 38         | 100        |
| Contratos públicos  | 7          | 26         | 12         | 16         | 15         |
| Cultura   |            | 1          | 2          |            |            |
| Direito das sociedades  | 1          |            |            | 1          |            |
| Direito institucional   | 10         | 22         | 20         | 26         | 36         |
| Disposições financeiras (orçamento, quadro financeiro, recursos próprios, luta contra a fraude)     |            | 2          | 2          |            |            |
| Educação, formação profissional, juventude e desporto   |            |            |            | 1          | 1          |
| Energia   |            |            |            | 2          |            |
| Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça  | 2          | 1          | 3          |            |            |
| Fiscalidade   |            | 2          |            | 1          |            |
| Investigação, desenvolvimento tecnológico e espaço  | 1          | 1          | 1          | 3          | 5          |
| Liberdade de estabelecimento  |            | 1          |            |            |            |
| Livre circulação de mercadorias   |            | 2          | 3          |            |            |
| Livre circulação de pessoas   | 4          | 2          | 1          |            | 2          |
| Livre prestação de serviços   | 1          |            | 2          | 2          | 3          |
| Medidas restritivas (Ação externa)  | 3          | 6          | 8          | 10         | 32         |
| Política comercial  | 4          | 12         | 6          | 8          | 10         |
| Política comum da pesca   | 4          | 4          | 17         |            | 5          |
| Política económica e monetária  | 1          | 1          |            | 2          | 3          |
| Política industrial   | 1          |            |            |            |            |
| Política social   | 4          | 2          | 6          | 6          | 5          |
| Propriedade intelectual e industrial  | 129        | 171        | 169        | 180        | 240        |
| Protecção dos consumidores  |            |            |            | 2          | 1          |
| Registo, avaliação, autorização e restrições aplicáveis às substâncias químicas (Regulamento REACH) |            |            |            |            | 4          |
| Saúde pública   | 2          | 1          | 1          | 2          | 3          |
| Transportes   | 1          | 3          |            | 2          | 1          |
| União aduaneira e pauta aduaneira comum   | 3          | 6          | 10         | 4          | 1          |
| <b>Total Tratado CA</b>   | <b>10</b>  |            |            |            |            |
| <b>Total Tratado CE/TFUE</b>  | <b>302</b> | <b>468</b> | <b>439</b> | <b>417</b> | <b>599</b> |
| <b>Total Tratado EA</b>   | <b>1</b>   |            | <b>1</b>   |            | <b>1</b>   |
| Estatuto dos Funcionários   | 58         | 54         | 32         | 38         | 34         |
| Processos especiais   | 26         | 83         | 83         | 72         | 80         |
| <b>TOTAL GERAL</b>  | <b>397</b> | <b>605</b> | <b>555</b> | <b>527</b> | <b>714</b> |

<sup>1</sup> Com a entrada em vigor do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) em 1 de dezembro de 2009 foi necessário proceder a uma alteração da apresentação das matérias das ações e dos recursos. Por conseguinte, foram revistos os dados referentes ao período 2007-2009.

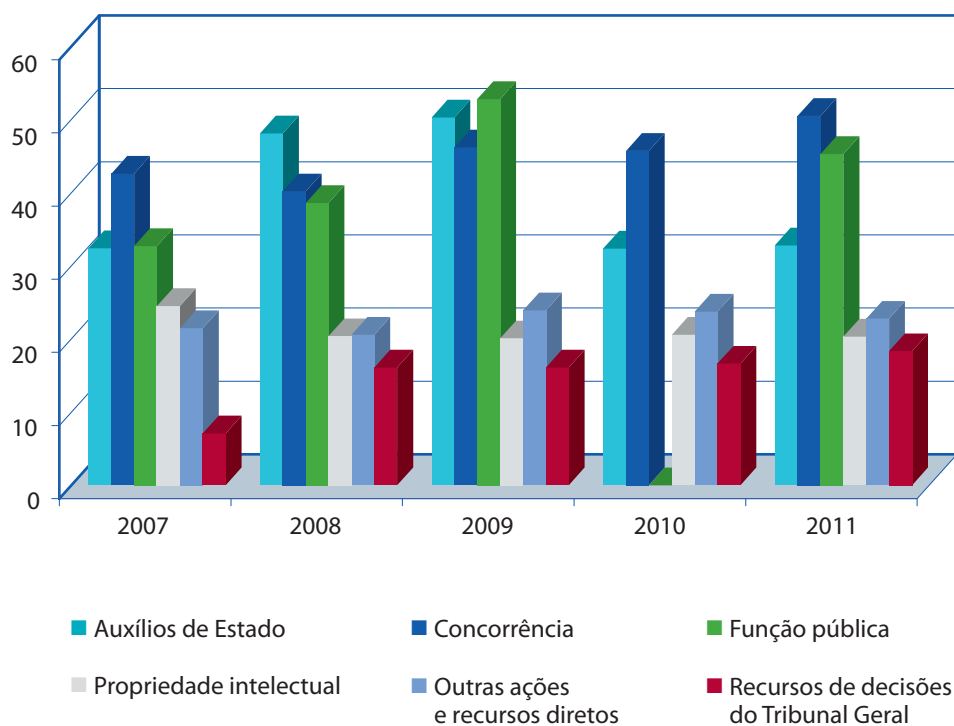
## 8. Processos findos — Formação de julgamento (2007-2011)

Repartição em 2011



|  | 2007       |            |            | 2008       |            |            | 2009       |            |            | 2010       |            |            | 2011       |            |            |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
|  | Acórdãos   | Despachos  | Total      | Acórdãos   | Despachos  | Total      | Acórdãos   | Despachos  | Total      | Acórdãos   | Despachos  | Total      | Acórdãos   | Despachos  | Total      |
| Grande Secção  | 2          |            | 2          |            |            |            |            |            |            |            | 2          | 2          |            |            |            |
| Secção dos recursos das decisões do Tribunal da Função Pública | 3          | 4          | 7          | 16         | 10         | 26         | 20         | 11         | 31         | 22         | 15         | 37         | 15         | 14         | 29         |
| Presidente do Tribunal Geral                                   |            | 16         | 16         |            | 52         | 52         |            | 50         | 50         |            | 54         | 54         |            | 56         | 56         |
| Secções de 5 juízes  | 44         | 8          | 52         | 15         | 2          | 17         | 27         | 2          | 29         | 8          |            | 8          | 19         | 6          | 25         |
| Secções de 3 juízes  | 196        | 122        | 318        | 228        | 282        | 510        | 245        | 200        | 445        | 255        | 168        | 423        | 359        | 245        | 604        |
| Juiz singular  | 2          |            | 2          |            |            |            |            |            |            | 3          |            | 3          |            |            |            |
| <b>Total</b>   | <b>247</b> | <b>150</b> | <b>397</b> | <b>259</b> | <b>346</b> | <b>605</b> | <b>292</b> | <b>263</b> | <b>555</b> | <b>288</b> | <b>239</b> | <b>527</b> | <b>393</b> | <b>321</b> | <b>714</b> |

## 9. *Processos findos — Duração dos processos em meses (2007-2011)* <sup>1</sup> (acórdãos e despachos)

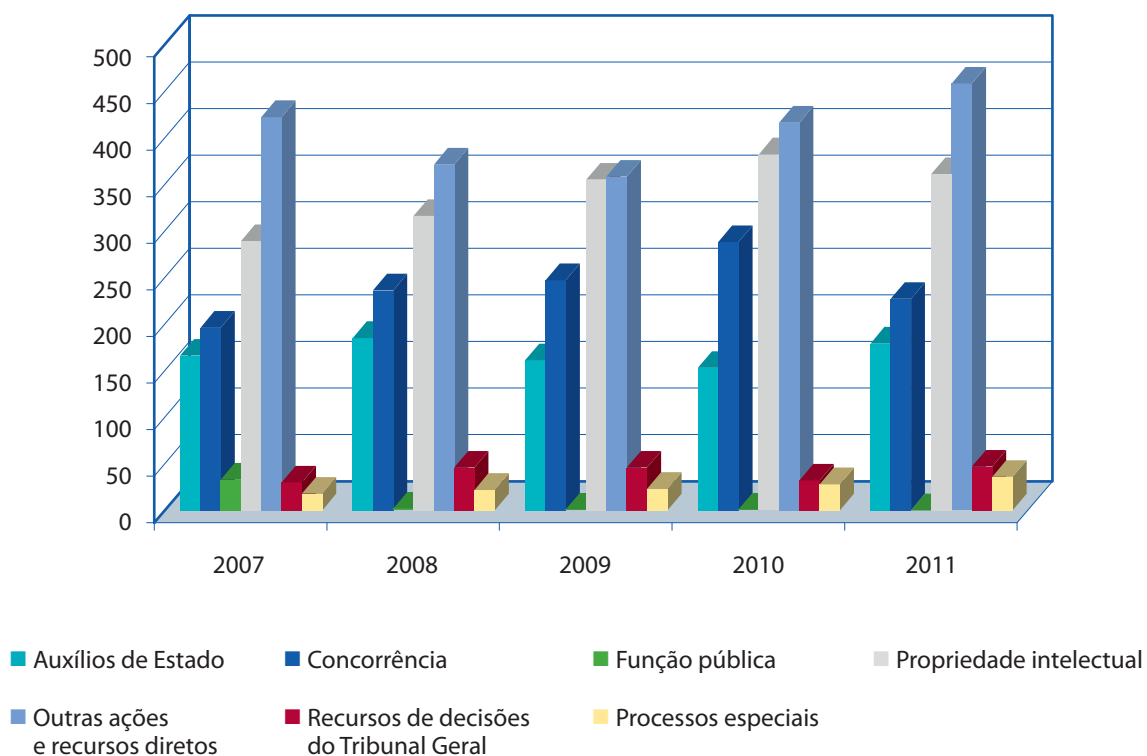


|  | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
|--|------|------|------|------|------|
| Auxílios de Estado                     | 32,4 | 48,1 | 50,3 | 32,4 | 32,8 |
| Concorrência                           | 42,6 | 40,2 | 46,2 | 45,7 | 50,5 |
| Função pública                         | 32,7 | 38,6 | 52,8 |      | 45,3 |
| Propriedade intelectual                | 24,5 | 20,4 | 20,1 | 20,6 | 20,3 |
| Outras ações e recursos diretos        | 21,5 | 20,6 | 23,9 | 23,7 | 22,8 |
| Recursos de decisões do Tribunal Geral | 7,1  | 16,1 | 16,1 | 16,6 | 18,3 |

<sup>1</sup> O cálculo da duração média dos processos não tem em conta: os processos decididos por acórdão interlocutório; os processos especiais; os recursos de decisões do Tribunal Geral em processos de medidas provisórias ou pedidos de intervenção; os processos remetidos pelo Tribunal de Justiça após a alteração da repartição de competências entre o Tribunal de Justiça e o Tribunal Geral; os processos remetidos pelo Tribunal Geral após a entrada em funções do Tribunal da Função Pública.

As durações dos processos são expressas em meses e em décimos de mês.

## 10. *Processos pendentes em 31 de dezembro* — Natureza dos processos (2007-2011)



|  | 2007         | 2008         | 2009         | 2010         | 2011         |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Auxílios de Estado                     | 166          | 185          | 161          | 153          | 179          |
| Concorrência                           | 196          | 236          | 247          | 288          | 227          |
| Função pública                         | 33           | 2            | 1            | 1            |              |
| Propriedade intelectual                | 289          | 316          | 355          | 382          | 361          |
| Outras ações e recursos diretos        | 422          | 371          | 358          | 416          | 458          |
| Recursos de decisões do Tribunal Geral | 30           | 46           | 46           | 32           | 47           |
| Processos especiais                    | 18           | 22           | 23           | 28           | 36           |
| <b>Total</b>                           | <b>1 154</b> | <b>1 178</b> | <b>1 191</b> | <b>1 300</b> | <b>1 308</b> |

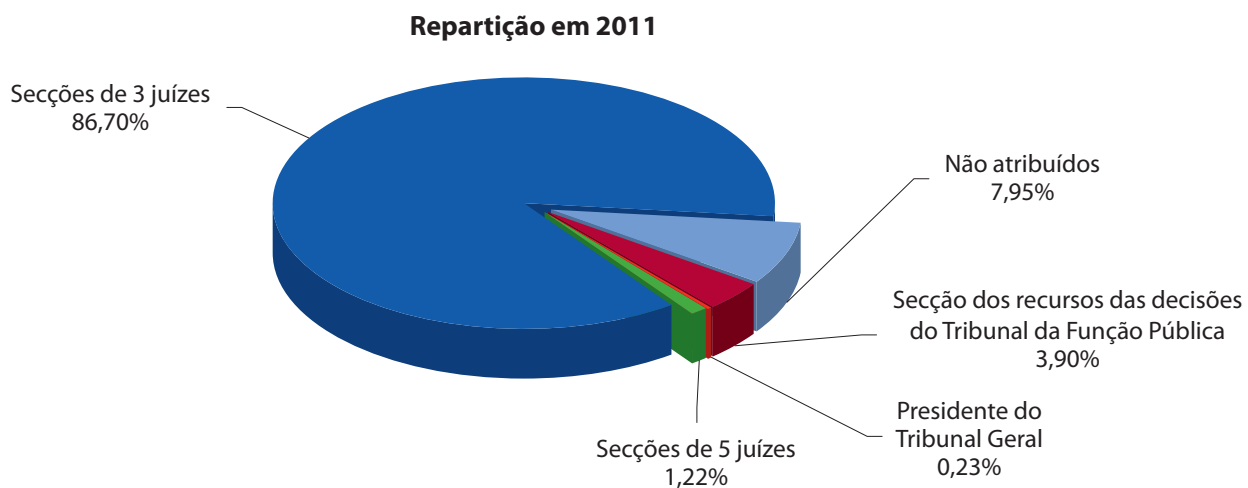
## 11. Processos pendentes em 31 de dezembro — Matéria da ação ou do recurso (2007-2011) <sup>1</sup>

|   | 2007         | 2008         | 2009         | 2010         | 2011         |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Ação externa da União Europeia  | 3            | 3            | 8            | 5            | 2            |
| Acesso aos documentos   | 28           | 35           | 44           | 42           | 40           |
| Agricultura   | 118          | 84           | 57           | 65           | 61           |
| Ambiente  | 40           | 30           | 25           | 34           | 18           |
| Aproximação das legislações   | 1            |              |              |              |              |
| Auxílios de Estado  | 166          | 184          | 160          | 152          | 178          |
| Cláusula compromissória   | 17           | 20           | 22           | 19           | 18           |
| Coesão económica, social e territorial  | 49           | 13           | 16           | 38           | 32           |
| Concorrência  | 196          | 236          | 247          | 288          | 227          |
| Contratos públicos  | 29           | 34           | 41           | 40           | 43           |
| Cultura   | 2            | 1            |              |              |              |
| Direito das sociedades  |              |              | 1            |              |              |
| Direito institucional   | 28           | 29           | 41           | 32           | 40           |
| Disposições financeiras (orçamento, quadro financeiro, recursos próprios, luta contra a fraude)     | 5            | 3            | 2            | 2            | 2            |
| Educação, formação profissional, juventude e desporto   | 1            | 1            | 1            |              | 1            |
| Energia   |              |              | 2            |              | 1            |
| Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça  | 1            | 3            | 2            | 2            | 3            |
| Fiscalidade   | 2            |              |              |              | 1            |
| Investigação, desenvolvimento tecnológico e espaço  | 4            | 3            | 8            | 8            | 7            |
| Livre circulação de mercadorias   | 3            | 2            |              |              |              |
| Livre circulação de pessoas   | 3            | 2            | 2            | 3            | 1            |
| Livre prestação de serviços   |              | 3            | 5            | 4            | 1            |
| Medidas restritivas (Ação externa)  | 18           | 19           | 18           | 29           | 90           |
| Política comercial  | 33           | 31           | 33           | 34           | 35           |
| Política comum da pesca   | 5            | 24           | 8            | 27           | 25           |
| Política económica e monetária  | 1            |              |              | 2            | 3            |
| Política Externa e de Segurança Comum   |              |              |              | 1            | 1            |
| Política social   | 6            | 10           | 6            | 4            | 4            |
| Propriedade intelectual e industrial  | 290          | 317          | 355          | 382          | 361          |
| Protecção dos consumidores  | 1            | 3            | 3            | 1            |              |
| Registo, avaliação, autorização e restrições aplicáveis às substâncias químicas (Regulamento REACH) |              |              |              | 8            | 7            |
| Saúde pública   | 2            | 3            | 4            | 6            | 5            |
| Transportes   | 4            | 2            | 2            | 1            | 1            |
| União aduaneira e pauta aduaneira comum   | 16           | 11           | 6            | 6            | 15           |
| <b>Total Tratado CA</b>   |              | <b>1</b>     | <b>1</b>     | <b>1</b>     | <b>1</b>     |
| <b>Total Tratado CE/TFUE</b>  | <b>1 072</b> | <b>1 106</b> | <b>1 119</b> | <b>1 235</b> | <b>1 223</b> |
| <b>Total Tratado EA</b>   | <b>1</b>     | <b>1</b>     |              | <b>1</b>     |              |
| Estatuto dos Funcionários   | 63           | 48           | 48           | 35           | 48           |
| Processos especiais   | 18           | 22           | 23           | 28           | 36           |
| <b>TOTAL GERAL</b>  | <b>1 154</b> | <b>1 178</b> | <b>1 191</b> | <b>1 300</b> | <b>1 308</b> |

<sup>1</sup> Com a entrada em vigor do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) em 1 de dezembro de 2009 foi necessário proceder a uma alteração da apresentação das matérias das ações e dos recursos. Por conseguinte, foram revistos os dados referentes ao período 2007-2009.

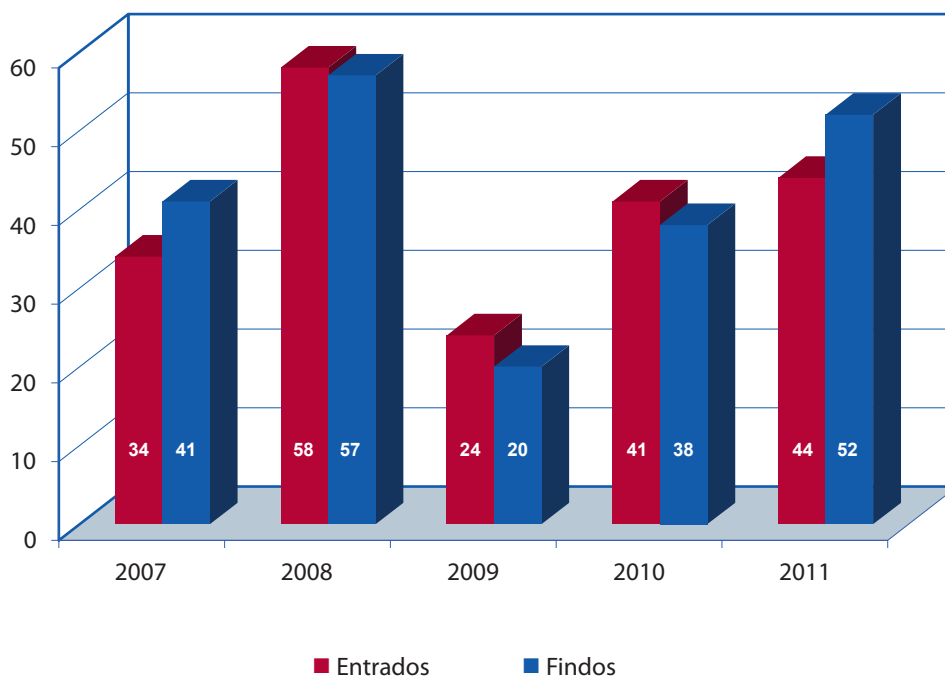


## 12. *Processos pendentes em 31 de dezembro* — Formação de julgamento (2007-2011)



|  | 2007         | 2008         | 2009         | 2010         | 2011         |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Secção dos recursos das decisões do Tribunal da Função Pública | 30           | 46           | 46           | 32           | 51           |
| Presidente do Tribunal Geral                                   |              |              |              | 3            | 3            |
| Secções de 5 juizes  | 75           | 67           | 49           | 58           | 16           |
| Secções de 3 juizes  | 971          | 975          | 1 019        | 1 132        | 1 134        |
| Juiz singular  |              |              | 2            |              |              |
| Não atribuídos   | 78           | 90           | 75           | 75           | 104          |
| <b>Total</b>   | <b>1 154</b> | <b>1 178</b> | <b>1 191</b> | <b>1 300</b> | <b>1 308</b> |

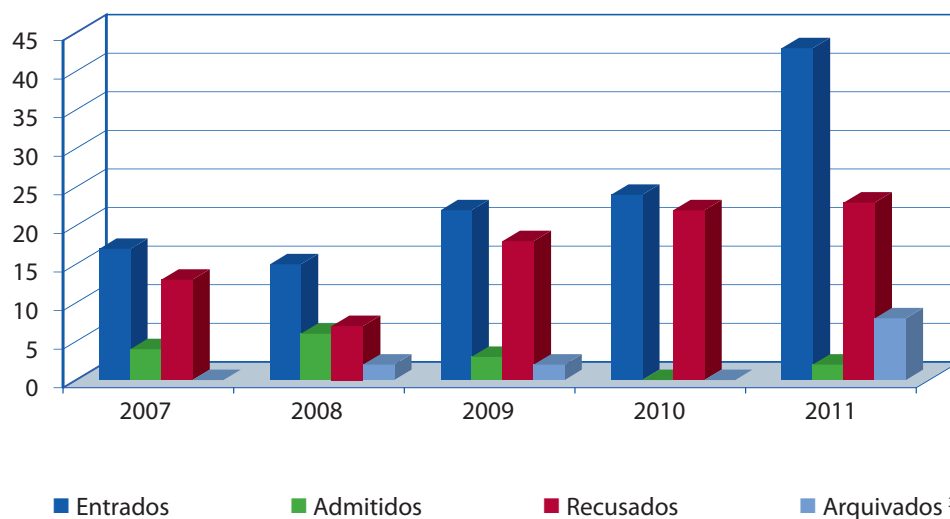
### 13. Diversos — Processos de medidas provisórias (2007-2011)



#### Repartição em 2011

|   | Processos de medidas provisórias entrados | Processos de medidas provisórias findos | Sentido da decisão |  |               |
|---|---|---|--------------------|--|---------------|
|   |   |   | Provimento         | Cancelamento/<br>/Não conhecimento do mérito | Indeferimento |
| Acesso aos documentos                                 | 1   |   |                    |  |               |
| Agricultura   | 2   | 2                                       |                    |  | 2             |
| Ambiente  | 2   | 2                                       |                    |  | 2             |
| Auxílios de Estado                                    | 9   | 13                                      |                    | 3  | 10            |
| Cláusula compromissória                               | 1   | 1                                       |                    |  | 1             |
| Concorrência  | 5   | 12                                      | 2                  |  | 10            |
| Contratos públicos                                    | 5   | 4                                       |                    |  | 4             |
| Direito institucional                                 | 4   | 5                                       |                    | 1  | 4             |
| Educação, formação profissional, juventude e desporto | 1   | 1                                       |                    | 1  |               |
| Estatuto dos Funcionários                             | 1   | 1                                       |                    |  | 1             |
| Investigação, desenvolvimento tecnológico e espaço    | 1   | 1                                       |                    |  | 1             |
| Medidas restritivas (Ação externa)                    | 11  | 9                                       |                    | 3  | 6             |
| União aduaneira e pauta aduaneira comum               | 1   | 1                                       |                    |  | 1             |
| <b>Total</b>  | <b>44</b>                                 | <b>52</b>                               | <b>2</b>           | <b>8</b>                                     | <b>42</b>     |

## 14. Diversos — Tramitação acelerada (2007-2011) <sup>1 2</sup>



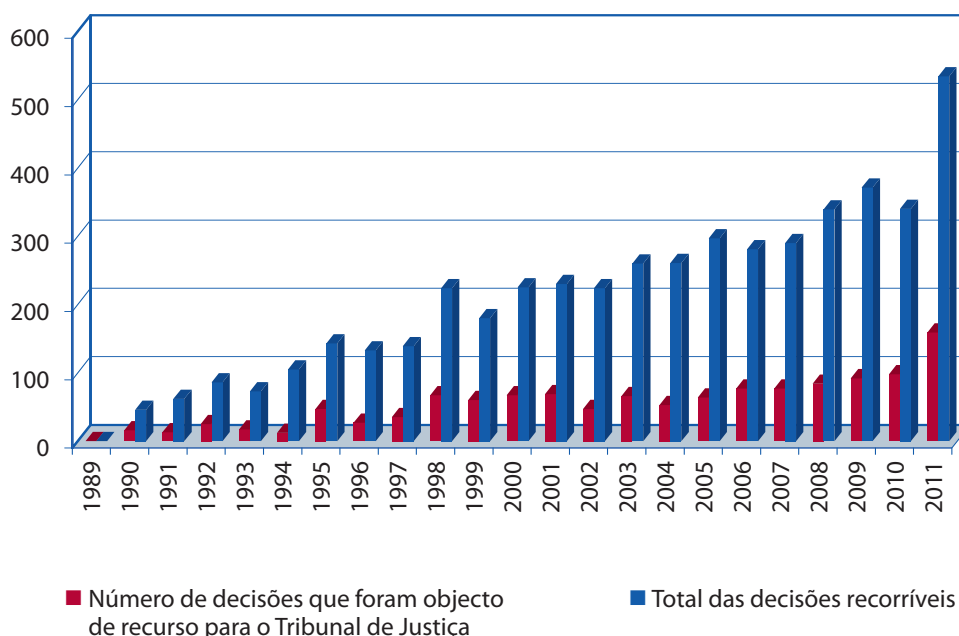
|  | 2007      |                    |           |                         | 2008      |                    |           |                         | 2009      |                    |           |                         | 2010      |                    |           |                         | 2011      |                    |           |                         |
|--|-----------|--------------------|-----------|-------------------------|-----------|--------------------|-----------|-------------------------|-----------|--------------------|-----------|-------------------------|-----------|--------------------|-----------|-------------------------|-----------|--------------------|-----------|-------------------------|
|  | Entrados  | Sentido da decisão |           |                         | Entrados  | Sentido da decisão |           |                         | Entrados  | Sentido da decisão |           |                         | Entrados  | Sentido da decisão |           |                         | Entrados  | Sentido da decisão |           |                         |
|  |           | Admitidos          | Recusados | Arquivados <sup>3</sup> |           | Admitidos          | Recusados | Arquivados <sup>3</sup> |           | Admitidos          | Recusados | Arquivados <sup>3</sup> |           | Admitidos          | Recusados | Arquivados <sup>3</sup> |           | Admitidos          | Recusados | Arquivados <sup>3</sup> |
| Ação externa da União Europeia         |           |                    |           |                         |           |                    |           |                         |           |                    |           |                         | 1         | 1                  |           |                         |           |                    |           |                         |
| Acesso aos documentos                  | 1         |                    | 1         |                         | 2         |                    | 2         |                         | 4         |                    | 4         |                         |           |                    |           |                         | 2         |                    | 1         |                         |
| Agricultura                            |           |                    | 1         |                         | 1         |                    |           |                         | 2         |                    | 3         |                         |           |                    |           |                         |           |                    |           |                         |
| Ambiente                               | 7         | 1                  | 6         |                         |           |                    |           |                         | 1         |                    | 1         |                         |           |                    |           |                         | 2         |                    | 2         |                         |
| Auxílios de Estado                     | 1         |                    | 2         |                         | 1         |                    | 1         |                         |           |                    |           |                         | 7         |                    | 5         |                         |           |                    | 2         |                         |
| Cláusula compromissória                |           |                    |           |                         | 1         |                    | 1         |                         |           |                    |           |                         |           |                    |           |                         |           |                    |           |                         |
| Coesão económica, social e territorial |           |                    |           |                         |           |                    |           |                         |           |                    |           |                         | 1         |                    | 1         |                         |           |                    |           |                         |
| Concorrência                           | 1         |                    | 1         |                         | 1         |                    | 1         |                         | 2         |                    | 2         |                         | 3         |                    | 3         |                         | 4         |                    | 4         |                         |
| Contratos públicos                     | 2         |                    | 1         |                         | 3         | 1                  | 3         |                         | 2         |                    | 2         |                         | 2         |                    | 2         |                         |           |                    |           |                         |
| Direito institucional                  |           |                    |           |                         | 1         |                    | 1         |                         | 1         |                    | 1         |                         |           |                    |           |                         | 1         |                    |           | 1                       |
| Estatuto dos Funcionários              |           |                    |           |                         | 1         |                    |           |                         | 1         |                    | 1         |                         |           |                    |           |                         |           |                    |           |                         |
| Livre prestação de serviços            |           |                    |           |                         |           |                    |           |                         | 1         |                    | 1         |                         |           |                    |           |                         |           |                    |           |                         |
| Medidas restritivas (Ação externa)     | 3         | 2                  | 1         |                         | 4         | 4                  |           |                         | 5         | 1                  | 2         | 1                       | 10        |                    | 10        |                         | 30        | 2                  | 12        | 7                       |
| Política comercial                     | 2         | 1                  |           |                         | 1         |                    |           |                         | 2         |                    | 2         |                         |           |                    |           |                         | 3         |                    | 2         |                         |
| Política social                        |           |                    |           |                         |           |                    |           |                         |           |                    |           |                         |           |                    |           |                         | 1         |                    |           |                         |
| Processo                               |           |                    |           |                         |           |                    |           |                         | 1         |                    | 1         |                         |           |                    |           |                         |           |                    |           |                         |
| Saúde pública                          |           |                    |           |                         |           |                    |           |                         | 1         |                    | 1         |                         |           |                    |           |                         |           |                    |           |                         |
| <b>Total</b>                           | <b>17</b> | <b>4</b>           | <b>13</b> |                         | <b>15</b> | <b>6</b>           | <b>7</b>  | <b>2</b>                | <b>22</b> | <b>3</b>           | <b>18</b> | <b>2</b>                | <b>24</b> |                    | <b>22</b> |                         | <b>43</b> | <b>2</b>           | <b>23</b> | <b>8</b>                |

<sup>1</sup> O Tribunal Geral pode decidir que um processo seguirá a tramitação acelerada com base no artigo 76.º-A do Regulamento de Processo. Esta disposição é aplicável desde 1 de fevereiro de 2001.

<sup>2</sup> Com a entrada em vigor do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) em 1 de dezembro de 2009 foi necessário proceder a uma alteração da apresentação das matérias das ações e dos recursos. Por conseguinte, foram revistos os dados referentes ao período 2007-2009.

<sup>3</sup> Incluem-se na categoria «arquivados» os seguintes casos: retirada do pedido, desistência e casos em que o processo é decidido por despacho antes de o Tribunal se ter pronunciado sobre o pedido de tramitação acelerada.

## 15. *Diversos* — Decisões do Tribunal Geral que foram objecto de recurso para o Tribunal de Justiça (1989-2011)



|      | Número de decisões que foram objecto de recurso para o Tribunal de Justiça | Total das decisões recorríveis <sup>1</sup> | Percentagem de decisões que foram objecto de recurso para o Tribunal de Justiça |
|------|--|---|---|
| 1989 |  |   |   |
| 1990 | 16   | 46  | 35%   |
| 1991 | 13   | 62  | 21%   |
| 1992 | 25   | 86  | 29%   |
| 1993 | 17   | 73  | 23%   |
| 1994 | 12   | 105   | 11%   |
| 1995 | 47   | 143   | 33%   |
| 1996 | 27   | 133   | 20%   |
| 1997 | 35   | 139   | 25%   |
| 1998 | 67   | 224   | 30%   |
| 1999 | 60   | 180   | 33%   |
| 2000 | 67   | 225   | 30%   |
| 2001 | 69   | 230   | 30%   |
| 2002 | 47   | 224   | 21%   |
| 2003 | 66   | 260   | 25%   |
| 2004 | 53   | 261   | 20%   |
| 2005 | 64   | 297   | 22%   |
| 2006 | 77   | 281   | 27%   |
| 2007 | 77   | 290   | 27%   |
| 2008 | 84   | 339   | 25%   |
| 2009 | 92   | 371   | 25%   |
| 2010 | 98   | 340   | 29%   |
| 2011 | 159  | 534   | 30%   |

<sup>1</sup> Total das decisões recorríveis — acórdãos, despachos de medidas provisórias e de indeferimento de pedido de intervenção, e todos os despachos que põem termo à instância que não sejam despachos de cancelamento e de transferência — para as quais expirou o prazo de recurso ou das quais foi interposto recurso.

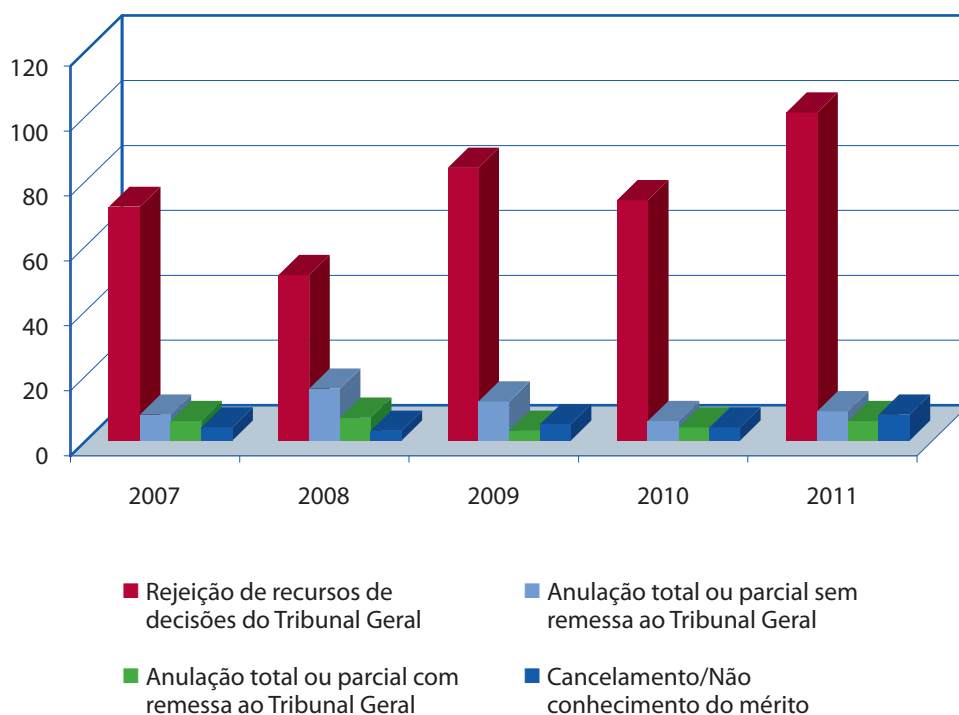
## 16. Diversos — Repartição dos recursos para o Tribunal de Justiça consoante a natureza do processo (2007-2011)

|                                 | 2007                                   |                     |  | 2008                                   |                     |  | 2009                                   |                     |  | 2010                                   |                     |  | 2011                                   |                     |  |
|---------------------------------|--|---------------------|--|--|---------------------|--|--|---------------------|--|--|---------------------|--|--|---------------------|--|
|                                 | Recursos de decisões do Tribunal Geral | Decisões recoráveis | <b>Recursos de decisões do Tribunal Geral em %</b> | Recursos de decisões do Tribunal Geral | Decisões recoráveis | <b>Recursos de decisões do Tribunal Geral em %</b> | Recursos de decisões do Tribunal Geral | Decisões recoráveis | <b>Recursos de decisões do Tribunal Geral em %</b> | Recursos de decisões do Tribunal Geral | Decisões recoráveis | <b>Recursos de decisões do Tribunal Geral em %</b> | Recursos de decisões do Tribunal Geral | Decisões recoráveis | <b>Recursos de decisões do Tribunal Geral em %</b> |
| Auxílios de Estado              | 11                                     | 30                  | <b>37%</b>   | 4                                      | 19                  | <b>21%</b>   | 23                                     | 51                  | <b>45%</b>   | 17                                     | 35                  | <b>49%</b>   | 10                                     | 37                  | <b>27%</b>   |
| Concorrência                    | 13                                     | 33                  | <b>39%</b>   | 7                                      | 26                  | <b>27%</b>   | 11                                     | 45                  | <b>24%</b>   | 15                                     | 33                  | <b>45%</b>   | 50                                     | 90                  | <b>56%</b>   |
| Função pública                  | 10                                     | 53                  | <b>19%</b>   | 9                                      | 31                  | <b>29%</b>   | 1                                      | 3                   | <b>33%</b>   |  |                     |  | 1                                      | 1                   | <b>100%</b>  |
| Propriedade intelectual         | 14                                     | 64                  | <b>22%</b>   | 24                                     | 105                 | <b>23%</b>   | 25                                     | 153                 | <b>16%</b>   | 32                                     | 140                 | <b>23%</b>   | 39                                     | 201                 | <b>19%</b>   |
| Outras ações e recursos diretos | 29                                     | 110                 | <b>26%</b>   | 40                                     | 158                 | <b>25%</b>   | 32                                     | 119                 | <b>27%</b>   | 34                                     | 132                 | <b>26%</b>   | 59                                     | 205                 | <b>29%</b>   |
| <b>Total</b>                    | <b>77</b>                              | <b>290</b>          | <b>27%</b>   | <b>84</b>                              | <b>339</b>          | <b>25%</b>   | <b>92</b>                              | <b>371</b>          | <b>25%</b>   | <b>98</b>                              | <b>340</b>          | <b>29%</b>   | <b>159</b>                             | <b>534</b>          | <b>30%</b>   |

## 17. *Diversos* — Resultados dos recursos de decisões do Tribunal Geral (2011) (acórdãos e despachos)

|                                       | Rejeição de recursos de decisões do Tribunal Geral | Anulação total ou parcial sem remessa ao Tribunal Geral | Anulação total ou parcial com remessa ao Tribunal Geral | Cancelamento/Não conhecimento do mérito | Total      |
|---------------------------------------|--|---|---|---|------------|
| Ação externa da União Europeia        | 1  |   |   |   | 1          |
| Acesso aos documentos                 | 2  |   |   |   | 2          |
| Agricultura                           | 2  |   |   |   | 2          |
| Ambiente                              |  |   |   | 1                                       | 1          |
| Auxílios de Estado                    | 34   | 3   | 2   | 1                                       | 40         |
| Concorrência                          | 10   | 4   |   | 2                                       | 16         |
| Contratos públicos                    | 4  |   |   |   | 4          |
| Direito das sociedades                | 1  |   |   |   | 1          |
| Direito institucional                 | 15   |   | 2   | 1                                       | 18         |
| Política comercial                    | 1  |   |   |   | 1          |
| Política Externa e de Segurança Comum | 2  |   |   |   | 2          |
| Política social                       | 1  |   |   |   | 1          |
| Princípios do direito da União        | 1  |   |   |   | 1          |
| Propriedade intelectual e industrial  | 27   | 2   | 2   | 3                                       | 34         |
| <b>Total</b>                          | <b>101</b>   | <b>9</b>  | <b>6</b>  | <b>8</b>                                | <b>124</b> |

## 18. *Diversos* — Resultados dos recursos de decisões do Tribunal Geral (2007-2011) (acórdãos e despachos)



|   | 2007      | 2008      | 2009       | 2010      | 2011       |
|---|-----------|-----------|------------|-----------|------------|
| Rejeição de recursos de decisões do Tribunal Geral      | 72        | 51        | 84         | 74        | 101        |
| Anulação total ou parcial sem remessa ao Tribunal Geral | 8         | 16        | 12         | 6         | 9          |
| Anulação total ou parcial com remessa ao Tribunal Geral | 6         | 7         | 3          | 4         | 6          |
| Cancelamento/Não conhecimento do mérito                 | 4         | 3         | 5          | 4         | 8          |
| <b>Total</b>  | <b>90</b> | <b>77</b> | <b>104</b> | <b>88</b> | <b>124</b> |



## 19. Diversos — Evolução geral (1989-2011)

### Processos entrados, findos, pendentes

|              | Processos entrados <sup>1</sup> | Processos findos <sup>2</sup> | Processos pendentes em 31 de Dezembro |
|--------------|---------------------------------|-------------------------------|---------------------------------------|
| 1989         | 169                             | 1                             | 168                                   |
| 1990         | 59                              | 82                            | 145                                   |
| 1991         | 95                              | 67                            | 173                                   |
| 1992         | 123                             | 125                           | 171                                   |
| 1993         | 596                             | 106                           | 661                                   |
| 1994         | 409                             | 442                           | 628                                   |
| 1995         | 253                             | 265                           | 616                                   |
| 1996         | 229                             | 186                           | 659                                   |
| 1997         | 644                             | 186                           | 1 117                                 |
| 1998         | 238                             | 348                           | 1 007                                 |
| 1999         | 384                             | 659                           | 732                                   |
| 2000         | 398                             | 343                           | 787                                   |
| 2001         | 345                             | 340                           | 792                                   |
| 2002         | 411                             | 331                           | 872                                   |
| 2003         | 466                             | 339                           | 999                                   |
| 2004         | 536                             | 361                           | 1 174                                 |
| 2005         | 469                             | 610                           | 1 033                                 |
| 2006         | 432                             | 436                           | 1 029                                 |
| 2007         | 522                             | 397                           | 1 154                                 |
| 2008         | 629                             | 605                           | 1 178                                 |
| 2009         | 568                             | 555                           | 1 191                                 |
| 2010         | 636                             | 527                           | 1 300                                 |
| 2011         | 722                             | 714                           | 1 308                                 |
| <b>Total</b> | <b>9 333</b>                    | <b>8 025</b>                  |                                       |

<sup>1</sup> 1989: 153 processos remetidos pelo Tribunal de Justiça para o recém-criado Tribunal Geral.  
 1993: 451 processos remetidos pelo Tribunal de Justiça devido à primeira extensão de competências do Tribunal Geral.

1994: 14 processos remetidos pelo Tribunal de Justiça devido à segunda extensão de competências do Tribunal Geral.

2004-2005: 25 processos remetidos pelo Tribunal de Justiça devido à terceira extensão de competências do Tribunal Geral.

<sup>2</sup> 2005-2006: 118 processos remetidos pelo Tribunal Geral para o recém-criado Tribunal da Função Pública.





## Capítulo III

### O Tribunal da Função Pública



## A — Atividade do Tribunal da Função Pública em 2011

*Pelo presidente Sean Van Raepenbusch*

**1.** No ano de 2011 assistiu-se à substituição de três membros cujo mandato terminou. Trata-se da primeira modificação substancial da composição do Tribunal da Função Pública desde a sua criação <sup>1</sup>.

**2.** As estatísticas judiciais do Tribunal da Função Pública evidenciam um importante aumento do número de processos entrados em 2011 (159) em relação ao ano anterior (139), que já tinha sido marcado por um claro aumento dos recursos (111 em 2008 e 113 em 2009).

O número de processos findos (166) é muito superior ao do ano anterior (129), constituindo o melhor resultado quantitativo do Tribunal da Função Pública desde a sua criação <sup>2</sup>.

Assim, o número de processos pendentes diminuiu ligeiramente em relação ao último ano (178 em 31 de dezembro de 2011 contra 185 em 31 de dezembro de 2010). Assinalar-se-á igualmente que a duração média do procedimento diminuiu sensivelmente (14,2 meses em 2011 contra 18,1 meses em 2010) <sup>3</sup> devido ao aumento do número de processos encerrados, nomeadamente por despacho (90 em 2011 contra 40 em 2010).

Durante o ano de 2011, foram interpostos 44 recursos das decisões do Tribunal da Função Pública no Tribunal Geral da União Europeia. No mesmo período, foi negado provimento a 23 recursos das suas decisões, sete das suas decisões foram anuladas total ou parcialmente, tendo-lhe, além disso, sido remetidos quatro processos que foram objeto de anulação.

Oito processos foram findos por resolução amigável, o que corresponde a uma diminuição em relação a ano anterior (12) e a um regresso ao nível dos anos de 2007 e de 2008 (sete).

**3.** Os desenvolvimentos que se seguem apresentarão as decisões mais significativas do Tribunal da Função Pública. Não havendo nenhuma novidade importante a assinalar no que respeita aos processos de medidas provisórias <sup>4</sup> e ao apoio judiciário, as rubricas tradicionalmente consagradas a estas questões não aparecerão no Relatório deste ano.

<sup>1</sup> Um juiz tinha sido substituído em 2009 na sequência da sua nomeação no Tribunal de Primeira Instância.

<sup>2</sup> Na sequência do acórdão de 24 de novembro de 2010, *Comissão/Conselho*, processo C-40/10, o Tribunal da Função Pública encerrou 15 processos por despacho. Tratava-se de recursos de folhas de vencimento após adoção do Regulamento (UE, Euratom) n.º 1296/2009 do Conselho, de 23 de dezembro de 2009, que adapta, com efeitos a partir de 1 de julho de 2009, as remunerações e as pensões dos funcionários e outros agentes da União Europeia, bem como os coeficientes de correção aplicáveis a essas remunerações e pensões.

<sup>3</sup> Duração da eventual suspensão não incluída.

<sup>4</sup> O presidente do Tribunal da Função Pública adotou este ano sete despachos de medidas provisórias. Três deles foram despachos de cancelamento ou de não pronúncia.

## I. Aspectos processuais

### *Competência do Tribunal da Função Pública*

No acórdão de 20 de janeiro de 2011, *Strack/Comissão* (F-121/07, objeto de recurso no Tribunal Geral da União Europeia), o Tribunal da Função Pública declarou-se competente para conhecer do recurso de anulação interposto com base no artigo 236.º CE contra uma recusa de uma instituição da União em deferir um pedido de acesso a documentos, formulado por um funcionário ao abrigo do Regulamento n.º 1049/2001<sup>5</sup>, quando este pedido tiver a sua origem nas relações de emprego que ligam este funcionário à instituição em causa.

### *Requisitos de admissibilidade*

#### 1. Prazos

Na falta de precisões nos textos próprios do BEI a respeito dos prazos processuais oponíveis aos membros do seu pessoal, o Tribunal da Função Pública aplicou por analogia, em várias decisões, os prazos previstos no Estatuto (acórdãos de 28 de junho de 2011, *De Nicola/BEI*, F-49/10, e de 28 de setembro de 2011, *De Nicola/BEI*, F-13/10; despacho de 4 de fevereiro de 2011, *Arango Jaramillo e o./BEI*, F-34/10, objeto de recurso no Tribunal Geral da União Europeia).

#### 2. Respeito do procedimento pré-contencioso

No acórdão de 12 de Maio de 2011, *Missir Mamachi di Lusignano/Comissão* (F-50/09, objeto de recurso no Tribunal Geral da União Europeia), o Tribunal da Função Pública decidiu que a admissibilidade dos pedidos de indemnização baseados em diversos prejuízos deve ser examinada relativamente a cada um dos referidos prejuízos. Assim, para que os pedidos respeitantes a um prejuízo sejam admissíveis, é necessário que este tenha sido invocado no pedido de indemnização dirigido à administração, e depois que o indeferimento deste pedido tenha sido objeto de uma reclamação.

#### 3. Operação complexa com origem num contrato

O Instituto de Harmonização no Mercado Interno (marcas, desenhos e modelos) (IHMI) propôs a alguns agentes um contrato por tempo indeterminado que tinha uma cláusula de rescisão aplicável no caso de os interessados não constarem de uma lista de reserva elaborada na sequência de um concurso geral. No acórdão de 15 de setembro de 2011, *Bennett e o./IHMI* (F-102/09), o Tribunal da Função Pública decidiu que este procedimento se assemelhava a uma operação complexa que incluía um certo número de decisões estreitamente ligadas, que iam da inclusão de uma cláusula de rescisão nos contratos, à adoção, depois da elaboração de uma lista de reserva, de decisões de rescisão. Por conseguinte, o Tribunal da Função Pública considerou que, no âmbito desta operação, em apoio do pedido de anulação das decisões de rescisão dos contratos, era possível invocar a ilegalidade da cláusula controvertida por via de exceção.

<sup>5</sup> Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão (JO L 145, p. 43).

## Processo jurisdicional

### 1. Documentos confidenciais

No seu acórdão *Missir Mamachi di Lusignano/Comissão*, já referido, o Tribunal da Função Pública fixou a regra nos termos da qual só considerações imperiosas, designadamente relativas à protecção dos direitos fundamentais, podem justificar que um documento classificado seja, a título excepcional, incluído nos autos e comunicado a todas as partes sem o acordo da administração. Não se verificando essas circunstâncias e ao abrigo do artigo 44.º, n.º 1, do seu Regulamento de Processo, o Tribunal da Função Pública requereu que a administração elaborasse um resumo não confidencial deste documento. No entanto, tendo constatado que este resumo não permitia ao recorrente invocar os seus direitos a uma protecção jurisdicional efetiva e que não era possível dar acesso ao referido documento, mesmo que apenas ao advogado do recorrente na Secretaria do Tribunal, o Tribunal da Função Pública derogou a disposição acima referida para se fundar nos excertos pertinentes do documento em causa, a fim de se poder pronunciar com total conhecimento de causa, e isso ainda que o mesmo não tivesse sido comunicado ao interessado.

### 2. Intervenção

Nos dois despachos de 19 de julho de 2011, *Bömcke/BEI* (F-105/10 e F-127/10), o Tribunal da Função Pública assimilou o colégio dos representantes do BEI aos comités do pessoal nas instituições sujeitas ao Estatuto e recordou que estes últimos têm a natureza de órgãos internos das suas instituições e que, por conseguinte, não têm capacidade judiciária. Por conseguinte, julgou o pedido de intervenção apresentado por esse colégio inadmissível.

No seu despacho *Bömcke/BEI* (F-105/10), da jurisprudência nos termos da qual, no contencioso eleitoral relativo aos órgãos de representação do pessoal, qualquer agente retira da sua qualidade de eleitor um interesse suficiente para interpor um recurso destinado a que os representantes do pessoal sejam eleitos com base num sistema eleitoral conforme às disposições estatutárias, o Tribunal da Função Pública deduziu que os membros do pessoal também retiram da sua qualidade de eleitor um interesse direto e atual na solução de um litígio respeitante à perda do estatuto de funcionário, por parte de um representante já eleito do pessoal. Por conseguinte, o seu pedido de intervenção foi julgado admissível.

### 3. Despesas

Quando uma instituição, um órgão ou organismo da União Europeia recorreu a um advogado, coloca-se a questão de saber se, e em que condições, os honorários que lhe forem pagos constituem «despesas recuperáveis» ao abrigo do artigo 91.º, alínea b), do Regulamento de Processo.

O Tribunal da Função Pública observou, a este respeito, no seu despacho de 27 de setembro de 2011, *De Nicola/BEI* (F-55/08 DEP), que recusar sistematicamente ver esses honorários como despesas indispensáveis e, por conseguinte, recuperáveis, sob o pretexto de que a administração não é obrigada a fazer-se assistir por um advogado é contrário a uma prerrogativa inerente ao exercício dos direitos da defesa. O Tribunal da Função Pública observou, contudo, que todos os agentes da União devem poder aceder à justiça em condições equivalentes, não podendo o grau de efetividade do seu direito de ação variar em função da simples escolha orçamental ou organizacional do seu empregador. O Tribunal da Função Pública decidiu igualmente que incumbe à instituição que pretenda recuperar os honorários pagos ao seu advogado, demonstrar, com base em justificações objetivas, que esses honorários constituíram «despesas indispensáveis»



para efeitos do processo. Tal far-se-á demonstrando em particular que, por razões conjunturais e passageiras, ligadas nomeadamente a uma sobrecarga pontual de trabalho ou a ausências imprevistas do pessoal do seu serviço jurídico, ou demonstrando que, confrontada com um recorrente que interpôs recursos importantes em volume e/ou em número, caso não tivesse constituído um advogado, se veria obrigada a consagrar a disponibilidade dos seus serviços numa medida desproporcionada ao seu tratamento.

Por fim, o Tribunal da Função Pública precisou que o número total de horas de trabalho que podem revelar-se objetivamente indispensáveis deve ser avaliado, em princípio, num terço das horas que teriam sido necessárias a esse advogado, caso não tivesse podido apoiar-se no trabalho anteriormente desenvolvido pelo serviço jurídico da instituição.

#### 4. Revisão

Este ano, pela primeira vez, o Tribunal da Função Pública pronunciou-se a respeito dos pedidos de revisão apresentados com fundamento no artigo 44.º do Estatuto do Tribunal de Justiça da União Europeia e do artigo 119.º do Regulamento de Processo.

Num dos processos em causa, o acórdão cuja revisão era pedida tinha sido objeto de anulação parcial num recurso perante o Tribunal Geral da União Europeia. O recorrente pedia contudo a revisão de todo o acórdão proferido pelo Tribunal da Função Pública. O Tribunal decidiu que os pedidos de revisão eram inadmissíveis na parte em que o acórdão proferido pelo órgão jurisdicional de recurso substituiu o acórdão de primeira instância. Além disso, na medida em que o requerente da revisão não contestou o acórdão proferido em sede de recurso, o seu pedido não deu lugar à remessa do processo ao Tribunal Geral da União Europeia em aplicação do artigo 8.º, n.º 2, do anexo I do Estatuto do Tribunal de Justiça (acórdão de 15 de junho de 2011, *de Brito Sequeira Carvalho/Comissão*, F-17/05 REV).

Por outro lado, em vários acórdãos de 20 de setembro de 2011 (*De Buggenoms e o./Comissão*, F-45/06 REV, *Fouwels e o./Comissão*, F-8/05 REV e F-10/05 REV, e *Sainttraint/Comissão*, F-103/06 REV), o Tribunal da Função Pública declarou que um despacho que cancela um acórdão do registo, ao abrigo do artigo 74.º do Regulamento de Processo, limita-se a registar a vontade de o requerente desistir da instância, bem como a inexistência de observações do recorrido, de modo que, na falta de tomada de posição do juiz da União quanto às questões suscitadas pelo processo, não há, nesse caso, decisão suscetível de ser objeto de revisão na acepção do artigo 119.º do Regulamento de Processo.

Além disso, baseando-se no facto de o advogado que representa uma parte, em princípio, não ter de apresentar procuração, o Tribunal da Função Pública decidiu que, através de um processo de revisão, não podia decidir que uma desistência não é válida relativamente a certos recorrentes pelo facto de o seu representante ter agido sem o seu consentimento.

## II. Quanto ao mérito

### *Princípios gerais*

#### 1. Invocabilidade das diretivas

Prosseguindo na via traçada por uma jurisprudência anterior que, em certa medida, torna oponíveis às instituições as diretivas que as mesmas adotam relativamente aos Estados-Membros,

o Tribunal da Função Pública, no seu acórdão de 15 de março de 2011, *Strack/Comissão* (F-120/07, objeto de recurso no Tribunal Geral da União Europeia), observou que a Diretiva 2003/88<sup>6</sup>, tem por objeto a fixação de prescrições mínimas de segurança e de saúde em matéria de organização do tempo de trabalho, de modo que, ao abrigo do artigo 1.º-E, n.º 2, do Estatuto, incumbia à Comissão garantir o seu respeito na aplicação e interpretação das regras estatutárias relativas, em particular, às férias anuais.

## 2. Direitos de defesa

Considerando que o facto de se impor à administração a audição de cada agente interessado, previamente à adoção de qualquer ato que cause prejuízo, constituiria um encargo irrazoável, o Tribunal da Função Pública decidiu, no seu acórdão de 28 de setembro de 2011, *AZ/Comissão* (F-26/10), que o fundamento baseado na violação dos direitos de defesa só pode ser utilmente invocado na medida em que, por um lado, a decisão impugnada é adotada no termo de um processo instaurado contra uma pessoa e em que, por outro, está comprovada a gravidade das consequências que esta decisão é suscetível de acarretar para a situação desta pessoa. Por conseguinte, na medida em que não foi aberto um exercício de promoção de um funcionário, o Tribunal da Função Pública concluiu que não incumbe à administração ouvi-lo antes de o excluir do referido exercício.

## 3. Discriminação

No processo que deu origem ao acórdão de 15 de fevereiro de 2011, *Barbin/Parlamento* (F-68/09, objeto de recurso no Tribunal Geral da União Europeia), o Tribunal da Função Pública aplicou pela primeira vez o mecanismo de inversão do ónus da prova, previsto pelo artigo 1.º-D do Estatuto, por força do qual, quando alguém se considere lesado pela violação do princípio da igualdade de tratamento, faz prova de factos que permitem presumir a existência de uma discriminação contra ela, incumbindo à instituição provar que não houve violação do referido princípio.

No mesmo acórdão, o Tribunal da Função Pública decidiu que, para apreciar a procedência de um fundamento baseado na existência de uma discriminação, importa tomar em consideração a totalidade do contexto factual pertinente, incluindo as apreciações constantes de decisões anteriores que se tornaram definitivas. Segundo o Tribunal da Função Pública, o princípio segundo o qual uma decisão definitiva não pode ser reexaminada pelo juiz não o impede de tomar em conta essa decisão como indício suscetível, entre outros, de provar um comportamento discriminatório da administração, pois uma discriminação pode só vir a revelar-se após o decurso dos prazos de recurso de uma decisão, que é uma mera manifestação da referida discriminação.

Por outro lado, ainda no acórdão *Barbin/Parlamento*, já referido, o Tribunal da Função Pública decidiu que, quando um funcionário exerce um direito que lhe foi reconhecido pelo Estatuto, como o direito à licença parental, a administração não pode, sem pôr em causa a efetividade desse direito, considerar que a situação desse funcionário é diferente da de um funcionário que não exerceu esse direito. Por conseguinte, a referida administração não pode aplicar-lhe um tratamento diferente, a menos que esta diferença de tratamento seja, por um lado, objetivamente justificada, nomeadamente na medida em que se limite a retirar as consequências, durante o período em causa, da não prestação de trabalho do agente interessado e, por outro, seja estritamente proporcionada à justificação apresentada.

<sup>6</sup> Diretiva 2003/88/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de novembro de 2003, relativa a determinados aspetos da organização do tempo de trabalho (JO L 299, p. 9).

Num acórdão de 27 de setembro de 2011, *Whitehead/BCE* (F-98/09), o Tribunal da Função Pública recordou, por outro lado, que uma pessoa em licença por doença não se encontra na mesma situação de uma pessoa em atividade, de modo que nenhum princípio geral impõe que a autoridade neutralize o período durante o qual esteve em licença por doença para ter em conta, no âmbito da avaliação da contribuição desta pessoa para as missões da sua administração com vista à concessão de uma gratificação, pelo facto de ter disposto de menos tempo para contribuir para o trabalho do seu serviço.

Por fim, o Tribunal da Função Pública decidiu, no seu acórdão de 29 de junho de 2011, *Angioi e o./Comissão* (F-7/07), que uma administração colocada perante a situação de escolher entre duas soluções, ambas geradoras de uma diferença de tratamento entre dois grupos de pessoas, pode optar pela solução que cria a diferença de tratamento menos significativa.

#### 4. Erro manifesto de apreciação

Nos seus acórdãos de 24 de março de 2011, *Canga Fano/Conselho* (F-104/09, objeto de recurso no Tribunal Geral da União Europeia), e de 29 de setembro de 2011, *AJ/Comissão* (F-80/10), proferidos em matéria de promoção, e de 29 de setembro de 2011, *Kimman/Comissão* (F-74/10), relativo a um relatório de avaliação, o Tribunal da Função Pública decidiu que um erro de apreciação só pode ser qualificado de manifesto quando pode ser facilmente detetado à luz dos critérios aos quais o legislador pretendeu subordinar o exercício do poder decisório da administração.

Além disso, o Tribunal da Função Pública decidiu, nos seus acórdãos *Kimman/Comissão* e *AJ/Comissão*, já referidos, que, para demonstrar que a administração cometeu um erro manifesto de apreciação dos factos, suscetível de justificar a anulação de uma decisão de promoção ou de um relatório de avaliação, os elementos de prova, cuja produção incumbe ao recorrente, devem ser suficientes para privar de verosimilhança as apreciações feitas pela administração. Assim, deve ser julgado improcedente um fundamento baseado em erro manifesto se, apesar dos elementos avançados pelo recorrente, a apreciação controvertida puder ser admitida como verdadeira ou válida.

No acórdão de 28 de setembro de 2011, *AC/Conselho* (F-9/10), o Tribunal da Função Pública decidiu que, para preservar o efeito útil da margem de apreciação que o legislador entendeu dever confiar à autoridade investida do poder de nomeação (a seguir «AIPN») em matéria de promoção, o juiz não pode anular uma decisão simplesmente por considerar que está na presença de factos que suscitam dúvidas plausíveis quanto à apreciação levada a cabo pela AIPN. Assim, neste processo, considerou que, tendo em conta os evidentes méritos do recorrente, a AIPN não teria cometido um erro manifesto de apreciação se tivesse decidido inclui-lo no grupo dos funcionários promovidos, mas que, contudo, esta constatação não significa que a decisão contrária de não o promover padeça de erro manifesto de apreciação.

Decorre do acima exposto que, quando a fiscalização do juiz está limitada ao erro manifesto de apreciação, «a dúvida aproveita à administração».

#### 5. Confiança legítima

No acórdão de 15 de março de 2011, *Mioni/Comissão* (F-28/10, objeto de recurso no Tribunal Geral da União Europeia), o Tribunal da Função Pública recordou que o pagamento de prestações pecuniárias por parte da administração, mesmo durante vários anos, não pode, em si mesmo, ser considerado uma garantia precisa, incondicional e concordante, pois, se tal fosse o caso, qualquer decisão da administração que, no futuro, e, eventualmente, no passado, recusasse o pagamento

dessas prestações indevidamente pagas ao interessado, violaria sistematicamente o princípio da confiança legítima, fazendo assim com que o artigo 85.º do Estatuto, relativo à repetição do indevido, perdesse o seu efeito útil.

## 6. Dever de solicitude

O Tribunal da Função Pública decidiu, nos acórdãos de 17 de fevereiro de 2011, *Strack/Comissão* (F-119/07), e de 15 de setembro de 2011, *Esders/Comissão* (F-62/10), que as obrigações da administração que decorrem do dever de solicitude são substancialmente reforçadas quando está em causa a situação de um funcionário cuja saúde física ou mental está comprovadamente afetada. Em semelhante caso, a administração deve examinar os pedidos do funcionário com particular espírito de abertura.

## Carreira dos funcionários e dos agentes

### 1. Concurso

No processo que deu lugar ao acórdão *Angioi/Comissão*, já referido, o Tribunal da Função Pública decidiu que, quando as necessidades do serviço ou do lugar o imponham, uma administração pode especificar legitimamente a língua ou as línguas cujo conhecimento aprofundado ou satisfatório é exigido num processo de recrutamento. Com efeito, apesar de esse requisito poder *a priori* constituir uma discriminação baseada na língua, em princípio proibida pelo Estatuto, a mesma pode ser objetiva e razoavelmente justificada por um objetivo legítimo de interesse geral no âmbito da política do pessoal. Ora, a necessidade de garantir que o pessoal dispõe de conhecimentos linguísticos relacionados com as línguas de comunicação interna da instituição constitui um objetivo dessa natureza. Além disso, existe um nexo razoável de proporcionalidade entre esta exigência e o objetivo prosseguido, uma vez que não é exigido o conhecimento de mais do que uma língua de comunicação interna.

### 2. Anúncio de vaga

No processo que originou o acórdão de 28 de junho de 2011, *AS/Comissão* (F-55/10, objeto de recurso no Tribunal Geral da União Europeia), o Tribunal da Função Pública decidiu que as disposições transitórias do anexo XIII do Estatuto, que submetem certos funcionários das antigas categorias C e D a limitações nas suas carreiras, não autorizam a Comissão a reservar-lhes certos empregos apenas com base nessa circunstância e, consequentemente, a impedir o acesso de outros funcionários, titulares do mesmo grau. Com efeito, a manutenção por parte da Comissão de uma distinção de princípio entre funcionários titulares do mesmo grau e pertencentes ao mesmo grupo de funções, para o acesso a certos empregos, não é compatível com um dos objetivos da reforma do Estatuto em 2004, que consiste na fusão das antigas categorias B, C e D num único grupo de funções AST.

### 3. Promoções

#### a) Comparação dos méritos

Tendo observado que o artigo 43.º do Estatuto apenas impõe a elaboração de um relatório de classificação de dois em dois anos e que o Estatuto não prevê que o exercício de promoção tenha a mesma periodicidade, o Tribunal da Função Pública decidiu, no seu acórdão de 10 de novembro de 2011, *Merhzaoui/Conselho* (F-18/09), que o Estatuto não exclui a possibilidade de uma promoção poder ser decidida sem que a AIPN disponha de um relatório de classificação recente.

O Tribunal da Função Pública decidiu, por outro lado, no seu acórdão *AC/Conselho*, já referido, que, ainda que o artigo 45.º, n.º 1, do Estatuto mencione os relatórios de classificação, os conhecimentos de línguas e o nível das responsabilidades exercidas como os três principais critérios a tomar em consideração aquando do exame comparativo dos méritos, não exclui por essa razão a tomada em conta de outros elementos, se os mesmos forem susceptíveis de dar uma indicação sobre os méritos dos funcionários promovíveis.

No mesmo acórdão, o Tribunal da Função Pública decidiu que a administração goza de uma certa margem de manobra quanto à importância que atribui respetivamente a cada um dos critérios acima referidos, na medida em que o artigo 45.º, n.º 1, do Estatuto não exclui a possibilidade de ponderação entre os referidos critérios, quando a mesma é justificada.

Por fim, ainda no mesmo acórdão, o Tribunal da Função Pública decidiu que não é contrário ao artigo 45.º do Estatuto apenas incluir na apreciação dos méritos dos funcionários as línguas cuja utilização, atendendo à reais exigências do serviço, traga um valor acrescido suficientemente importante para ser necessária ao bom funcionamento daquele.

#### b) Transferência interinstitucional durante um exercício de promoção

Nos processos que deram origem ao acórdão de 28 de junho de 2011, *Mora Carrasco e o./Parlamento* (F-128/10), e ao despacho de 5 de julho de 2011, *Alari/Parlamento* (F-38/11), o Tribunal da Função Pública decidiu que quando um funcionário é suscetível de ser promovido no decurso do ano durante o qual é transferido de uma instituição da União para outra, a autoridade competente para decidir a respeito da sua promoção é a instituição de origem. Com efeito, o artigo 45.º do Estatuto dispõe que a promoção se faz «após análise comparativa dos méritos dos funcionários susceptíveis de serem promovidos» e a AIPN, na prática, só pode comparar os méritos passados dos funcionários, de modo que é necessário comparar os méritos dos funcionários transferidos com os dos funcionários que ainda eram seus colegas durante o ano anterior à sua transferência, apreciação essa que só pode ser validamente levada a cabo pela instituição de origem.

### Regime pecuniário e benefícios sociais do funcionário

#### 1. Férias anuais

Ao abrigo do artigo 4.º, primeiro parágrafo, do anexo V do Estatuto, o direito a férias adquirido num ano civil deve, em princípio, ser gozado no decurso desse mesmo ano. Resulta igualmente desta disposição que um funcionário tem direito ao reporte de todos os dias de férias não gozados no decurso de um ano civil para o ano civil seguinte no caso de não ter podido gozá-las por razões imputáveis às necessidades do serviço.

Baseando-se no artigo 7.º, n.º 1, da Diretiva 2003/88<sup>7</sup>, que, em conformidade com o artigo 1.º-E, n.º 2, do Estatuto, é aplicável às instituições, o Tribunal da Função Pública decidiu que outras razões, ainda que não imputáveis às necessidades do serviço, podem igualmente justificar um reporte de todos os dias de férias não gozados. Considerou que era em particular o caso de um funcionário, ausente por doença durante todo ou parte do ano civil, ter sido privado, por esse motivo, da possibilidade de exercer o seu direito a férias (acórdão de 25 de maio de 2011, *Bombín Bombín/Comissão*, F-22/10).

<sup>7</sup> Ver nota 6.

No mesmo sentido, o Tribunal da Função Pública decidiu que um funcionário, cuja incapacidade para o trabalho o tinha impedido de gozar as férias anuais a que tinha direito, não podia ser privado, no momento da cessação das suas funções, da possibilidade de beneficiar de uma compensação financeira por férias anuais não gozadas (acórdão de 15 de março de 2011, *Strack/Comissão*, já referido).

## 2. Segurança social

No acórdão de 28 de setembro de 2011, *Allen/Comissão* (F-23/10), o Tribunal da Função Pública recordou que, segundo as disposições gerais de execução relativas ao reembolso de despesas médicas, o reconhecimento da existência de uma doença grave requer a verificação de quatro critérios cumulativos. Contudo, as referidas disposições criam um nexo de interdependência entre esses critérios, sendo a apreciação de um deles, levada a cabo num exame médico, suscetível de influenciar a apreciação dos outros. Por conseguinte, se um dos critérios, quando isoladamente examinado, pode não se afigurar preenchido, o seu exame, atendendo à apreciação dos outros critérios, pode conduzir à conclusão inversa, concretamente, de que o referido critério está preenchido. Por conseguinte, nem o médico assistente nem a junta médica se podem limitar ao exame de um único critério, devendo proceder a um exame concreto e circunstanciado do estado de saúde do interessado, tendo em conta os quatro critérios acima referidos de forma global. Esse exame é ainda mais necessário tendo em conta que o processo previsto em matéria de reconhecimento da existência de uma doença grave não apresenta as mesmas garantias, em termos de equilíbrio entre as partes, que os processos previstos pelos artigos 73.º (relativo às doenças profissionais e acidentes) e 78.º (relativo à invalidez) do Estatuto.

### *Direitos e obrigações do funcionário*

No seu acórdão *AS/Comissão*, já referido, o Tribunal da Função Pública decidiu que a utilização de documentos abrangidos pelo segredo médico em apoio de um fundamento de inadmissibilidade, baseado na falta de interesse em agir, constituía uma ingerência de uma autoridade pública no direito ao respeito da vida privada da recorrente e que esta ingerência não prosseguia nenhum dos objetivos taxativamente enunciados no n.º 2 do artigo 8.º da Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (a seguir «CEDH») na medida em que, nomeadamente, o litígio não dizia respeito à legalidade de uma decisão com carácter médico.

Por outro lado, no processo que deu lugar ao acórdão de 5 de julho de 2011, *V/Parlamento* (F-46/09), o Tribunal da Função Pública decidiu que a transferência a um terceiro, incluindo para outra instituição, de dados relativos ao estado de saúde de uma pessoa recolhidos por uma instituição, constitui, por si, só uma ingerência na vida privada da mesma, seja qual for a utilização posterior das informações assim comunicadas. Todavia, o Tribunal da Função Pública recordou que, podem ser impostas restrições aos direitos fundamentais, desde que as mesmas correspondam efetivamente a objetivos de interesse geral e não constituam, relativamente ao fim prosseguido, uma intervenção desproporcionada e intolerável que atente contra a própria essência do direito protegido. A este respeito, o Tribunal da Função Pública considerou que havia que ter como referência os requisitos do artigo 8.º, n.º 2, da CEDH.

Fazendo a ponderação entre o interesse do Parlamento em garantir o recrutamento de uma pessoa apta a exercer as funções que lhe vão ser confiadas e a gravidade da violação do direito dessa pessoa ao respeito pela sua vida privada, o Tribunal da Função Pública considerou que, apesar de o exame médico de admissão servir o interesse legítimo das instituições da União, que devem estar em medida de desempenhar a sua missão, este interesse não justificava que se procedesse



à transferência de dados médicos de uma instituição para a outra sem o consentimento do interessado

No mesmo acórdão, o Tribunal da Função Pública decidiu, em seguida, que o Regulamento n.º 45/2001<sup>8</sup> tinha sido violado. Considerou, com efeito, que os dados pessoais em causa tinham sido tratados para finalidades diferentes daquelas para que tinham sido recolhidos e sem que a mudança de finalidade tivesse sido expressamente autorizada pelas regras internas da Comissão ou do Parlamento. Constatou igualmente que não estava demonstrado que a transferência de dados tinha sido necessária para permitir o cumprimento das obrigações e dos direitos específicos do Parlamento e matéria de direito do trabalho, pois este último podia ter convidado a recorrente a fornecer certas informações sobre os seus antecedentes médicos e a realizar os exames médicos necessários pelos seus próprios serviços.

### *Contencioso dos contratos*

#### **1. Celebração de uma segunda adenda a um contrato por tempo determinado nos termos do artigo 2.º, alínea a), do Regime Aplicável aos outros Agentes da União Europeia**

No processo que deu origem ao acórdão do Tribunal da Função Pública de 13 de abril de 2011, *Scheefer/Parlamento* (F-105/09), a recorrente tinha sido contratada como agente temporária ao abrigo do artigo 2.º, alínea a), Regime Aplicável aos outros Agentes da União Europeia (a seguir «ROA»). Esse contrato tinha sido prorrogado através de uma primeira adenda, depois de uma segunda adenda que «anul[ou] e substitui[u]» a primeira com a finalidade de prorrogar o contrato da interessada por um novo período determinado. Ora, segundo o artigo 8.º, primeiro parágrafo, do ROA, o contrato de um agente temporário, nos termos do artigo 2.º, alínea a), do referido regime, só pode ser renovado por tempo determinado uma única vez, sendo que «qualquer prorrogação subsequente do contrato converte-o em contrato por tempo indeterminado».

O Tribunal da Função Pública decidiu antes de mais, à luz da Diretiva 1999/70<sup>9</sup> e das cláusulas do acordo-quadro que figura em anexo, que o artigo 8.º, primeiro parágrafo, acima referido, devia assegurar-lhe um alcance amplo e ser objeto de aplicação estrita. Foi com este fundamento que o Tribunal da Função Pública considerou que se devia entender que o contrato da recorrente tinha sido objeto de duas renovações, independentemente da formulação empregue na segunda adenda. Concluiu, por conseguinte, que esta adenda devia ser automaticamente requalificada em contrato por tempo indeterminado por mera vontade do legislador e que o termo do prazo fixado nesta última não podia conduzir à cessação do contrato da recorrente.

Por fim, o Tribunal da Função Pública decidiu que a decisão que «confirm[ou]» que o contrato terminava no termo do prazo fixado na segunda adenda alterou de modo caracterizado, a situação jurídica da interessada conforme a mesma decorre do artigo 8.º do ROA constituindo assim um acto que causa prejuízo adotado em violação desta disposição.

<sup>8</sup> Regulamento (CE) n.º 45/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2000, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos comunitários e à livre circulação desses dados (JO 2001, L 8, p. 1).

<sup>9</sup> Diretiva 1999/70/CE do Conselho, de 28 de junho de 1999, respeitante ao acordo-quadro CES, UNICE e CEEP relativo a contratos de trabalho a termo (JO L 175, p. 43).



## 2. Celebração de um contrato por tempo indeterminado que contém uma cláusula de rescisão em caso de não aprovação num concurso

No acórdão *Bennett e o./IHMI*, já referido, o Tribunal da Função Pública constatou que uma cláusula que permitia rescindir um contrato, no caso de o agente em causa não estar inscrito numa lista de reserva elaborada na sequência de um concurso geral, não permitia qualificar esse contrato como um contrato por tempo indeterminado pois a duração de um contrato (como decorre da cláusula 3, n.º 1, do acordo-quadro adotado pela Diretiva 1999/70) pode ser fixada, não apenas por «definição de uma data concreta», mas igualmente «de uma tarefa específica ou de um certo acontecimento», como a elaboração de uma lista de reserva de um concurso.

## 3. Não renovação de um contrato

O Tribunal da Função Pública decidiu, no seu despacho de 15 de abril de 2011, *Daake/IHMI* (F-72/09 e F-17/10), que, se uma carta que se limita a recordar as estipulações de um contrato relativas à sua data de expiração e que não contém nenhum elemento novo relativamente às referidas estipulações não constitui um acto que causa prejuízo, em contrapartida, a decisão de não renovar um contrato que podia ser renovado, constitui um acto que causa prejuízo, distinto do contrato em questão e suscetível de ser objeto de um recurso. Com efeito, essa decisão, adotada na sequência de um reexame do interesse do serviço e da situação do interessado, contém um elemento novo relativamente ao contrato inicial e não pode ser vista como puramente confirmativa deste.

### *Responsabilidade extracontratual das instituições*

O Tribunal da Função Pública alargou a jurisprudência segundo a qual há que partilhar a responsabilidade por um dano quando o mesmo é simultaneamente provocado por uma falta de uma instituição e por uma falta da vítima à situação em que as faltas são partilhadas entre uma instituição e um terceiro (acórdão *Missir Mamachi di Lusignano/Comissão*, já referido).



## B — Composição do Tribunal da Função Pública



(Ordem protocolar em 7 de outubro de 2011)

*Da esquerda para a direita:*

R. Barents, juiz; I. Boruta, juíza; H. Kreppel, presidente de secção; S. Van Raepenbusch, presidente do Tribunal da Função Pública; I. Rofes i Pujol, presidente de secção; E. Perillo e K. Bradley, juízes; W. Hakenberg, secretária.



## 1. Membros do Tribunal da Função Pública

(por ordem de entrada em funções)



### **Paul J. Mahoney**

Nascido em 1946; estudos de Direito (Master of Arts, Universidade de Oxford, 1967; Master of Laws, University College London, 1969); professor da University College London (1967-1973); barrister (Londres, 1972-1974); administrador principal no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (1974-1990); professor convidado de Direito na Universidade de Saskatchewan, Saskatoon, Canadá (1988); chefe do pessoal no Conselho da Europa (1990-1993); chefe de divisão (1993-1995), secretário adjunto (1995-2001), secretário no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (2001-setembro de 2005); presidente do Tribunal da Função Pública de 6 de outubro de 2005 a 6 de outubro de 2011.



### **Sean Van Raepenbusch**

Nascido em 1956; licenciado em Direito (Universidade Livre de Bruxelas, 1979); diploma especial em direito internacional (Bruxelas, 1980); doutor em Direito (1989); diretor do Serviço Jurídico da Société anonyme du canal et des installations maritimes de Bruxelles (1979-1984); funcionário da Comissão das Comunidades Europeias (Direcção-Geral dos Assuntos Sociais, 1984-1988); membro do Serviço Jurídico da Comissão das Comunidades Europeias (1988-1994); referendário no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (1994-2005); professor do Centro Universitário de Charleroi (Direito Social Internacional e Europeu, 1989-1991), na Universidade de Mons-Hainaut (Direito Europeu, 1991-1997), na Universidade de Liège (Direito da Função Pública Europeia, 1989-1991; Direito Institucional da União Europeia, 1995-2005; Direito Social Europeu, 2004-2005); autor de numerosas publicações em matéria de Direito Social Europeu e de Direito Constitucional da União Europeia; juiz no Tribunal da Função Pública desde 6 de outubro de 2005; presidente do Tribunal da Função Pública desde 7 de outubro de 2011.

**Horstpeter Kreppel**

Nascido em 1945; estudos universitários em Berlim, Munique e Frankfurt-am-Main (1966-1972); primeiro exame de Estado (1972); magistrado estagiário em Frankfurt-am-Main (1972-1973 e 1974-1975); Colégio da Europa de Bruges (1973-1974); segundo exame de Estado (Frankfurt-am-Main, 1976); funcionário do Serviço Federal do Emprego e advogado (1976); juiz no Tribunal de Trabalho (Land de Hesse, 1977-1993); professor na Fachhochschule für Sozialarbeit de Frankfurt-am-Main e na Verwaltungsfachhochschule de Wiesbaden (1979-1990); perito nacional no serviço jurídico da Comissão das Comunidades Europeias (1993-1996 e 2001-2005); adido para os assuntos sociais da Embaixada da República Federal da Alemanha em Madrid (1996-2001); juiz no Tribunal de Trabalho de Frankfurt-am-Main (fevereiro-setembro de 2005); juiz no Tribunal da Função Pública desde 6 de outubro de 2005.

**Irena Boruta**

Nascida em 1950; licenciada em Direito pela Universidade de Wrocław (1972), doutora em Direito (Łódź, 1982); advogada na Ordem dos Advogados na República da Polónia (desde 1977); investigadora convidada (Universidade de Paris X, 1987-1988; Universidade de Nantes, 1993-1994); consultora do «Solidarnosc» (1995-2000); professora de Direito do Trabalho e de Direito Social Europeu na Universidade de Łódź (1997-1998 e 2001-2005); professora agregada da Escola Superior de Comércio de Varsóvia (2002); professora de Direito do Trabalho e da Segurança Social na Universidade Cardeal Stefan Wyszyński em Varsóvia (2002-2005); vice-ministra do Trabalho e dos Assuntos Sociais (1998-2001); membro da Comissão de Negociadores para a Adesão da República da Polónia à União Europeia (1998-2001); representante do Governo polaco junto da Organização Internacional do Trabalho (1998-2001); autora de diversas obras de Direito do Trabalho e de Direito Social Europeu; juíza no Tribunal da Função Pública desde 6 de outubro de 2005.

**Haris Tagaras**

Nascido em 1955; licenciado em Direito (Universidade de Salónica, 1977); diploma especializado em Direito Europeu (Instituto de Estudos Europeus da Universidade Livre de Bruxelas, 1980); doutor em Direito (Universidade de Salónica, 1984); jurista-linguista no Conselho das Comunidades Europeias (1980-1982); investigador no Centro de Direito Económico Internacional e Europeu de Salónica (1982-1984), administrador no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias e na Comissão das Comunidades Europeias (1986-1990); professor de Direito Comunitário, de Direito Internacional Privado e de Direitos do Homem na Universidade Panteion de Atenas (desde 1990); colaborador externo para os Assuntos Europeus do Ministério da Justiça e membro do Comité Permanente da Convenção de Lugano (1991-2004); membro da Comissão Nacional da Concorrência (1999-2005); membro da Comissão Nacional das Telecomunicações e dos Correios (2000-2002); membro da Ordem dos Advogados de Salónica, advogado com inscrição no Tribunal de Cassação; membro fundador da União dos Advogados Europeus (UAE); membro associado da Academia Internacional de Direito Comparado; juiz no Tribunal da Função Pública de 6 de outubro de 2005 a 6 de outubro de 2011.

**Stéphane Gervasoni**

Nascido em 1967; licenciado pelo Institut d'études politiques de Grenoble (1988) e pela École nationale d'administration (1993); membro do Conselho d'État (relator na secção de contencioso, 1993-1997, e na secção social, 1996-1997) «maître des requêtes» 1996-1998); «conseiller d'État» (desde 2008) professor no Institut d'études politiques de Paris (1993-1995); comissário do Governo junto da Comissão Especial de Cassação das Pensões (1994-1996); consultor jurídico no Ministério da Função Pública e na cidade de Paris (1995-1997); secretário-geral da prefeitura do Departamento de Yonne, sub-prefeito do arrondissement de Auxerre (1997-1999); secretário-geral da prefeitura do Departamento da Saboia, subprefeito do arrondissement de Chambéry (1999-2001); referendário no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (setembro 2001-setembro 2005); membro titular da Comissão de recursos da NATO (2001-2005); juiz no Tribunal da Função Pública de 6 de outubro de 2005 a 6 de outubro de 2011.



**Maria Isabel Rofes i Pujol**

Nascida em 1956; estudos de Direito (licenciatura en derecho, Universidad de Barcelona, 1981); especialização em comércio internacional (México, 1983); estudos sobre a integração europeia (Câmara de Comércio de Barcelona, 1985) e sobre o Direito Comunitário (Escola d'Administració Pública de Catalunya 1986); funcionária na Generalitat de Catalunya (membro do serviço jurídico do Ministerio da Indústria e da Energia, abril de 1984-agosto de 1986); membro da Ordem dos Advogados de Barcelona (1985-1987); administradora e, posteriormente, administradora principal na Divisão de Investigação e Documentação do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (1986-1994); referendária no Tribunal de Justiça (gabinete do advogado geral D. Ruiz-Jarabo Colomer, Janeiro de 1995-abril de 2004; gabinete do juiz U. Løhmus, maio de 2004-agosto de 2009); encarregada de curso da cadeira de Contencioso Comunitário na Faculdade de Direito (Universitat Autònoma de Barcelona, 1993-2000); numerosas publicações e sebatas em matéria de Direito Social Europeu; membro da Câmara de Recurso do Instituto Comunitário das Variedades Vegetais (2006-2009); juíza no Tribunal da Função Pública desde 7 de outubro de 2009.

**Ezio Perillo**

Nascido em 1950; doutor em Direito e advogado em Pádua; assistente e em seguida investigador confirmado em Direito Civil e Comparado na Faculdade de Direito da Universidade de Pádua (1977-1982); encarregado de curso em Direito Comunitário no Collegio Europeo di Parma (1990-1998) e nas Faculdades de Direito das Universidades de Pádua (1985-1987), de Macerata (1991-1994), de Nápoles (1995) e na Università degli Studi di Milano (2000-2001); membro do Comité científico do «Master in European integration» na Universidade de Pádua; funcionário do Tribunal de Justiça, direcção da Biblioteca, Investigação e Documentação (1982-1984); referendário do advogado geral G. Federico Mancini (1984-1988); consultor jurídico do secretário-geral do Parlamento Europeu Enrico Vinci (1988-1993); também, nesta mesma instituição: chefe de divisão do serviço jurídico (1995-1999); diretor dos assuntos legislativos e das conciliações, das relações inter institucionais e das relações com os parlamentos nacionais (1999-2004); diretor das relações externas (2004-2006); diretor dos assuntos legislativos no serviço jurídico (2006-2011); autor de várias publicações em Direito Civil italiano e em Direito da União Europeia; juiz no Tribunal da Função Pública desde 6 de outubro de 2011.

**René Barents**

Nascido em 1951; licenciado em Direito e licenciado especial em Economia (Erasmus Universiteit Rotterdam, 1973); doutor em Direito (Universidade de Utrecht, 1981); investigador em Direito Europeu e em Direito Internacional Económico (1973-1974) e regente das cadeiras de Direito Europeu e de Direito Económico no Instituto Europa da Universidade de Utrecht (1974-1979) e na Universidade de Leiden (1979-1981); referendário no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (1981-1986), em seguida chefe de unidade dos direitos estatutários no Tribunal de Justiça (1986-1987); membro do serviço jurídico da Comissão das Comunidades Europeias (1987-1991); referendário no Tribunal de Justiça (1991-2000); chefe de divisão (2000-2009), em seguida diretor da Direcção «Investigação e Documentação» do Tribunal de Justiça da União Europeia (2009-2011); professor titular (1988-2003) e professor honorário (desde 2003) em Direito Europeu na Universidade de Maastricht; consultor no Tribunal de recurso de Hertogenbosch (1993-2011); membro da Academia Real das Ciências dos Países Baixos (desde 1993); autor de numerosas publicações em matéria de Direito Europeu; juiz no Tribunal da Função Pública desde 6 de outubro de 2011.

**Kieran Bradley**

Nascido em 1957; licenciado em Direito (Trinity College, Dublin, 1975-1979); assistente de investigação no gabinete da senadora Mary Robinson (1978-1979 e 1980); bolsa de estudos «Pádraig Pear-se» para estudar no Colégio da Europa (1979); estudos pós-universitários de Direito Europeu no Colégio da Europa (1979-1980); master em Direito na Universidade de Cambridge (1980-1981); estagiário no Parlamento Europeu (Luxemburgo, 1981); administrador no secretariado da comissão jurídica do Parlamento Europeu (Luxemburgo, 1981-1988); membro do serviço jurídico do Parlamento Europeu (Bruxelas, 1988-1995); referendário no Tribunal de Justiça (1995-2000); regente da cadeira de Direito Europeu na Harvard Law School (2000); membro do serviço jurídico do Parlamento Europeu (2000-2003), em seguida chefe de unidade (2003-2011) e diretor (2011); autor de numerosas publicações; juiz no Tribunal da Função Pública desde 6 de outubro de 2011.

**Waltraud Hakenberg**

Nascida em 1955; estudos de Direito em Ratisbonne e em Genebra (1974-1979); primeiro exame de Estado (1979); estudos pós-universitários em Direito Comunitário no Colégio da Europa em Bruges (1979-1980); magistrada estagiária em Ratisbonne (1980-1983); doutora em Direito (1982); segundo exame de Estado (1983); advogada em Munique e em Paris (1983-1989); funcionária do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (1990-2005); referendária no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (gabinete do juiz P. Jann, 1995-2005); atividades de ensino em diversas universidades na Alemanha, na Áustria, na Suíça e na Rússia; professora honorária na Universidade do Sarre (desde 1999); membro de diversos comités, associações e júris jurídicos; numerosas publicações em matéria de direito e de contencioso comunitários; secretária no Tribunal da Função Pública desde 30 de novembro de 2005.

## **2. Alterações na composição do Tribunal da Função Pública em 2011**

Após renovação parcial dos membros do Tribunal da Função Pública da União Europeia, S. Van Raepenbusch, juiz no mesmo Tribunal desde 6 de outubro de 2005, foi eleito presidente do Tribunal da Função Pública da União Europeia para o período compreendido entre 7 de outubro de 2011 e 30 de setembro de 2014.

### *Audiência solene de 6 de outubro de 2011*

Na sequência do termo dos mandatos de S. Gervasoni, de P. J. Mahoney e de H. Tagaras, o Conselho da União Europeia nomeou, por decisão de 18 de julho de 2011, na qualidade de juízes do Tribunal da Função Pública da União Europeia, para o período compreendido entre 1 de outubro de 2011 e 30 de setembro de 2017: R. Barents, K. Bradley e E. Perillo.

W. Hakenberg, secretária do Tribunal da Função Pública da União Europeia desde 30 de novembro de 2005, cujo mandato terminou em 29 de novembro de 2011, foi reconduzida nas suas funções em 10 de outubro de 2011, pelo o período compreendido entre 30 de novembro de 2011 e 29 de novembro de 2017.



### 3. Ordens protocolares

#### de 1 de Janeiro de 2011 a 6 de outubro de 2011

P. MAHONEY, presidente do Tribunal da Função Pública

H. TAGARAS, presidente de secção

S. GERVASONI, presidente de secção

H. KREPPEL, juiz

I. BORUTA, juíza

S. VAN RAEPENBUSCH, juiz

M. I. ROFES i PUJOL, juíza

W. HAKENBERG, secretária

#### de 7 de outubro de 2011 a 31 de dezembro de 2011

S. VAN RAEPENBUSCH, presidente do Tribunal da Função Pública

M. H. KREPPEL, presidente de secção

M. I. ROFES i PUJOL, presidente de secção

I. BORUTA, juíza

E. PERILLO, juiz

R. BARENTS, juiz

K. BRADLEY, juiz

W. HAKENBERG, secretária





## **4. Antigos membros do Tribunal da Função Pública**

Kanninen Heikki (2005-2009)

Tagaras Haris (2005-2011)

Gervasoni Stéphane (2005-2011)

### **Presidente**

Mahoney Paul J. (2005-2011)



## C — Estatísticas judiciais do Tribunal da Função Pública

### **Atividade geral do Tribunal da Função Pública**

1. Processos entrados, findos, pendentes (2007-2011)

#### **Processos entrados**

2. Percentagem do número de processos repartidos por principais instituições recorridas/demandadas (2007-2011)
3. Língua de processo (2007-2011)

#### **Processos findos**

4. Acórdãos e despachos — Formação de julgamento (2011)
5. Sentido da decisão (2011)
6. Medidas provisórias (2007-2011)
7. Duração dos processos em meses (2011)

#### **Processos pendentes em 31 de dezembro**

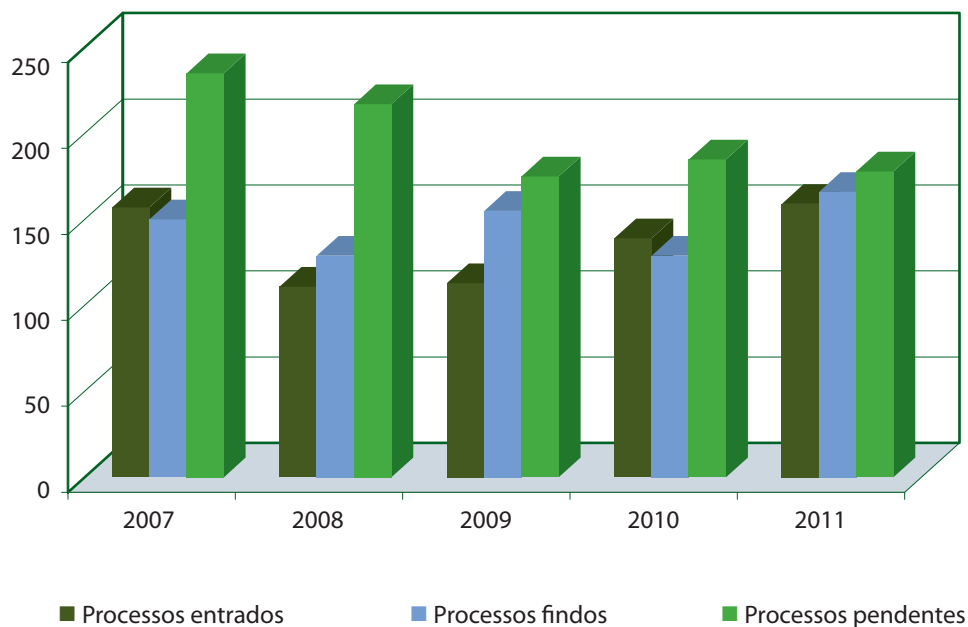
8. Formação de julgamento (2007-2011)
9. Número de recorrentes/demandantes (2011)

#### **Diversos**

10. Decisões do Tribunal da Função Pública que foram objeto de recurso para o Tribunal Geral (2007-2011)
11. Resultados dos recursos para o Tribunal Geral (2007-2011)



## 1. *Atividade geral do Tribunal da Função Pública* Processos entrados, findos, pendentes (2007-2011)



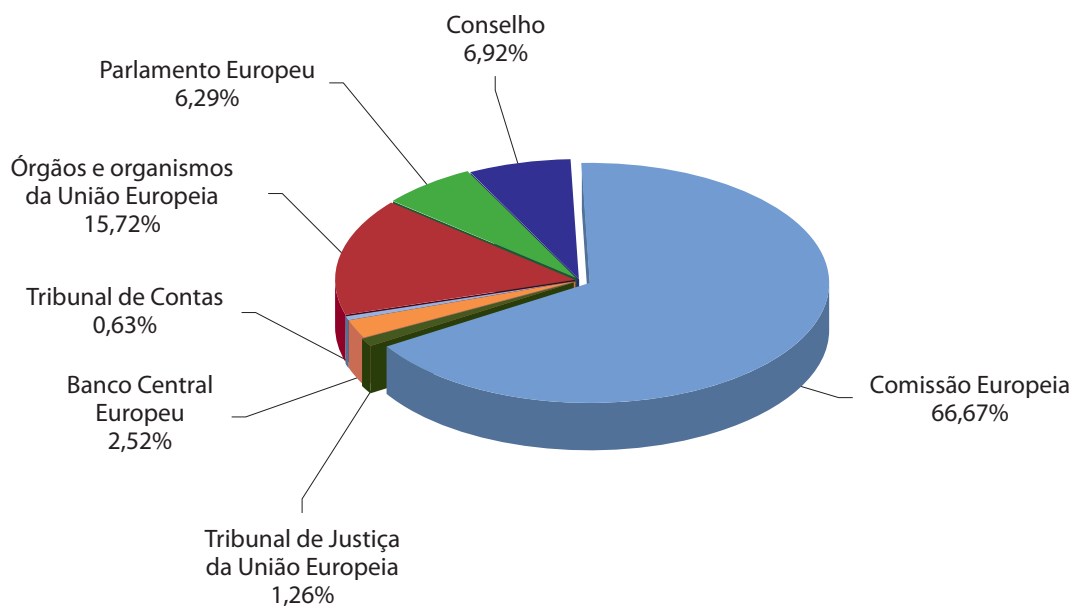
|                     | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011             |
|---------------------|------|------|------|------|------------------|
| Processos entrados  | 157  | 111  | 113  | 139  | 159              |
| Processos findos    | 150  | 129  | 155  | 129  | 166              |
| Processos pendentes | 235  | 217  | 175  | 185  | 178 <sup>1</sup> |

Os números referidos (números brutos) indicam o número total de processos, independentemente das apensações por razões de conexão (um número de processo = um processo).

<sup>1</sup> Dos quais 6 processos que foram suspensos.

## 2. *Processos entrados* — Percentagem do número de processos repartidos pelas principais instituições demandadas/recorridas (2007-2011)

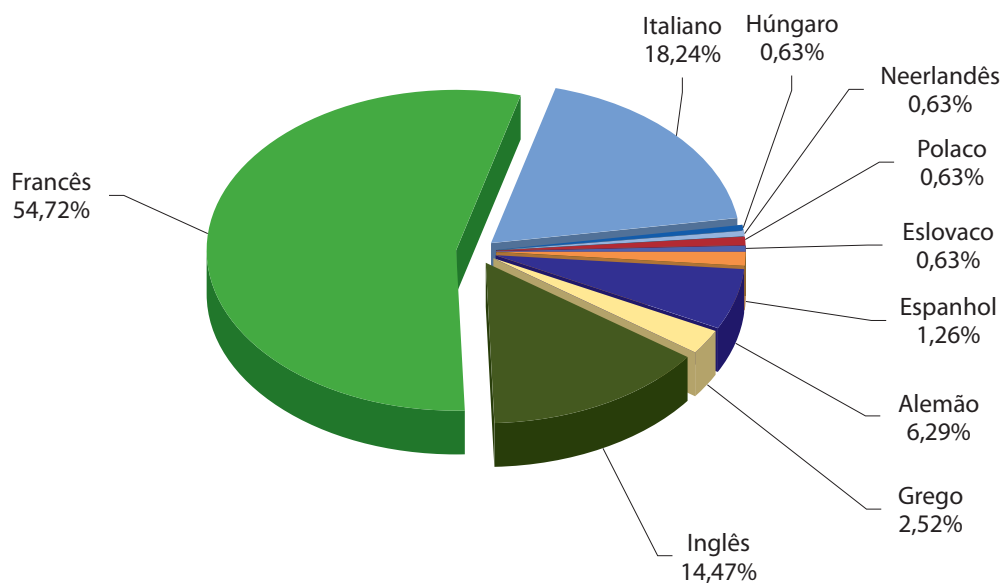
Percentagem do número de processos entrados em 2011



|                                       | 2007        | 2008        | 2009        | 2010        | 2011        |
|---------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Parlamento Europeu                    | 15,29%      | 14,41%      | 8,85%       | 9,35%       | 6,29%       |
| Conselho                              | 4,46%       | 4,50%       | 11,50%      | 6,47%       | 6,92%       |
| Comissão Europeia                     | 63,69%      | 54,95%      | 47,79%      | 58,99%      | 66,67%      |
| Tribunal de Justiça da União Europeia | 3,82%       |             | 2,65%       | 5,04%       | 1,26%       |
| Banco Central Europeu                 | 1,27%       | 2,70%       | 4,42%       | 2,88%       | 2,52%       |
| Tribunal de Contas                    | 2,55%       | 5,41%       | 0,88%       |             | 0,63%       |
| Órgãos e organismos da União Europeia | 8,92%       | 18,02%      | 23,89%      | 17,27%      | 15,72%      |
| <b>Total</b>                          | <b>100%</b> | <b>100%</b> | <b>100%</b> | <b>100%</b> | <b>100%</b> |

### 3. Processos entrados — Língua do processo (2007-2011)

Repartição em 2011

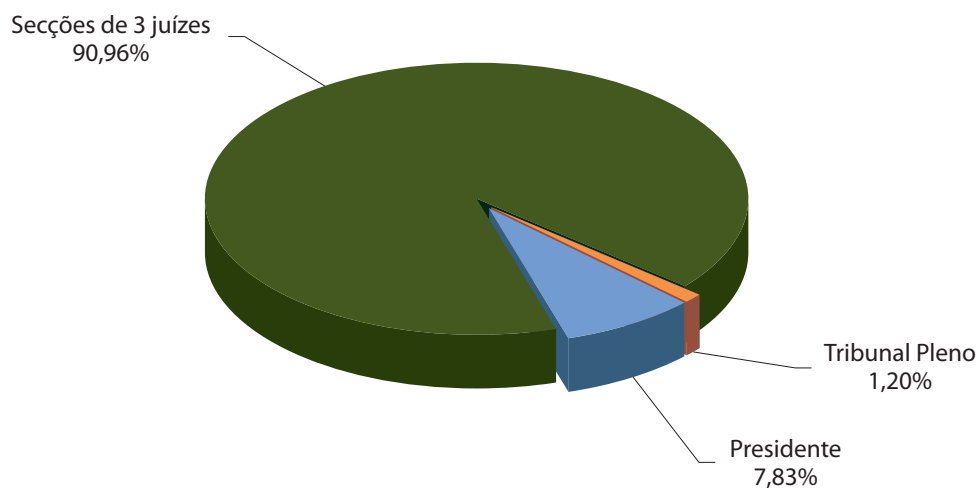


| Língua do processo | 2007       | 2008       | 2009       | 2010       | 2011       |
|--------------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Búlgaro            | 2          |            |            |            |            |
| Espanhol           | 2          | 1          | 1          | 2          | 2          |
| Checo              |            |            | 1          |            |            |
| Alemão             | 17         | 10         | 9          | 6          | 10         |
| Grego              | 2          | 3          | 3          | 2          | 4          |
| Inglês             | 8          | 5          | 8          | 9          | 23         |
| Francês            | 101        | 73         | 63         | 105        | 87         |
| Italiano           | 17         | 6          | 13         | 13         | 29         |
| Lituano            | 2          | 2          |            |            |            |
| Húngaro            | 1          | 1          |            |            | 1          |
| Neerlandês         | 4          | 8          | 15         | 2          | 1          |
| Polaco             |            | 1          |            |            | 1          |
| Português          |            | 1          |            |            |            |
| Romeno             | 1          |            |            |            |            |
| Eslovaco           |            |            |            |            | 1          |
| <b>Total</b>       | <b>157</b> | <b>111</b> | <b>113</b> | <b>139</b> | <b>159</b> |

A língua do processo reflete a língua em que o processo deu entrada e não a língua materna ou a nacionalidade do demandante/recorrente.



#### 4. *Processos findos — Acórdãos e despachos* *— Formação de julgamento (2011)*



|                     | Acórdãos  | Despachos<br>de cancelamento<br>na sequência<br>de resolução<br>amigável <sup>1</sup> | Outros despachos<br>que põem termo<br>à instância | Total      |
|---------------------|-----------|---|---|------------|
| Tribunal Pleno      | 1         |   | 1   | 2          |
| Presidente          |           |   | 13  | 13         |
| Secções de 3 juízes | 75        | 8   | 68  | 151        |
| Juiz singular       |           |   |   |            |
| <b>Total</b>        | <b>76</b> | <b>8</b>  | <b>82</b>   | <b>166</b> |

<sup>1</sup> Durante o ano de 2011, houve outras 13 tentativas de resolução amigável por iniciativa do Tribunal da Função Pública que não deram lugar a acordo.

## 5. Processos findos — Sentido da decisão (2011)

|  | Acórdãos  |  |   | Despachos  |  |   |  | Total      |
|--|---|--|---|--|--|---|--|------------|
|  | Ações/Recursos julgados procedentes na totalidade | Ações/Recursos julgados parcialmente procedentes | Ações/Recursos julgados improcedentes na totalidade, não conhecimento do mérito | Ações/Recursos/Pedidos [manifestamente] inadmissíveis ou improcedentes | Resolução amigável na sequência da intervenção da formação de julgamento | Cancelamento por outras razões, não conhecimento do mérito ou remessa ao Tribunal da Função Pública | Pedidos julgados procedentes total ou parcialmente (processos especiais) |            |
| Afetação/Reafetação                                | 1   | 1  | 2   |  |  |   |  | 4          |
| Avaliação/Promoção                                 | 1   | 4  | 15  | 7  | 5  | 6   |  | 38         |
| Concursos  |   |  | 1   | 1  |  | 2   |  | 4          |
| Condições de trabalho/Férias e licenças            |   | 1  | 3   |  |  |   |  | 4          |
| Outros   | 1   | 1  | 10  | 20   | 1  | 4   | 6  | 43         |
| Pensões de aposentação e de invalidez              |   |  | 2   | 1  |  | 1   |  | 4          |
| Processos disciplinares                            |   |  | 1   | 2  | 1  |   |  | 4          |
| Recrutamento/ Nomeação/ /Classificação em grau     | 1   | 3  | 9   | 3  |  | 1   |  | 17         |
| Remuneração e subsídios                            | 1   | 1  | 6   | 5  | 1  | 17  |  | 31         |
| Rescisão ou não renovação do contrato de um agente | 2   | 1  |   | 1  |  |   |  | 4          |
| Segurança Social/Doença profissional/Acidentes     |   | 3  | 5   | 5  |  |   |  | 13         |
| <b>Total</b>                                       | <b>7</b>  | <b>15</b>  | <b>54</b>   | <b>45</b>  | <b>8</b>   | <b>31</b>   | <b>6</b>   | <b>166</b> |

## 6. Medidas provisórias (2007-2011)

| Processos de medidas provisórias findos |           | Sentido da decisão        |                   |              |
|---|-----------|---------------------------|-------------------|--------------|
|   |           | Admissão total ou parcial | Negado provimento | Cancelamento |
| 2007                                    | 4         |                           | 4                 |              |
| 2008                                    | 4         |                           | 4                 |              |
| 2009                                    | 1         | 1                         |                   |              |
| 2010                                    | 6         |                           | 4                 | 2            |
| 2011                                    | 7         |                           | 4                 | 3            |
| <b>Total</b>                            | <b>22</b> | <b>1</b>                  | <b>16</b>         | <b>5</b>     |

## 7. Processos findos — Duração dos processos em meses (2011)

|  |           | Duração total do processo | Duração do processo, excluindo a duração da eventual suspensão |
|--|-----------|---------------------------|--|
| Acórdãos   |           | Duração média             | Duração média  |
| Processos entrados no Tribunal da Função Pública                   | 73        | 21,0                      | 18,6   |
| Processos inicialmente apresentados no Tribunal Geral <sup>1</sup> | 3         | 73,7                      | 57,7   |
| <b>Total</b>   | <b>76</b> | <b>23,1</b>               | <b>20,1</b>  |

|  |           | Duração total do processo | Duração do processo, excluindo a duração da eventual suspensão |
|--|-----------|---------------------------|--|
| Despachos  |           | Duração média             | Duração média  |
| Processos entrados no Tribunal da Função Pública                   | 89        | 11,9                      | 9,0  |
| Processos inicialmente apresentados no Tribunal Geral <sup>1</sup> | 1         | 18,5                      | 18,5   |
| <b>Total</b>   | <b>90</b> | <b>12,0</b>               | <b>9,1</b>   |

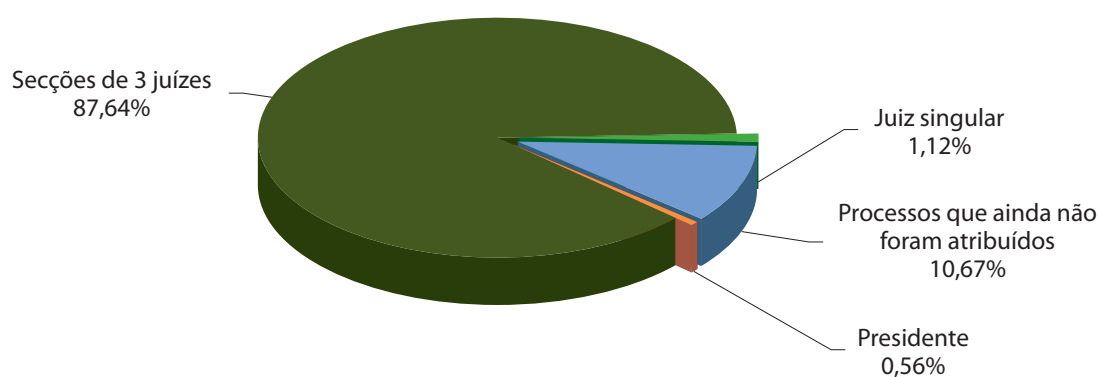
|                    |            |             |             |
|--------------------|------------|-------------|-------------|
| <b>TOTAL GERAL</b> | <b>166</b> | <b>17,1</b> | <b>14,2</b> |
|--------------------|------------|-------------|-------------|

A duração dos processos é expressa em meses e em décimos de mês.

<sup>1</sup> No início da atividade do Tribunal da Função Pública, o Tribunal Geral transferiu 118 processos para o primeiro.

## 8. *Processos pendentes em 31 de dezembro* — Formação de julgamento (2007-2011)

Repartição em 2011



|  | 2007       | 2008       | 2009       | 2010       | 2011       |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|
| Tribunal Pleno                           | 3          | 5          | 6          | 1          |            |
| Presidente                               | 3          | 2          | 1          | 1          | 1          |
| Secções de 3 juízes                      | 206        | 199        | 160        | 179        | 156        |
| Juiz singular                            |            |            |            |            | 2          |
| Processos que ainda não foram atribuídos | 23         | 11         | 8          | 4          | 19         |
| <b>Total</b>                             | <b>235</b> | <b>217</b> | <b>175</b> | <b>185</b> | <b>178</b> |

## 9. *Processos pendentes em 31 de dezembro* — **Número de demandantes/recorrentes**

### Processos pendentes que agrupam o maior número de demandantes/recorrentes em 2011

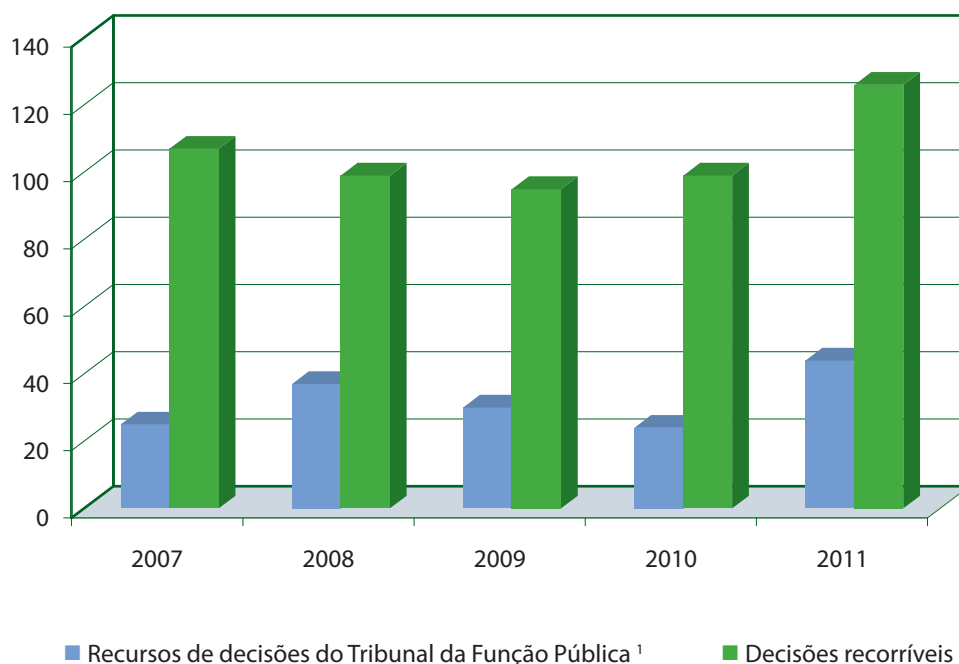
| Número de demandantes/<br>/recorrentes | Domínios   |
|--|--|
| 535 (2 processos)                      | Estatuto — Remuneração — Adaptação anual das remunerações e pensões dos funcionários e outros agentes — Artigos 64.º, 65.º, 65.º A e anexo XI do Estatuto — Regulamento (UE) n.º 1239/2010 do Conselho, de 20 de dezembro de 2010 — Coeficiente de correcção — Funcionários afectos ao Ispra |
| 169                                    | Estatuto — Pessoal do BCE — Reforma do regime de pensões   |
| 34                                     | Estatuto — BEI — Pensões — Reforma do regime de pensões  |
| 25                                     | Estatuto — Promoção — Exercícios de promoção de 2010 e 2011 — Fixação dos limiares de promoção   |
| 20 (6 processos)                       | Estatuto — Remuneração — Prestações familiares — Abono escolar — Requisitos de concessão   |
| 19                                     | Estatuto — Comité do Pessoal do Parlamento — Eleições — Irregularidades no processo eleitoral  |
| 13                                     | Estatuto — Agente auxiliar — Agente temporário — Condições de contratação — Duração do contrato  |
| 10                                     | Estatuto — Agente contratual — Agente temporário — Condições de contratação — Duração do contrato  |
| 6 (2 processos)                        | Estatuto — Promoção — Exercício de promoção de 2010 — Exame comparativo dos méritos — Decisão de não promover o recorrente   |
| 5 (5 processos)                        | Estatuto — Promoção — Exercício de promoção de 2008 — Decisão de não promover o recorrente   |

O termo «Estatuto» refere-se ao Estatuto dos Funcionários da União Europeia e ao Regime aplicável aos outros agentes da União.

### Número total de demandantes/recorrentes em todos os processos pendentes (2007-2011)

|             | Total de demandantes/recorrentes | Total de processos pendentes |
|-------------|----------------------------------|------------------------------|
| <b>2007</b> | 1 267                            | 235                          |
| <b>2008</b> | 1 161                            | 217                          |
| <b>2009</b> | 461                              | 175                          |
| <b>2010</b> | 812                              | 185                          |
| <b>2011</b> | 1 006                            | 178                          |

## 10. *Diversos* — Decisões do Tribunal da Função Pública que foram objecto de recurso para o Tribunal Geral (2007-2011)



|      | Recursos de decisões do Tribunal da Função Pública <sup>1</sup> | Decisões recoráveis <sup>2</sup> | Percentagem de recursos de decisões do Tribunal da Função Pública <sup>3</sup> | Percentagem de recursos de decisões do Tribunal da Função Pública, incluindo resoluções amigáveis <sup>4</sup> |
|------|---|----------------------------------|--|--|
| 2007 | 25  | 107                              | 23,36%   | 21,93%   |
| 2008 | 37  | 99                               | 37,37%   | 34,91%   |
| 2009 | 30  | 95                               | 31,58%   | 30,93%   |
| 2010 | 24  | 99                               | 24,24%   | 21,62%   |
| 2011 | 44  | 126                              | 34,92%   | 32,84%   |

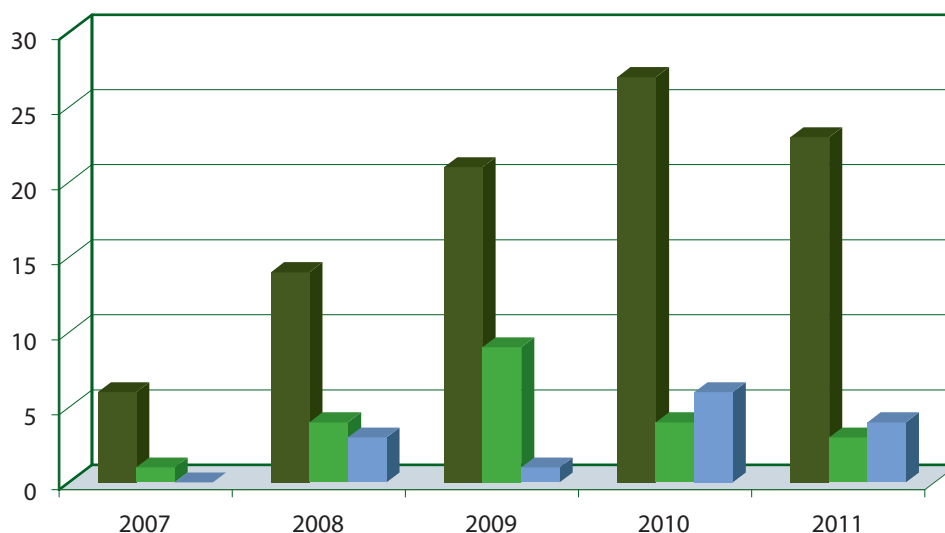
<sup>1</sup> As decisões recorridas por várias partes só são tidas em conta uma vez. Em 2007, duas decisões foram objecto, cada uma, de dois recursos; em 2011, uma decisão foi objecto de dois recursos.

<sup>2</sup> Acórdãos, despachos — que julgam as ações/recursos inadmissíveis, manifestamente inadmissíveis ou manifestamente improcedentes, despachos proferidos em processos de medidas provisórias, despachos de não conhecimento do mérito, despachos de indeferimento da intervenção — proferidos ou adoptados no ano de referência.

<sup>3</sup> Esta percentagem pode, num ano determinado, não corresponder às decisões recoráveis proferidas no ano de referência, na medida em que o prazo de recurso pode começar num ano civil e terminar no ano seguinte.

<sup>4</sup> O Tribunal da Função Pública esforça-se, a convite do legislador, por facilitar a resolução amigável dos litígios. Todos os anos, um certo número de processos termina por essa via. Esses processos não dão lugar a «decisões susceptíveis de recurso», a partir das quais a «percentagem de recursos» é tradicionalmente calculada no Relatório Anual, nomeadamente pelo Tribunal de Justiça e pelo Tribunal Geral. Ora, na medida em que se pode considerar que a «percentagem de recursos» traduz a «taxa de impugnação» das decisões de um órgão jurisdicional, essa percentagem reflectiria melhor a situação se fosse calculada tendo em conta não apenas as decisões susceptíveis de recurso mas também as que o não são, por, precisamente, porem fim ao litígio através de resolução amigável. É o resultado desse cálculo que figura nesta coluna.

## 11. *Diversos* — Resultados dos recursos para o Tribunal Geral (2007-2011)



■ Recursos de decisões do Tribunal da Função Pública aos quais foi negado provimento

■ Anulação total ou parcial sem remessa ao Tribunal da Função Pública

■ Anulação total ou parcial com remessa ao Tribunal da Função Pública

|  | 2007     | 2008      | 2009      | 2010      | 2011      |
|--|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Recursos de decisões do Tribunal da Função Pública aos quais foi negado provimento | 6        | 14        | 21        | 27        | 23        |
| Anulação total ou parcial sem remessa ao Tribunal da Função Pública                | 1        | 4         | 9         | 4         | 3         |
| Anulação total ou parcial com remessa ao Tribunal da Função Pública                |          | 3         | 1         | 6         | 4         |
| <b>Total</b>   | <b>7</b> | <b>21</b> | <b>31</b> | <b>37</b> | <b>30</b> |





## **Capítulo IV**

Encontros e visitas



## A — Visitas oficiais e eventos no Tribunal de Justiça, no Tribunal Geral e no Tribunal da Função Pública em 2011

### Tribunal de Justiça

|                    |   |
|--------------------|---|
| 16 e 17 de janeiro | Delegação do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem   |
| 19 de janeiro      | Sua Ex. <sup>a</sup> L. Planas Puchades, representante permanente do Reino de Espanha junto da União Europeia   |
| 25 de janeiro      | Delegação da Association of Lawyers of Russia   |
| 31 de janeiro      | Sua Ex. <sup>a</sup> R. Répássy, ministro da Justiça junto do Ministério da Administração Pública e da Justiça da República da Hungria, no âmbito da presidência húngara do Conselho da União Europeia  |
| 31 de janeiro      | Delegação do Unterausschuss Europarecht des Rechtsausschusses des Deutschen Bundestages   |
| 7 de fevereiro     | Delegação do Conseil constitutionnel da República Francesa  |
| 7 e 8 de fevereiro | Delegação da Cour de cassation da República da Turquia  |
| 8 de março         | Delegação do Instituto de Harmonização no Mercado Interno (marcas, desenhos e modelos) (IHMI)   |
| 10 de março        | Sua Ex. <sup>a</sup> M. Szpunar, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Polónia  |
| 14 e 15 de março   | Delegação do Tribunal Constitucional da Roménia   |
| 18 de março        | Präsidenten der deutschsprachigen Zeitungsverlegerverbände  |
| 22 de março        | Delegação do Parlamento sueco — Committee on the Constitution   |
| 27 a 29 de março   | Delegação do Réseau des présidents des Cours suprêmes judiciaires de l'Union européenne   |
| 5 de abril         | Sua Ex. <sup>a</sup> W. E. Kennard, embaixador dos Estados Unidos da América junto da União Europeia  |
| 5 de abril         | Delegação do Niedersächsischer Staatsgerichtshof  |
| 11 de abril        | Delegação do Parlamento sueco — Committee on Taxation   |
| 11 de abril        | Sua Ex. <sup>a</sup> M. Kjærum, diretor da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia  |
| 11 de abril        | Sua Ex. <sup>a</sup> C. Predoiu, ministro da Justiça da Roménia   |
| 11 a 13 de abril   | Delegações da Cour de Justice de la Communauté économique et monétaire de l'Afrique centrale (CEMAC), da Cour de Justice de la Communauté économique des États de l'Afrique de l'Ouest (CEDEAO) e da Cour de Justice de l'Union économique et monétaire ouest-africaine (UEMOA) |
| 12 de abril        | Sua Ex. <sup>a</sup> R. Sikorski, ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Polónia  |
| 1 a 3 de maio      | Delegação do Supremo Tribunal do Reino da Dinamarca   |
| 5 de maio          | Sua Ex. <sup>a</sup> D. Grieve, Attorney General for England and Wales, e Sua Ex. <sup>a</sup> E. Garnier, Solicitor General for England and Wales  |
| 5 de maio          | Visita do conselho de administração do Institute for European Affairs (INEA)  |
| 5 de maio          | Sua Ex. <sup>a</sup> I. Degutienė, presidente do Parlamento da República da Lituânia  |

|                     |  |
|---------------------|--|
| 15 a 17 de maio     | Delegação do Tribunal Constitucional da República eslovaca   |
| 20 de junho         | Delegação da Comissão parlamentar mista UE-México  |
| 24 de junho         | Reunião dos agentes dos Estados-Membros e das instituições da União Europeia   |
| 26 et 27 de junho   | Delegação do Bundesverfassungsgericht  |
| 27 de junho         | Delegação do Supremo Tribunal da antiga República jugoslava da Macedónia   |
| 30 de junho         | Sua Ex. <sup>a</sup> M. Boddenberg, ministro dos negócios federais do Land de Hesse (República Federal da Alemanha)  |
| 30 de junho         | Sua Ex. <sup>a</sup> D. Wallis, vice-presidente do Parlamento Europeu  |
| 6 de setembro       | Delegação da Comissão Jurídica do Parlamento sueco   |
| 7 de setembro       | Sua Ex. <sup>a</sup> P. Tempel, representante permanente da República Federal da Alemanha junto da União Europeia  |
| 21 e 22 de setembro | Delegação do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Estónia   |
| 22 de setembro      | Sua Ex. <sup>a</sup> E. Uhlenberg, presidente do Parlamento do Land de Rhénanie-du-Nord-Westphalie (República Federal da Alemanha)   |
| 25 a 27 de setembro | Procurador-Geral e procuradores do Reino da Dinamarca  |
| 30 de setembro      | Sua Ex. <sup>a</sup> J. M. Fernandes, relator da Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu   |
| 4 de outubro        | Sua Ex. <sup>a</sup> W. Grahammer, representante permanente da República da Áustria junto da União Europeia  |
| 7 de outubro        | Sua Ex. <sup>a</sup> U. Mifsud Bonnici, antigo presidente da República de Malta  |
| 10 e 11 de outubro  | 5.º Luxemburger Expertenforum zur Entwicklung des Unionsrechts   |
| 11 de outubro       | Sua Ex. <sup>a</sup> U. Corsepius, secretário-geral do Conselho da União Europeia  |
| 11 de outubro       | Entrega da escultura «Two Couplets» por Sua Ex. <sup>a</sup> B. Ohlsson, ministro dos Assuntos Europeus do Reino da Suécia   |
| 12 a 14 de outubro  | Delegação do Cour de Justice de la Communauté économique des États de l'Afrique de l'Ouest (CEDEAO)  |
| 17 e 18 de outubro  | Delegação de magistrados da Cour de cassation da República Francesa  |
| 17 e 18 de outubro  | Primeiro seminário de juristas espanhóis: «La Carta de los derechos fundamentales de la Unión europea»   |
| 27 de outubro       | Sua Ex. <sup>a</sup> B. Karl, ministro federal da Justiça da República da Áustria  |
| 27 de outubro       | Sua Ex. <sup>a</sup> J.-F. Terral, embaixador da República Francesa junto do Grão-Ducado do Luxemburgo   |
| 27 de outubro       | Sua Ex. <sup>a</sup> A.-M. Henriksson, ministro da Justiça da República da Finlândia, Sua Ex. <sup>a</sup> J. Store, representante permanente da República da Finlândia junto da União Europeia, e Sua Ex. <sup>a</sup> M. Lehto, embaixadora da República da Finlândia no Grão-Ducado do Luxemburgo |
| 7 de novembro       | Sua Ex. <sup>a</sup> M. Sudo, juiz no Supremo Tribunal do Japão  |
| 11 de novembro      | Sua Ex. <sup>a</sup> H. Koh, conselheiro jurídico junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Estados Unidos da América e Sua Ex. <sup>a</sup> R. Mandell, embaixador dos Estados Unidos da América junto do Grão-Ducado do Luxemburgo   |
| 21 a 23 de novembro | Fórum dos magistrados  |
| 28 e 29 de novembro | Delegação da Cour de cassation da República da Turquia   |

|                |  |
|----------------|--|
| 29 de novembro | Delegação de magistrados dos Tribunais Supremos da República popular da China                              |
| 13 de dezembro | Delegação da Comissão da União économique et monétaire ouest-africaine (UEMOA)                             |
| 14 de dezembro | Sua Ex. <sup>a</sup> M. I. Rizopoulos, embaixador da República Helénica junto do Grão-Ducado do Luxemburgo |

### **Tribunal Geral**

|                |  |
|----------------|--|
| 31 de janeiro  | Visita da presidência húngara do Conselho da União Europeia  |
| 8 de março     | Visita de uma delegação do Instituto de Harmonização no Mercado Interno (marcas, desenhos e modelos) (IHMI)              |
| 10 de março    | Visita de Sua Ex. <sup>a</sup> M. Szpunar, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Polónia               |
| 2 e 3 de maio  | Visita de uma delegação do Supremo Tribunal do Reino da Dinamarca  |
| 30 de junho    | Visita de Sua Ex. <sup>a</sup> D. Wallis, vice-presidente do Parlamento Europeu  |
| 22 de setembro | Visita de uma delegação do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Estónia                                  |
| 23 de setembro | Visita de Sua Ex. <sup>a</sup> M. Lehto, embaixadora da República da Finlândia junto do Grão-Ducado do Luxemburgo        |
| 10 de outubro  | Visita de Sua Ex. <sup>a</sup> R. Cachia Caruana, representante permanente da República de Malta junto da União Europeia |
| 27 de outubro  | Visita de Sua Ex. <sup>a</sup> G. F. Ioannidis, secretário-geral do Ministério da Justiça da República Helénica          |
| 7 de novembro  | Visita de Sua Ex. <sup>a</sup> M. Sudo, juiz do Supremo Tribunal do Japão  |
| 28 de novembro | Visita de uma delegação da Cour de cassation da República da Turquia   |
| 30 de novembro | Visita de uma delegação da República da Letónia  |
| 6 de dezembro  | Visita de Sua Ex. <sup>a</sup> P. N. Diamandouros, Provedor de Justiça Europeu   |

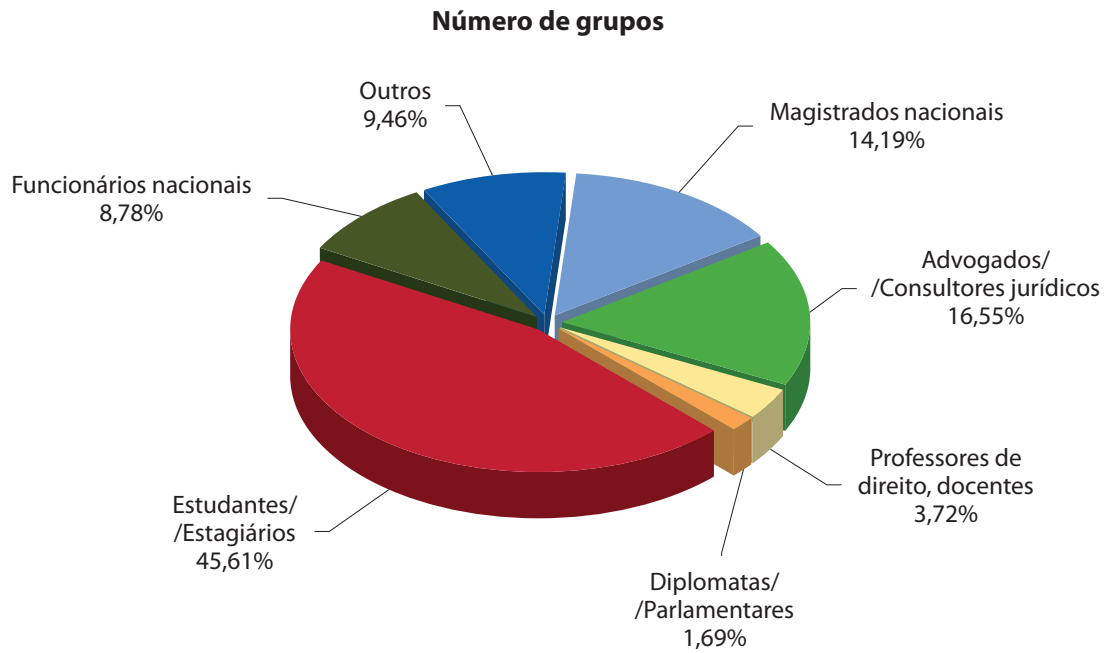
### **Tribunal da Função Pública**

|                  |  |
|------------------|--|
| 11 e 12 de julho | Visita de Sua Ex. <sup>a</sup> K. M. Lueken, administradora na Secretaria do Tribunal de contencioso administrativo das Nações Unidas em Nova Iorque |
| 20 de setembro   | Visita de Sua Ex. <sup>a</sup> M. de Sola Domingo, mediadora da Comissão Europeia  |
| 6 de dezembro    | Visita de Sua Ex. <sup>a</sup> P. N. Diamandouros, Provedor de Justiça Europeu   |



## B — Visitas de estudo em 2011

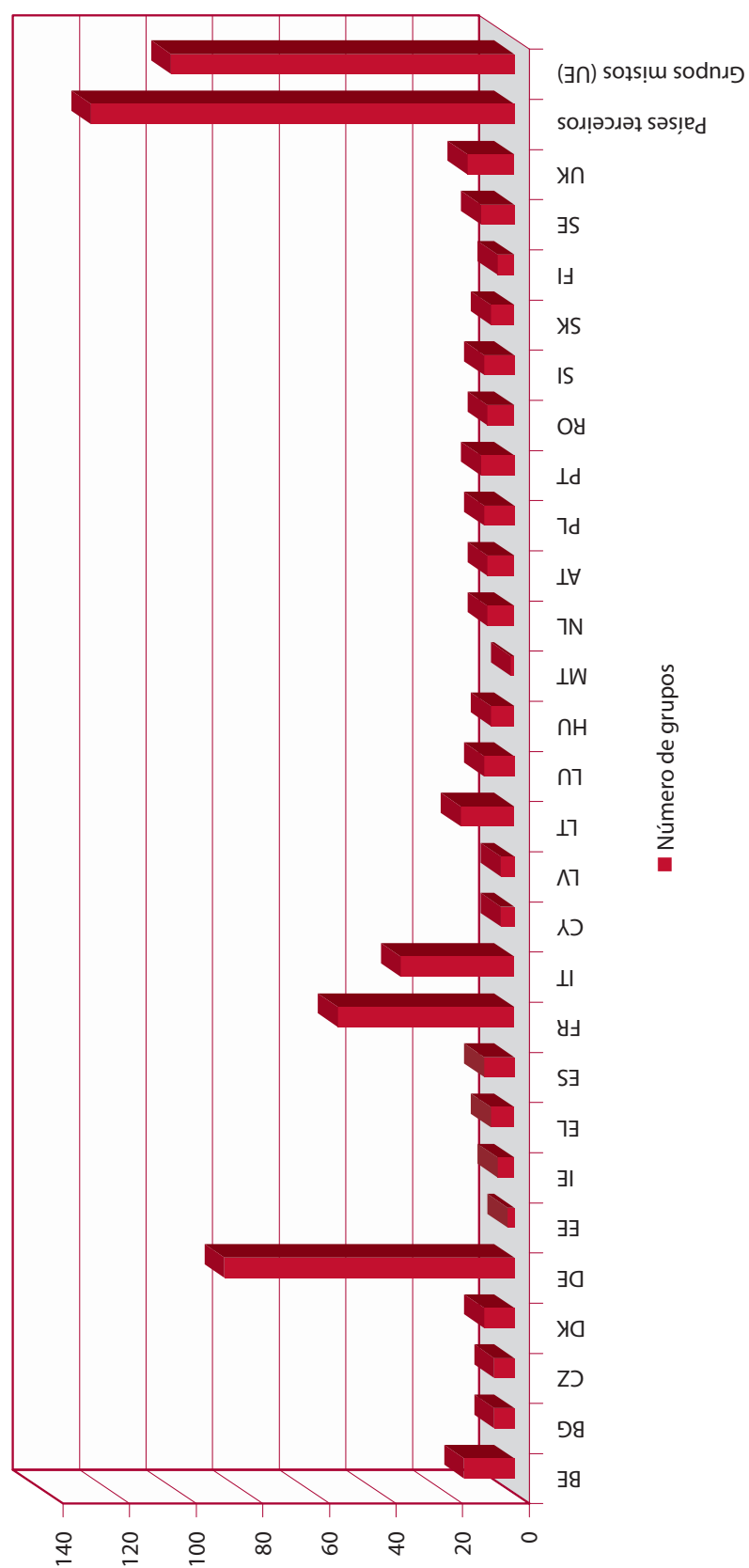
### 1. Repartição por tipos de grupos <sup>1</sup>



|                  | Magistrados nacionais | Advogados/<br>/Consultores jurídicos | Professores de direito,<br>docentes | Diplomatas/<br>/Parlamentares | Estudantes/<br>/Estagiários | Funcionários nacionais | Outros | Total |
|------------------|-----------------------|--------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------|-----------------------------|------------------------|--------|-------|
| Número de grupos | 84                    | 98                                   | 22                                  | 10                            | 270                         | 52                     | 56     | 592   |



## 2. *Visitas de estudo* — Repartição por Estados-Membros (2011)



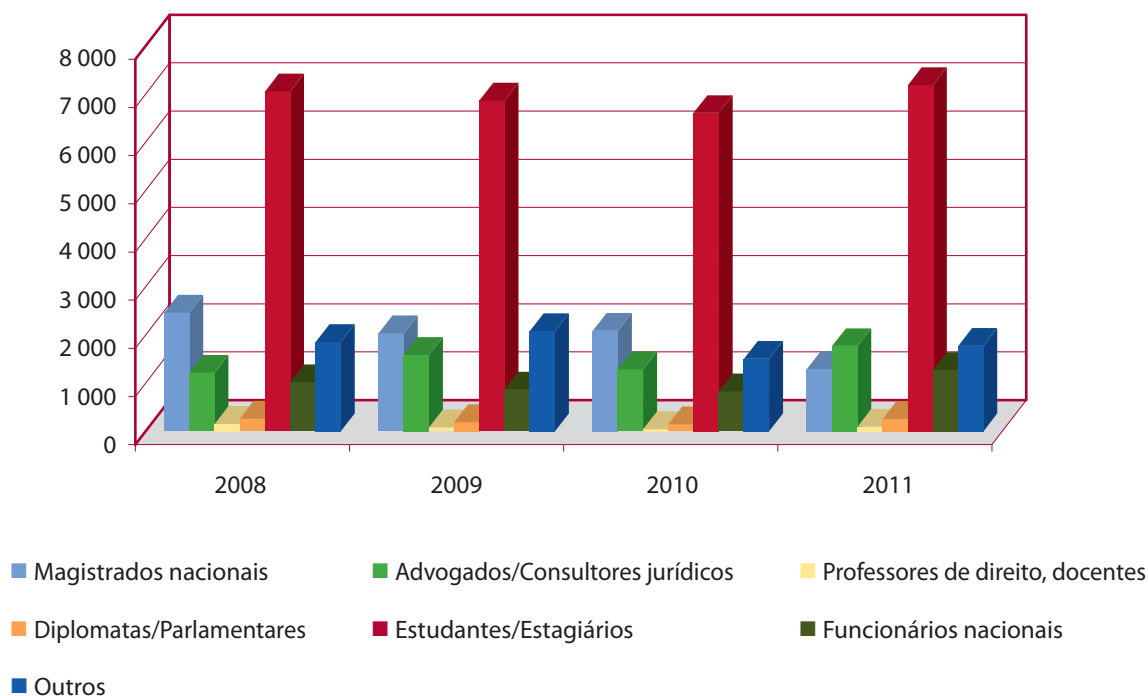
|                    | Número de visitantes  |                                      |                                     |                               |                             |                        |        |        | Total | Número de grupos |
|--------------------|-----------------------|--------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------|-----------------------------|------------------------|--------|--------|-------|------------------|
|                    | Magistrados nacionais | Advogados/<br>/Consultores jurídicos | Professores de direito,<br>docentes | Diplomatas/<br>/Parlamentares | Estudantes/<br>/Estagiários | Funcionários nacionais | Outros |        |       |                  |
| BE                 | 31                    | 15                                   |                                     |                               | 352                         | 26                     | 47     | 471    | 15    |                  |
| BG                 | 6                     | 80                                   |                                     | 6                             |                             |                        |        | 92     | 6     |                  |
| CZ                 | 3                     |                                      |                                     |                               | 63                          |                        |        | 66     | 6     |                  |
| DK                 |                       |                                      |                                     |                               | 164                         | 15                     | 91     | 270    | 9     |                  |
| DE                 | 251                   | 343                                  |                                     | 83                            | 901                         | 211                    | 662    | 2 451  | 87    |                  |
| EE                 |                       |                                      |                                     |                               |                             | 14                     |        | 14     | 2     |                  |
| IE                 |                       |                                      | 8                                   |                               | 54                          |                        |        | 62     | 5     |                  |
| EL                 | 8                     |                                      |                                     |                               | 64                          |                        |        | 72     | 7     |                  |
| ES                 | 60                    |                                      |                                     |                               | 95                          |                        | 17     | 172    | 9     |                  |
| FR                 | 163                   | 59                                   |                                     |                               | 823                         | 46                     | 239    | 1 330  | 53    |                  |
| IT                 | 2                     | 23                                   | 20                                  |                               | 320                         | 8                      | 32     | 405    | 34    |                  |
| CY                 | 10                    |                                      |                                     |                               | 18                          |                        |        | 28     | 4     |                  |
| LV                 |                       | 10                                   |                                     |                               | 30                          |                        |        | 40     | 4     |                  |
| LT                 |                       |                                      | 4                                   | 8                             | 28                          | 33                     |        | 73     | 16    |                  |
| LU                 | 8                     | 45                                   |                                     | 26                            | 30                          | 22                     | 97     | 228    | 9     |                  |
| HU                 |                       |                                      | 8                                   |                               | 160                         |                        | 47     | 215    | 7     |                  |
| MT                 |                       |                                      |                                     |                               | 32                          |                        |        | 32     | 1     |                  |
| NL                 |                       |                                      |                                     | 54                            | 140                         | 14                     |        | 208    | 8     |                  |
| AT                 |                       |                                      |                                     |                               | 205                         |                        | 18     | 223    | 8     |                  |
| PL                 |                       | 79                                   |                                     |                               | 7                           |                        |        | 86     | 9     |                  |
| PT                 |                       | 195                                  |                                     |                               | 1                           |                        |        | 196    | 10    |                  |
| RO                 | 25                    |                                      |                                     |                               | 42                          | 18                     |        | 85     | 8     |                  |
| SI                 |                       | 10                                   | 5                                   |                               | 143                         |                        |        | 158    | 9     |                  |
| SK                 | 40                    |                                      |                                     |                               | 104                         |                        |        | 144    | 7     |                  |
| FI                 |                       | 30                                   |                                     |                               | 46                          | 30                     | 20     | 126    | 5     |                  |
| SE                 | 118                   | 4                                    |                                     | 8                             |                             | 6                      | 11     | 147    | 10    |                  |
| UK                 | 56                    | 53                                   | 30                                  |                               | 88                          |                        |        | 227    | 14    |                  |
| Países terceiros   | 400                   | 156                                  | 24                                  | 57                            | 1 443                       | 80                     | 168    | 2 328  | 127   |                  |
| Grupos mistos (UE) | 114                   | 669                                  |                                     | 12                            | 1 828                       | 751                    | 328    | 3 702  | 103   |                  |
| Total              | 1 295                 | 1 771                                | 99                                  | 254                           | 7 181                       | 1 274                  | 1 777  | 13 651 | 592   |                  |

### 3. Fórum dos magistrados (2011)

|           |   |           |    |           |    |           |    |           |   |           |   |           |    |           |   |           |    |
|-----------|---|-----------|----|-----------|----|-----------|----|-----------|---|-----------|---|-----------|----|-----------|---|-----------|----|
| <b>BE</b> | 5 | <b>DK</b> | 3  | <b>IE</b> | 2  | <b>FR</b> | 13 | <b>LV</b> | 2 | <b>HU</b> | 6 | <b>AT</b> | 5  | <b>RO</b> | 7 | <b>FI</b> | 3  |
| <b>BG</b> | 5 | <b>DE</b> | 10 | <b>EL</b> | 6  | <b>IT</b> | 13 | <b>LT</b> | 3 | <b>MT</b> | 1 | <b>PL</b> | 12 | <b>SI</b> | 2 | <b>SE</b> | 3  |
| <b>CZ</b> | 6 | <b>EE</b> | 2  | <b>ES</b> | 13 | <b>CY</b> | 2  | <b>LU</b> | 2 | <b>NL</b> | 6 | <b>PT</b> | 6  | <b>SK</b> | 3 | <b>UK</b> | 12 |

**Total** | 153

### 4. Evolução do número e do tipo de visitantes (2008-2011)



**Número de visitantes**

|             | Magistrados nacionais | Advogados/<br>Consultores<br>jurídicos | Professores de<br>direito,<br>docentes | Diplomatas/<br>Parlamentares | Estudantes/<br>/Estagiários | Funcionários<br>nacionais | Outros | Total         |
|-------------|-----------------------|--|--|------------------------------|-----------------------------|---------------------------|--------|---------------|
| <b>2008</b> | 2 463                 | 1 219                                  | 156                                    | 262                          | 7 053                       | 1 016                     | 1 854  | <b>14 023</b> |
| <b>2009</b> | 2 037                 | 1 586                                  | 84                                     | 193                          | 6 867                       | 870                       | 2 078  | <b>13 715</b> |
| <b>2010</b> | 2 087                 | 1 288                                  | 47                                     | 146                          | 6 607                       | 830                       | 1 507  | <b>12 512</b> |
| <b>2011</b> | 1 295                 | 1 771                                  | 99                                     | 254                          | 7 181                       | 1 274                     | 1 777  | <b>13 651</b> |

## C — Audiências solenes em 2011

|                |  |
|----------------|--|
| 24 de janeiro  | Audiência solene por ocasião do compromisso solene de dois novos membros do Tribunal de Contas Europeu   |
| 11 de abril    | Audiência solene de elogio fúnebre em memória de Pierre Pescatore e de Antonio Saggio  |
| 19 de setembro | Audiência solene por ocasião da entrada em funções de M. Kancheva, na qualidade de juíza do Tribunal Geral   |
| 26 de setembro | Audiência solene por ocasião do compromisso solene de dois novos membros do Tribunal de Contas Europeu   |
| 6 de outubro   | Audiência solene por ocasião da cessação de funções e da partida de P. Lindh, juíza, e da entrada em funções de C. G. Fernlund, na qualidade de juiz no Tribunal de Justiça, bem como, por ocasião da renovação parcial do Tribunal da Função Pública, da cessação de funções e da partida de P. Mahoney, presidente, e de H. Tagaras e S. Gervasoni, juízes, e da entrada em funções de E. Perillo, R. Barents e K. Bradley, na qualidade de juízes |



## D — Visitas ou participação em manifestações oficiais em 2011

### Tribunal de Justiça

|                  |  |
|------------------|--|
| 1 de janeiro     | Representação do Tribunal de Justiça por ocasião da cerimónia de apresentação dos votos, a convite do presidente da República de Malta, em La Valeta   |
| 7 de janeiro     | Representação do Tribunal de Justiça na audiência solene da Cour de cassation da República Francesa que marcou o início do ano de 2011, em Paris   |
| 11 de janeiro    | Participação do presidente do Tribunal de Justiça na recepção oferecida por SAR o Grão-Duque do Luxemburgo por ocasião do Ano Novo   |
| 13 de janeiro    | Representação do Tribunal de Justiça na recepção de Ano Novo oferecida pelo presidente da República Federal da Alemanha, em Berlim   |
| 25 de janeiro    | Representação do Tribunal de Justiça no «Rechtspolitischen Neujahrsempfang 2011», a convite do ministro da Justiça da República Federal da Alemanha, em Berlim   |
| 28 de janeiro    | Participação de uma delegação do Tribunal de Justiça na audiência solene do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e no seminário «Quelles sont les limites à l'interprétation évolutive de la Convention?», em Estrasburgo  |
| 10 de fevereiro  | Participação do presidente do Tribunal de Justiça na conferência «Implementing the Lisbon Treaty» organizada pela Comissão Europeia e pelo Bureau des conseillers de politique européenne, em Bruxelas   |
| 14 de fevereiro  | Participação do presidente do Tribunal de Justiça na cerimónia comemorativa do 350.º aniversário do Supremo Tribunal do Reino da Dinamarca, em Copenhaga   |
| 21 de março      | Representação do Tribunal de Justiça no seminário organizado pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem por ocasião do lançamento do manual «Handbook on European Non-Discrimination Case-Law», em Estrasburgo  |
| 21 e 22 de março | Visita oficial de uma delegação do Tribunal de Justiça à Judiciary of England and Wales, em Londres  |
| 31 de março      | Representação do Tribunal de Justiça na audiência solene organizada por ocasião da cessação de funções de Sua Ex. <sup>a</sup> W. Spindler, presidente do Tribunal Federal das Finanças, a convite do ministro da Justiça da República Federal da Alemanha, em Munique |
| 8 e 9 de maio    | Representação do Tribunal de Justiça na reunião do Conselho de Administração da Association des Conseils d'État et des juridictions administratives suprêmes de l'Union européenne, em Madrid  |
| 19 de maio       | Representação do Tribunal de Justiça no colóquio de direito comparado «Le contrôle de constitutionnalité en Europe», organizado pela Fédération européenne des juges administratifs (FEJA), em Paris   |
| 19 a 21 de maio  | Representação do Tribunal de Justiça no «First St Petersburg International Legal Forum», em São Petersburgo  |
| 23 a 27 de maio  | Representação do Tribunal de Justiça no 15.º Congrès de la conférence des Cours constitutionnelles européennes, em Bucareste   |

|                    |   |
|--------------------|---|
| 25 de maio         | Encontro de uma delegação do Tribunal de Justiça com o ministro R. Pofalla, chefe da Chancellerie fédérale, e S. Leutheusser-Schnarrenberger, ministro da Justiça da República Federal da Alemanha, em Berlim   |
| 26 de maio         | Representação do Tribunal de Justiça na sessão inaugural da reunião plenária da Rede dos Procuradores Gerais junto dos Supremos Tribunais dos Estados-Membros da União Europeia, na presença do presidente da República Italiana, em Roma               |
| 31 de maio         | Representação do Tribunal de Justiça, a convite do presidente da República Italiana, na cerimónia organizada por ocasião do Dia Nacional, em Roma   |
| 1 de junho         | Participação do presidente do Tribunal de Justiça no Congrès fondateur de l'Institut européen du droit, em Paris  |
| 20 de junho        | Visita oficial de uma delegação do Tribunal de Justiça ao Supremo Tribunal da República da Croácia, em Zagrebe  |
| 20 de junho        | Representação do Tribunal de Justiça na conferência intitulada «Practical application of Regulation (EC) N° 2201/2003 — on the eve of review», organizada pela presidência húngara do Conselho da União Europeia e pela Comissão Europeia, em Budapeste |
| 23 de junho        | Participação dos membros do Tribunal de Justiça nas cerimónias do <i>Dia Nacional do Luxemburgo</i>   |
| 24 de junho        | Representação da Tribunal de Justiça, a convite do presidente da República da Eslovénia, nas cerimónias e na recepção organizadas por ocasião do <i>Dia Nacional da Eslovénia</i> , em Liubliana  |
| 24 de julho        | Participação do presidente do Tribunal de Justiça na recepção oferecida pelo presidente da República Helénica por ocasião do aniversário da restituição da República, em Atenas   |
| 29 e 30 de julho   | Participação do presidente do Tribunal de Justiça nas cerimónias organizadas por ocasião do 20.º aniversário do Tribunal Constitucional da República da Bulgária, a convite do seu presidente, em Sófia   |
| 4 a 6 de setembro  | Participação do presidente do Tribunal de Justiça no seminário organizado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino da Suécia em honra de P. Lindh, juíza, em Estocolmo  |
| 28 de setembro     | Participação de uma delegação do Tribunal de Justiça na cerimónia de celebração do 60.º aniversário do Bundesverfassungsgericht, em Karlsruhe   |
| 30 de setembro     | Representação do Tribunal de Justiça na cerimónia do Verfassungstag, em Viena   |
| 3 de outubro       | Visita oficial de uma delegação do Tribunal de Justiça ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, em Estrasburgo  |
| 3 de outubro       | Representação do Tribunal de Justiça nas cerimónias do Opening of the Legal Year, a convite de Lord Chancellor, em Londres  |
| 3 de outubro       | Representação do Tribunal de Justiça nas cerimónias oficiais organizadas por ocasião do <i>Dia Nacional da República Federal da Alemanha</i>  |
| 13 e 14 de outubro | Representação do Tribunal de Justiça no sétimo simpósio dos juízes europeus em matéria de marcas, desenhos e modelos, em Alicante   |



|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| 20 de outubro                    | Encontro de uma delegação do Tribunal de Justiça com Sua Ex. <sup>a</sup> D. Tusk, primeiro-ministro da República da Polónia, no âmbito da presidência polaca do Conselho da União Europeia, em Bruxelas.  |
| 25 de outubro                    | Representação do Tribunal de Justiça nas manifestações oficiais do 19.º aniversário da Constituição da República da Lituânia, em Vilnius   |
| 31 de outubro                    | Representação do Tribunal de Justiça na celebração do 180.º aniversário do Conseil d'État da República Italiana, em Roma   |
| 31 de outubro<br>a 2 de novembro | Visita oficial de uma delegação do Tribunal de Justiça ao Tribunal Constitucional da República de Malta  |
| 10 de novembro                   | Representação do Tribunal de Justiça na audição sobre direitos fundamentais «The implementation of the EU Charter of Fundamental Rights two years after the Lisbon Treaty's entry into force», no Parlamento Europeu, em Bruxelas                              |
| 16 e 17 de novembro              | Representação do Tribunal de Justiça na conferência internacional organizada pelo Conseil des marchés publics da República da Hungria sobre o tema «Actual Questions of Public Procurements in the European Union and in the Member States», em Budapeste      |
| 23 e 24 de novembro              | Representação do Tribunal de Justiça no seminário de peritos sobre a aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia pelos órgãos jurisdicionais nos Estados-Membros, organizado pelo Conseil d'État do Reino dos Países Baixos, em Haia        |
| 25 de novembro                   | Representação do Tribunal de Justiça no seminário sobre o tema «Dallo Statuto albertino alla Costituzione repubblicana», organizado pelo Tribunal Constitucional da República Italiana por ocasião da celebração dos 150 anos da unificação da Itália, em Roma |
| 15 de dezembro                   | Participação do presidente do Tribunal de Justiça na conferência organizada pelo Land de Hesse sobre o tema «Hessen und der EuGH im Dialog», em Berlim   |
| 23 de dezembro                   | Representação do Tribunal de Justiça, a convite do presidente da República da Eslovénia, na recepção organizada por ocasião da festa da independência e da unidade nacional, em Liubliana  |

### **Tribunal Geral**

|                 |  |
|-----------------|--|
| 1 de janeiro    | Representação do Tribunal Geral na recepção do presidente da República de Malta, por ocasião da tradicional cerimónia de apresentação dos votos de Ano Novo, em La Valeta                                      |
| 19 de janeiro   | Representação do Tribunal Geral na recepção do chanceler Federal da República da Áustria e do vice-chanceler, por ocasião da cerimónia oficial de Ano Novo   |
| 25 de janeiro   | Representação do Tribunal na recepção «Rechtspolitischen Neujahrsempfang 2011» organizada pelo ministro da Justiça da República Federal da Alemanha, em Berlim   |
| 14 de fevereiro | Representação do Tribunal Geral por ocasião do 350.º aniversário da criação do Højesteret, organizado por Sua Ex. <sup>a</sup> T. Melchior, presidente do Supremo Tribunal do Reino da Dinamarca, em Copenhaga |

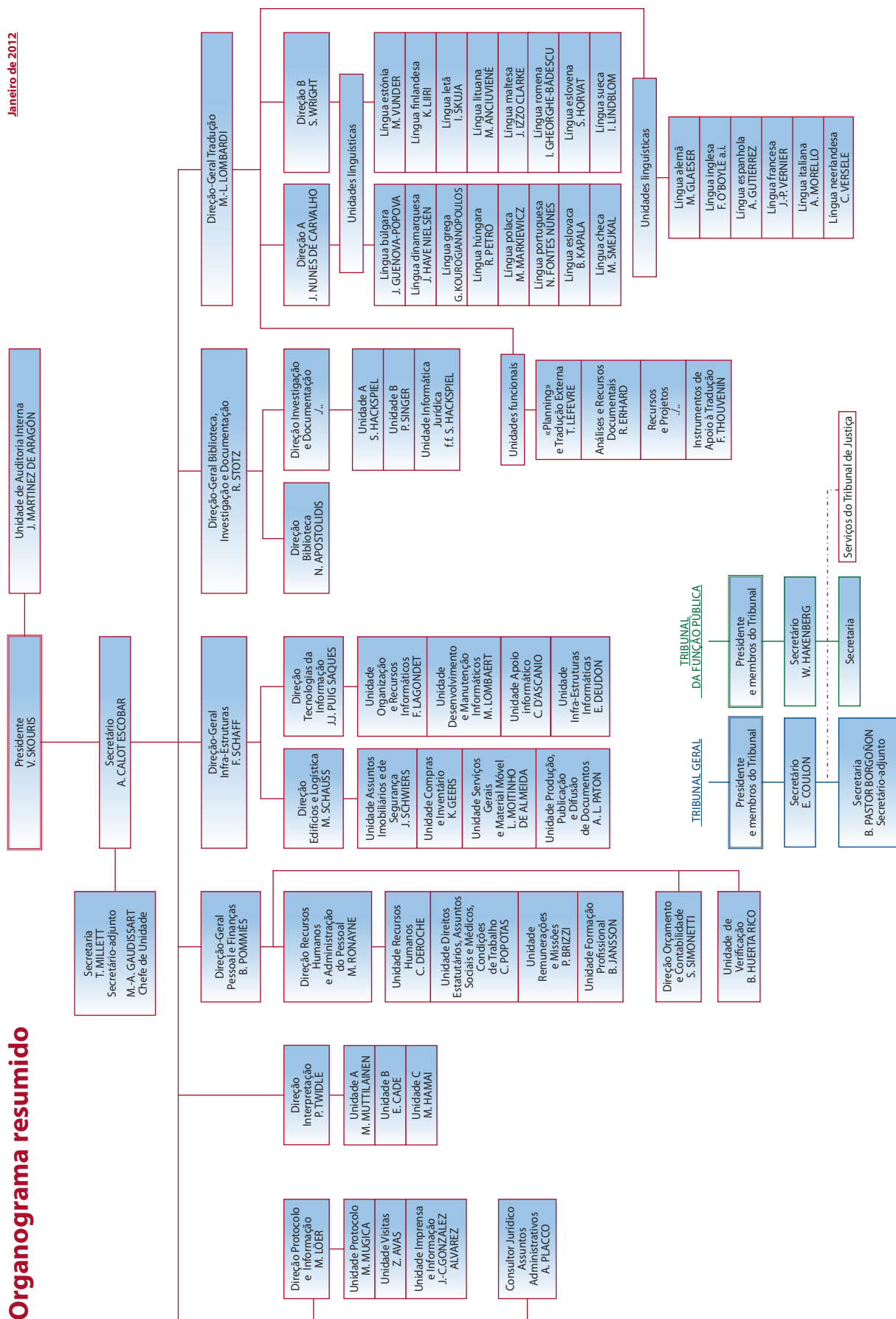
|                         |   |
|-------------------------|---|
| 14 e 15 de abril        | Representação do Tribunal Geral na «XV. Internationale Kartellkonferenz» do Bundeskartellamt, em Berlim   |
| 19 a 21 de maio         | Representação do Tribunal Geral na 6.º edição das jornadas de juristas europeus   |
| 30 de maio a 1 de junho | Representação do Tribunal Geral na visita oficial a Malta a convite do presidente do Supremo Tribunal   |
| 31 de maio              | Representação do Tribunal Geral na recepção do presidente da República Italiana, por ocasião do Dia Nacional, em Roma   |
| 23 de junho             | Representação do Tribunal Geral no <i>Dia Nacional do Luxemburgo</i> , celebração do <i>Te deum</i> solene, seguida de uma recepção na Corte Grão-Ducal                     |
| 24 de julho             | Representação do Tribunal Geral na recepção do presidente da República Helénica, por ocasião do 37.º aniversário da restituição da República, em Atenas                     |
| 28 de setembro          | Representação do Tribunal Geral na cerimónia de entrega da ordem de mérito aos juízes e professores de direito pelo presidente da República da Polónia, em Varsóvia         |
| 30 de setembro          | Representação do Tribunal Geral na celebração solene do 91.º aniversário da Constituição da República da Áustria, em Viena  |
| 2 e 3 de outubro        | Representação do Tribunal Geral na cerimónia de abertura do ano judicial em Westminster Abbey, à Londres  |
| 3 de outubro            | Representação do Tribunal Geral na recepção do presidente da República Federal da Alemanha, por ocasião do <i>Dia Nacional da Alemanha</i>                                  |
| 12 a 15 de outubro      | Representação do Tribunal Geral no 7.º Simpósio dos juízes europeus, organizado pelo Instituto de Harmonização do Mercado Interno (marcas, desenhos e modelos), em Alicante |
| 14 e 15 de novembro     | Representação do Tribunal Geral na conferência «Die freiheitliche Grundordnung der Europäische Union» organizada pelo Ministério da Economia e Tecnologia, em Berlim        |
| 24 de novembro          | Representação do Tribunal Geral na conferência organizada pela Académie de droit européen sobre o tema «Transnational Use of Video Conferencing in Court», em Trier         |
| 6 de dezembro           | Representação do Tribunal Geral na recepção oficial da presidente da República da Finlândia por ocasião da celebração do <i>Dia da Independência</i>                        |

### **Tribunal da Função Pública**

|                     |   |
|---------------------|---|
| 21 e 22 de março    | Visita à Escola Nacional de Magistratura de Salonica                            |
| 16 e 17 de maio     | Visita ao Supremo Tribunal e ao Tribunal Constitucional da República da Hungria |
| 22 e 23 de setembro | Visita ao Supremo Tribunal e ao Tribunal Constitucional do Reino de Espanha     |



## Organograma resumido



Tribunal de Justiça da União Europeia

**Relatório Anual 2011 — Síntese das atividades do Tribunal de Justiça, do Tribunal Geral  
e do Tribunal da Função Pública da União Europeia**

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia

2012 — 272 p. — 21 x 29,7 cm

N.º de catálogo: QD-AG-12-001-PT-C

ISBN 978-92-829-1164-8

doi:10.2862/82427

ISSN 1831-8541



■ Serviço das Publicações

ISBN 978-92-829-1164-8



9 789282 911648



## **COMO OBTER PUBLICAÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA**

### **Publicações gratuitas:**

- via EU Bookshop (<http://bookshop.europa.eu>);
- nas representações ou delegações da Comissão Europeia.  
Pode obter os respectivos contactos em: <http://ec.europa.eu>  
ou enviando um fax para: +352 2929-42758.

### **Publicações pagas:**

- via EU Bookshop (<http://bookshop.europa.eu>).

### **Assinaturas pagas (por exemplo, as séries anuais do *Jornal Oficial da União Europeia*, as colectâneas da jurisprudência do Tribunal de Justiça):**

- através de um dos agentes de vendas do Serviço das Publicações da União Europeia ([http://publications.europa.eu/others/agents/index\\_pt.htm](http://publications.europa.eu/others/agents/index_pt.htm)).



